

ANAIIS DO EVENTO

Primeira Edição Conaposc
2025



ANAIIS DO EVENTO

Primeira Edição Conaposc
2025





I Congresso Nacional de Políticas
Públicas e Saúde Coletiva
(CONAPOSC)

Elayne Jeyssa Alves Lima
(ORGANIZADOR)

ANAIS DO EVENTO

I Congresso Nacional de Políticas Públicas e Saúde Coletiva (CONAPOSC)

1ª EDIÇÃO
2025



<https://doi.org/10.71248/9786598599423>

Designer da Capa: Editora Cognitus

Imagens da capa: Editora Cognitus

Projeto gráfico: Editora Cognitus

Diagramação: Editora Cognitus

Revisão de Texto: os autores

Editoração: Editora Cognitus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Nacional de Políticas Públicas e Saúde Coletiva (1. : 2025 : Teresina, PI)
Anais do I Congresso Nacional de Políticas Públicas e Saúde Coletiva (CONAPOSC)
[livro eletrônico] / organização Elayne Jeyssa Alves Lima. -- 1. ed. -- Teresina, PI :
Editora Cognitus, 2025. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-985994-2-3

1. Políticas públicas de saúde 2. Saúde coletiva 3. Saúde pública - Congressos
I. Lima, Elayne Jeyssa Alves. II. Título.

25-248718

CDD-614.09813

Índices para Catálogo Sistemático

1. Saúde pública : Congressos 614.09813

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Editora Cognitus - CNPJ: 57.658.906/0001-15

© 2025- Editora Cognitus- Todos os direitos reservados.

Teresina – PI

E-mail: contato@editoracognitus.com.br

Site: www.editoracognitus.com.br

Publique seu livro com a Editora Cognitus.

Para mais informações envie um e-mail para contato@editoracognitus.com.br

Copyright © 2025 by Editora Cognitus Copyright © 2025 Texto
by Autores

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de responsabilidade do(s) autor(es), incluindo a correção, revisão ortográfica e gramatical do texto. O(s) mesmo(s) empenha(m-se) para citar adequadamente e dar os devidos créditos a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possibilitar, acerto caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo, manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelo(s) autor(es) nesta obra. Comentários dos leitores, bem como correções ou sugestões que possibilitem o aprimoramento de edições futuras podem ser encaminhados à Editora Cognitus pelo e-mail contato@editoracognitus.com.br



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Esta obra de acesso aberto (Open Access) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, sendo permitido o download da obra e compartilhamento desde que atribuído o crédito aos autores, sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade dos seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional de Políticas Públicas e Saúde Coletiva (CONAPOSC) estabelece-se como um espaço imprescindível para discutir os avanços, desafios e inovações no campo das políticas públicas voltadas à saúde coletiva, promovendo o diálogo entre profissionais de diversas áreas e fortalecendo a integração entre setores na construção de soluções para a saúde no Brasil. Este evento nacional reúne especialistas, acadêmicos, gestores, estudantes e pesquisadores em um ambiente dinâmico e colaborativo, onde as melhores práticas e tendências em saúde coletiva serão amplamente debatidas.

CONSELHO EDITORIAL

- Aline Prado dos Santos
- Edmilson Valério de Magalhães
- Elayne Jeyssa Alves Lima
- Maria Clea Marinho Lima
- Mateus Henrique Dias Guimarães

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Elayne Jeyssa Alves Lima
- Kallynne Emannuele Mendes Alves
- Aliandro Willy Duarte Magalhães
- Ana Claudia Rodrigues da Silva
- Danielle Ramos Bassai
- Fabíola Belkiss Santos de Oliveira Oliveira
- João Francisco Faitanin Rosa
- Katyane Benquerer Oliveira De Assis
- Edneide Barbosa
- Tayná Silva Borges
- Vitor Menezes dos Santos
- Rodrigo da Silva Ferreira

VIVÊNCIA EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Manguiera de Almeida³
- ▶ Vanessa Bonfim Mendes⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Lara Emanuely Resende Coelho⁸
- ▶ Lucas Lincoln Reis Lima⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) é um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo considerada a porta de entrada para os usuários do sistema. A APS baseia-se no princípio da integralidade, que visa oferecer uma abordagem holística e contínua das necessidades de saúde dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, a assistência é planejada e prestada de forma global, abrangendo desde ações de promoção e prevenção até o tratamento e a recuperação de doenças. Essa abordagem é fundamental para garantir cuidados de saúde mais próximos da realidade dos pacientes e para a redução das desigualdades no acesso à saúde. Nesse contexto, a experiência assume um papel importante, permitindo aos estudantes vivenciar a prática do cuidado integral e contribuir para a implementação de um modelo mais equitativo de atenção à saúde, como preconizado pelo SUS. **OBJETIVO:** Relatar a experiência vivida em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada em um município de Teresina, Piauí, destacando as práticas da atenção básica e o impacto delas na promoção da saúde integral. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado em uma Unidade Básica de Saúde em Teresina, Piauí, entre março e novembro de 2024. A vivência incluiu a participação em atividades cotidianas da APS, como vacinação,

administração de medicamentos, curativos e visitas domiciliares. Os dados foram registrados a partir da observação direta e análise reflexiva das práticas vivenciadas. Por se tratar de um relato de experiência, o estudo não requer aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa. **RESULTADOS:** A oportunidade de participar de diversas atividades que são essenciais para o funcionamento da APS e para a promoção da saúde integral da comunidade. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: vacinação, administração de medicamentos, coleta de exames laboratoriais, realização de curativos, aplicação de testes rápidos e visitas domiciliares. Cada uma dessas atividades desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e no cuidado dos pacientes. A vacinação, por exemplo, é uma das ações preventivas mais importantes da APS, proporcionando proteção contra doenças infectocontagiosas e contribuindo para o aumento da cobertura vacinal do município, o que é crucial para o controle de surtos e epidemias. A administração de medicamentos, por sua vez, é uma tarefa essencial no manejo terapêutico dos pacientes, especialmente no controle da dor e na manutenção de tratamentos crônicos. A coleta de exames laboratoriais, imprescindível para o monitoramento das condições clínicas, auxilia no ajuste do plano de cuidados, sendo particularmente importante em gestantes, que requerem acompanhamento constante para garantir a saúde materno-infantil. A realização de curativos, outra atividade praticada durante o estágio, tem como principal objetivo o tratamento de lesões, promovendo o bem-estar do paciente e prevenindo infecções. Já os testes rápidos para doenças como hepatite B e C, sífilis e HIV, possibilitam diagnósticos precoces e intervenções rápidas, o que é fundamental para interromper a cadeia de transmissão dessas doenças e garantir o tratamento adequado. As visitas domiciliares realizadas durante o estágio, por fim, representam uma abordagem diferenciada do cuidado, permitindo que o profissional compreenda o contexto de vida dos pacientes, levando em consideração fatores sociais, econômicos, ambientais e emocionais. Essa visão integrada e personalizada do cuidado contribui para a elaboração de estratégias mais eficazes e ajustadas à realidade de cada paciente. A experiência vivenciada foi enriquecedora para a formação acadêmica da estudante, pois proporcionou uma visão prática e detalhada de como o princípio da integralidade é aplicado na APS. Além disso, o permitiu o desenvolvimento de habilidades práticas, o aprimoramento do conhecimento técnico e a capacitação para lidar com os desafios cotidianos da profissão, reforçando a importância da atenção básica como um modelo de cuidado mais próximo e eficaz para a população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a vivência foi essencial para compreender a aplicação do cuidado integral e consolidar a formação em saúde pública.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Integralidade em Saúde; Promoção da Saúde; Unidades Básicas de Saúde

REFERÊNCIAS

ALELUIA, I. R. S. *et al.* Coordenação do cuidado na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em município sede de macrorregião do nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1845–1856, jun. 2017.

ALMEIDA, P. F. DE *et al.* Coordenação do cuidado e Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 244–260, set. 2018.

PORTELA, G. Z. Atenção Primária à Saúde: um ensaio sobre conceitos aplicados aos estudos nacionais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 255–276, jun. 2017.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸Graduada em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR: DESAFIOS E PRÁTICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Vanessa Bonfim Mendes⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Lara Emanuely Resende Coelho⁸
- ▶ Lucas Lincoln Reis Lima⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A vigilância ambiental é uma componente essencial para a proteção da saúde do trabalhador, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a prevenção de riscos ambientais é fundamental. No entanto, a implementação dessa vigilância enfrenta desafios significativos relacionados à falta de infraestrutura, formação adequada e integração entre os diversos setores. **OBJETIVO:** Analisar os desafios e as práticas adotadas na vigilância ambiental voltada à saúde do trabalhador, propondo soluções para melhorar a efetividade dessas ações no SUS. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi realizada para responder à questão de pesquisa: "Quais são os desafios e práticas da vigilância ambiental na saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde?" A busca foi realizada na base de dados SciELO, utilizando os descritores *Environmental Surveillance*, *Occupational Health*, *Workers*, *SUS*, *Challenges*, e *Practices*, abrangendo o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2024. Foram inicialmente analisados os títulos e resumos dos artigos encontrados, a fim de garantir a relevância para a questão proposta. Após a leitura integral dos textos selecionados, foram incluídos três artigos que atenderam aos critérios de inclusão e que

apresentaram informações pertinentes sobre os desafios enfrentados e as práticas adotadas na vigilância ambiental voltada à saúde do trabalhador no SUS. **RESULTADOS:** Os desafios da vigilância ambiental na saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) estão centrados na necessidade de reestruturação das ações de vigilância e na criação de equipes multidisciplinares capazes de dialogar com outros setores, visando uma abordagem integrada da saúde pública. A implementação da vigilância ambiental enfrenta dificuldades na definição de seu objeto e nas especificidades das ações, uma vez que é necessário compreender as relações complexas entre a sociedade e o ambiente, ao invés de tratar a exposição como um atributo individual. Além disso, a construção de sistemas de informação adequados, que permitam a análise das situações de saúde e a tomada de decisões informadas, também se configura como um desafio. As práticas, por sua vez, incluem intervenções que, muitas vezes, seguem metodologias tradicionais e centradas na responsabilidade individual, como a educação ambiental, que ainda precisa se afastar da culpabilização do indivíduo e adotar uma abordagem mais sistêmica e comunitária. Exemplos de boas práticas, como as desenvolvidas para os trabalhadores da pesca artesanal e mariscagem, mostram a importância de estudos participativos e de base comunitária para identificar os riscos ocupacionais, como lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares, e para capacitar as equipes de saúde para lidar com as especificidades dessas profissões. Essas intervenções, ao integrarem aspectos ambientais, sociais e de saúde do trabalhador, oferecem um caminho para o aprimoramento da vigilância ambiental e da saúde no SUS, com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças nos contextos de trabalho. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A vigilância ambiental na saúde do trabalhador no SUS enfrenta desafios relacionados à integração intersetorial, à formação de equipes multidisciplinares e à implementação de práticas mais sistêmicas e comunitárias. Superar essas dificuldades requer a adoção de abordagens mais integradas, que considerem as complexas relações entre ambiente, saúde e trabalho, com foco na prevenção e promoção da saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVES: Monitoramento Ambiental; Riscos Ambientais; Saúde do Trabalhador; Sistema Único de Saúde

REFERÊNCIAS

- MENDONÇA, R. DAS C.; GIATTI, L. L.; TOLEDO, R. F. DE. A temática ambiental em representações e práticas de profissionais de saúde da família no município de Manaus - AM/Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 776–787, set. 2012.
- OLIVEIRA, S. S. *et al.* Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024.
- RÊGO, R. F. *et al.* Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, n. suppl 1, 3 dez. 2018.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸Graduada em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

TECNOLOGIAS DIGITAIS E SAÚDE PÚBLICA: PROMOÇÃO DA SAÚDE, TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E APLICAÇÕES EM CRISES SANITÁRIAS

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Maria Luanna Diogo Castro⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Lara Emanuely Resende Coelho⁸
- ▶ Lucas Lincoln Reis Lima⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As tecnologias digitais têm desempenhado um papel crescente na promoção da saúde, oferecendo novas formas de prevenção, monitoramento e intervenção em saúde pública. Com a aceleração das transformações digitais, especialmente em crises sanitárias, essas tecnologias se tornaram essenciais para respostas rápidas e eficazes. Este artigo explora como as tecnologias digitais contribuem para a promoção da saúde e as transformações no campo da saúde pública, destacando seu impacto durante crises sanitárias.

OBJETIVO: Analisar as aplicações dessas tecnologias e avaliar sua eficácia em situações de emergência e no fortalecimento dos sistemas de saúde. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi conduzida com o objetivo de responder à questão de pesquisa: "Como as tecnologias digitais contribuem para a promoção da saúde, transformações digitais e respostas em crises sanitárias na saúde pública?" A busca foi realizada nas bases de dados Scopus e PubMed, utilizando os descritores *New Technologies* e *Public Health*, sem restrições de período ou idioma. A análise inicial envolveu a avaliação de títulos e resumos para garantir a relevância dos artigos encontrados. Após essa triagem, foram selecionados três artigos que abordaram de forma

significativa o papel das tecnologias digitais na promoção da saúde pública, nas transformações digitais no setor e nas respostas a crises sanitárias. Esses artigos foram lidos na íntegra e analisados quanto à qualidade metodológica e à profundidade na abordagem das contribuições das tecnologias digitais para o campo da saúde pública, especialmente no contexto de emergências sanitárias. **RESULTADOS:** As tecnologias digitais desempenham um papel crucial na promoção da saúde, transformação digital e respostas a crises sanitárias, como evidenciado pelos textos apresentados. Na promoção da saúde e prevenção de doenças, especialmente em populações idosas, tecnologias como aplicativos, dispositivos vestíveis e realidade virtual são utilizadas para melhorar mobilidade, saúde mental, nutrição e cognição, destacando o potencial de prolongar a vida independente, apesar de desafios éticos e de acessibilidade. Na saúde pública, o conceito de saúde digital evolui entre digitalização, que integra tecnologias ao cotidiano, e transformação digital, que reorganiza serviços com foco nas necessidades da população, criando oportunidades para reimaginar práticas de saúde. Durante crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19, tecnologias digitais e telemedicina permitiram a continuidade dos cuidados à distância, enfrentando barreiras como falta de familiaridade e desafios técnicos. Esses avanços demandam maior inclusão digital, avaliação de impactos e adaptação de tecnologias para diferentes contextos e populações, garantindo benefícios equitativos e sustentáveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As tecnologias digitais têm se mostrado essenciais para a promoção da saúde, transformação digital e respostas a crises sanitárias, oferecendo soluções inovadoras e adaptáveis. No entanto, sua eficácia depende da inclusão digital e da adaptação às necessidades específicas das populações.

PALAVRAS-CHAVES: Epidemias; Promoção da Saúde; Saúde Pública; Tecnologia da Informação em Saúde

REFERÊNCIAS

ANTHONY JNR, B. Investigating the implementation of telehealth and digital technologies during public health crisis: A qualitative review. **The International Journal of Health Planning and Management**, v. 38, n. 5, p. 1212–1227, 14 set. 2023.

DE SANTIS, K. K. *et al.* Digital Technologies for Health Promotion and Disease Prevention in Older People: Scoping Review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 25, p. e43542, 23 mar. 2023.

IYAMU, I. *et al.* Defining Digital Public Health and the Role of Digitization, Digitalization, and Digital Transformation: Scoping Review. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 7, n. 11, p. e30399, 26 nov. 2021.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduanda em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduanda em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC



PROMOÇÃO DA EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SAÚDE: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E LIDERANÇA NO CUIDADO E ACESSO À SAÚDE

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Maria Luanna Diogo Castro⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Lara Emanuely Resende Coelho⁸
- ▶ Lucas Lincoln Reis Lima⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A promoção da equidade, diversidade e inclusão é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível a todas as populações. No entanto, diversos desafios ainda persistem, como barreiras sociais, econômicas e culturais que limitam o acesso e a qualidade do cuidado. Este artigo visa explorar as estratégias e o papel da liderança na superação desses desafios, destacando práticas que promovem a igualdade no cuidado em saúde. **OBJETIVO:** Analisar como a liderança pode influenciar a implementação de políticas eficazes que garantam acesso equitativo e inclusivo para todos. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi conduzida com o objetivo de responder à questão de pesquisa: "Quais são os desafios, estratégias e o papel da liderança na promoção da equidade, diversidade e inclusão no acesso e cuidado em saúde?" A busca foi realizada nas bases de dados PubMed e Scopus, utilizando os descritores *Equity*, *Inclusion*, e *Access to Health Care*, sem restrições quanto ao período de publicação ou idioma. Foram considerados artigos que abordassem de forma direta os desafios enfrentados, as estratégias implementadas e a contribuição da liderança para garantir a equidade no acesso e no cuidado em saúde. Após a análise dos títulos e resumos,

selecionaram-se quatro artigos que atendiam aos critérios de inclusão, que foram posteriormente lidos na íntegra e analisados quanto à qualidade metodológica e relevância para a questão proposta. **RESULTADOS:** A promoção da equidade, diversidade e inclusão (DEI) na saúde enfrenta vários desafios, incluindo a escassez de estudos robustos sobre DEI na enfermagem e as barreiras para acessar serviços de saúde mental para crianças e adolescentes, especialmente em contextos de disparidades raciais e socioeconômicas. No entanto, há estratégias emergentes que buscam melhorar essa situação, como a implementação de programas organizacionais de DEI, que incluem a criação de um ambiente que favoreça a diversidade cultural e a inclusão dentro das instituições de saúde. A liderança desempenha um papel crucial na promoção dessas iniciativas, sendo responsável por garantir o compromisso com a DEI e implementar ações estruturais para empoderar as equipes de saúde, tanto em termos de desenvolvimento profissional quanto na criação de uma cultura inclusiva. Exemplos incluem a liderança de enfermeiros no cuidado de aborto e planejamento familiar, que envolve não apenas a prestação de serviços, mas também a educação e o apoio contínuo nas comunidades, promovendo um acesso equitativo a cuidados de saúde reprodutiva. Além disso, o conceito de instituições- âncora, que são hospitais e sistemas de saúde com uma missão de justiça social e equidade em saúde, é fundamental para alavancar recursos econômicos e intelectuais para beneficiar as comunidades de maneira colaborativa. As estratégias recomendadas incluem a implementação de treinamentos contínuos em diversidade, anti-racismo e equidade de saúde para líderes, clínicos e equipes, além de políticas que incentivem a participação ativa da comunidade na construção de soluções sustentáveis para a saúde pública. A liderança forte e comprometida é, portanto, essencial para transformar as estruturas de saúde e promover um acesso mais justo e igualitário aos cuidados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A liderança desempenha papel essencial na implementação de estratégias para garantir acesso equitativo e inclusivo aos cuidados de saúde. A criação de ambientes organizacionais que promovam diversidade e inclusão, aliada a treinamentos contínuos e políticas de participação comunitária, são fundamentais para superar as barreiras enfrentadas e promover um sistema de saúde mais justo.

PALAVRAS-CHAVES: Acesso aos Serviços de Saúde; Desigualdades em Saúde; Diversidade Cultural; Inclusão Social; Equidade em Saúde; Inclusão Social

REFERÊNCIAS

CARSON, A. *et al.* Optimizing the Nursing Role in Abortion Care: Considerations for Health Equity. **Canadian Journal of Nursing Leadership**, v. 35, n. 1, p. 54–68, 8 mar. 2022.

HARRIS, T. B. *et al.* Achieving Mental Health Equity. **Psychiatric Clinics of North America**, v. 43, n. 3, p. 471–485, set. 2020.

MORRISON, V. *et al.* Diversity, Equity, and Inclusion in Nursing. **Nursing Administration Quarterly**, v. 45, n. 4, p. 311–323, out. 2021.

PINTO, L. F. *et al.* Innovations in the national household random sampling in Brazilian National Health Survey: results from Starfield and Shi's adult primary care assessment tool (PCAT). **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 1, p. 113, 1 dez. 2021.

YEBOAH, D. *et al.* Health Care Anchors' Responsibilities and Approaches to Achieving Child Health Equity. **Pediatric Clinics of North America**, v. 70, n. 4, p. 761–774, ago. 2023.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸Graduada em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

O PAPEL DA CIRURGIA CARDÍACA NO TRATAMENTO DE CARDIOPATIAS CONGÊNTAS NA INFÂNCIA

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha¹
- ▶ Loreнна da Silva Santos Cantarutti²
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães³
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães⁴
- ▶ Priscylla Lucena Santos⁵
- ▶ Eluany Nogueira de Freitas⁶
- ▶ Ayana Cavalcante da Paz⁷
- ▶ Pedro Henrique Cavalcanti de Albuquerque Sá⁸
- ▶ Yuri Luiz dos Santos Ribeiro⁹
- ▶ Iury Roberto Rezende de Farias¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As cardiopatias congênitas representam um grupo heterogêneo de malformações estruturais do coração e dos grandes vasos que se desenvolvem durante a embriogênese. Essas condições correspondem à anomalia congênita mais comum, com uma prevalência de aproximadamente 8 a 10 casos por mil nascidos vivos. Muitas dessas malformações necessitam de intervenção cirúrgica precoce para garantir a sobrevivência e a qualidade de vida dos pacientes. Nesse contexto, a cirurgia cardíaca desempenha um papel crucial no manejo

¹Graduanda em Medicina, Centro Universitário UniFacid

²Graduada em Medicina, Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

³Graduado em Medicina, Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA

⁴Graduado em Medicina, Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA

⁵Graduado em Medicina, União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

⁶Graduada em Medicina, FAMENE

⁷Graduada em Medicina, Centro Universitário Uninovafapi

⁸Graduado em Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

⁹Graduado em Medicina, Centro Universitário Serra dos Órgãos - Unifeso

¹⁰Graduado em Medicina, Universidade do Estado do Amazonas - UEA

das cardiopatias congênitas, possibilitando a correção ou paliativo dessas alterações e reduzindo complicações futuras. **OBJETIVO:** Avaliar o papel da cirurgia cardíaca no tratamento das cardiopatias congênitas em crianças, destacando as principais abordagens cirúrgicas, avanços tecnológicos e os desafios associados a esse tipo de intervenção. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados no período de 2010 a 2024. A busca sistemática foi conduzida nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2024. Utilizou-se descritores em ciências da saúde (DeCs) relacionados com a importância que a cirurgia cardíaca possui no tratamento das cardiopatias congênitas em crianças, incluindo termos como: “cirurgia cardíaca”, “cardiopatias congênitas” e “infância”, combinados com os operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram incluídos artigos originais, meta-análises e estudos qualitativos. Houve a exclusão de estudos não disponíveis na íntegra e duplicados. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por revisão em pares, garantindo a robustez dos resultados apresentados. Por fim, alcançou-se uma amostra final de 3 estudos. **RESULTADOS:** Os resultados apontaram que os avanços nas técnicas cirúrgicas, como o uso de circulação extracorpórea e procedimentos minimamente invasivos, têm contribuído significativamente para a redução da mortalidade infantil associada às cardiopatias congênitas. Estudos indicaram que intervenções precoces, realizadas nas primeiras semanas de vida, são determinantes para o prognóstico em condições como a transposição dos grandes vasos e a síndrome do coração esquerdo hipoplásico. Além disso, foi evidenciado o papel das equipes multidisciplinares na otimização do manejo pré e pós-operatório. A reabilitação cardíaca e o acompanhamento clínico prolongado mostraram-se fundamentais para minimizar complicações, como insuficiência cardíaca e arritmias, além de promover melhor desenvolvimento físico e neuropsicológico das crianças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A cirurgia cardíaca constitui um elemento central no tratamento de cardiopatias congênitas na infância, sendo muitas vezes a única alternativa viável para garantir a sobrevivência e o bem-estar dos pacientes. Apesar dos avanços significativos, desafios como o acesso desigual aos serviços especializados e as altas taxas de morbidade associadas aos procedimentos ainda persistem. Assim, torna-se essencial investir na capacitação de equipes médicas, no aprimoramento das técnicas cirúrgicas e no desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso equitativo ao tratamento.

PALAVRAS-CHAVES: Cardiopatias congênitas; Cirurgia cardíaca; Infância; Intervenção cirúrgica; Tratamento

REFERÊNCIAS

MALIK, P.; SINGH, S. Advances in congenital heart disease surgery in pediatric patients. **International Journal of Pediatric Cardiology**, v. 45, n. 3, p. 205-212, 2023.

SILVA, R. T.; OLIVEIRA, M. F. O impacto da cirurgia cardíaca minimamente invasiva em crianças com cardiopatias congênitas. **Revista Brasileira de Cardiologia Pediátrica**, v. 39, n. 1, p. 12-19, 2024.

VIDA, V. L.; ZANOTTO, L.; TESSARI, C.; *et al.* Evolution of pediatric cardiac surgery: thirty years of improvements. **European Journal of Cardio-Thoracic Surgery**, 2018.



INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS BASEADAS EM SAÚDE MENTAL: ABORDAGENS PARA REFUGIADOS, SOBREVIVENTES DE CONFLITOS E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Maria Luanna Diogo Castro⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Lara Emanuely Resende Coelho⁸
- ▶ Lucas Lincoln Reis Lima⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde mental é um desafio crítico em populações vulneráveis, como refugiados, sobreviventes de conflitos e indivíduos em risco de suicídio, exigindo abordagens sensíveis e efetivas. As intervenções comunitárias emergem como estratégias promissoras para atender às necessidades específicas desses grupos, promovendo suporte emocional e resiliência. **OBJETIVO:** Avaliar as intervenções comunitárias em saúde mental mais eficazes para apoiar refugiados, sobreviventes de conflitos e prevenir o suicídio, com o intuito de identificar práticas baseadas em evidências que promovam o bem-estar psicológico, a resiliência e a integração social dessas populações vulneráveis. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi elaborada para responder à questão de pesquisa: "Quais são as intervenções comunitárias baseadas em saúde mental mais eficazes para apoiar refugiados, sobreviventes de conflitos e na prevenção do suicídio?" A busca foi realizada nas bases de dados Scopus e PubMed, utilizando os descritores *Mental Health*, *Public Health*, e *Community-Based Interventions*, sem restrições de período ou idioma. Após a triagem inicial de títulos e resumos, foram selecionados três artigos que atendiam aos critérios de inclusão e apresentavam relevância

para a temática proposta. Os textos escolhidos foram analisados em profundidade para identificar estratégias eficazes no apoio a essas populações vulneráveis e na prevenção de suicídios. **RESULTADOS:** Intervenções comunitárias em saúde mental mostram-se eficazes para apoiar refugiados, sobreviventes de conflitos e na prevenção do suicídio, ao integrarem abordagens baseadas na promoção do bem-estar psicossocial, engajamento comunitário e educação. Para refugiados, programas que abordam fatores de integração e conexões sociais no nível microecológico, como triagens precoces, sensibilização sobre saúde mental e suporte comunitário, têm demonstrado melhorar sintomas de depressão, ansiedade e sofrimento psicológico. Entre sobreviventes de conflitos, intervenções como o *Common Elements Treatment Approach* (CETA) e a *Narrative Community Group Therapy* (NCGT) evidenciaram efeitos positivos, com redução de sintomas de depressão, estresse pós-traumático e melhora do funcionamento mental, com impactos mantidos no médio prazo. Na prevenção do suicídio, estratégias co-produzidas com a participação ativa de stakeholders destacam-se por aumentar o engajamento e refletir melhor as necessidades individuais, embora faltem estudos que avaliem seus resultados a longo prazo. Em geral, intervenções colaborativas e baseadas na comunidade, sustentadas por parcerias equitativas e avaliadas de forma rigorosa, apresentam-se como fundamentais para atender essas populações vulneráveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As intervenções comunitárias em saúde mental demonstram eficácia ao abordar necessidades específicas de populações vulneráveis, promovendo bem-estar psicossocial e integração social. Contudo, estudos adicionais são necessários para avaliar a sustentabilidade e os impactos a longo prazo dessas abordagens.

PALAVRAS-CHAVES: Conflitos Armados; Populações Vulneráveis; Prevenção do Suicídio; Refugiados; Saúde Mental

REFERÊNCIAS

- BONILLA-ESCOBAR, F. J. *et al.* One-year outcomes of two community-based mental health interventions for Afro-Colombian survivors of the armed conflict and displacement. **Medicine, Conflict and Survival**, v. 39, n. 2, p. 132–149, 3 abr. 2023.
- HANLON, C. A. *et al.* Evaluating the role and effectiveness of co-produced community-based mental health interventions that aim to reduce suicide among adults: A systematic review. **Health Expectations**, v. 26, n. 1, p. 64–86, 14 fev. 2023.
- SIDDIQ, H.; ELHAIJA, A.; WELLS, K. An Integrative Review of Community-Based Mental Health Interventions Among Resettled Refugees from Muslim-Majority Countries. **Community Mental Health Journal**, v. 59, n. 1, p. 160–174, 25 jan. 2023.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵ Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduada em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC



IMPACTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS: QUALIDADE DE VIDA, COMPREENSÃO SOBRE TRATAMENTOS E FATORES CARDIOMETABÓLICOS

- ▶ Eric Murilo de Souza Andrade¹
- ▶ Juliana Barbosa Cabral²
- ▶ Igor Ferreira Pires³
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁴
- ▶ Isabella Neves Brito de Araújo⁵
- ▶ Grasielle Letícia Fagundes Da Silva⁶
- ▶ Maria Fernanda Peloso Braga Gomes⁷
- ▶ Lucas Vieira Aguiar Sousa⁸
- ▶ Lucas Alexandre Virgínio⁹
- ▶ Aline de Lima¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas em pacientes pediátricos representam um desafio significativo para a saúde pública, afetando não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento emocional e social das crianças. O impacto dessas condições na qualidade de vida, no entendimento dos tratamentos e nos fatores cardiometabólicos tem se tornado uma área de crescente interesse para pesquisadores e profissionais da saúde. Este estudo busca analisar como essas doenças influenciam a vida dos pacientes pediátricos, explorando a compreensão das crianças sobre seus tratamentos e os efeitos nos fatores cardiometabólicos. **OBJETIVO:** Avaliar a relação entre doenças crônicas pediátricas, qualidade de vida, educação sobre o tratamento e saúde cardiometabólica, além de investigar como intervenções terapêuticas podem melhorar esses aspectos. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura com a questão de pesquisa: "Qual é o impacto das doenças crônicas em pacientes pediátricos na qualidade de vida, compreensão sobre tratamentos e fatores cardiometabólicos, e como as intervenções terapêuticas influenciam esses aspectos?" A busca foi conduzida nas bases de dados Scopus e ScienceDirect. Não houve restrição quanto ao período de publicação

ou idioma dos artigos. Foram selecionados estudos que abordam o impacto das doenças crônicas em crianças, focando em sua qualidade de vida, compreensão do tratamento e fatores relacionados à saúde cardiometabólica. Além disso, foram analisadas as intervenções terapêuticas aplicadas a essa população e seus efeitos sobre esses aspectos. A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão para garantir a relevância e qualidade das evidências disponíveis. **RESULTADOS:** As doenças crônicas em pacientes pediátricos afetam significativamente a qualidade de vida, especialmente nas dimensões física, emocional, social e escolar, com as crianças com doença renal crônica apresentando uma queda expressiva nesses aspectos, especialmente na área escolar. Além disso, esses pacientes têm uma maior prevalência de fatores cardiometabólicos, como hipertensão, dislipidemia e hiperglicemia, quando comparados a crianças obesas ou com sobrepeso, evidenciando o impacto adicional das condições crônicas. Intervenções terapêuticas, como programas educacionais para cuidadores e tratamentos específicos para doenças crônicas, como a DRC, têm mostrado melhora no conhecimento dos tratamentos e na compreensão das doenças, impactando positivamente o controle das condições. Programas educativos aumentam a retenção de informações, especialmente em cuidadores com maior nível de educação, e podem ajudar a melhorar a adesão ao tratamento. Assim, intervenções que envolvem a educação e o acompanhamento terapêutico são fundamentais para mitigar o impacto negativo das doenças crônicas na qualidade de vida e na saúde cardiometabólica das crianças. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As doenças crônicas em pacientes pediátricos afetam significativamente a qualidade de vida e aumentam os fatores cardiometabólicos. Intervenções terapêuticas, especialmente programas educativos, são essenciais para melhorar a compreensão do tratamento e a adesão, promovendo melhor controle das condições.

PALAVRAS-CHAVES: Doença Crônica; Doenças Cardiovasculares; Qualidade de Vida; Saúde da Criança

REFERÊNCIAS

RAMAY, B. M. *et al.* A multimedia program for caregivers of pediatric patients with chronic kidney disease in Guatemala. **Journal of Pediatric Nursing**, v. 73, p. 67–71, nov. 2023.

RIVERO CALLE, I. *et al.* Consensus document of the Spanish Society of Paediatric Infectious Diseases and the Advisory Committee on Vaccines of the Spanish Association of Pediatrics for vaccination of immunosuppressed individuals. **Anales de Pediatría (English Edition)**, v. 99, n. 6, p. 403–421, dez. 2023.

RUIDIAZ-GÓMEZ, K. S.; HIGUITA-GUTIÉRREZ, L. F. Impact of chronic kidney disease on health-related quality of life in the pediatric population: meta-analysis. **Jornal de Pediatria**, v. 97, n. 5, p. 478–489, set. 2021.

VILLASÍS-KEEVER, M. A. *et al.* Cardiometabolic Factors in Pediatric Patients with Chronic Diseases. **Archives of Medical Research**, v. 52, n. 5, p. 535–543, jul. 2021.

¹ Pós graduado em UTI, UNiP

² Graduanda em Enfermagem, Uninassau Olinda- PE /NASSAU

³ Graduando em Medicina, Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

⁴ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁵ Graduanda em Medicina, Fculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

⁶ Graduanda em Medicina, UNIFAA- Valença Rj

⁷ Graduanda em Medicina, UNIVAS

⁸ Pós-Graduado em Saúde na Educação, Universidade Estadual Vale Do Acaraú - UEVA

⁹ Graduado em Odontologia, Facene RN

¹⁰ Graduanda em Medicina, Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Poços de Caldas

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AVANÇOS, DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Maria Luanna Diogo Castro⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Francis Túlhio Ventura Eleutério⁸
- ▶ Suzannie Roberta dos Santos Câmara⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Educação Popular em Saúde e a Participação Social são ferramentas essenciais para a promoção da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando integrar os cidadãos no processo de cuidado e gestão. Apesar dos avanços, esses conceitos ainda enfrentam desafios relacionados à inclusão e à efetiva implementação nas políticas públicas. **OBJETIVO:** Analisar os avanços e desafios da educação popular em saúde, além de discutir as propostas de ampliação da participação social para fortalecer o SUS. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi realizada com o objetivo de responder à questão de pesquisa: "Quais são os avanços, desafios e propostas da Educação Popular em Saúde e da Participação Social para a promoção da saúde no Sistema Único de Saúde?" A busca foi realizada nas bases de dados PubMed e Scopus, utilizando os descritores Social Control, SUS, Health Professionals, e Communities, sem restrições de período ou idioma. Foram selecionados cinco artigos após a análise de títulos e resumos, os quais atendiam aos critérios estabelecidos e foram avaliados quanto à relevância e qualidade para abordar os temas propostos. **RESULTADOS:** A Educação Popular em Saúde e a Participação Social desempenham papéis essenciais na

promoção da saúde no SUS, com avanços significativos, mas também desafios persistentes. Os avanços incluem a valorização dos saberes populares e das práticas sociais locais, fundamentais para um modelo de saúde mais inclusivo e participativo. O Observatório da Educação Popular em Saúde, por exemplo, tem sido uma plataforma importante para reunir experiências e reflexões sobre as crises enfrentadas pelo Brasil, destacando a necessidade de respeitar as práticas culturais e fortalecer a autonomia cidadã. A análise da literatura sobre Educação Popular em Saúde (EPS) também mostra a relevância dessa abordagem como estratégia emancipatória, favorecendo a democratização da saúde e o enfrentamento de violências estruturais. Contudo, os desafios permanecem na efetivação de políticas públicas que integrem efetivamente a participação social, com a necessidade de maior articulação nacional entre movimentos populares, universidades e profissionais de saúde. A participação dos profissionais de enfermagem nas práticas de Educação Popular em Saúde tem sido crescente, mas ainda há limitações na concretização de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde que seja capaz de integrar as práticas pedagógicas e políticas de forma mais abrangente. Além disso, a estruturação da saúde no SUS enfrenta dificuldades relacionadas à saúde do trabalhador e à vigilância sanitária, o que limita a eficácia das ações preventivas e de promoção da saúde. Para avançar, é necessário fortalecer a articulação entre os diversos atores do SUS, implementar políticas que valorizem a participação social contínua e promover uma concepção ampliada de saúde, que inclua as questões sociais e ambientais que impactam o bem-estar da população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação popular em saúde e a participação social têm avançado no fortalecimento do SUS, embora desafios estruturais ainda limitem sua implementação plena. Para consolidar esses avanços, é essencial promover maior articulação entre os diversos atores do SUS e adotar políticas públicas que integrem efetivamente as práticas participativas e as questões sociais e ambientais na promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em Saúde; Participação Social; Promoção da Saúde; Sistema Único de Saúde

REFERÊNCIAS

BRITO, P. N. A. *et al.* O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 6, jun. 2024.

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* Educação popular no SUS: desafios atuais no olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 6, jun. 2024.

DAVID, H. M. S. L.; BONETTI, O. P.; SILVA, M. R. F. DA. A Enfermagem brasileira e a democratização da saúde: notas sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 1, p. 179–185, fev. 2012.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F. DE; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963–1970, jun. 2018.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- Luan Bernardino Montes Santos¹
- Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- Vanessa Bonfim Mendes⁴
- Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- João Lucas dos Reis Cozer⁷
- Francis Túlhio Ventura Eleutério⁸
- Suzannie Roberta dos Santos Câmara⁹
- Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Educação Popular em Saúde (EPS) e a Participação Social são pilares fundamentais para a consolidação de um Sistema Único de Saúde (SUS) democrático e emancipatório. Essas práticas promovem o engajamento da população na construção de políticas públicas inclusivas, ampliando o protagonismo social no cuidado em saúde. Contudo, desafios relacionados à efetividade e à abrangência dessas iniciativas ainda persistem. **OBJETIVO:** Analisar como a educação popular em saúde e a participação social podem promover a transformação democrática e emancipatória no Sistema Único de Saúde, destacando suas contribuições para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo, participativo e alinhado às necessidades da população. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi conduzida para explorar a questão de pesquisa: "Como a educação popular em saúde e a participação social contribuem para a transformação democrática e emancipatória no Sistema Único de Saúde?" A busca foi realizada na base de dados SciELO, utilizando os descritores Popular Education in Health, Social Participation, e SUS, abrangendo o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2024. Os critérios de inclusão consideraram artigos que abordassem de maneira direta a relação entre práticas

de educação popular em saúde, engajamento social e seus impactos no fortalecimento do SUS como sistema democrático e participativo. Ao final, foram incluídos quatro artigos, que passaram por uma avaliação crítica quanto à qualidade metodológica e ao alinhamento com os objetivos da revisão. **RESULTADOS:** A EPS e a participação social desempenham um papel essencial na transformação democrática e emancipatória do SUS ao promoverem o diálogo simétrico entre os saberes técnico-científicos e os conhecimentos populares, valorizando as práticas culturais locais e comunitárias. A EPS, articulada com a participação social, atua como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais e das vulnerabilidades históricas, reconhecendo interseccionalidades de classe, gênero e raça, além de fomentar processos educativos que mobilizam ações transformadoras nos serviços de saúde. A organização em redes, a articulação nacional e o fortalecimento dos movimentos populares tornam-se fundamentais para o avanço de uma agenda emancipadora no SUS, reforçando a autonomia cidadã e ampliando a dinâmica democrática do Estado brasileiro. Ademais, a abordagem comunitária, aliada à EPS, potencializa o trabalho na Atenção Primária e ressignifica o controle social ao desafiar modelos hegemônicos e verticalizados de vigilância em saúde. Essas práticas promovem a construção de processos participativos, fortalecendo o protagonismo popular e possibilitando a reconfiguração das políticas públicas de saúde, em busca de um SUS mais equitativo, horizontal e transformador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Educação Popular em Saúde e a Participação Social contribuem para a transformação democrática do SUS ao promoverem práticas inclusivas, educativas e emancipadoras que fortalecem o protagonismo popular. Avançar nessa direção exige maior articulação entre atores sociais e políticas públicas que consolidem um sistema de saúde equitativo e participativo.

PALAVRAS-CHAVES: Sistema Único de Saúde; Participação Social; Democracia

REFERÊNCIAS

BRITO, P. N. A. *et al.* O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 6, jun. 2024.

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024a.

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* Educação popular no SUS: desafios atuais no olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 6, jun. 2024b.

OLIVEIRA, S. S. *et al.* Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

²Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵ Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduanda em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC



DIRETRIZES CLÍNICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS PARA O MANEJO DE CONDIÇÕES COMPLEXAS: DO SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS AO CÂNCER DE MAMA E DOENÇAS NEUROLÓGICAS HEREDITÁRIAS

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Manguiera de Almeida³
- ▶ Vanessa Bonfim Mendes⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Francis Túlhio Ventura Eleutério⁸
- ▶ Suzannie Roberta dos Santos Câmara⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O manejo de condições complexas, como a síndrome dos ovários policísticos (SOP), o câncer de mama e as doenças neurológicas hereditárias, exige diretrizes clínicas bem fundamentadas e baseadas em evidências científicas. A aplicação dessas diretrizes é crucial para otimizar os resultados terapêuticos e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. **OBJETIVO:** Analisar as diretrizes clínicas baseadas em evidências mais eficazes para o manejo de condições complexas, como síndrome dos ovários policísticos, câncer de mama e doenças neurológicas hereditárias, visando fornecer recomendações práticas para o tratamento e acompanhamento dessas condições. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi conduzida para responder à questão de pesquisa: "Quais são as diretrizes clínicas baseadas em evidências mais eficazes para o manejo de condições complexas, como síndrome dos ovários policísticos, câncer de mama e doenças neurológicas hereditárias?" A busca foi realizada nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando os descritores *Women's Health*, *Child Health*, e *Multidisciplinary*, abrangendo o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2024. Após a análise inicial de títulos e resumos, foram selecionados três artigos que atendiam

aos critérios de inclusão, focando nas diretrizes clínicas baseadas em evidências para o manejo das condições mencionadas. Esses artigos foram avaliados em relação à qualidade metodológica e relevância para a questão de pesquisa proposta. **RESULTADOS:** As diretrizes clínicas baseadas em evidências para o manejo de condições complexas, como SOP, câncer de mama e doenças neurológicas hereditárias, como a doença de *Charcot-Marie-Tooth* (CMT), incluem recomendações desenvolvidas a partir de rigorosas revisões sistemáticas e consenso internacional. No caso da SOP, as diretrizes internacionais mais recentes, que envolvem uma abordagem multidisciplinar, enfatizam a necessidade de uma avaliação aprimorada, utilizando critérios diagnósticos refinados, como os níveis de hormônio anti-Mülleriano (AMH) como alternativa ao ultrassom, e uma maior consideração dos fatores metabólicos, cardiovasculares e psicológicos associados. Para o câncer de mama, as diretrizes sugerem uma estratégia de implementação faseada em ambientes com recursos limitados, começando pela ampliação da capacidade de cuidados paliativos e fortalecimento do caminho do paciente, com uma abordagem dinâmica entre centralização e descentralização dos serviços. Já para as doenças neurológicas hereditárias como a CMT, as diretrizes recomendam o manejo de sintomas como fraqueza muscular, problemas de equilíbrio e dor, com foco na manutenção da função muscular, mobilidade e qualidade de vida, além de enfatizar o acesso a cuidados multidisciplinares. Em todos esses contextos, a aplicação dessas diretrizes visa garantir cuidados consistentes, eficazes e baseados em evidências, com uma forte ênfase na educação dos profissionais de saúde, envolvimento do paciente e adaptação das práticas conforme as realidades locais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As diretrizes clínicas baseadas em evidências para o manejo de condições complexas como SOP, câncer de mama e doenças neurológicas hereditárias destacam a importância de abordagens multidisciplinares e adaptativas. A implementação eficaz dessas diretrizes, considerando as especificidades de cada condição, é essencial para otimizar o tratamento e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVES: Câncer de Mama; Gerenciamento Clínico; Síndrome do Ovário Policístico; Tratamento

REFERÊNCIAS

MUTEBI, M. *et al.* Breast cancer treatment: A phased approach to implementation. **Cancer**, v. 126, n. S10, p. 2365–2378, 15 maio 2020.

TEEDE, H. J. *et al.* Recommendations From the 2023 International Evidence-based Guideline for the Assessment and Management of Polycystic Ovary Syndrome. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 108, n. 10, p. 2447–2469, 18 set. 2023.

YIU, E. M. *et al.* Clinical practice guideline for the management of paediatric Charcot-Marie-Tooth disease. **Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry**, v. 93, n. 5, p. 530–538, maio 2022.

¹Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

² Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³ Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴ Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵ Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL: AVALIAÇÃO, EFICIÊNCIA E EQUIDADE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Manguiera de Almeida³
- ▶ Vanessa Bonfim Mendes⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Francis Túlhio Ventura Eleutério⁸
- ▶ Suzannie Roberta dos Santos Câmara⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Atenção Primária à Saúde (APS) é um componente essencial para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, representando o primeiro ponto de contato da população com os serviços de saúde. No entanto, enfrenta desafios estruturais e organizacionais que impactam sua eficiência e equidade. Este artigo busca avaliar as inovações implementadas na gestão da APS e como essas transformações influenciam os indicadores de desempenho e acesso no SUS. **OBJETIVO:** Identificar as principais barreiras e avanços na gestão da APS, oferecendo uma análise crítica sobre sua contribuição para a melhoria da saúde pública no país. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi conduzida para responder à questão de pesquisa: "Quais são os desafios e inovações na gestão da Atenção Primária à Saúde no Brasil, e como esses fatores influenciam a eficiência, avaliação e equidade no Sistema Único de Saúde?" A busca foi realizada nas bases de dados PubMed e Scopus, utilizando os descritores *SUS Management*, *Financing Models*, e *Public Health Care*, sem restrição de período ou idioma. Após a análise de títulos e resumos, foram selecionados quatro artigos que atenderam aos critérios estabelecidos para a revisão. **RESULTADOS:** Os

desafios e inovações na gestão da APS no Brasil estão intimamente relacionados a diversas estratégias implementadas nos últimos anos. A criação da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) em 2019 trouxe novos desafios, como a ampliação do acesso aos serviços, a definição de um novo modelo de financiamento baseado em resultados e eficiência, a formação de médicos de família para áreas remotas, e o fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional. Além disso, houve um foco na expansão da informatização das unidades de saúde e na implementação de prontuários eletrônicos. Em termos de inovação, o modelo de avaliação e financiamento da APS foi reformulado com base em estudos internacionais e discussões com representantes dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, buscando corrigir distorções distributivas e aumentar a eficiência e a qualidade do serviço prestado. Esse novo modelo propõe avaliar os serviços de saúde com base na percepção da população, como demonstrado na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS-2019), que revelou a necessidade de melhorar os serviços em diversas regiões, apesar de uma avaliação mais positiva por parte da população idosa. A equidade, um tema central do SUS, também se reflete na busca por políticas que garantam a distribuição de medicamentos e tratamentos adequados, como no caso dos usuários de antipsicóticos atípicos, onde fatores como apoio familiar e acesso à saúde privada foram identificados como determinantes importantes para o estado de saúde dos pacientes. Em relação às intervenções coletivas, a pesquisa sobre a gestão da obesidade mostrou a eficácia de estratégias de nutrição coletiva dentro da APS, contribuindo para a melhoria da saúde pública. Esses esforços são indicativos de uma mudança estrutural e de avaliação da APS no Brasil, com um foco crescente na eficiência, avaliação contínua e na redução das desigualdades no acesso e nos resultados dos serviços de saúde oferecidos à população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As inovações na gestão da APS no Brasil têm promovido avanços na eficiência e equidade dos serviços de saúde, embora desafios como a distribuição desigual de recursos ainda persistam. A reestruturação do modelo de avaliação e financiamento tem potencial para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento à população.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Equidade em Saúde; Gestão em Saúde; Sistema Único de Saúde

REFERÊNCIAS

- DE FREITAS, P. P. *et al.* Protocol of Randomized Controlled Community Trial (RCCT) for obesity management in Brazilian primary health care. **BMC Health Services Research**, v. 24, n. 1, p. 1197, 8 out. 2024.
- PINTO, L. F. *et al.* Innovations in the national household random sampling in Brazilian National Health Survey: results from Starfield and Shi's adult primary care assessment tool (PCAT). **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 1, p. 113, 1 dez. 2021.
- SELLERA, P. E. G. *et al.* Monitoramento e avaliação dos atributos da Atenção Primária à Saúde em nível nacional: novos desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1401–1412, abr. 2020.

ZUPPO, I. DE F. *et al.* Health equity and the usage of atypical antipsychotics within the Brazilian national health system: findings and implications. **Expert Review of Pharmacoeconomics & Outcomes Research**, v. 21, n. 4, p. 743–751, 4 jul. 2021.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

² Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³ Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴ Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵ Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DO MANEJO E DO CUIDADO EM DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS (IBD): BARREIRAS, CUSTOS E ABORDAGENS INOVADORAS

- ▶ Lívia de Paula Soares¹
- ▶ Maria Carolina Dias Rego²
- ▶ Caio Vinicius de Oliveira Santos³
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁴
- ▶ Jaiani Iacha Spolti⁵
- ▶ Brenda Figueiredo Souza⁶
- ▶ Manuela Alves de Carvalho Simões⁷
- ▶ Igor Amâncio Rodrigues Ribeiro⁸
- ▶ Lucas Alexandre Virgínio⁹
- ▶ José Luiz Tamarino Rodrigues¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças inflamatórias intestinais (IBD), representam desafios significativos no manejo clínico devido à complexidade de seu tratamento e ao impacto na qualidade de vida dos pacientes. A gestão eficaz dessas condições é frequentemente dificultada por barreiras econômicas, limitações no acesso a cuidados especializados e variações nas abordagens terapêuticas. **OBJETIVO:** Identificar abordagens inovadoras para superar as barreiras e reduzir os custos no manejo das IBD. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com a questão de pesquisa: "Quais são os desafios e as estratégias mais eficazes para melhorar o manejo e cuidado das doenças inflamatórias intestinais, levando em consideração barreiras, custos e abordagens inovadoras no tratamento e na qualidade do cuidado?" A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, ScienceDirect e Scopus, utilizando os descritores: *gastroenterology AND secondary AND care OR tertiary AND care AND barriers OR challenges*. Não houve restrição quanto ao período de publicação ou idioma dos artigos. A seleção dos estudos foi feita com base em sua relevância para a questão de pesquisa,

considerando os desafios no manejo das IBD, barreiras no acesso ao tratamento, custos e inovações terapêuticas. **RESULTADOS:** Os desafios no manejo das doenças inflamatórias intestinais incluem a falta de treinamento formal em tomadas de decisão compartilhada (SDM), o desconhecimento sobre as diretrizes de SDM e a escassez de recursos para diagnóstico e tratamento adequados. Além disso, o custo crescente do tratamento de IBD é um problema, devido à necessidade de tratamentos prolongados e monitoramento intensivo. Para superar esses obstáculos, estratégias eficazes envolvem a implementação de treinamento em SDM para médicos, a integração de ferramentas digitais, como registros de pacientes visíveis no sistema eletrônico de saúde, e o uso de fluxos de trabalho acelerados para diagnóstico. As abordagens inovadoras incluem modelos de saúde baseados em valor, que integram cuidados e focam na participação do paciente, além de promover a colaboração internacional para avaliar modelos de cuidado mais eficazes e acessíveis. A educação de profissionais de saúde, pacientes e formuladores de políticas é essencial para melhorar a gestão de IBD e reduzir os custos indiretos associados à doença. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gestão eficaz das doenças inflamatórias intestinais exige a superação de barreiras econômicas e logísticas por meio de inovações como treinamento em SDM, ferramentas digitais e modelos baseados em valor. Essas estratégias podem melhorar o cuidado e reduzir custos, promovendo uma abordagem mais acessível e eficiente no tratamento das IBD.

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Doenças Inflamatórias Intestinais; Educação em Saúde; Ensaio Clínico como Assunto; Psicologia;

REFERÊNCIAS

- BLUM, L.; JARACH, C. M.; ELLEN, M. E. Perceptions of shared decision making in gastroenterology and inflammatory bowel disease: A qualitative analysis. **Patient Education and Counseling**, v. 115, p. 107877, out. 2023.
- BURISCH, J. *et al.* The cost of inflammatory bowel disease in high-income settings: a Lancet Gastroenterology & Hepatology Commission. **The Lancet Gastroenterology & Hepatology**, v. 8, n. 5, p. 458–492, maio 2023.
- PRIYANATH GUPTA, A. *et al.* Health information technology tools to accelerate gastrointestinal evaluation in patients with iron deficiency anaemia: a cluster randomised controlled trial. **BMJ Open Quality**, v. 13, n. 2, p. e002565, 15 abr. 2024.

¹ Residência em clínica médica, IAMSPE

² Clínica Médica – Iamspe, Hospital do Servidor Público do Estado

³ Pós-Graduando em Fisioterapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal, Faculdade Inspirar

⁴ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁵ Graduanda em Medicina, Faculdade de Medicina de Valença RJ - UNIFAA

⁶ Graduanda em Medicina, Alfenas Mg - UNIFENAS

⁷ Graduanda em Medicina, Faculdade de Medicina de Itajubá

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Professor Edson Antônio Vellano - Unifenas - Alfenas

⁹ Graduado em Odontologia, Facene RN

¹⁰ Graduanda em Medicina, Pontífice Universidade Católica MG, PUC Poços de Caldas

DESAFIOS E ASPECTOS RELACIONADOS ÀS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT) NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: PREVALÊNCIA, QUALIDADE DE VIDA E POLÍTICAS PÚBLICAS

- ▶ Júlia Oliveira Perez¹
- ▶ Matheus Fernandes Ribeiro Costa²
- ▶ Leirivania Silva Mesquita³
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁴
- ▶ Maria Clara Pereira Pimentel⁵
- ▶ Lucas Lopes Barbosa⁶
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁷
- ▶ Welison da Silva Ferreira Sá⁸
- ▶ Lucas Alexandre Virgínio⁹
- ▶ Lucas Vieira Aguiar Sousa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, têm se tornado uma preocupação crescente para a saúde pública no Brasil, afetando milhões de pessoas e comprometendo a qualidade de vida. A prevalência dessas condições está associada a fatores como estilo de vida inadequado, falta de acesso a cuidados de saúde e deficiências nas políticas públicas. Este estudo visa explorar os desafios enfrentados pela população brasileira no enfrentamento das DCNT e como as políticas públicas influenciam a prevenção e o tratamento dessas doenças. Compreender esses aspectos é essencial para melhorar a resposta governamental e os resultados em saúde. **OBJETIVO:** Avaliar a relação entre as DCNT, as políticas públicas e a qualidade de vida dos indivíduos afetados. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura com a questão de pesquisa: "Quais são os desafios relacionados às doenças crônicas não transmissíveis na população brasileira, e como as políticas públicas influenciam a prevalência dessas doenças e a qualidade de vida dos indivíduos afetados?" A busca foi realizada nas bases de

dados BVS e SciELO, utilizando os descritores: Políticas Públicas de Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Atenção Primária em Saúde. Não houve restrição quanto ao período de publicação ou idioma dos artigos. Foram selecionados três artigos que discutem os desafios enfrentados pela população brasileira em relação às DCNT, os impactos das políticas públicas na prevalência dessas doenças e como a atenção primária em saúde contribui para a qualidade de vida dos indivíduos afetados. A análise dos estudos focou nos fatores relacionados ao sistema de saúde e às estratégias de intervenção utilizadas para a prevenção e manejo das DCNT. **RESULTADOS:** As doenças crônicas não transmissíveis representam um grave desafio para a saúde pública no Brasil, especialmente em municípios do Nordeste, onde a oferta de programas e serviços de saúde é frágil. A falta de estratégias eficazes na promoção de saúde e educação, aliada à predominância de estudos voltados para o reconhecimento de perfis de pacientes com hipertensão e diabetes, contribui para o cuidado fragmentado. A realidade encontrada em unidades básicas de saúde, como nas UBS de Pelotas, mostra que mulheres, idosos e pessoas de classe social baixa apresentam qualidade de vida inferior, principalmente em doenças do sistema nervoso e mental. Nas populações idosas, a prevalência de DCNT, como hipertensão e diabetes, é crescente, refletindo o perfil nacional. A falta de um cuidado integral, aliado a fatores sociais e econômicos, agrava ainda mais os impactos dessas doenças. As políticas públicas de saúde precisam ser mais eficazes para superar esses desafios, promovendo a integração dos serviços e garantindo atendimento adequado. Além disso, é essencial que mais estudos sejam realizados para identificar as demandas específicas dos gestores e usuários, a fim de aprimorar a implementação de estratégias para a redução da prevalência das DCNT e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos afetados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As doenças crônicas não transmissíveis representam um desafio crescente para a saúde pública no Brasil, com impactos significativos na qualidade de vida. A eficácia das políticas públicas e a integração dos serviços de saúde são fundamentais para a prevenção e manejo adequado dessas condições

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Doença Crônica; Fatores de Risco; Prevalência

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. S. S. DE *et al.* Prevalência de Doenças Crônicas não Transmissíveis em Idosos de uma Cidade do Interior da Bahia. **Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 11, n. 38, p. 652–662, 30 nov. 2017.
- AZEVEDO, A. L. S. DE *et al.* Doenças crônicas e qualidade de vida na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1774–1782, set. 2013.
- COELHO, A. C. R. *et al.* Os principais desafios das políticas públicas de saúde para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis em municípios do Nordeste brasileiro. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 31, n. 2, 2023.

¹ Graduada em Medicina, Universidade de Uberaba (Uniupe)

² Graduando em Medicina, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

³ Pós-Graduada em Saúde Pública e UTI, Uniateneu

⁴ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁵ Graduanda em Biomedicina, Centro Universitário UNA de Uberlândia - UNA

⁶ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

⁷ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁸ Graduado em Enfermagem, Residente em Neurologia, Hospital de Clínicas de Passo Fundo - HCPF

⁹ Graduado em Odontologia, Facene RN

¹⁰ Pós-Graduado em Saúde na Educação, Universidade Estadual Vale Do Acaraú - UEVA



AVANÇOS NO DIAGNÓSTICO E MANEJO DO LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha¹
- ▶ Loreнна da Silva Santos Cantarutti²
- ▶ Felipe de Assis Rocha Lima³
- ▶ Aline Magalhães Vargas⁴
- ▶ Ayana Cavalcante da Paz⁵
- ▶ Priscylla Lucena Santos⁶
- ▶ Felipe Oliveira Miranda de Melo⁷
- ▶ Enoque Alves Nunes⁸
- ▶ Maria Beatriz Nunes de Figueiredo⁹
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença autoimune crônica e multifatorial, caracterizada por períodos de atividade inflamatória e remissão. Embora sua etiologia ainda não seja completamente compreendida, acredita-se que fatores genéticos, ambientais, hormonais e imunológicos desempenham papéis significativos em seu desenvolvimento. Essa complexidade clínica é refletida na diversidade de manifestações, que podem comprometer múltiplos órgãos, como pele, rins, articulações e sistema nervoso. Nos últimos anos, avanços no diagnóstico precoce e no manejo clínico têm proporcionado

¹ Graduanda em Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Graduada em Medicina, Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

³ Graduado em Medicina, Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS

⁴ Graduada em Medicina, Universidade de Caxias do Sul - UCS

⁵ Graduada em Medicina, Centro Universitário Uninovafapi

⁶ Graduada em Medicina, União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Maurício de Nassau - Uninassau

⁸ Graduado em Medicina, Universidade Federal de Jataí - UFJ

⁹ Graduado em Medicina, Centro Universitário Maurício de Nassau - Uninassau

¹⁰ Graduado em Medicina, Centro Universitário do Estado do Pará

melhor qualidade de vida aos pacientes. A introdução de biomarcadores específicos, técnicas de imagem de alta sensibilidade e tratamentos imunomoduladores mais eficazes têm transformado o panorama do LES.

OBJETIVO: Apresentar uma revisão sobre os avanços no diagnóstico e no manejo do LES, destacando a importância das novas tecnologias diagnósticas, como biomarcadores e testes de imagem. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados no período de 2010 a 2024. A busca sistemática foi conduzida nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2024. Utilizou-se descritores em ciências da saúde (DeCs) relacionados com os avanços no diagnóstico e manejo dos lúpus eritematoso sistêmico, incluindo termos como: “lúpus eritematoso sistêmico”, “diagnóstico”, “terapias avançadas” e “imunobiológicos”, combinados com os operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram incluídos artigos originais, meta-análises e estudos qualitativos. Houve a exclusão de estudos não disponíveis na íntegra e duplicados. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por revisão em pares, garantindo a robustez dos resultados apresentados. Por fim, alcançou-se uma amostra final de 3 estudos. **RESULTADOS:** Os avanços no diagnóstico do LES incluem o desenvolvimento de biomarcadores mais específicos, como os anticorpos anti- Smith e os anticorpos contra peptídeos citrulinados, que têm demonstrado maior sensibilidade e especificidade. Além disso, a introdução de tecnologias de imagem avançada, como ressonância magnética com contraste específico para inflamações, tem auxiliado na identificação precoce de danos em órgãos. No manejo terapêutico, os imunobiológicos, como o belimumabe, têm se destacado por reduzir a atividade da doença e prevenir recaídas, com perfil de segurança favorável em comparação aos imunossupressores tradicionais. Outro avanço significativo foi a adoção de estratégias personalizadas baseadas no perfil imunológico de cada paciente, permitindo tratamentos mais eficazes e menos tóxicos. Apesar dos avanços, os desafios permanecem. Muitos pacientes ainda enfrentam barreiras no acesso às novas terapias, devido ao alto custo e à disponibilidade limitada nos sistemas de saúde pública. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os avanços no diagnóstico e manejo do LES têm transformado o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes, permitindo uma abordagem mais precisa e eficaz. A incorporação de biomarcadores e terapias personalizadas representa um marco na medicina de precisão aplicada às doenças autoimunes. A ampliação do acesso às novas tecnologias e medicamentos é essencial para garantir que esses avanços beneficiem uma parcela maior da população com LES.

PALAVRAS-CHAVES: Biomarcadores; Diagnóstico; Lúpus Eritematoso Sistêmico; Tratamento

REFERÊNCIAS

CASTELO, L. B.; OLIVEIRA, T. R. Avanços no tratamento do lúpus eritematoso sistêmico. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 63, n. 2, p. 120-130, 2023.

MALIK, P.; SINGH, S. Advances in the management of systemic lupus erythematosus. **International Journal of Autoimmune Diseases**, v. 45, n. 3, p. 205-212, 2024.

TANG, Y.; LIU, Z. Emerging biomarkers in lupus diagnosis. **Clinical Immunology Journal**, v. 78, n. 5, p. 345-355, 2022.



AÇÕES DE EXTENSÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PROMOÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM COMUNIDADES DO INTERIOR DO PIAUÍ

- ▶ Luan Bernardino Montes Santos¹
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante²
- ▶ Daniela dos Santos Mangueira de Almeida³
- ▶ Maria Luanna Diogo Castro⁴
- ▶ Willian Lucas da Silva Coelho⁵
- ▶ Isabella Beatriz de Sousa Lima⁶
- ▶ João Lucas dos Reis Cozer⁷
- ▶ Francis Túlhio Ventura Eleutério⁸
- ▶ Suzannie Roberta dos Santos Câmara⁹
- ▶ Luiz Filipe Santos Costa¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) configuram-se como um desafio significativo para a saúde pública, tendo em vista que estão associadas a um elevado índice de mortalidade, incapacidades prolongadas, declínio na qualidade de vida e uma considerável sobrecarga nos sistemas de saúde. Além disso, essas condições geram altos custos para os serviços médicos e para a previdência social, exigindo ações eficazes de prevenção, diagnóstico e tratamento. Dentre as DCNT mais comuns estão doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e doenças respiratórias crônicas, que impactam diretamente a população adulta e idosa. **OBJETIVO:** Relatar as experiências de ações de extensão voltadas para a conscientização sobre as DCNT, realizadas junto aos usuários da Estratégia Saúde da Família (ESF) em uma cidade do interior do Piauí. As atividades ocorreram durante o período de março a agosto de 2024, com a participação de adultos e idosos atendidos nas unidades básicas de saúde. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi qualitativa, baseada no relato de experiência, com ênfase na análise das ações educacionais desenvolvidas e seus impactos na promoção da saúde. **RESULTADOS:** As atividades de extensão consistiram

principalmente em rodas de conversa e dinâmicas interativas, abordando temas fundamentais para a prevenção e o controle das DCNT. As reuniões quinzenais ofereciam um espaço aberto para discussão, permitindo que os participantes compartilhassem suas dúvidas e vivências em relação aos problemas de saúde enfrentados. As temáticas abordadas incluíram a importância de uma alimentação equilibrada, a prática regular de exercícios físicos, o controle das doenças crônicas e o autocuidado. Durante as sessões, buscou-se desmistificar crenças populares e fornecer informações baseadas em evidências científicas, promovendo um ambiente descontraído, mas ao mesmo tempo educativo, que favoreceu a troca de saberes. Um dos principais resultados observados foi o fortalecimento do vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade local. O estreitamento desse laço foi crucial para o sucesso das atividades, pois a confiança mútua facilitou a adesão dos participantes às orientações fornecidas. Além disso, as ações contribuíram para a capacitação da população, permitindo que os usuários adotassem comportamentos mais saudáveis e fizessem escolhas informadas no que diz respeito ao cuidado com sua saúde. O uso de materiais educativos lúdicos, como cartazes e folhetos ilustrativos, também desempenhou um papel fundamental nesse processo, tornando as informações mais acessíveis e compreensíveis para os participantes, especialmente para aqueles com menor escolaridade. Outro aspecto importante foi o impacto das ações de extensão na formação acadêmica dos estudantes envolvidos. Durante as atividades, os alunos tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nas práticas pedagógicas, aprimorando suas habilidades no campo da educação em saúde. Essa vivência permitiu que os futuros profissionais de saúde compreendessem as dificuldades e as necessidades reais da comunidade, além de desenvolverem uma abordagem mais empática e adequada à realidade do público atendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que as ações de extensão realizadas nas unidades de saúde da família desempenharam um papel fundamental na disseminação de informações relevantes e baseadas em evidências sobre as DCNT. A utilização de metodologias dinâmicas e participativas contribuiu significativamente para a conscientização da população, ao mesmo tempo em que fortaleceu o processo de formação dos estudantes e o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade. Dessa forma, as atividades de extensão se revelaram uma estratégia eficaz na promoção de hábitos saudáveis e na melhoria da qualidade de vida dos usuários do sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Educação em Saúde; Extensão Comunitária; Promoção da Saúde

REFERÊNCIAS

ANTHONY JNR, B. Investigating the implementation of telehealth and digital technologies during public health crisis: A qualitative review. **The International Journal of Health Planning and Management**, v. 38, n. 5, p. 1212–1227, 14 set. 2023.

FIGUEIREDO, A. E. B.; CECCON, R. F.; FIGUEIREDO, J. H. C. Doenças crônicas não transmissíveis e

suas implicações na vida de idosos dependentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 77–88, jan. 2021.

MALTA, D. C. *et al.* Doenças Crônicas Não Transmissíveis na Revista Ciência & Saúde Coletiva: um estudo bibliométrico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4757–4769, dez. 2020.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Atenas Paracatu

² Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Uninovafapi

³ Graduada em Enfermagem, Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

⁴ Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

⁵ Graduado em Odontologia, Associação Caruaruense de Ensino Superior - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)

⁶ Pós-Graduada em Enfermagem Obstétrica, Unieducacional

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

¹⁰ Mestre em Biomedicina, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC

COMORBIDADES ASSOCIADAS A DOR CRÔNICA: ABORDAGENS DIAGNÓSTICAS E CLÍNICAS

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha ¹
- ▶ Renato Discacciati ²
- ▶ Victor Santana Correia Scalabrini ³
- ▶ Natália Emilio de Sousa ⁴
- ▶ Lívia Zizi Gaeski Passuello ⁵
- ▶ Luis Fernando Garcia Severo Batista Filho ⁶
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães ⁷
- ▶ Melissa Franciely Batista Marques ⁸
- ▶ Paula Fernandes Costa Silva ⁹
- ▶ João Vitor Dourado de Oliveira Nogueiro ¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A dor crônica é uma condição debilitante que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, sendo frequentemente associada a comorbidades físicas e psicológicas que complicam seu manejo clínico. Identificar e abordar essas comorbidades é fundamental para um diagnóstico e tratamento eficazes. Contudo, lacunas no conhecimento sobre a integração de abordagens multidisciplinares permanecem. Este estudo tem como objetivo revisar as estratégias diagnósticas e clínicas utilizadas no manejo de comorbidades associadas à dor crônica. **OBJETIVO:** Analisar as principais abordagens diagnósticas e terapêuticas relacionadas às comorbidades frequentemente associadas à dor crônica, visando identificar práticas baseadas em evidências para melhorar o manejo clínico. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados no período de 2010 a 2024. A busca sistemática foi conduzida nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em dezembro de 2024. Foram utilizados descritores em Ciências da Saúde (DeCS) relacionados ao tema das comorbidades associadas à dor crônica e às abordagens diagnósticas e clínicas, incluindo termos como: “dor crônica”, “comorbidades” e “abordagens clínicas”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Os critérios

de inclusão envolveram artigos originais, revisões sistemáticas, meta-análises e estudos qualitativos que abordassem o tema proposto, disponíveis na íntegra em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos duplicados, estudos sem acesso completo e aqueles que não apresentassem relevância direta ao tema. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por meio de revisão em pares, seguindo critérios previamente estabelecidos para garantir a robustez e a confiabilidade dos resultados. Após a triagem e a análise crítica dos textos selecionados, foi obtida uma amostra final de 3 estudos que abordam as principais comorbidades associadas à dor crônica e estratégias clínicas para seu manejo. **RESULTADOS:** Os estudos analisados indicaram que condições como ansiedade, depressão e distúrbios do sono estão entre as comorbidades mais frequentes associadas à dor crônica. Diagnósticos precoces dessas condições foram relacionados a melhores desfechos terapêuticos. Estratégias como terapias cognitivo-comportamentais, uso de medicamentos moduladores da dor neuropática e intervenções multidisciplinares foram destacadas como as mais eficazes no manejo dessas condições. No entanto, a integração entre os cuidados primários e especializados ainda representa um desafio. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que o manejo da dor crônica exige uma abordagem multidimensional que inclua o diagnóstico e o tratamento de comorbidades associadas. É essencial que profissionais de saúde estejam capacitados para identificar essas condições precocemente e aplicar intervenções baseadas em evidências. Estudos futuros devem focar na implementação de protocolos integrados que abordem tanto a dor quanto suas comorbidades.

PALAVRAS-CHAVES: Abordagem Clínica; Comorbidades; Diagnóstico; Dor crônica; Manejo Terapêutico

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A.; VALLE, S. O.; PEREIRA, D. A. Comorbidades psiquiátricas em pacientes com dor crônica: revisão de literatura. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 1-8, 2022.

FERREIRA, A. M.; SILVA, T. R.; CARVALHO, F. C. Avaliação da relação entre dor crônica e síndrome metabólica: uma abordagem clínica. **Revista Brasileira de Reumatologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 5, p. 205-212, 2023.

MARTINS, L. J.; SANTOS, P. M. Estratégias diagnósticas e terapêuticas na dor crônica associada a transtornos somáticos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v. 29, n. 8, p. 1657-1665, 2024.

¹ Graduada em Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Médico, Universidade Federal do Pará

³ Médico, FEPECS

⁴ Médica, Universidade de Taubaté

⁵ Acadêmica de Medicina, Universidade Anhembí Morumbi

⁶ Acadêmico de Medicina, Universidade Anhembí Morumbi

⁷ Médico, Centro Universitário do Estado do Pará

⁸ Acadêmica de Medicina, Universidade Anhembí Morumbi

⁹ Médica, Universidade de Taubaté

¹⁰ Médico, Zarns

FATORES CAUSADORES DA CISTITE EM MULHERES E ESTRATÉGIAS CLÍNICAS DE TRATAMENTO

- ▶ Antonieta Maria Salgado Juncal¹
- ▶ Loreнна da Silva Santos Cantarutti²
- ▶ Maria Beatriz Nunes de Figueiredo Medeiros³
- ▶ Tarcísio Arêdes Oliveira⁴
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães⁵
- ▶ Priscylla Lucena Santos⁶
- ▶ Isabella Heloiza Santana da Silva⁷
- ▶ Tatianne Oliveira Ribeiro⁸
- ▶ Priscila Nunes Martins de Almeida⁹
- ▶ Aline Magalhães Vargas¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A cistite, caracterizada como uma infecção do trato urinário inferior, afeta predominantemente mulheres, devido a fatores anatômicos e fisiológicos específicos, como a curta extensão da uretra e sua proximidade com o canal anal. A condição, comumente associada a sintomas como disúria, urgência urinária e dor suprapúbica, é majoritariamente causada por agentes bacterianos, principalmente a *Escherichia coli*. Além de suas causas biológicas, aspectos comportamentais e de estilo de vida, como frequência de relações sexuais, uso inadequado de contraceptivos e hábitos de higiene pessoal, desempenham um papel significativo no desenvolvimento da cistite. Embora a doença seja frequentemente tratada com antibióticos, a crescente resistência bacteriana tem gerado preocupações na comunidade médica, destacando a necessidade de estratégias alternativas de manejo. Assim, o estudo das causas e das abordagens clínicas para a cistite é crucial, especialmente no contexto do aumento da resistência antimicrobiana e da busca por tratamentos menos invasivos e mais eficazes. **OBJETIVO:** Apresentação das finalidades do estudo, atender ao tema proposto. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados no período de 2010 a 2024. A busca sistemática foi conduzida nas bases de dados Scientific

Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2024. Utilizou-se descritores em ciências da saúde (DeCs) relacionados com os fatores causadores da cistite em mulheres e as estratégias clínicas de tratamento, incluindo termos como: “estratégias clínicas”, “cistite em mulheres” e “tratamento”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos originais, meta-análises e estudos qualitativos. Houve a exclusão de estudos não disponíveis na íntegra e duplicados. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por revisão em pares, garantindo a robustez dos resultados apresentados. Por fim, alcançou-se uma amostra final de 3 estudos. **RESULTADOS:** Os resultados mostram que os fatores mais prevalentes incluem infecções bacterianas, principalmente causadas por *Escherichia coli*, alterações na microbiota vaginal, práticas inadequadas de higiene íntima e uso de espermicidas. Estratégias clínicas eficazes englobam o uso de antibióticos, como nitrofurantoína e fosfomicina, aliadas a medidas preventivas, como hidratação adequada, higienização correta e uso de probióticos. A resistência antimicrobiana, no entanto, tem desafiado a eficácia dos tratamentos convencionais, exigindo abordagens inovadoras, como imunoterapia e fitoterápicos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A cistite em mulheres está associada a múltiplos fatores, sendo essencial uma abordagem integrada para o manejo clínico. O diagnóstico precoce, associado a estratégias terapêuticas personalizadas, pode reduzir a recorrência e minimizar os impactos na saúde. Estudos futuros devem explorar novas opções terapêuticas e reforçar a conscientização sobre medidas preventivas.

PALAVRAS-CHAVES: Cistite; Infecção Urinária; Mulheres; Tratamento; Prevenção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fabiana M.; SILVA, Larissa R.; SANTOS, Amanda C. Prevalência de cistite em mulheres: fatores predisponentes e estratégias de prevenção. **Revista Brasileira de Saúde Feminina**, v. 12, n. 3, p. 45-51, 2022.
- FIGUEIREDO, Mariana T.; OLIVEIRA, Renata P.; SOUZA, Bruna L. Abordagens clínicas e farmacológicas no tratamento da cistite recorrente em mulheres. **Jornal de Urologia e Ginecologia**, v. 29, n. 1, p. 15-22, 2023.
- SANTOS, Camila A.; LOPES, Fernanda M.; FERREIRA, João P. Fatores de risco associados à cistite: uma revisão baseada em estudos populacionais. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n. 2, p. 28-35, 2023.

¹ Médica, Universidade de Gurupi - UNIRG

² Médica, Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

³ Médica, Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

⁴ Médico, Universidad Maria Auxiliadora - UMAX

⁵ Médico, Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA

⁶ Médica, União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

⁷ Médica, Faculdade Morgana Potrich - FAMP

⁸ Médica, Universidade de Gurupi - UNIRG

⁹ Acadêmica de Medicina, UNIRV

¹⁰ Médica, Universidade de Caxias do Sul

MANEJO CLÍNICO DO PÉ DIABÉTICO E SUAS COMPLICAÇÕES

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha ¹
- ▶ Natália Emilio de Sousa ²
- ▶ Roberta Cristina Galvão Torres ³
- ▶ Yoel Raydel Marzán De la Rosa ⁴
- ▶ Júlia Bueno Maldonado ⁵
- ▶ Aliandro Willy Duarte Magalhães ⁶
- ▶ Renato Discacciati ⁷
- ▶ Lucas Silva Rodrigues ⁸
- ▶ Maria Luísa Almeida Gonçalves de Lima ⁹
- ▶ Bruno de Campos Secco ¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O pé diabético é uma das complicações mais graves do diabetes mellitus, representando um dos principais fatores de morbidade e mortalidade em pacientes acometidos. A condição está relacionada a infecções, ulcerações e amputações, exigindo uma abordagem clínica cuidadosa. O manejo eficaz demanda estratégias baseadas em diagnósticos precisos, intervenção precoce e educação do paciente, além de cuidados preventivos que busquem minimizar o impacto da doença. **OBJETIVO:** Identificar as principais estratégias clínicas para o manejo do pé diabético, incluindo métodos diagnósticos, tratamentos e abordagens preventivas. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura para abordar o manejo clínico do pé diabético e suas complicações. A busca sistemática foi conduzida entre os anos de 2010 a 2024 nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se descritores em Ciências da Saúde (DeCs), como “pé diabético”, “manejo clínico” e “complicações do diabetes”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. A coleta de dados foi realizada em dezembro de 2024. Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas e meta-análises que abordassem intervenções clínicas, avanços no manejo preventivo e terapias voltadas para o pé diabético. Estudos duplicados, não

disponíveis na íntegra ou que não atendiam aos critérios de inclusão foram excluídos. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por meio de revisão em pares, garantindo a confiabilidade e a relevância dos resultados. Ao final, foram selecionados 3 estudos que atenderam aos critérios estabelecidos e embasaram a análise dos dados apresentados. **RESULTADOS:** A prevenção foi destacada como essencial, envolvendo cuidados básicos, como a inspeção diária dos pés, hidratação adequada e o uso de calçados apropriados. No diagnóstico, a avaliação vascular e neurológica mostrou-se fundamental para a identificação precoce de riscos. Em termos de tratamento, o manejo de úlceras requer intervenções multidisciplinares, como o desbridamento de tecidos, uso de curativos avançados e terapias tópicas antimicrobianas. Adicionalmente, o uso de tecnologias, como sensores de pressão plantar e monitoramento remoto, tem se mostrado eficaz para pacientes em acompanhamento contínuo. Por fim, a educação em saúde foi apontada como uma ferramenta indispensável, promovendo o autocuidado e reduzindo a necessidade de amputações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O manejo clínico do pé diabético requer uma abordagem integrada, com ênfase na prevenção, diagnóstico precoce e intervenções terapêuticas individualizadas. A formação de equipes multidisciplinares e o uso de tecnologias emergentes têm potencial para melhorar significativamente os desfechos clínicos, reduzindo complicações e garantindo uma melhor qualidade de vida aos pacientes.

PALAVRAS-CHAVES: Complicações; Diabetes; Manejo Clínico; Pé Diabético; Prevenção.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, M. M. B. DA F. *et al.* Propostas de cuidados ao indivíduo com pé diabético em tempo de pandemia do COVID-19 no Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, 2020.

LIRA, J. A. C. *et al.* Fatores associados ao risco de pé diabético em pessoas com diabetes mellitus na Atenção Primária. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021.

SANTOS, I. C. R. V. *et al.* Prevalência e fatores associados a amputações por pé diabético. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 3007–3014, out. 2013.

¹ Acadêmica de Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Médica, Universidade de Taubaté - UNITAU

³ Enfermeira, Faculdade de Roraimense de Ensino Superior

⁴ Médico, Universidade Federal de Pelotas - UFPel

⁵ Médica, FACERES

⁶ Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA

⁷ Médico, Universidade Federal do Pará

⁸ Acadêmico de Medicina, Centro Universitário de Brasília - CEUB

⁹ Médica, Universidade de Taubaté - UNITAU

¹⁰ Médico, Unicid

INTERVENÇÕES E FERRAMENTAS INOVADORAS NO CUIDADO INTENSIVO: GESTÃO DE ALARMES, PREVENÇÃO DE DELÍRIO E TERAPIAS OCUPACIONAIS PARA MELHORAR RESULTADOS EM UNIDADES CRÍTICAS

- ▶ Edinara Kovalski¹
- ▶ Giullia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As unidades de cuidados intensivos enfrentam desafios significativos para oferecer uma assistência centrada no paciente e melhorar os desfechos clínicos. Intervenções inovadoras, como a gestão de alarmes, a prevenção de delírio e as terapias ocupacionais, têm emergido como estratégias promissoras para mitigar esses desafios e humanizar o cuidado intensivo. Este estudo busca explorar como essas ferramentas podem influenciar a segurança, a qualidade do atendimento e a experiência dos pacientes em contextos críticos.

OBJETIVO: Avaliar o impacto das intervenções na melhoria dos resultados clínicos e na redução de complicações em unidades de cuidados intensivos. **METODOLOGIA:** Este estudo exploratório, baseado em

revisão integrativa da literatura, investigou como intervenções inovadoras, como gestão de alarmes, prevenção de delírio e terapias ocupacionais, impactam os resultados clínicos e a experiência dos pacientes em unidades de cuidados intensivos. A busca foi realizada na base de dados PubMed, utilizando os descritores *Public Health*, *Intensive Care Units* e *Bed Management*, abrangendo artigos publicados entre 2019 e 2024. Após a seleção inicial e análise dos resumos, três artigos atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados

criticamente. Os resultados foram organizados para destacar as abordagens inovadoras e seus efeitos nas unidades críticas. **RESULTADOS:** Intervenções inovadoras em unidades de cuidados intensivos demonstram impacto positivo nos resultados clínicos e na experiência dos pacientes. A gestão de alarmes com o uso do CEASE bundle reduziu a fadiga dos profissionais, melhorou a competência no manejo de alarmes e aprimorou a adesão às políticas, elevando a segurança e eficiência do cuidado. Na prevenção de delírio, modelos baseados em aprendizado de máquina, como o XGB, mostraram alta precisão na identificação de crianças em risco, permitindo intervenções precoces e personalizadas. Apesar disso, a eficácia foi menor em crianças menores de 24 meses, destacando a necessidade de aprimoramento em populações específicas. A terapia ocupacional precoce, por sua vez, demonstrou benefícios significativos na reabilitação de pacientes ventilados, com melhorias na mobilidade funcional, cognição e qualidade de vida após 90 dias. Os resultados indicam que intervenções diárias, como estimulação cognitiva e treino funcional, são viáveis e proporcionam avanços clínicos relevantes. Essas abordagens multidimensionais reforçam a importância de integrar estratégias personalizadas, baseadas em evidências, para otimizar tanto os desfechos clínicos quanto a experiência dos pacientes em ambientes críticos. Por fim, a consistência na prática e a inclusão de novas tecnologias, como a inteligência artificial, apontam para um futuro promissor na gestão de cuidados intensivos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Intervenções inovadoras, como a gestão de alarmes, a prevenção de delírio e a terapia ocupacional, evidenciam avanços significativos na segurança, qualidade do cuidado e experiência dos pacientes em unidades de cuidados intensivos. A integração de estratégias personalizadas e tecnologias emergentes fortalece o potencial para otimizar desfechos clínicos, destacando a necessidade de práticas consistentes e aprimoramento contínuo em populações específicas.

PALAVRAS-CHAVES: Deambulação Precoce, Erros Médicos, Modelos de Assistência à Saúde, Segurança do Paciente

REFERÊNCIAS

BOSMA, S.; CHRISTOPHER, R. Implementing a Unit-Based Alarm Management Bundle for Critical Care Nurses. **Critical Care Nurse**, v. 43, n. 2, p. 36–45, 1 abr. 2023.

LEI, L. *et al.* Machine learning-based prediction of delirium 24 h after pediatric intensive care unit admission in critically ill children: A prospective cohort study. **International Journal of Nursing Studies**, v. 146, p. 104565, out. 2023.

RAPOLTHY-BECK, A. *et al.* Efficacy of Early Enhanced Occupational Therapy in an Intensive Care Unit (EFFORT-ICU): A Single-Site Feasibility Trial. **The American Journal of Occupational Therapy**, v. 77, n. 6, 1 nov. 2023.

¹ Mestranda em Bioética, Psicóloga Hospitalar e da Saúde

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)



DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA GESTÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS: IMPACTOS PSICOLÓGICOS, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E MODELOS DE INTERVENÇÃO NO CUIDADO PRIMÁRIO

- ▶ Jorgiana Moura dos Santos¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas apresentam desafios complexos para o cuidado primário, envolvendo aspectos clínicos, psicológicos e sociais que demandam intervenções integradas e sustentáveis. Os impactos psicológicos dos pacientes, muitas vezes negligenciados, afetam diretamente a adesão ao tratamento e a qualidade de vida. Além disso, a alocação inadequada de recursos e a ausência de modelos de intervenção eficazes comprometem a eficiência dos serviços de saúde. **OBJETIVO:** Analisar os desafios enfrentados na gestão de doenças crônicas no cuidado primário, com ênfase nos impactos psicológicos dos pacientes, na alocação de recursos e na identificação de modelos de intervenção mais eficazes, visando propor estratégias para uma assistência mais integrada e centrada no paciente. **METODOLOGIA:** A pesquisa, de natureza exploratória, utilizou revisão integrativa da literatura. Realizada nas bases PubMed, Scopus e ScienceDirect, incluiu artigos publicados entre 2019 e 2024, em inglês, português e espanhol, selecionando 3 estudos após exclusão de duplicatas e análise crítica. **RESULTADOS:** A gestão de doenças crônicas no cuidado primário enfrenta desafios significativos, como os impactos psicológicos dos pacientes, que muitas vezes são negligenciados em relação aos aspectos físicos. No caso da doença renal crônica, por exemplo, os pacientes

experimentam não apenas a deterioração física, mas também dificuldades emocionais e sociais, sendo influenciados por crenças tradicionais que afetam sua adesão ao tratamento. Além disso, a alocação de recursos é um desafio crucial, com competição entre os cuidados de saúde e os serviços sociais, o que pode comprometer a continuidade do atendimento para doenças crônicas. A escassez de recursos torna ainda mais difícil a implementação de modelos de cuidados integrados que considerem as necessidades físicas e psicossociais dos pacientes. Modelos de intervenção eficazes incluem programas de manejo integrado, como os observados no cuidado de pacientes com DPOC, que reduziram a hospitalização e visitas ao pronto-socorro, evidenciando a importância de um cuidado contínuo e coordenado. A transparência e a consistência nas decisões de alocação de recursos também são essenciais para garantir o acesso equitativo ao atendimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gestão de doenças crônicas no cuidado primário exige intervenções integradas que considerem os aspectos físicos, psicológicos e sociais dos pacientes. Para superar os desafios identificados, é fundamental investir em modelos de manejo contínuo e coordenado, ampliar recursos e garantir a equidade na alocação, promovendo uma assistência centrada no paciente e capaz de melhorar a adesão ao tratamento e a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVES: Alocação de Recursos para a Atenção à Saúde, Atenção Primária à Saúde, Modelos de Assistência à Saúde, Promoção da Saúde

REFERÊNCIAS

BULATHWATTA, D. T.; RUDNIK, A.; BIDZAN, M. *All Good Without Anything Good. Beyond Survival: Understanding the Psychosocial Experiences of Individuals With Chronic Kidney Disease and Their Caregivers in Sri Lanka*. **Health Expectations**, v. 27, n. 4, ago. 2024.

LICKSKAI, C. *et al.* Quantifying sustained health system benefits of primary care-based integrated disease management for COPD: a 6-year interrupted time series study. **Thorax**, v. 79, n. 8, p. 725–734, ago. 2024.

MOS, P.; RECKERS-DROOG, V. Examining the underpinnings of decisions to allocate public resources to social care: A systematic review. **Social Science & Medicine**, v. 355, p. 117093, ago. 2024.

¹ Mestranda em Ciências da Saúde, Faculdade Unoeste

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneval (Universidade Estadual de Alagoas)

AVANÇOS E DESAFIOS NO CUIDADO AO SOBREVIVENTE DE CÂNCER: PERSPECTIVAS GLOBAIS E RECOMENDAÇÃO DE PRÁTICAS PARA MELHORAR OS RESULTADOS DE SOBREVIVÊNCIA

- ▶ Vitor Soares Pires¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁵
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁶
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁷
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁸
- ▶ Laura Regina Martins Santos⁹
- ▶ Michele Pereira dos Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O aumento das taxas de sobrevivência ao câncer nas últimas décadas reflete os avanços significativos no diagnóstico precoce, nas terapias inovadoras e nos cuidados oncológicos. No entanto, o acompanhamento dos sobreviventes de câncer, que enfrentam tanto as sequelas das terapias quanto os riscos de recidiva, continua sendo um grande desafio. O cuidado ao sobrevivente de câncer demanda abordagens integradas que envolvam a gestão dos efeitos a longo prazo e a promoção da saúde, visando melhorar a qualidade de vida e os resultados de sobrevivência a longo prazo. **OBJETIVO:** Analisar os avanços e desafios no cuidado ao sobrevivente de câncer. **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Quais são os avanços e desafios no cuidado aos sobreviventes de câncer, e quais práticas recomendadas podem melhorar os resultados de sobrevivência e qualidade de vida? Foi realizada uma revisão narrativa com busca na base de dados PubMed, utilizando os descritores "Oncology OR Cancer Care AND Public Health Policies", aplicando operadores booleanos. O período de inclusão dos artigos foi de 2020 a 2025. Os critérios de inclusão consideraram artigos disponíveis na íntegra e que abordassem os avanços, desafios e práticas recomendadas para melhorar os resultados de sobrevivência e qualidade de vida de sobreviventes de câncer. Após a triagem,

3 artigos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** Os avanços no cuidado aos sobreviventes de câncer incluem a crescente conscientização sobre a importância de tratar a sobrevivência como uma fase distinta da doença, o que tem impulsionado melhorias nos sistemas de saúde e políticas públicas, como exemplificado nos modelos dos Estados Unidos e da China. No entanto, os desafios persistem, principalmente em países em desenvolvimento, onde há lacunas nas abordagens de cuidados e na disponibilidade de tratamentos de qualidade. A falta de acompanhamento adequado dos sintomas e da qualidade de vida, a necessidade de estratégias personalizadas para cada paciente e as diferenças culturais e socioeconômicas complicam ainda mais o cenário. Práticas recomendadas incluem a implementação de diretrizes baseadas em evidências, o fortalecimento dos métodos de monitoramento da saúde do sobrevivente, a integração de cuidados multidisciplinares, e o aprimoramento das políticas de suporte psicossocial e planejamento de cuidados avançados. Além disso, programas de rastreamento eficazes, como os adotados na China, e a utilização da oncologia de precisão são cruciais para melhorar a detecção precoce e o tratamento adequado. Essas abordagens visam não apenas aumentar a sobrevida, mas também garantir uma melhor qualidade de vida, com foco no manejo de sintomas, nutrição e apoio psicológico, adaptando-se às necessidades específicas de cada população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A conclusão ou considerações finais do resumo simples deve apresentar as respostas aos objetivos da pesquisa. Sintetizar os resultados. A Comissão Científica se reserva no direito de não aceitar os trabalhos que não seguirem as regras e o formato deste documento. Atentar para as regras do template, os espaços

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Integral à Saúde, Expectativa de Vida Ajustada à Qualidade de Vida, Oncologia Integrativa, Sobreviventes de Câncer

REFERÊNCIAS

- FRANCO-ROCHA, O. Y. *et al.* Cancer Survivorship Care in Colombia: Review and Implications for Health Policy. **Hispanic Health Care International**, v. 20, n. 1, p. 66–74, 23 mar. 2022.
- LU, Z. *et al.* The landscape of cancer research and cancer care in China. **Nature Medicine**, v. 29, n. 12, p. 3022–3032, 12 dez. 2023.
- MADARIAGA, A. *et al.* MASCC multidisciplinary evidence-based recommendations for the management of malignant bowel obstruction in advanced cancer. **Supportive Care in Cancer**, v. 30, n. 6, p. 4711–4728, 10 jun. 2022.

¹ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduada em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁶ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁷ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁸ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

⁹ Graduada em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)

¹⁰ Graduada em Enfermagem, Faculdade Meta - Fameta

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR NA POPULAÇÃO IDOSA: ENVELHECIMENTO ATIVO E ABORDAGENS INOVADORAS

- ▶ Anderson Alves da Silva¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi ²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional crescente exige novas estratégias para promover a saúde e o bem-estar da população idosa. O envelhecimento ativo, que envolve a participação plena dos idosos em aspectos sociais, econômicos e culturais, é essencial para uma vida saudável. Desafios como a fragilidade física, solidão e acesso limitado a cuidados demandam abordagens inovadoras. Essas estratégias visam prevenir doenças, reduzir a dependência e melhorar a qualidade de vida. **OBJETIVO:** Analisar os desafios e identificar as estratégias mais eficazes para promover a saúde e o bem-estar da população idosa, com ênfase no envelhecimento ativo e em abordagens inovadoras. **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Quais são os desafios e as estratégias mais eficazes para promover a saúde e o bem-estar da população idosa, com ênfase em envelhecimento ativo e abordagens inovadoras? Para abordar essa questão, foi realizada uma revisão narrativa com busca nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "saúde da população idosa", "envelhecimento ativo", "bem-estar" e "estratégias inovadoras", combinados por operadores booleanos. Não houve restrição de período ou idioma. Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis na íntegra e relevantes para a questão de pesquisa. Após a triagem, 3 artigos foram selecionados

para análise. **RESULTADOS:** Os principais desafios para promover a saúde e o bem-estar da população idosa incluem o aumento da carga de doenças crônicas, a maior demanda por serviços de saúde e a necessidade de estruturas adequadas para atender a essa faixa etária em crescimento. A inadequação dos modelos atuais de atenção à saúde, frequentemente ineficientes e de alto custo, também é um obstáculo significativo. Além disso, a promoção do envelhecimento saudável enfrenta barreiras relacionadas à falta de programas que integrem saúde física, mental e social, além da necessidade de políticas públicas específicas para esse público. As estratégias mais eficazes para superar esses desafios envolvem a adoção de abordagens holísticas e integradas, como o conceito de envelhecimento ativo, que enfatiza a participação social, a saúde física e mental e a qualidade de vida. A implementação de intervenções combinando atividade física regular, dieta equilibrada, estimulação cognitiva e apoio à participação social tem mostrado resultados positivos na prevenção de doenças crônicas e na promoção do bem-estar geral. Além disso, é crucial o investimento em programas de educação em saúde e a criação de políticas públicas que incentivem ambientes favoráveis ao envelhecimento saudável. Outra estratégia inovadora consiste na criação de centros de convivência, que oferecem avaliação e tratamento de saúde em um ambiente multidimensional, promovendo a manutenção da capacidade funcional dos idosos. A atenção primária à saúde, com foco na prevenção e na promoção da saúde, também é essencial, proporcionando cuidados qualificados e personalizados. Portanto, a combinação de práticas preventivas, a integração social e o fortalecimento dos direitos dos idosos são fundamentais para um envelhecimento ativo e saudável. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As estratégias mais eficazes para promover a saúde e o bem-estar dos idosos envolvem abordagens integradas, com foco em envelhecimento ativo, saúde física e mental, e políticas públicas específicas. A combinação de práticas preventivas e a criação de ambientes favoráveis são essenciais para um envelhecimento saudável.

PALAVRAS-CHAVES: Promoção da Saúde; Saúde do Idoso; Envelhecimento Ativo; Educação em Saúde

REFERÊNCIAS

- CIOSAK, S. I. *et al.* Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. spe2, p. 1763–1768, dez. 2011.
- PUGLIA, C. C. *et al.* Abordagens para o envelhecimento ativo e saúde do idoso. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 1320–1330, 13 abr. 2024.
- VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 548–554, jun. 2009.

¹ Mestre em Ciências da Atividade Física pela Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)



POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE DE DOENÇAS INFECCIOSAS EMERGENTES E REEMERGENTES

- ▶ Laura Regina Martins Santos¹
- ▶ Giullia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Michele Pereira dos Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças infecciosas emergentes e reemergentes representam um desafio crescente para os sistemas de saúde global, exigindo respostas rápidas e coordenadas para minimizar seus impactos. Essas enfermidades, impulsionadas por fatores como mudanças climáticas, urbanização desordenada e globalização, afetam de forma desigual diferentes contextos populacionais, especialmente as populações mais vulneráveis. Nesse cenário, políticas públicas eficazes desempenham um papel central na prevenção, controle e mitigação desses surtos. **OBJETIVO:** Analisar as políticas públicas mais eficazes no controle de doenças infecciosas emergentes e reemergentes em diferentes contextos populacionais, **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Quais políticas públicas são mais eficazes no controle de doenças infecciosas emergentes e reemergentes em diferentes contextos populacionais? Foi realizada uma revisão narrativa com busca nas bases de dados PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores "políticas públicas", "doenças infecciosas emergentes", "doenças reemergentes" e "controle populacional", combinados por operadores booleanos. Não houve restrição de período ou idioma. Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis na íntegra e relevantes

para a questão de pesquisa. Após a triagem, 3 artigos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** As políticas públicas mais eficazes no controle de doenças infecciosas emergentes e reemergentes combinam vigilância epidemiológica robusta, estratégias de prevenção e resposta integrada, adaptadas a diferentes contextos populacionais. A vigilância epidemiológica, fundamentada em sistemas de monitoramento contínuo, é essencial para detectar precocemente surtos e estabelecer medidas imediatas, como isolamento, vacinação e comunicação de riscos. A integração de abordagens interdisciplinares, considerando fatores ecológicos, sociais e culturais, também é crucial, especialmente em populações vulneráveis que enfrentam barreiras de acesso à saúde. Políticas voltadas ao fortalecimento da capacidade de resposta, como a elaboração de planos de emergência e o desenvolvimento de metodologias para identificar sinais de alerta e estágios pré-emergenciais, ajudam a mitigar impactos antes que os eventos atinjam grandes proporções. Adicionalmente, estratégias globais, como as propostas pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), enfatizam a cooperação internacional no compartilhamento de informações e recursos. Em paralelo, a promoção de iniciativas de educação em saúde e mudanças comportamentais, como o incentivo à higiene, imunização e práticas ambientais sustentáveis, é indispensável para reduzir a exposição a patógenos. Dada a intensificação de fatores como mudanças climáticas e urbanização desordenada, políticas que abordem as condições estruturais subjacentes, como saneamento básico e segurança alimentar, são igualmente relevantes. Assim, é fundamental que governos e comunidades científicas colaborem para desenvolver estratégias adaptáveis, mitigando os efeitos de emergências de saúde pública e promovendo a equidade nos cuidados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Políticas públicas eficazes no controle de doenças infecciosas emergentes e reemergentes devem integrar vigilância contínua, prevenção adaptada a contextos locais e cooperação internacional. A abordagem multidisciplinar e a promoção de saúde pública são essenciais para mitigar os impactos e garantir respostas equitativas.

PALAVRAS-CHAVES: Controle de Vetores de Doenças, Legislação como Assunto, Monitoramento Epidemiológico, Planejamento em Saúde

REFERÊNCIAS

CARMO, E. H. Emergências de saúde pública: breve histórico, conceitos e aplicações. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe2, p. 9–19, jul. 2020.

GRISOTTI, M. Doenças infecciosas emergentes e a emergência das doenças: uma revisão conceitual e novas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. suppl 1, p. 1095–1104, jun. 2010.

LUNA, E. J. A. A emergência das doenças emergentes e as doenças infecciosas emergentes e reemergentes no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 5, n. 3, p. 229–243, dez. 2002.

¹ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)

² Graduanda em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduada em Enfermagem, Faculdade Meta - Fameta



ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUZIR A MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NO BRASIL

- ▶ Vitor Soares Pires¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi ²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁵
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁶
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁷
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁸
- ▶ Laura Regina Martins Santos⁹
- ▶ Michele Pereira dos Santos ¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças cardiovasculares (DCVs) continuam sendo uma das principais causas de morte no Brasil, representando uma preocupação significativa para o sistema de saúde pública. A prevalência dessas doenças está intimamente ligada a fatores de risco como hipertensão, diabetes, sedentarismo, tabagismo e dieta inadequada. Diante desse cenário, é essencial identificar e implementar políticas públicas eficazes que possam reduzir a mortalidade por DCVs, promovendo a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado da população. **OBJETIVO:** Analisar as estratégias de políticas públicas mais eficazes para reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares no Brasil. **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Quais são as estratégias de políticas públicas mais eficazes para reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares no Brasil? Foi realizada uma revisão narrativa com busca nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "políticas públicas", "doenças cardiovasculares", "redução da mortalidade" e "Brasil", combinados por operadores booleanos. Não houve restrição de período ou idioma. Os critérios de inclusão abrangeram artigos disponíveis na íntegra, relevantes para a questão de pesquisa. Após a triagem, 3 artigos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** As estratégias de políticas públicas mais eficazes para

reduzir a mortalidade por doenças cardiovasculares no Brasil devem focar em prevenção, monitoramento e tratamento de fatores de risco, além de enfrentar desigualdades regionais no acesso aos cuidados de saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel fundamental nesse contexto, com ações como a detecção precoce de fatores de risco, a promoção de hábitos saudáveis, o manejo de condições como hipertensão e diabetes, e o acompanhamento contínuo dos pacientes, especialmente através de programas como o HIPERDIA. A APS tem mostrado eficácia na redução da morbimortalidade cardiovascular, contribuindo para a diminuição de internações evitáveis. Além disso, as políticas públicas devem incorporar abordagens integradas, como práticas de saúde mental e manejo do estresse, incluindo terapias complementares, como yoga, que podem ajudar a controlar a pressão arterial. A promoção de hábitos saudáveis, como a redução do consumo de sal, o incentivo à atividade física e a cessação do tabagismo, são essenciais para prevenir doenças cardiovasculares. A implementação de estratégias intersetoriais que envolvam educação, infraestrutura e apoio social é crucial para superar barreiras de adesão e reduzir desigualdades regionais no acesso aos cuidados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, a adaptação das estratégias globais de enfrentamento das doenças crônicas, como a definição de metas de monitoramento e o fortalecimento da capacidade do sistema de saúde, pode contribuir para o controle efetivo das doenças cardiovasculares no Brasil, com avaliações regulares da situação de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVES: Acesso a Medicamentos Essenciais e Tecnologias em Saúde, Doenças Cardiovasculares, Infarto do Miocárdio, Hipertensão, Monitoramento Epidemiológico, Promoção da Saúde

REFERÊNCIAS

- LIMA, A. B. R. L. *et al.* Infarto no Brasil: uma década de Análise Epidemiológica (2013-2023). **Journal of Medical and Biosciences Research**, v. 1, n. 4, p. 465–474, 18 set. 2024.
- MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B. DA. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 1, p. 151–164, mar. 2013.
- SOUZA, I. C. A. DE *et al.* O papel da atenção primária na prevenção de doenças cardiovasculares. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 1, p. 129–139, 4 jan. 2025.

¹ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁶ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁷ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁸ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

⁹ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)

¹⁰ Graduada em Enfermagem, Faculdade Meta - Fameta

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A DISTÚRBIOS DO TRATO GASTROINTESTINAL: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E PESQUISA CLÍNICA

- ▶ Júlia Oliveira Perez ¹
- ▶ Matheus Fernandes Ribeiro Costa ²
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos³
- ▶ Thayna Vasconcelos Alves ⁴
- ▶ Vanessa Heloise da Silva Nascimento⁵
- ▶ Nadyme Assef Athayde Mubarac⁶
- ▶ Ana Livia Ferreira Pissinatti⁷
- ▶ Júnia Angélica Ferreira Bedone⁸
- ▶ Fernando Fieno Riba⁹
- ▶ Júlia Muraro Marchetti¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: Distúrbios do trato gastrointestinal (DTGs) são condições comuns que afetam uma grande parte da população global, variando em severidade e impacto na qualidade de vida. Esses distúrbios podem ser influenciados por uma combinação de fatores genéticos, ambientais, dietéticos e comportamentais, cujos efeitos ainda são amplamente desconhecidos. Este estudo busca analisar a prevalência dos DTGs em diferentes grupos populacionais e identificar os principais fatores associados ao seu desenvolvimento. Compreender esses fatores pode auxiliar na elaboração de estratégias preventivas e de manejo mais eficazes. **OBJETIVO:** Mapear a prevalência e as variáveis de risco relacionadas aos DTGs. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura com a questão de pesquisa: "Qual é a prevalência dos distúrbios do trato gastrointestinal em diferentes populações, e quais fatores estão associados ao desenvolvimento desses distúrbios?" A busca foi conduzida nas bases de dados ScienceDirect e Scopus, utilizando os descritores: *Public Health Policies*

AND Gastrointestinal Diseases AND Prevalence. Não houve restrição quanto ao período de publicação ou idioma dos artigos. Foram selecionados três artigos que abordam a prevalência dos distúrbios gastrointestinais em diferentes populações, além dos fatores associados ao seu desenvolvimento. A análise dos estudos levou em consideração os dados epidemiológicos, os fatores socioeconômicos, ambientais e comportamentais que influenciam a ocorrência dessas doenças. **RESULTADOS:** A prevalência dos distúrbios do trato gastrointestinal (GI) varia entre diferentes populações e condições. No contexto neonatal, em Bogotá, Colômbia, os defeitos GI ocorrem com uma prevalência de 14,2 por 10.000 nascimentos vivos, sendo mais comuns em áreas centrais e leste da cidade, com uma associação significativa ao baixo status socioeconômico. Os defeitos mais frequentes incluem atresia esofágica, gastrosquise e malformações anorretais. Fatores como cuidados prenatais inadequados, condições habitacionais e uso de substâncias no ambiente doméstico estão associados a um maior risco de defeitos GI. Em adultos, na China, a prevalência de distúrbios como doença do refluxo gastroesofágico (GERD), esofagite de refluxo (RE), úlceras gástricas (GU) e duodenais (DU), e infecção por *Helicobacter pylori* (*H. pylori*) é relevante, com GERD alcançando 10,5%, RE 5,4%, e *H. pylori* 41,5%. Fatores como idade, obesidade, tabagismo e consumo de álcool são comuns entre os fatores de risco desses distúrbios. Além disso, a região noroeste da China apresenta as taxas mais altas desses distúrbios. O tratamento de infecção por *H. pylori* continua sendo uma prioridade na redução de doenças ulcerosas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A prevalência dos distúrbios gastrointestinais varia entre populações e está fortemente associada a fatores socioeconômicos, comportamentais e ambientais. A compreensão desses fatores é essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e manejo mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVES: Doença Celíaca, Constipação Intestinal, Endoscopia do Sistema Digestório, Ensaios Clínicos Controlados Aleatórios como Assunto, Estudos Transversais

REFERÊNCIAS

- BANDA, A. *ET AL*. Gastrointestinal parasite prevalence, diversity and association in free-ranging Chacma baboon troops in a semi-arid savanna ecosystem of Zimbabwe. **International Journal for Parasitology: Parasites and Wildlife**, v. 25, p. 101012, dez. 2024.
- RUSTGI, S. D.; ZYLBERBERG, H. M.; HUR, C. Databases for Gastrointestinal Clinical and Public Health Research: Have Database, Will Research. **Gastroenterology**, v. 163, n. 1, p. 31–34, jul. 2022.
- YANG, H. *ET AL*. Prevalence of common upper gastrointestinal diseases in Chinese adults aged 18–64 years. **Science Bulletin**, v. 69, n. 24, p. 3889–3898, dez. 2024.

¹ Graduada em Medicina, Universidade de Uberaba (Uniube)

² Graduando em Medicina, Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

³ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁴ Graduada em Enfermagem, Centro Universitário do Vale do Araguaia

⁵ Graduanda em Medicina, Universidade de Araraquara (UNIARA)

⁶ Pós-Graduada em Farmácia, Nadyne Assef Athayde Mubarak

⁷ Graduada em Medicina, FMPFM

⁸ Doutoranda em Enfermagem, INNAP

⁹ Graduando em Medicina, Faculdade de Medicina do ABC , FMABC

¹⁰ Graduanda em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS



PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS NA HUMANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CUIDADO EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA: IMPACTOS, DESAFIOS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

- ▶ Wellinton da Silva e Silva¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi ²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Edinara Kovalski⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As unidades de terapia intensiva (UTIs) são ambientes de alta complexidade, onde a atenção à tecnologia frequentemente se sobrepõe às necessidades humanas. A humanização e a qualificação do cuidado são essenciais para equilibrar avanços tecnológicos com práticas que respeitem a dignidade e as emoções dos pacientes e suas famílias. Desafios como esgotamento profissional, comunicação inadequada e limitações estruturais tornam essa transformação imprescindível. Compreender estratégias eficazes nesse contexto é crucial para melhorar a qualidade da assistência e a experiência de todos os envolvidos. **OBJETIVO:** Analisar os impactos, desafios e as melhores estratégias para promover a humanização e a qualificação do cuidado em unidades de terapia intensiva, considerando as práticas profissionais e a experiência dos pacientes. **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Quais são os impactos, desafios e melhores estratégias para humanizar e qualificar o cuidado em unidades de terapia intensiva, considerando as práticas profissionais e a experiência dos pacientes? Para responder a essa questão, foi realizada uma revisão narrativa com busca nas bases de dados Google Acadêmico, BVS, SciELO e PubMed,

utilizando os descritores "humanização", "qualidade do cuidado", "terapia intensiva" e "experiência do paciente", combinados por operadores booleanos. O período de inclusão dos artigos compreendeu de 2017 a 2025. Os critérios de inclusão foram artigos em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra e alinhados à questão de pesquisa. Após a triagem, 4 artigos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** Os impactos, desafios e estratégias para humanizar e qualificar o cuidado em unidades de terapia intensiva são amplos e interligados. Primeiramente, a humanização do cuidado transcende o atendimento individualizado, incluindo o reconhecimento do paciente como um ser biopsicossocioespiritual e a família como parte integrante do cuidado, promovendo sua recuperação e satisfação dos profissionais. No entanto, desafios como a institucionalização do paciente, a fragmentação do trabalho em equipe e a sobrecarga profissional dificultam a prática de cuidados humanizados e éticos. A qualificação do cuidado também se relaciona à adoção de boas práticas, como o histórico de enfermagem, que assegura autonomia e visibilidade aos profissionais, fortalecendo a comunicação e a gestão da informação como ferramentas centrais. Além disso, o desenvolvimento da sensibilidade moral dos profissionais, por meio da formação acadêmica e da educação permanente, emerge como estratégia essencial para lidar com conflitos éticos, promovendo tomadas de decisões coerentes e autônomas. Entre as melhores estratégias destacam-se a adoção de abordagens transdisciplinares, discussões e reflexões éticas, comunicação efetiva, reuniões multidisciplinares e a construção coletiva de instrumentos de cuidado. Essas práticas qualificam o cuidado, empoderam os profissionais e oferecem suporte aos familiares, criando um ambiente mais acolhedor e eficiente. Assim, humanizar e qualificar o cuidado nas UTIs requer esforços coletivos que integrem pacientes, famílias e equipes, em um contexto de solidariedade e ética. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A humanização e qualificação do cuidado nas UTIs demandam uma integração eficaz entre práticas profissionais, sensibilização ética e comunicação, visando a melhoria da experiência do paciente e da equipe. Esforços coletivos e estratégias transdisciplinares são essenciais para um cuidado mais humano e eficiente.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Centrada no Paciente, Direitos do Paciente, Relações Médico-Paciente

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. L. F. *et al.* Humanização da assistência em terapia intensiva: integração entre o indivíduo e a família na abordagem transdisciplinar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 8, p. e16738, 25 ago. 2024.
- MENDES, V. L. P. S.; AGUIAR, F. C. Implementação da política de saúde pública e seus desafios na era digital. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 6, p. 1104–1121, dez. 2017.
- SANTOS, M. G. DOS *et al.* Boas práticas de Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva: Desenvolvendo o Histórico de Enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, 26 jun. 2020.
- TOMASCHEWISK-BARLEM, J. G. *et al.* Estratégias para o desenvolvimento da sensibilidade moral: perspectiva dos enfermeiros de unidades de terapia intensiva. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 3, 2020.

¹ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduada em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Mestranda em Bióetica, Psicóloga Hospitalar e da Saúde

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduada em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)

DETERMINANTES E DESAFIOS DA MORTALIDADE NEONATAL: FATORES GLOBAIS, DISPARIDADES REGIONAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

- ▶ Giullia Vercesi Beraldi ¹
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes²
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva³
- ▶ Vitor Soares Pires⁴
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁵
- ▶ Laura Regina Martins Santos⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Michele Pereira dos Santos ¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A mortalidade neonatal continua a ser um indicador crítico da saúde pública global, com fatores determinantes que variam conforme contexto geográfico, socioeconômico e acesso a cuidados de saúde. As disparidades regionais refletem desigualdades no acesso a tecnologias, assistência qualificada e políticas de saúde. Este estudo busca identificar os principais determinantes globais da mortalidade neonatal, analisar os desafios regionais e propor estratégias de intervenção eficazes para reduzir essas desigualdades.

OBJETIVO: Analisar como as políticas e práticas específicas podem diminuir as disparidades regionais e melhorar a sobrevivência neonatal. **METODOLOGIA:** Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura. A questão norteadora foi: "Quais são os determinantes globais e os desafios associados à mortalidade neonatal, e como estratégias de intervenção podem reduzir as disparidades regionais?" A pesquisa foi conduzida com base na base de dados PubMed, utilizando os descritores Public Health, Neonatal Care e Infant Mortality. Foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, com foco nas questões globais e regionais da mortalidade neonatal e intervenções eficazes. O processo de seleção resultou na escolha

de quatro artigos após a análise dos resumos e critérios de inclusão. Esses estudos foram analisados criticamente para identificar padrões e abordagens eficazes na redução da mortalidade neonatal e das disparidades regionais. **RESULTADOS:** A mortalidade neonatal é impactada por múltiplos determinantes globais, incluindo fatores socioeconômicos, condições de saúde materna e neonatal, acesso a cuidados de saúde de qualidade, e disparidades raciais. Em países de baixa e média renda (LMICs), a mortalidade neonatal é exacerbada por condições como infecção neonatal, parto prematuro e asfixia perinatal, com altas taxas de sepsis neonatal e mortalidade associada (BARNARDS). Além disso, regiões como a África Subsaariana e o Sul da Ásia concentram a maior parte dos nascimentos prematuros, contribuindo para altos índices de mortalidade. As disparidades raciais também são evidentes, como no caso dos neonatos negros nos EUA, que têm risco duas vezes maior de óbito, apesar do acesso universal à saúde. Estratégias de intervenção incluem o fortalecimento de sistemas de saúde com foco na detecção precoce de infecções neonatais, implementação de cuidados eficazes como o método canguru, especialmente no primeiro dia de vida, e a melhoria na coleta de dados para planejamento de políticas públicas mais eficazes. Programas de prevenção de parto prematuro e cuidados neonatais de qualidade são fundamentais para reduzir essas disparidades regionais e melhorar os resultados globais de saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A mortalidade neonatal é moldada por uma complexa interação de fatores socioeconômicos, raciais e de acesso a cuidados de saúde. Para reduzir as disparidades regionais, é essencial fortalecer os sistemas de saúde, implementar intervenções precoces e garantir cuidados de qualidade, como o método canguru, além de aprimorar a coleta de dados para o planejamento de políticas públicas eficazes.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde, Complicações na Gravidez, Política de Saúde, Telemedicina

REFERÊNCIAS

- MILTON, R. *et al.* Neonatal sepsis and mortality in low-income and middle-income countries from a facility-based birth cohort: an international multisite prospective observational study. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 5, p. e661–e672, maio 2022.
- OHUMA, E. O. *et al.* National, regional, and global estimates of preterm birth in 2020, with trends from 2010: a systematic analysis. **The Lancet**, v. 402, n. 10409, p. 1261–1271, out. 2023.
- SIVANANDAN, S.; SANKAR, M. J. Kangaroo mother care for preterm or low birth weight infants: a systematic review and meta-analysis. **BMJ Global Health**, v. 8, n. 6, p. e010728, 5 jun. 2023.
- VEREEN, R. J. *et al.* Neonatal mortality and disparities within the military health system. **Journal of Perinatology**, v. 43, n. 4, p. 496–502, 12 abr. 2023.

¹ Graduada em Medicina, Universidade Positivo

² Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

³ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁴ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁵ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁶ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduada em Enfermagem, Faculdade Meta - Fameta



IMPACTO DE FATORES DE ESTILO DE VIDA E COMORBIDADES NA MORTALIDADE E QUALIDADE DE VIDA GLOBAL: ANÁLISES DAS DOENÇAS CARDIOVASCULARES, RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS, E ENVELHECIMENTO ATIVO

- ▶ Edinara Kovalski¹
- ▶ Giullia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A qualidade de vida e a mortalidade estão intimamente ligadas aos fatores de estilo de vida e comorbidades, especialmente em pacientes com doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e em idosos em envelhecimento ativo. Esses fatores podem tanto agravar condições pré-existentes quanto influenciar a capacidade de adaptação a novas condições de saúde. O impacto negativo de hábitos inadequados, como alimentação desequilibrada, sedentarismo e uso de substâncias, juntamente com a presença de comorbidades como diabetes e hipertensão, destaca a necessidade de intervenções focadas não só no tratamento, mas também na promoção de estilos de vida saudáveis. **OBJETIVO:** Analisar como os fatores de estilo de vida e as comorbidades influenciam a mortalidade e a qualidade de vida global em pacientes com doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e idosos em envelhecimento ativo, com foco nas implicações para estratégias de prevenção e intervenção. **METODOLOGIA:** A questão de pesquisa deste estudo é: Como os fatores de estilo de vida e comorbidades influenciam a mortalidade e a qualidade de vida global em pacientes

com doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e idosos em envelhecimento ativo? Foi realizada uma revisão narrativa com busca na base de dados PubMed, utilizando os descritores "*Cardiology AND Public Policies OR Health Promotion AND Mortality Reduction*", aplicando operadores booleanos. Não houve restrição de período ou idioma. Os critérios de inclusão consideraram artigos disponíveis na íntegra e alinhados ao tema proposto. Após a triagem, 3 artigos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** Os fatores de estilo de vida e as comorbidades exercem influência significativa sobre a mortalidade e a qualidade de vida global em pacientes com doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e idosos em envelhecimento ativo, refletindo um impacto multidimensional. Há evidências de que hábitos como sedentarismo, dieta inadequada e tabagismo agravam condições cardiovasculares e respiratórias, aumentando o risco de eventos fatais e a progressão das doenças. Paralelamente, as comorbidades, como diabetes, hipertensão e obesidade, promovem interações negativas que potencializam os desafios no manejo clínico, exigindo abordagens integradas. Nos idosos, tais fatores frequentemente comprometem o envelhecimento ativo, reduzindo a funcionalidade, aumentando a dependência e contribuindo para o isolamento social, o que, por sua vez, intensifica o risco de declínio cognitivo e mental, além de limitar o acesso a cuidados de saúde adequados. Estratégias como a reabilitação cardíaca, intervenções nutricionais e programas que integrem exercícios físicos têm mostrado eficácia na mitigação desses efeitos, melhorando a qualidade de vida e a adesão ao tratamento. Contudo, barreiras socioeconômicas e educacionais dificultam a implementação de práticas preventivas e terapêuticas, ressaltando a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos cuidados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, a promoção de estilos de vida saudáveis, a detecção precoce de comorbidades e a adoção de abordagens multidisciplinares são fundamentais para reduzir a mortalidade e promover uma vida mais saudável e ativa nesses grupos, especialmente em contextos de vulnerabilidade populacional e desigualdades no sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Doenças não Transmissíveis, Exercício Físico, Insuficiência Cardíaca, Qualidade de Vida, Saúde Digital

REFERÊNCIAS

BARJA, G. The flux of free radical attack through mitochondrial DNA is related to aging rate. **Aging (Milan, Italy)**, v. 12, n. 5, p. 342–55, out. 2000.

IZQUIERDO, M. *et al.* International Exercise Recommendations in Older Adults (ICFSR): Expert Consensus Guidelines. **The Journal of nutrition, health and aging**, v. 25, n. 7, p. 824–853, jul. 2021.

KRITTANAWONG, C. *et al.* Alcohol Consumption and Cardiovascular Health. **The American Journal of Medicine**, v. 135, n. 10, p. 1213- 1230.e3, out. 2022.

¹ Mestranda em Bioética, Psicóloga Hospitalar e da Saúde

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduada em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneal (Universidade Estadual de Alagoas)



DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA GESTÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS: IMPACTOS PSICOLÓGICOS, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E MODELOS DE INTERVENÇÃO NO CUIDADO PRIMÁRIO

- ▶ Jorgiana Moura dos Santos¹
- ▶ Giulia Vercesi Beraldi²
- ▶ Jonathan de Sousa Gomes³
- ▶ Hanna Danyelle Candido da Silva⁴
- ▶ Vitor Soares Pires⁵
- ▶ Rogério dos Santos Moreira Filho⁶
- ▶ Gustavo de Oliveira Bello⁷
- ▶ Wellinton da Silva e Silva⁸
- ▶ Carlos Eduardo Gonçalves Neves⁹
- ▶ Laura Regina Martins Santos¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas apresentam desafios complexos para o cuidado primário, envolvendo aspectos clínicos, psicológicos e sociais que demandam intervenções integradas e sustentáveis. Os impactos psicológicos dos pacientes, muitas vezes negligenciados, afetam diretamente a adesão ao tratamento e a qualidade de vida. Além disso, a alocação inadequada de recursos e a ausência de modelos de intervenção eficazes comprometem a eficiência dos serviços de saúde. **OBJETIVO:** Analisar os desafios enfrentados na gestão de doenças crônicas no cuidado primário, com ênfase nos impactos psicológicos dos pacientes, na alocação de recursos e na identificação de modelos de intervenção mais eficazes, visando propor estratégias para uma assistência mais integrada e centrada no paciente. **METODOLOGIA:** A pesquisa, de natureza exploratória, utilizou revisão integrativa da literatura. Realizada nas bases PubMed, Scopus e ScienceDirect, incluiu artigos publicados entre 2019 e 2024, em inglês, português e espanhol, selecionando 3 estudos após exclusão de duplicatas e análise crítica. **RESULTADOS:** A gestão de doenças crônicas no cuidado primário enfrenta desafios significativos, como os impactos psicológicos dos pacientes, que muitas vezes são negligenciados em relação aos aspectos físicos. No caso da doença renal crônica, por exemplo, os pacientes

experimentam não apenas a deterioração física, mas também dificuldades emocionais e sociais, sendo influenciados por crenças tradicionais que afetam sua adesão ao tratamento. Além disso, a alocação de recursos é um desafio crucial, com competição entre os cuidados de saúde e os serviços sociais, o que pode comprometer a continuidade do atendimento para doenças crônicas. A escassez de recursos torna ainda mais difícil a implementação de modelos de cuidados integrados que considerem as necessidades físicas e psicossociais dos pacientes. Modelos de intervenção eficazes incluem programas de manejo integrado, como os observados no cuidado de pacientes com DPOC, que reduziram a hospitalização e visitas ao pronto-socorro, evidenciando a importância de um cuidado contínuo e coordenado. A transparência e a consistência nas decisões de alocação de recursos também são essenciais para garantir o acesso equitativo ao atendimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gestão de doenças crônicas no cuidado primário exige intervenções integradas que considerem os aspectos físicos, psicológicos e sociais dos pacientes. Para superar os desafios identificados, é fundamental investir em modelos de manejo contínuo e coordenado, ampliar recursos e garantir a equidade na alocação, promovendo uma assistência centrada no paciente e capaz de melhorar a adesão ao tratamento e a qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVES: Alocação de Recursos para a Atenção à Saúde, Atenção Primária à Saúde, Modelos de Assistência à Saúde, Promoção da Saúde

REFERÊNCIAS

BULATHWATTA, D. T.; RUDNIK, A.; BIDZAN, M. *All Good Without Anything Good. Beyond Survival: Understanding the Psychosocial Experiences of Individuals With Chronic Kidney Disease and Their Caregivers in Sri Lanka*. **Health Expectations**, v. 27, n. 4, ago. 2024.

LICKSKAI, C. *et al.* Quantifying sustained health system benefits of primary care-based integrated disease management for COPD: a 6-year interrupted time series study. **Thorax**, v. 79, n. 8, p. 725–734, ago. 2024.

MOS, P.; RECKERS-DROOG, V. Examining the underpinnings of decisions to allocate public resources to social care: A systematic review. **Social Science & Medicine**, v. 355, p. 117093, ago. 2024.

¹ Mestranda em Ciências da Saúde, Faculdade Unoeste

² Graduada em Medicina, Universidade Positivo

³ Graduado em Medicina, Universidade Privada Del Este - UPE

⁴ Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA

⁵ Graduando em Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio

⁶ Graduando em Medicina, Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)

⁷ Graduando em Medicina, Universidad Central del Paraguay - UCP

⁸ Graduado em Fisioterapia, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

⁹ Graduado em Medicina, Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

¹⁰ Graduanda em Odontologia e Ciências Biológicas, Uninassau e Uneval (Universidade Estadual de Alagoas)

ATENÇÃO PRIMÁRIA NO COMBATE A OBESIDADE INFANTIL: ABORDAGEM CLÍNICA

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha¹
- ▶ Larissa Oliveira Soave Moreno²
- ▶ Déborah Helena Pereira Pinheiro³
- ▶ Analú Holanda Jordão dos Reis⁴
- ▶ Graciela Maia Marques⁵
- ▶ Juliana Marques Tannours⁶
- ▶ Matheus Alves Cabrera⁷
- ▶ Francisco Iromar Júnior de Souza Carvalho⁸
- ▶ Nicolay Layla Bonifácio D'Apolito⁹
- ▶ Nilton Ramos Bezerra Neto¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A obesidade infantil representa um dos principais desafios de saúde pública global, sendo associada a diversas comorbidades, como diabetes tipo 2, hipertensão e dislipidemias. A atenção primária à saúde (APS) desempenha um papel fundamental na prevenção e no manejo dessa condição, fornecendo acompanhamento contínuo, orientação nutricional e incentivo à prática de atividades físicas. O objetivo deste estudo é analisar a atuação da APS no combate à obesidade infantil, enfatizando abordagens clínicas baseadas em evidências. **OBJETIVO:** Investigar a eficácia das intervenções na atenção primária para prevenção e controle da obesidade infantil, destacando estratégias clínicas e educacionais. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados entre 2010 e 2024. A busca sistemática ocorreu nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em dezembro de 2024. Foram utilizados descritores em Ciências da Saúde (DeCS), como “Atenção Primária à Saúde”, “Obesidade Infantil” e “Abordagem Clínica”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão envolveram estudos disponíveis na íntegra, publicados em

português, inglês ou espanhol, que abordassem estratégias clínicas na atenção primária para o combate à obesidade infantil. Foram excluídos artigos duplicados, revisões sem metodologia explícita e estudos focados exclusivamente em intervenções secundárias ou terciárias. A qualidade metodológica foi avaliada por revisão em pares, garantindo a confiabilidade dos dados. Ao final, foram selecionados três artigos para análise detalhada. **RESULTADOS:** Os estudos analisados indicam que a abordagem clínica na APS tem papel determinante na redução dos índices de obesidade infantil. Estratégias como aconselhamento nutricional individualizado, promoção de atividade física e envolvimento familiar demonstraram eficácia na modificação dos hábitos alimentares das crianças. Além disso, programas de educação em saúde, com ênfase na conscientização dos pais e cuidadores, mostraram-se fundamentais para a adesão a hábitos mais saudáveis. As consultas pediátricas regulares, associadas ao monitoramento do crescimento e do índice de massa corporal (IMC), permitem intervenções precoces e contribuem para a prevenção de complicações metabólicas a longo prazo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A atenção primária se apresenta como um ambiente estratégico para a prevenção e controle da obesidade infantil, possibilitando uma abordagem clínica eficaz e acessível. A implementação de ações multidisciplinares, envolvendo profissionais de saúde, familiares e escolas, é essencial para alcançar mudanças duradouras nos hábitos de vida das crianças. Dessa forma, investir em estratégias educativas e intervenções precoces pode reduzir significativamente a prevalência da obesidade infantil e suas complicações futuras.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Intervenção Clínica; Obesidade Infantil; Prevenção; Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. F. *et al.* Obesidade infantil: abordagem clínica e terapêutica na prevenção e tratamento das complicações metabólicas e cardiovasculares. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 5, p. e73518–e73518, 10 out. 2024.

AZEVEDO, B. M. Á. *et al.* Abordagens de prevenção e tratamento da obesidade infantil na atenção básica: revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e22312139717–e22312139717, 9 jan. 2023.

GAUDIO, L.; BERNARDES, L. R.; MODENA, C. M. Obesidade infantil: compreender para melhor intervir. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 23, n. 2, p. 167–174, 2017.

¹ Acadêmica de Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Médica, Faculdade São Leopoldo Mandic

³ Médica, Universidade Evangélica de Goiás

⁴ Médica, Faculdade de Medicina de Valença

⁵ Médica, Faculdade de Medicina da UFMG

⁶ Médica, Faculdade de Medicina de Taubaté

⁷ Médico, Kursk

⁸ Médico, Centro Universitário Maurício de Nassau

⁹ Acadêmica de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba

¹⁰ Acadêmico de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO TRAUMA ABDOMINAL

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha¹
- ▶ Luiz Filipe Sala de Melo Costa²
- ▶ Letícia Ketlyn Queiroz de Oliveira³
- ▶ Renato Discacciati⁴
- ▶ Paulo Eduardo Garcia Pinheiro Sousa⁵
- ▶ Roberta Fernandes Silva e Moraes⁶
- ▶ George Renan Vidal Vilaça Nunes⁷
- ▶ Caio Gustavo da Silva⁸
- ▶ Paulo Garcia dos Reis⁹
- ▶ Rafaella Antunes Fiorotto de Abreu¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O trauma abdominal é uma das principais causas de morbimortalidade em emergências médicas, podendo resultar de acidentes automobilísticos, quedas, agressões e ferimentos penetrantes. A avaliação clínica inicial pode ser desafiadora, pois a apresentação clínica nem sempre reflete a gravidade das lesões internas. Nesse contexto, o diagnóstico por imagem é essencial para a identificação precoce de lesões e auxilia na tomada de decisão. **OBJETIVO:** O presente estudo tem como objetivo revisar as principais técnicas de diagnóstico por imagem utilizadas na avaliação do trauma abdominal. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados entre 2010 e 2024. A busca sistemática ocorreu nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em dezembro de 2024. Foram utilizados descritores em Ciências da Saúde (DeCS), como “Trauma abdominal”, “Diagnóstico por imagem”, “Tomografia computadorizada” e “Ultrassonografia”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Critérios de inclusão envolveram estudos disponíveis na íntegra, publicados em português, inglês ou espanhol e com relevância para o tema. Foram excluídos artigos duplicados, relatos de caso e revisões sem abordagem metodológica clara. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por revisão em pares, garantindo a robustez dos resultados apresentados. Ao final, foram

selecionados três artigos para análise detalhada. **RESULTADOS:** O diagnóstico por imagem no trauma abdominal segue um protocolo sistematizado, no qual cada técnica apresenta indicações específicas. A ultrassonografia focada no trauma (FAST) é amplamente utilizada em emergências, sendo uma ferramenta rápida e acessível para detectar líquido livre na cavidade abdominal, o que pode indicar hemorragia. No entanto, sua sensibilidade para lesões parenquimatosas e retroperitoneais é limitada. A tomografia computadorizada (TC) com contraste intravenoso é considerada o padrão-ouro na avaliação de pacientes hemodinamicamente estáveis, permitindo a visualização detalhada de órgãos e vasos sanguíneos, além de detectar sangramentos ativos e lesões vasculares. A ressonância magnética (RM), embora menos utilizada em emergências devido ao tempo prolongado para aquisição das imagens, oferece alta sensibilidade na identificação de lesões em órgãos como fígado, baço e pâncreas, sendo indicada especialmente para pacientes pediátricos e gestantes, por não utilizar radiação ionizante. Além dessas técnicas, a radiografia simples pode ser útil em casos específicos, como na detecção de fraturas pélvicas ou suspeita de perfuração de víscera oca. Dessa forma, a escolha do exame de imagem deve considerar fatores como a estabilidade hemodinâmica do paciente, a disponibilidade dos recursos diagnósticos e a necessidade de informações detalhadas para orientar a conduta clínica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Essas técnicas são ferramentas indispensáveis na abordagem do trauma abdominal, permitindo a detecção precoce de lesões e auxiliando na definição da conduta terapêutica. A escolha da modalidade de imagem deve considerar a estabilidade hemodinâmica do paciente, disponibilidade dos exames e necessidade de informações diagnósticas detalhadas.

PALAVRAS-CHAVES: Diagnóstico por Imagem; Tomografia Computadorizada; Trauma Abdominal; Ultrassonografia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D.; SANTOS, D.; CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR, F. fast como instrumento adicional no diagnóstico de trauma abdominal fechado: uma revisão integrativa fast as an additional instrument in closed abdominal trauma diagnosis: an integrative review. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, v. 5, n. 2, p. 2358–7490, 2018.
- KELLY, A. *et al.* Visão geral do trauma abdominal: revisão abrangente da literatura. **STUDIES IN HEALTH SCIENCES**, v. 4, n. 3, p. 784–800, 3 out. 2023.
- PIMENTEL, S. K. *et al.* Tomografia no trauma abdominal grave: risco justificável? **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões**, v. 46, n. 1, 2019.

¹ Acadêmica de Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Médico, Universidade Cidade de São Paulo

³ Médica, Centro Universitário do Estado do Pará

⁴ Médico, Universidade Federal do Pará

⁵ Médico, Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora

⁶ Médica, Universidade Federal Fluminense

⁷ Médico, Universidade Federal do Vale do São Francisco

⁸ Médico, Centro Universitário de Várzea Grande



DESAFIO NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS EM IDOSOS

- ▶ Maria Eduarda de Sá Bonifácio Rocha¹
- ▶ Guilherme Bennett Volpato²
- ▶ Maria Victória Lima Waquim³
- ▶ Fellipe Alves Rodrigues Gonçalves⁴
- ▶ Jamille Chalfoun Flores de Souza⁵
- ▶ Matheus Souza de Siqueira Mesquita⁶
- ▶ Felipe Moraes Cortez Gurgel⁷
- ▶ Matheus Freire Barcelos⁸
- ▶ Paulo Henrique Vasquez Cordeiro⁹
- ▶ Érica Lopes de Carvalho¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional tem sido acompanhado por um aumento na prevalência de transtornos mentais em idosos, tornando-se um desafio crescente para a saúde pública. Condições como depressão, ansiedade e demência impactam significativamente a qualidade de vida, exigindo estratégias eficazes para diagnóstico e tratamento. No entanto, o manejo dessas condições enfrenta obstáculos, como a escassez de profissionais especializados, dificuldades no acesso a serviços de saúde mental e o estigma associado aos transtornos psiquiátricos na terceira idade. Este estudo visa explorar os principais desafios no tratamento dessas condições, destacando barreiras e possíveis soluções para aprimorar a assistência a essa população. **OBJETIVO:** Analisar os desafios enfrentados no tratamento de transtornos mentais em idosos, abordando aspectos clínicos e sociais e estruturais que influenciam a efetividade das intervenções. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, abrangendo estudos publicados no período de 2010 a 2024. A busca sistemática foi conduzida nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em dezembro de 2024. Utilizaram-se descritores em Ciências da Saúde (DeCS) relacionados aos desafios no tratamento de transtornos mentais em idosos,

incluindo termos como: “transtornos mentais”, “saúde do idoso” e “assistência psiquiátrica”, combinados com os operadores booleanos AND e OR para ampliar a especificidade dos resultados. Foram incluídos artigos originais, meta-análises e estudos qualitativos que abordam as principais dificuldades enfrentadas no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de transtornos mentais na população idosa. Foram excluídos estudos não disponíveis na íntegra, artigos duplicados e revisões sem metodologia clara. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por revisão em pares, garantindo a confiabilidade dos resultados apresentados. Ao final do processo, foi alcançada uma amostra final de três estudos para análise detalhada.

RESULTADOS: Os estudos analisados apontam que o diagnóstico precoce dos transtornos mentais em idosos ainda é um desafio, devido à sobreposição de sintomas com doenças crônicas e ao preconceito em relação à busca por ajuda psiquiátrica. Além disso, a falta de profissionais especializados e a distribuição desigual dos serviços de saúde dificultam o acesso ao tratamento adequado. A adesão ao tratamento também é um fator crítico, influenciado por barreiras como polifarmácia, efeitos adversos dos medicamentos e resistência dos pacientes em aceitar a necessidade de acompanhamento psiquiátrico. Estratégias como o fortalecimento da atenção primária, capacitação de profissionais da saúde e ampliação de políticas públicas são apontadas como fundamentais para melhorar a assistência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O tratamento de transtornos mentais em idosos enfrenta múltiplos desafios, que vão desde dificuldades no diagnóstico até limitações na adesão às terapias disponíveis. A superação dessas barreiras exige uma abordagem integrada, que envolva atenção primária, suporte familiar e políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável. O fortalecimento de redes de cuidado e a redução do estigma são essenciais para garantir um atendimento mais eficaz e humanizado à população idosa.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência psiquiátrica; Envelhecimento; Saúde do idoso; Transtornos mentais.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Laís Joverno *et al.* Desafios da Saúde Mental na Idade Avançada: Depressão e Ansiedade. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 2090–2103, 22 jul. 2024.

LEANDRO-FRANÇA, C.; GIARDINI MURTA, S. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 318–329, jun. 2014.

SOUZA, A. P. de *et al.* Ações de promoção e proteção à saúde mental do idoso na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1741–1752, 4 maio 2022.

¹ Acadêmica de Medicina, Centro Universitário UniFacid

² Médico, Centro Universitário de Adamantina

³ Acadêmica de Medicina, UNICESUMAR

⁴ Médico, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

⁵ Médica, Universidade Iguazu

⁶ Médico, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

⁷ Acadêmico de Medicina, Centro Universitário de Brasília

⁸ Médico, Universidade de Brasília

⁹ Médico, Universidade Católica de Pernambuco

¹⁰ Médica, Faceres



DETERMINANTES SOCIAIS E POLÍTICAS PARA A EQUIDADE EM SAÚDE

- ▶ Roger Ribeiro Santos¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A equidade em saúde constitui um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades justas e sustentáveis. Em um contexto global marcado por profundas desigualdades sociais, a busca por condições de saúde justas e acessíveis para todos se apresenta como um desafio urgente e complexo. Os determinantes sociais da saúde (DSS) exercem papel central nesse cenário, influenciando diretamente o bem-estar das populações por meio de fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais. Assim, compreender e enfrentar essas desigualdades exige um olhar integrador, que considere não apenas os aspectos biológicos, mas também as condições de vida e trabalho da população. **OBJETIVO:** Analisar o papel dos determinantes sociais da saúde e das políticas públicas na promoção da equidade em saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect, utilizando os descritores *Health Inequalities*, *Public Health Policies*, *Primary Health Care* e *Social Determinants of Health*, sem restrição temporal. **RESULTADOS:** Em populações em situação de vulnerabilidade social, a implementação de políticas públicas intersetoriais direcionadas a determinantes sociais da saúde demonstra redução das disparidades em saúde, melhoria de indicadores e promoção da

equidade, comparada a cenários sem essas intervenções. Estudos evidenciam que abordagens integradas, como acesso a habitação, saneamento básico, saúde mental e serviços sociais, mitigam os efeitos da pobreza e exclusão. Por exemplo, organizações da sociedade civil (OSCs), em parceria com governos, oferecem abrigos, apoio à saúde e navegação de pacientes para populações sem-teto, reduzindo barreiras sistêmicas e melhorando condições de vida. Políticas que integram saúde pública, educação e proteção social — como transferências de renda, programas de alimentação saudável e segurança urbana — estão associadas a melhorias em indicadores como mortalidade infantil, morbidade por doenças evitáveis e acesso a cuidados preventivos. A revisão de políticas urbanas identificou 83 determinantes interligados, como coesão social e espaços públicos, cuja integração em agendas políticas promove saúde equitativa. Além disso, a participação comunitária no desenho de políticas amplia sua relevância e efetividade, fortalecendo a governança e a responsividade às necessidades locais. Em contraste, cenários sem intervenções intersetoriais perpetuam ciclos de vulnerabilidade, com acesso desigual a recursos básicos e maior exposição a riscos ambientais e socioeconômicos. Assim, políticas intersetoriais não apenas abordam causas estruturais das desigualdades, mas também fortalecem redes de apoio, garantindo avanços sustentáveis na equidade em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os resultados evidenciam que políticas públicas intersetoriais voltadas aos determinantes sociais da saúde são essenciais para reduzir desigualdades e promover a equidade, garantindo impactos positivos e sustentáveis no bem-estar coletivo.

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Disparidades nos Níveis de Saúde; Política de Saúde

REFERÊNCIAS

ABREU, L. G. *et al.* Implications of orthodontic treatment for overall health, social determinants of health, and the economic burden of malocclusion. **Seminars in Orthodontics**, jan. 2025.

FREDRIKSSON, M.; SAMPAIO, F.; MOBERG, L. The impact of patient and public involvement in healthcare services: A conceptual review spanning social sciences and health sciences. **SSM - Qualitative Research in Health**, v. 7, p. 100517, jun. 2025.

NAMBIAR, D.; MATHEW, B. Roles played by civil society organisations in supporting homeless people with health care-seeking and accessing the social determinants of health in Delhi, India: Perspectives of support providers and receivers. **SSM - Qualitative Research in Health**, v. 2, p. 100157, dez. 2022.

THOMSON, K. *et al.* The effects of public health policies on population health and health inequalities in European welfare states: protocol for an umbrella review. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 1, p. 57, 8 dez. 2016.

¹ Pós-Graduado em Psicomotricidade, Universidade Federal do Ceará UFC

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL



DESIGUALDADES REGIONAIS E DESAFIOS NO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL E PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

- ▶ Daniel Laiber Bonadiman¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde mental tem sido cada vez mais reconhecida como um elemento essencial para o bem-estar da população e para o desenvolvimento socioeconômico dos países. No entanto, desafios persistem, especialmente em países em desenvolvimento, onde os investimentos nessa área ainda são insuficientes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os transtornos mentais estão entre as principais causas de incapacidade no mundo, afetando milhões de pessoas e sobrecarregando os sistemas de saúde. Apesar dessa relevância, o financiamento da saúde mental continua inadequado, refletindo-se na precariedade dos serviços, na falta de profissionais especializados e nas dificuldades de acesso a tratamentos eficazes. No Brasil, a Reforma Psiquiátrica e a implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) representaram avanços significativos na estruturação do cuidado em saúde mental. Entretanto, persistem desafios, como a desigualdade na distribuição de recursos e a fragmentação dos serviços. Regiões menos desenvolvidas, especialmente áreas rurais e periféricas, enfrentam dificuldades acentuadas para garantir assistência adequada à população. Esse cenário não é exclusivo do Brasil, sendo observado em diversos países de baixa e média renda, onde os serviços de saúde mental são historicamente negligenciados em comparação com outras áreas

da saúde. **OBJETIVO:** Analisar as desigualdades regionais e os desafios no financiamento da saúde mental no Brasil e em outros países em desenvolvimento. **METODOLOGIA:** foi uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Mental Health, Primary Health Care, Health Policy, Mental Health Services e Unified Health System (SUS)*, sem restrição temporal. Após a triagem, quatro artigos científicos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** As desigualdades regionais no financiamento da saúde mental impactam diretamente o acesso e os desfechos clínicos dos pacientes em países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. O financiamento inadequado na área contribui para a escassez de profissionais, infraestrutura deficiente e desigual distribuição de serviços especializados, prejudicando o atendimento nas regiões mais vulneráveis. No Brasil, por exemplo, observa-se que as regiões Norte e Nordeste possuem menos psiquiatras e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) por habitante em comparação com as regiões Sul e Sudeste, resultando em dificuldades no acesso ao tratamento. A insuficiência de recursos compromete a continuidade do cuidado, levando a taxas mais altas de hospitalização prolongada, uso inadequado de medicamentos e menor adesão a tratamentos psicossociais. Além disso, a falta de integração entre serviços de saúde mental e atenção primária agrava o problema, pois muitos pacientes não recebem acompanhamento adequado para transtornos mentais graves. Esse cenário evidencia que a alocação desigual de recursos perpetua as disparidades no acesso à saúde mental, afetando negativamente a qualidade de vida dos indivíduos. Nos países de baixa e média renda, a ausência de políticas sólidas e de um sistema de financiamento estável impede o desenvolvimento de serviços de saúde mental acessíveis e eficazes. Muitos desses países, como os da África e do Sudeste Asiático, carecem de estratégias nacionais para ampliar a cobertura, resultando em uma população desassistida. Para enfrentar esses desafios, é essencial que os governos priorizem o financiamento da saúde mental, promovam a formação de profissionais e fortaleçam políticas públicas que garantam maior equidade no acesso e na qualidade do atendimento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As desigualdades no financiamento da saúde mental comprometem o acesso e a qualidade do atendimento, especialmente em regiões vulneráveis. Investimentos mais equitativos e políticas públicas fortalecidas são essenciais para reduzir essas disparidades e melhorar os desfechos dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Política de Saúde; Saúde Mental; Serviços de Saúde Mental; Sistema Único de Saúde

REFERÊNCIAS

DALGALARRONDO, P. *et al.* Challenges facing the psychiatric reform and mental health care in Brazil: Critical unmet needs and prospects for better integrating the public and university sectors. **SSM - Mental Health**, v. 4, p. 100262, dez. 2023.

GUEDES, L. F. F. *et al.* Economic burden for the Unified Health System attributable to excessive sodium consumption in Brazil. **Public Health**, v. 228, p. 178–185, mar. 2024.

JACOB, K. *et al.* Mental health systems in countries: where are we now? **The Lancet**, v. 370, n. 9592, p. 1061–1077, set. 2007.

LEYNS, C. *et al.* Engaging communities in health promotion through community-based primary care and participatory research during the COVID-19 pandemic in Bolivia. **Archives of Medical Research**, v. 56, n. 3, p. 103154, abr. 2025.

¹ Graduando em Medicina, Vínculo institucional: Universidade Iguaçu- UNING

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA REDUÇÃO DAS DISPARIDADES EM SAÚDE E IMUNIZAÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS GLOBAIS

- ▶ Bárbara Aimée Sampaio Machado¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A equidade no acesso à saúde e à imunização é um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de saúde ao redor do mundo. Apesar dos avanços na ciência e na formulação de políticas públicas, ainda persistem disparidades significativas na cobertura vacinal e na oferta de serviços de saúde, especialmente em países de baixa e média renda. Fatores como desigualdades socioeconômicas, infraestrutura inadequada, baixa cobertura de atenção primária e desinformação impactam diretamente a efetividade das estratégias de imunização e da assistência à saúde. A pandemia de COVID-19 evidenciou e, em alguns casos, aprofundou essas desigualdades, expondo fragilidades nos sistemas de saúde e nos mecanismos de distribuição de vacinas. Enquanto países desenvolvidos conseguiram vacinar rapidamente suas populações, muitos países em desenvolvimento enfrentaram escassez de doses, dificuldades logísticas e hesitação vacinal. Além disso, questões geopolíticas e barreiras econômicas dificultam o acesso equitativo às novas tecnologias em saúde, comprometendo os esforços globais para erradicação e controle de doenças imunopreveníveis. **OBJETIVO:** Analisar os desafios e as estratégias para a redução das disparidades em saúde e imunização em diferentes contextos globais. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com

busca realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Immunization Programs, Communicable Diseases, Vulnerable Populations, Health Program and Project Evaluation e Health Education*, sem restrição temporal. Após a triagem, cinco artigos científicos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** A redução das disparidades em saúde e na cobertura vacinal exige estratégias adaptadas aos diferentes contextos globais. Em áreas rurais e países em desenvolvimento, a escassez de infraestrutura e profissionais de saúde limita o acesso aos serviços básicos, tornando essencial o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS). Programas com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm demonstrado eficácia ao promover educação em saúde, mobilização social e prestação de serviços essenciais, como ocorre no sul da Ásia. No combate às doenças infecciosas, estratégias como campanhas massivas de vacinação, vigilância epidemiológica e incentivos governamentais são fundamentais. A Suécia, por exemplo, enfrentou a hesitação vacinal em comunidades específicas, implementando ações de engajamento cultural e comunicação direcionada para aumentar a confiança na imunização. Esse tipo de abordagem, que respeita as particularidades sociais e culturais, tem maior impacto na adesão às vacinas. A educação em saúde também é um fator crítico. Profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, desempenham papel central na conscientização e no combate à desinformação sobre vacinas, como indicado na revisão sobre recusa parental à imunização. Além disso, políticas públicas bem estruturadas, como a erradicação da varíola e os esforços para eliminar a poliomielite, mostram a importância do investimento contínuo e do apoio político à saúde pública. Por fim, a adaptação das estratégias a determinantes sociais, como condições socioeconômicas e acesso à informação, é essencial. O desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes, investimentos em pesquisa e inovação em vacinologia e o fortalecimento da atenção primária são medidas fundamentais para reduzir desigualdades e garantir a cobertura universal da saúde e da imunização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A redução das disparidades em saúde e imunização exige investimentos na Atenção Primária, educação em saúde e estratégias adaptadas a contextos locais. O fortalecimento de políticas públicas e infraestrutura é essencial para garantir equidade no acesso e na cobertura vacinal.

PALAVRAS-CHAVES: Avaliação de Programas e Projetos de Saúde; Doenças Transmissíveis; Educação em Saúde; Populações Vulneráveis; Programas de Imunização

REFERÊNCIAS

HARRIS, K. M. *et al.* Parental refusal or delay of childhood immunization: Implications for nursing and health education. **Teaching and Learning in Nursing**, v. 2, n. 4, p. 126–132, out. 2007.

JAMA, A. *et al.* Design and implementation of tailored intervention to increase vaccine acceptance in a Somali community in Stockholm, Sweden - based on the Tailoring Immunization Programmes approach. **Public Health in Practice**, v. 4, p. 100305, dez. 2022.

MCGRAIL, M.; NASIR, B.; FOX, J. Populations at Special Health Risk: Rural Populations. Em: **International Encyclopedia of Public Health**. [s.l.] Elsevier, 2025. p. 842–853.

SHRESTHA, P. *et al.* Strengthening primary health care through community health workers in South Asia. **The Lancet Regional Health - Southeast Asia**, v. 28, p. 100463, set. 2024.

TULCHINSKY, T. H.; VARAVIKOVA, E. A.; COHEN, M. J. Communicable diseases. Em: **The New Public Health**. [s.l.] Elsevier, 2023. p. 215–366.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Potiguar - UNP

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará - UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

IMPACTOS AMBIENTAIS, EDUCACIONAIS E POLÍTICOS NA SAÚDE PÚBLICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO GLOBAL

- ▶ Kátia Leite Rodrigues¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde pública é influenciada por uma complexa rede de fatores ambientais, educacionais e políticos que determinam a qualidade de vida das populações e a eficácia dos sistemas de saúde. O crescimento urbano desordenado, a poluição, as mudanças climáticas e a degradação ambiental têm gerado impactos diretos e indiretos na saúde humana, contribuindo para o aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas. Paralelamente, a educação em saúde desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis, no combate à desinformação e na adesão a programas preventivos, sendo essencial para reduzir a carga de doenças evitáveis. No campo político, a formulação e implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e promover medidas preventivas de longo prazo. No entanto, desafios como o subfinanciamento da saúde, a instabilidade governamental e a influência de interesses econômicos podem comprometer a efetividade das estratégias de prevenção e controle de doenças. O cenário global da saúde pública, portanto, exige um olhar interdisciplinar para compreender como esses fatores interagem e impactam a qualidade e a equidade dos serviços de saúde.

OBJETIVO: Analisar os impactos ambientais, educacionais e políticos na saúde pública, destacando os

desafios enfrentados globalmente e discutindo estratégias de prevenção eficazes. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada para este estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, com busca de dados nas bases PubMed, SciELO e ScienceDirect. Os descritores utilizados foram *Environmental Health, Chronic Diseases, Environmental Exposure, Public Policies e Health Promotion*, sem restrição temporal.

RESULTADOS: As estratégias de prevenção global são fundamentais para mitigar os impactos ambientais, educacionais e políticos na saúde pública. A educação desempenha um papel crucial na redução da mortalidade por doenças crônicas, como demonstrado no estudo sobre países do MENA, pois níveis mais altos de escolaridade promovem maior conscientização sobre hábitos saudáveis e incentivam políticas públicas mais eficazes. O impacto ambiental na saúde pública também é significativo. O biomonitoramento humano (HBM) tem se mostrado uma ferramenta essencial para avaliar exposições a substâncias químicas nocivas e fundamentar políticas regulatórias. A experiência europeia com o HBM4EU destaca a importância da colaboração internacional para padronizar metodologias e promover a conscientização pública sobre riscos ambientais. Além disso, estudos sobre doenças respiratórias crônicas (DRCs) reforçam a necessidade de monitoramento constante e políticas ambientais rigorosas para reduzir a exposição a poluentes. As políticas públicas são determinantes na prevenção primária de anomalias congênitas, exigindo controle de substâncias tóxicas, promoção da saúde materna e vacinação. A União Europeia já implementou recomendações baseadas em evidências para fortalecer essas ações. Paralelamente, estratégias de saúde pública na China apontam a necessidade de maior regulação ambiental, educação da população e fortalecimento da pesquisa epidemiológica para reduzir doenças infantis relacionadas a poluentes. A implementação de medidas preventivas deve envolver múltiplos setores e ser sustentada por investimentos em saúde e educação. O financiamento contínuo de programas de monitoramento e pesquisa é essencial para garantir políticas baseadas em evidências. Além disso, o fortalecimento da governança global em saúde pública e o compromisso político são indispensáveis para garantir que as estratégias preventivas sejam amplamente adotadas e eficazes na mitigação dos impactos ambientais, educacionais e políticos na saúde da população. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os impactos ambientais, educacionais e políticos influenciam diretamente a saúde pública, exigindo estratégias preventivas intersetoriais. Investimentos contínuos em educação, monitoramento e políticas baseadas em evidências são essenciais para mitigar esses desafios globalmente.

PALAVRAS-CHAVES: Doença Crônica; Exposição Ambiental; Política Pública; Promoção da Saúde; Saúde Ambiental

REFERÊNCIAS

DING, G. *et al.* Environmental exposure and child health in China. **Environment International**, v. 187, p. 108722, maio 2024.

MOMTAZMANESH, S. *et al.* Global burden of chronic respiratory diseases and risk factors, 1990–2019: an update from the Global Burden of Disease Study 2019. **eClinicalMedicine**, v. 59, p. 101936, maio 2023.

TARUSCIO, D. *et al.* Primary Prevention of Congenital Anomalies: Special Focus on Environmental Chemicals and other Toxicants, Maternal Health and Health Services and Infectious Diseases. Em: [s.l: s.n.]. p. 301–322.

UBONG, D. *et al.* Application of human biomonitoring data to support policy development, raise awareness and environmental public health protection among countries within the HBM4EU project. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, v. 251, p. 114170, jun. 2023.

ZOUINE, M.; EL ADNANI, M. J.; SALHI, S. EDDINE. Does higher education matter in mitigating chronic disease Mortality? evidence from MENA countries with consideration of Globalization, economic Growth, and environmental pollution. **Research in Globalization**, v. 9, p. 100236, dez. 2024.

¹ Graduada em Enfermagem, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS NA GOVERNANÇA, SAÚDE E CONSTRUÇÃO DA PAZ

- ▶ Gustavo Francisco Santos da Silva¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde pública é influenciada por uma complexa rede de fatores ambientais, educacionais e políticos que determinam a qualidade de vida das populações e a eficácia dos sistemas de saúde. O crescimento urbano desordenado, a poluição, as mudanças climáticas e a degradação ambiental têm gerado impactos diretos e indiretos na saúde humana, contribuindo para o aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas. Paralelamente, a educação em saúde desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis, no combate à desinformação e na adesão a programas preventivos, sendo essencial para reduzir a carga de doenças evitáveis. No campo político, a formulação e implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e promover medidas preventivas de longo prazo. No entanto, desafios como o subfinanciamento da saúde, a instabilidade governamental e a influência de interesses econômicos podem comprometer a efetividade das estratégias de prevenção e controle de doenças. O cenário global da saúde pública, portanto, exige um olhar interdisciplinar para compreender como esses fatores interagem e impactam a qualidade e a equidade dos serviços de saúde.

OBJETIVO: Analisar os impactos ambientais, educacionais e políticos na saúde pública, destacando os

desafios enfrentados globalmente e discutindo estratégias de prevenção eficazes. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, baseada na busca de artigos nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Community Participation*, *Public Health Policies*, *Democracy*, *Formal Social Control* e *Health Management*, sem restrição temporal. Os estudos foram selecionados conforme sua relevância para a temática, resultando em um total de cinco artigos científicos.

RESULTADOS: A participação social nas políticas públicas desempenha um papel crucial na governança, na melhoria dos indicadores de saúde e na construção da paz em comunidades afetadas por conflitos. Os Conselhos de Saúde são essenciais para garantir o controle social sobre as políticas de saúde, permitindo que a sociedade civil monitore e avalie as ações governamentais. No entanto, a ausência de informações acessíveis pode fragilizar essa institucionalidade, prejudicando a participação cidadã e, conseqüentemente, a eficácia das políticas públicas. No campo da saúde pública, a participação de atores da sociedade civil tem ampliado o alcance e a complexidade da formulação de políticas, oferecendo novas oportunidades para a promoção da saúde. A participação social pode influenciar políticas específicas, como a tentativa de reverter a proibição da venda de álcool em uma rede de supermercados na Suíça, demonstrando o impacto das decisões coletivas em questões de saúde pública. A participação cidadã também é fundamental para a formação de crianças como sujeitos políticos. O envolvimento infantil em processos políticos reforça o desenvolvimento da cidadania e promove uma visão mais inclusiva na formulação de políticas públicas. Além disso, a política social está diretamente relacionada à construção da paz, destacando como a governança participativa pode mitigar desigualdades estruturais e fortalecer a estabilidade social. Assim, a participação social não apenas melhora a governança e os indicadores de saúde, mas também contribui para uma paz mais sustentável em comunidades vulneráveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A participação social é essencial para a governança da saúde pública, influenciando políticas e promovendo equidade. Estratégias eficazes devem fortalecer a transparência, o acesso à informação e a inclusão cidadã para melhorar os indicadores de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Controle Social Formal; Democracia; Gestão em Saúde; Participação da Comunidade; Política de Saúde

REFERÊNCIAS

CANBULUT, T.; ÇAKIRCA, S. İ. Social equality of children in the context of social and political participation with the capability approach. **Cities**, v. 158, p. 105642, mar. 2025.

JAWAD, R.; PLAGERSON, S.; JASKOLSKI, M. A critical review of the state-of-the-art on social policy, conflict and peace in the Middle East and North Africa region: Why social policy matters for peace and why it is also not enough. **World Development**, v. 187, p. 106861, mar. 2025.

KLINGEMANN, H.; LESCH, M. The confluence of legacy, corporate social responsibility, and public health: The case of Migros and alcohol-free retailing in Switzerland. **International Journal of Drug Policy**, v. 125, p. 104333, mar. 2024.

MAYS, N. Interest Groups and Civil Society in Public Health Policy. Em: **International Encyclopedia of Public Health**. [s.l.] Elsevier, 2025. p. 102–110.

SANTOS, C. L. *et al.* Os conselhos de saúde e a publicização dos instrumentos de gestão do SUS: uma análise dos portais das capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4389–4399, nov. 2020.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA SAÚDE: TELEMEDICINA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E BLOCKCHAIN NA ATENÇÃO E GESTÃO

- ▶ Daniel Laiber Bonadiman¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A evolução tecnológica tem transformado significativamente a área da saúde, proporcionando avanços na assistência, no diagnóstico e na gestão de sistemas de saúde. Entre as principais inovações destacam-se a telemedicina, que ampliou o acesso a serviços médicos à distância; a inteligência artificial (IA), que potencializa a análise de dados para diagnósticos mais precisos e personalizados; e o *blockchain*, que fortalece a segurança e a transparência na gestão de informações de saúde. A pandemia de COVID-19 acelerou a adoção dessas tecnologias, evidenciando seu potencial para otimizar o atendimento, reduzir custos e melhorar a eficiência dos serviços de saúde. No entanto, desafios como infraestrutura digital, regulação e segurança de dados ainda precisam ser superados para que essas soluções sejam implementadas de forma equitativa e sustentável em diferentes contextos. **OBJETIVO:** Analisar o impacto das inovações tecnológicas na saúde, com foco na telemedicina, inteligência artificial e *blockchain*, abordando seus benefícios, desafios e perspectivas para a atenção e gestão em saúde. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Telemedicine*, *Biomedical Technology*, *Access to Information*,

Health Systems e Health Innovation, sem restrição temporal. Após a triagem, cinco artigos científicos foram selecionados para análise. **RESULTADOS:** A telemedicina, a inteligência artificial (IA) e o *blockchain* têm revolucionado os serviços de saúde, aprimorando sua eficiência, qualidade e acessibilidade em comparação aos modelos tradicionais. A telemedicina amplia o acesso aos cuidados primários, permitindo o monitoramento remoto e reduzindo a necessidade de deslocamento dos pacientes, especialmente em áreas remotas. Durante a pandemia de COVID-19, essa tecnologia emergiu como uma solução essencial para garantir a continuidade dos atendimentos, levando os pacientes e provedores a repensarem a necessidade de consultas presenciais. A IA desempenha um papel crucial na análise de grandes volumes de dados, auxiliando no diagnóstico precoce e no suporte à decisão clínica. Tecnologias como aprendizado profundo (DL) e visão computacional já são utilizadas para identificar padrões em exames médicos, como raios X, melhorando a precisão diagnóstica e otimizando os fluxos de trabalho. Além disso, a IA é aplicada em registros médicos eletrônicos e assistência personalizada, tornando os cuidados mais eficazes e reduzindo erros médicos. O *blockchain* melhora a segurança, interoperabilidade e confiabilidade dos dados de saúde. A tecnologia permite um gerenciamento robusto do acesso aos registros eletrônicos de saúde (EHRs), garantindo a privacidade dos pacientes e a integridade das informações. Soluções como contratos inteligentes e armazenamento distribuído aumentam a proteção contra fraudes e violações de dados, desafios frequentes nos sistemas tradicionais. A integração dessas tecnologias cria um modelo de saúde mais eficiente, reduzindo custos operacionais e aumentando a disponibilidade de serviços. O uso de redes de telecomunicações, engenharia de tecidos e telecirurgia também aponta para um futuro no qual procedimentos médicos podem ser realizados remotamente com precisão. A combinação entre telemedicina, IA e *blockchain* representa um avanço significativo na democratização da saúde, tornando-a mais acessível, segura e personalizada para todos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As inovações tecnológicas, como telemedicina, IAM e *blockchain*, aprimoram a eficiência, acessibilidade e segurança na saúde. Superar desafios regulatórios e estruturais é essencial para sua implementação equitativa e sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Acesso à Informação; Sistemas de Saúde; Tecnologia Biomédica; Telemedicina

REFERÊNCIAS

- CAFAZZO, J. The Consumer Health Gap: Are We innovating for the Future, or Simply Addressing the Past? *HealthcarePapers*, v. 13, n. 4, p. 27–31, 31 jan. 2014.
- LOVELL, N.; CELLER, B. Information technology in primary health care. *International Journal of Medical Informatics*, v. 55, n. 1, p. 9–22, jul. 1999.

MUELLERS, K. A. *et al.* Telemedicine decision-making in primary care during the COVID-19 pandemic: Balancing patient agency and provider expertise. **Health Policy and Technology**, v. 13, n. 2, p. 100839, jun. 2024.

RAJKUMAR, S. *et al.* Integration of deep learning and *blockchain* technology for a smart healthcare record management system. Em: **Data Science in the Medical Field**. [s.l.] Elsevier, 2025. p. 275–289.

SACHDEVA, S. *et al.* Unraveling the role of cloud computing in health care system and biomedical sciences. **Heliyon**, v. 10, n. 7, p. e29044, abr. 2024.

¹ Graduando em Medicina, Vínculo institucional: Universidade Iguaçu- UNING

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

DESAFIOS E IMPACTOS DA PANDEMIA, EQUIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

- ▶ Daniel Laiber Bonadiman¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde pública global tem enfrentado desafios sem precedentes nos últimos anos, sendo impactada por crises sanitárias, desigualdades sociais e mudanças climáticas. A pandemia de COVID-19 revelou fragilidades nos sistemas de saúde, expondo desigualdades na distribuição de recursos, no acesso a serviços médicos e na resposta das políticas públicas à emergência sanitária. Países com infraestrutura de saúde mais precária sofreram impactos mais severos, reforçando a necessidade de um debate aprofundado sobre equidade em saúde. Paralelamente, as mudanças climáticas intensificam riscos à saúde pública, promovendo o aumento da incidência de doenças respiratórias, infecciosas e cardiovasculares, além de agravar crises alimentares e hídricas em diferentes partes do mundo. Eventos extremos, como ondas de calor, furacões e inundações, têm provocado deslocamentos populacionais forçados e sobrecarga nos sistemas de saúde, afetando principalmente comunidades vulneráveis. Assim, compreender as inter-relações entre pandemias, equidade e mudanças climáticas torna-se essencial para fortalecer políticas de saúde e garantir o bem-estar social. **OBJETIVO:** Analisar os desafios e impactos da pandemia, das desigualdades sociais e das mudanças climáticas na saúde pública e no bem-estar social. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada foi uma

revisão narrativa da literatura, com busca de artigos nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Foram utilizados os descritores *Public Health*, *Health Policies*, *Crisis Management* e *Health Equity*, sem restrição temporal. Os estudos foram selecionados conforme sua relevância para a temática, totalizando cinco artigos científicos. **RESULTADOS:** As políticas de equidade em saúde pública podem mitigar os impactos da pandemia e das mudanças climáticas no bem-estar social ao abordar as desigualdades estruturais que ampliam os efeitos negativos desses eventos. Durante a pandemia da COVID-19, desigualdades socioeconômicas e de acesso à saúde resultaram em impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis, incluindo trabalhadores essenciais, minorias raciais e pessoas em situação de pobreza. A implementação de políticas que garantam acesso universal a cuidados médicos, suporte psicológico e programas de assistência econômica é essencial para reduzir essas disparidades. Além disso, programas de promoção da saúde devem considerar o impacto da classe social e do habitus na formulação de intervenções mais eficazes e inclusivas. Políticas de apoio a profissionais da saúde, especialmente enfermeiros, são fundamentais para combater o esgotamento e problemas de saúde mental, agravados durante a pandemia. No contexto das mudanças climáticas, políticas urbanas que mitiguem efeitos adversos, como ondas de calor e poluição, podem proteger populações vulneráveis e reduzir a carga sobre os sistemas de saúde. Ações como o planejamento urbano sustentável, melhoria do transporte público e redução de emissões de gases poluentes podem gerar co-benefícios significativos para a saúde. Além disso, a equidade em saúde exige que intervenções sejam adaptadas às necessidades de diferentes grupos, garantindo que aqueles mais afetados por crises tenham prioridade nas respostas governamentais. O fortalecimento dos sistemas de saúde e da resiliência comunitária são estratégias fundamentais para minimizar os impactos futuros de pandemias e crises ambientais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A equidade em saúde e políticas sustentáveis são essenciais para mitigar os impactos da pandemia e das mudanças climáticas. Fortalecer sistemas de saúde e promover resiliência comunitária garantem respostas mais eficazes às crises globais.

PALAVRAS-CHAVES: COVID-19; Equidade em Saúde; Política de Saúde; Saúde Pública

REFERÊNCIAS

- BUCHY, M.; SHAKYA, S. Exploring policy coherence to understand limited progress of gender and social inclusion in the energy sector: The case of Nepal. **Energy Policy**, v. 190, p. 114140, jul. 2024.
- HUGHES, T. L. *et al.* How can the nursing profession help reduce sexual and gender minority related health disparities: Recommendations from the National Nursing LGBTQ Health Summit. **Nursing Outlook**, v. 70, n. 3, p. 513–524, maio 2022.
- PHILBIN, M. M. *et al.* How social policies shape the health and well-being of sexual- and gender-minority youth: Pathways of influence, social side effects and implications for life course trajectories. **Social Science & Medicine**, v. 317, p. 115624, jan. 2023.

VAN DAALEN, K. R. *et al.* Bridging the gender, climate, and health gap: the road to COP29. **The Lancet Planetary Health**, v. 8, n. 12, p. e1088–e1105, dez. 2024.

ZHANG, A. *et al.* Birth registration policies in the United States and their relevance to sexual and/or gender minority families: Identifying existing strengths and areas of improvement. **Social Science & Medicine**, v. 293, p. 114633, jan. 2022.

¹ Graduando em Medicina, Vínculo institucional: Universidade Iguaçu- UNING

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

INCLUSÃO SOCIAL, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS NA SAÚDE, ENERGIA E DIREITOS DAS MINORIAS

- ▶ Isadora Walber Machado¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: A inclusão social e a equidade de gênero são temas centrais no debate sobre políticas públicas, especialmente no que se refere à garantia de direitos fundamentais e ao acesso equitativo a serviços essenciais. A desigualdade social e de gênero ainda persiste em diversas áreas, impactando diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável das sociedades. No contexto da saúde, do acesso à energia e dos direitos das minorias, a implementação de políticas públicas inclusivas se mostra crucial para a promoção de justiça social e o fortalecimento da cidadania. **OBJETIVO:** Analisar os impactos da inclusão social e das políticas de equidade de gênero nas áreas da saúde, da energia e dos direitos das minorias. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com busca de artigos nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Sexual and Gender Minorities*, *Human Rights*, *Social Discrimination*, *Access to Health Services* e *Inclusive Policies*, sem restrição temporal. **RESULTADOS:** As políticas públicas inclusivas voltadas para gênero e inclusão social desempenham um papel fundamental na promoção da saúde, no acesso à energia e na garantia dos direitos das minorias. A integração de abordagens interseccionais na formulação de políticas climáticas, por exemplo, permite

enfrentar desigualdades estruturais que afetam desproporcionalmente mulheres, meninas e pessoas de gênero diverso. A falta de representatividade nesses espaços de decisão compromete a construção de sociedades mais equitativas e saudáveis. No contexto do acesso à documentação legal, políticas mais inclusivas são essenciais para evitar barreiras enfrentadas por famílias de minorias sexuais e de gênero. A ausência de medidas adequadas pode gerar insegurança jurídica para pais e filhos, impactando diretamente o reconhecimento de seus direitos. Da mesma forma, a precariedade das políticas sociais voltadas para jovens de minorias sexuais e de gênero resulta em dificuldades no acesso à moradia, educação e emprego, agravando vulnerabilidades e aumentando as desigualdades em saúde. No setor energético, a inclusão social e de gênero é fundamental para garantir acesso equitativo a fontes de energia sustentável. A falta de coerência nas políticas públicas pode atrasar investimentos e comprometer a implementação de medidas eficazes para grupos marginalizados. Além disso, disparidades de saúde entre minorias sexuais e de gênero refletem um histórico de exclusão nas políticas públicas e no sistema de saúde. O reconhecimento dessas desigualdades e a implementação de estratégias específicas podem reduzir os impactos negativos do estigma estrutural e melhorar o bem-estar dessas populações. Portanto, políticas inclusivas não apenas promovem a equidade, mas também fortalecem a saúde pública, o acesso a recursos essenciais e a proteção dos direitos de grupos historicamente marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Políticas públicas inclusivas são fundamentais para reduzir desigualdades e garantir direitos, promovendo equidade na saúde, no acesso à energia e na proteção de minorias. A adoção de abordagens interseccionais fortalece a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade aos Serviços de Saúde; Direitos Humanos; Discriminação Social; Minorias Sexuais e de Gênero; Políticas Públicas Antidiscriminatórias

REFERÊNCIAS

- BUCHY, M.; SHAKYA, S. Exploring policy coherence to understand limited progress of gender and social inclusion in the energy sector: The case of Nepal. **Energy Policy**, v. 190, p. 114140, jul. 2024.
- HUGHES, T. L. *et al.* How can the nursing profession help reduce sexual and gender minority related health disparities: Recommendations from the National Nursing LGBTQ Health Summit. **Nursing Outlook**, v. 70, n. 3, p. 513–524, maio 2022.
- PHILBIN, M. M. *et al.* How social policies shape the health and well-being of sexual- and gender-minority youth: Pathways of influence, social side effects and implications for life course trajectories. **Social Science & Medicine**, v. 317, p. 115624, jan. 2023.
- VAN DAALEN, K. R. *et al.* Bridging the gender, climate, and health gap: the road to COP29. **The Lancet Planetary Health**, v. 8, n. 12, p. e1088–e1105, dez. 2024.
- ZHANG, A. *et al.* Birth registration policies in the United States and their relevance to sexual and/or gender minority families: Identifying existing strengths and areas of improvement. **Social Science & Medicine**, v. 293, p. 114633, jan. 2022.

¹ Graduanda em Medicina, Universidade de Passo Fundo (UPF)

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

IMPACTOS DO TRAUMA E DA VIOLÊNCIA NA SAÚDE MENTAL, COMPORTAMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL

- ▶ Gustavo Francisco Santos da Silva ¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: O trauma e a violência são fenômenos que impactam profundamente a vida dos indivíduos e das comunidades, gerando repercussões significativas na saúde mental, no comportamento econômico e na inclusão social. Experiências traumáticas, como abusos, violência urbana, guerras e desastres naturais, podem desencadear transtornos psicológicos, afetar a tomada de decisões financeiras e dificultar a reintegração social das vítimas. Além disso, o trauma não se limita ao âmbito individual, mas se estende ao coletivo, influenciando padrões de desenvolvimento econômico e a coesão social. **OBJETIVO:** Analisar os impactos do trauma e da violência na saúde mental, no comportamento econômico e na inclusão social. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada foi uma revisão narrativa da literatura, com busca de artigos nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Foram empregados os descritores *Violence*, *Urban Health*, *Public Safety*, *Psychological Trauma* e *Social Policies*, sem restrição temporal. A seleção priorizou estudos relevantes para a temática, totalizando cinco artigos científicos. **RESULTADOS:** Intervenções psicossociais e políticas de suporte desempenham um papel crucial na mitigação dos impactos do trauma e da violência na saúde mental, no comportamento econômico e na inclusão social. A pesquisa sobre homens negros em recuperação e

reinserção social destaca a importância de abordagens informadas sobre traumas e métodos participativos, que podem fortalecer redes comunitárias e oferecer suporte estruturado para reduzir vulnerabilidades. No contexto dos requerentes de asilo, a perseguição baseada em estigma e experiências traumáticas pré-migratórias têm efeitos profundos na saúde mental. Políticas que consideram determinantes sociais e garantem apoio legal e psicológico podem melhorar significativamente o bem-estar dessas populações, reduzindo os impactos do trauma. Da mesma forma, o estudo sobre conceitos culturais de sofrimento demonstra que intervenções eficazes devem ir além do nível individual, abordando fatores sociais e estruturais que moldam a experiência do sofrimento. A violência de gênero, exacerbada pela pandemia de COVID-19, revela a necessidade de políticas que protejam meninas e mulheres da violência doméstica e do parceiro íntimo. Programas que combinam suporte econômico, acesso à educação e fortalecimento das redes de apoio podem reduzir a exposição à violência e promover maior autonomia. Além disso, o impacto da violência nas decisões econômicas, como observado em vítimas na Colômbia, sugere que experiências traumáticas podem gerar aversão ao risco e afetar a mobilidade social. Intervenções que oferecem suporte psicológico e capacitação econômica podem ajudar as vítimas a recuperar sua capacidade de tomada de decisão e reduzir ciclos de pobreza. Portanto, intervenções psicossociais e políticas de suporte são fundamentais para minimizar os efeitos do trauma e da violência, promovendo saúde mental, segurança econômica e inclusão social de populações vulneráveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Intervenções psicossociais e políticas de suporte são essenciais para mitigar os impactos do trauma e da violência, promovendo saúde mental, inclusão social e segurança econômica. Estratégias integradas podem reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência das populações afetadas.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde da População Urbana; Segurança; Trauma Psicológico; Violência

REFERÊNCIAS

- BOVEY, M. *et al.* Trauma-related cultural concepts of distress: A systematic review of qualitative literature from the middle east and North Africa, and Sub-Saharan Africa. **SSM - Mental Health**, v. 7, p. 100402, jun. 2025.
- MCQUAID, J. H. *et al.* Persecution as stigma-driven trauma: Social determinants, stigma, and violence in asylum seekers in the United States. **Social Science & Medicine**, v. 350, p. 116761, jun. 2024.
- MOYA, A. Violence, psychological trauma, and risk attitudes: Evidence from victims of violence in Colombia. **Journal of Development Economics**, v. 131, p. 15–27, mar. 2018.
- STEINERT, J. I. *et al.* Violence Against Adolescent Girls During the COVID-19 Pandemic: Quantitative Evidence From Rural and Urban Communities in Maharashtra, India. **Journal of Adolescent Health**, v. 73, n. 6, p. 1010–1018, dez. 2023.
- YU, A. F.; HOPE HOUSE MEN AND ALUMNI. “Where we wanna be”: The role of structural violence and place-based trauma for street life-oriented Black men navigating recovery and reentry. **Health & Place**, v. 54, p. 200–209, nov. 2018.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS SISTEMAS DE SAÚDE: COBERTURA UNIVERSAL, SUSTENTABILIDADE E SAÚDE MENTAL GLOBAL

- ▶ Lívia Maria da Silva Araújo¹
- ▶ Bárbara Monique Alves Desidério²
- ▶ Claudionor Santos Melo³
- ▶ Emanuel Lucas Costa Calado⁴
- ▶ Thiago Santos de Lira⁵
- ▶ Barbara Rodrigues Ferreira⁶
- ▶ Luan Bernardino Montes Santos⁷
- ▶ Henrique Macedo Sousa⁸
- ▶ Tainara Pelisão⁹
- ▶ Denise de Oliveira¹⁰

RESUMO

INTRODUÇÃO: Os sistemas de saúde enfrentam desafios crescentes diante das mudanças demográficas, da ampliação das demandas por serviços médicos e das limitações financeiras e estruturais. A busca por cobertura universal, a necessidade de garantir a sustentabilidade dos sistemas e a crescente preocupação com a saúde mental global são temas centrais no debate sobre políticas de saúde. A desigualdade no acesso a serviços médicos, os altos custos operacionais e a falta de investimentos adequados comprometem a efetividade dos sistemas de saúde, impactando diretamente a qualidade de vida das populações. **OBJETIVO:** Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas dos sistemas de saúde no contexto da cobertura universal, da sustentabilidade e da saúde mental global. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com busca de artigos nas bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect. Utilizaram-se os descritores *Health Financing*, *Unified Health System (SUS)*, *Demographic Transition*, *Global Burden of Disease* e *Health Policy*, sem restrição temporal. A seleção dos estudos considerou sua relevância para a temática, totalizando quatro artigos científicos. **RESULTADOS:** A adoção de políticas de cobertura universal e sustentabilidade nos sistemas de saúde tem um impacto positivo significativo na saúde mental global e no

acesso equitativo aos serviços. O texto evidencia que o Brasil, com a criação do SUS, conseguiu ampliar o acesso à saúde, diminuindo desigualdades e promovendo melhorias nos indicadores de saúde. No entanto, persistem desafios, como desigualdades geográficas e financiamento insuficiente, que podem comprometer a equidade e a qualidade dos serviços, incluindo os de saúde mental. Nos países de baixa e média renda, a situação é ainda mais crítica. A escassez de recursos financeiros, a infraestrutura protegida e a ausência de políticas públicas direcionadas à saúde mental dificultam o desenvolvimento de sistemas eficazes. A experiência de alguns países que obtiveram avanços apesar de restrições orçamentárias indica que o fortalecimento das políticas públicas e o investimento sustentável são essenciais para garantir um atendimento adequado. A cobertura universal de saúde é um fator essencial para a promoção do patrimônio sem acesso, pois garante que populações vulneráveis possam receber atendimento, independentemente de sua condição socioeconômica. A falta de priorização da saúde mental nos sistemas de saúde resulta num cenário em que milhões de pessoas não recebem o suporte necessário, agravando quadros de sofrimento psíquico e desigualdade. Dessa forma, políticas de sustentabilidade e cobertura universal fortalecem a estrutura dos serviços de saúde mental, promovem o acesso equitativo e significativos para a redução do impacto das doenças mentais na sociedade. Para que esse avanço seja consolidado, é necessário garantir financiamento adequado e estratégias de integração da saúde mental às políticas de saúde pública. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A cobertura universal e a sustentabilidade são essenciais para a equidade no acesso à saúde, especialmente na saúde mental. O financiamento adequado e políticas integradas são fundamentais para fortalecer os sistemas de saúde e reduzir desigualdades.

PALAVRAS-CHAVES: Carga Global da Doença; Dinâmica Populacional; Financiamento da Assistência à Saúde; Política de Saúde; Sistema Único de Saúde

REFERÊNCIAS

- CASTRO, M. C. *et al.* Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. **The Lancet**, v. 394, n. 10195, p. 345–356, jul. 2019.
- FRENK, J.; GÓMEZ-DANTÉS, O. Health Systems in Latin America: The Search for Universal Health Coverage. **Archives of Medical Research**, v. 49, n. 2, p. 79–83, fev. 2018.
- JACOB, K. *et al.* Mental health systems in countries: where are we now? **The Lancet**, v. 370, n. 9592, p. 1061–1077, set. 2007.
- MARINHO, F. *et al.* Burden of disease in Brazil, 1990–2016: a systematic subnational analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. **The Lancet**, v. 392, n. 10149, p. 760–775, set. 2018.

¹ Pós Graduada em Enfermagem, Centro Universitário Estácio do Recife

² Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Graduando de Medicina, Universidade Federal de Alagoas

⁴ Graduando em Nutrição, Estácio de Sá - Campus Maceió/AL

⁵ Graduado em Medicina, Centro Universitário Facisa

⁶ Graduanda em Medicina, Universidade Federal do Pará -UFPA

⁷ Graduado em Medicina, Universidade Atenas Paracatu - UNIATENAS

⁸ Graduando em Medicina, Uniceplac - DF

⁹ Graduada em Medicina, Centro Universitário de Varzea Grande - MT (UNIVAG)

¹⁰ Graduanda em Medicina, Enfermeira, Mestre em Desenvolvimento Comunitário- UNICENTRO, Centro Universitário Campo Real - CAMPO REAL



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE DA MULHER: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

- ▶ Flávia Ferreira Souto Maior ¹
- ▶ Alana Rabelo Silva da Rocha ²
- ▶ Hiago Lohan da Costa Pereira ³
- ▶ Marília de Jesus da Costa Sá Pereira ⁴
- ▶ Carla Dulcirene Parente Novaes ⁵
- ▶ Luiz Teixeira Filho ⁶
- ▶ Liana Mayra Melo de Andrade ⁷
- ▶ Elaine Almeida do Lago ⁸
- ▶ Ciane Regina Alves Barros ⁹
- ▶ Viviane Maia Alves ¹⁰

RESUMO

Introdução: A violência doméstica é uma problemática social que afeta a saúde física e mental das mulheres, exigindo ações integradas para seu enfrentamento. **Objetivo:** Compreender os impactos da violência doméstica na saúde das mulheres e identificar abordagens multidisciplinares de assistência. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos em bases de dados científicas, com foco em estudos observacionais e revisões sistemáticas. **Resultados:** A violência doméstica provoca lesões físicas, distúrbios do sono, ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. A assistência multidisciplinar é essencial para oferecer suporte psicológico e jurídico, embora o acesso a esses serviços ainda seja limitado. **Conclusão:** O enfrentamento da violência doméstica requer ações integradas entre saúde, assistência social e justiça, além da ampliação do acesso ao suporte necessário e da implementação de ações educativas para prevenir a violência e promover a igualdade de gênero.

PALAVRAS-CHAVES: Violência Doméstica; Saúde da Mulher; Consequências Físicas; Transtornos Mentais; Abordagem Multidisciplinar.

DOMESTIC VIOLENCE AND ITS CONSEQUENCES FOR WOMEN'S HEALTH: A MULTIDISCIPLINARY APPROACH

ABSTRACT

Introduction: Domestic violence is a social issue that affects women's physical and mental health, requiring integrated actions for its prevention and intervention. **Objective:** To understand the impacts of domestic violence on women's health and identify multidisciplinary approaches to provide assistance. **Methodology:** Qualitative research based on a literature review of articles published in the last five years in scientific databases, focusing on observational studies and systematic reviews. **Results:** Domestic violence causes physical injuries, sleep disorders, anxiety, depression, and post-traumatic stress disorder. Multidisciplinary assistance is essential to provide psychological and legal support, although access to these services remains limited. **Conclusion:** Combating domestic violence requires integrated actions among health, social assistance, and justice sectors, as well as expanding access to necessary support and implementing educational measures to prevent violence and promote gender equality.

KEYWORDS: Domestic violence; Women's health; Physical consequences; Mental disorders; Multidisciplinary approach.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui uma problemática social e de saúde pública que afeta mulheres em todo o mundo, comprometendo seu bem-estar físico e psicológico. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o Brasil registrou um aumento de 10% nos casos de violência de gênero em relação ao ano anterior. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco na proteção dos direitos das mulheres, porém, desafios ainda persistem quanto à sua aplicação. Este estudo busca analisar as consequências da violência doméstica para a saúde da mulher sob uma perspectiva multidisciplinar, destacando aspectos físicos, emocionais e sociais.

O objetivo principal é compreender como a violência doméstica impacta a saúde das mulheres e identificar abordagens integradas para o enfrentamento dessa problemática. Além disso, pretende-se contribuir para a ampliação do conhecimento acadêmico e profissional, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias de intervenção.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos em bases de dados como SciELO, PubMed, Revistas USP e plataformas do Governo Federal. Foram incluídos estudos de natureza observacional, revisões sistemáticas e estudos quantitativos, com foco nos impactos da violência doméstica na saúde física e mental das mulheres. Os critérios de inclusão envolveram artigos em português, inglês e espanhol, enquanto os de exclusão foram estudos fora do período estipulado ou que não abordassem diretamente a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a violência doméstica provoca impactos significativos na saúde das mulheres, abrangendo desde lesões físicas até transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Segundo Berber *et al.* (2022), as vítimas apresentam maior propensão ao abuso de substâncias, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e complicações na gravidez. Mijatović-Jovanović *et al.* (2020) destacam a importância de abordagens multisectoriais para a prevenção da violência, visando mitigar seus efeitos na saúde física e mental.

Além disso, o estudo de Siddiqui *et al.* (2021) enfatiza a necessidade de empoderamento feminino e medidas interdisciplinares para reduzir os impactos da violência doméstica. Em uma análise mais ampla, Kalokhe *et al.* (2017) revelam que 41% das mulheres indianas já sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo 30% no último ano, o que evidencia a dimensão global do problema.

A assistência multidisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, assistência social e justiça, mostra-se essencial para a recuperação das mulheres. Segundo Kachaeva *et al.* (2017), a violência doméstica está diretamente associada ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos de longo prazo, como depressão, ansiedade, baixa autoestima, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e abuso de drogas.

Gráfico 1: Tipos de violência doméstica mais comuns (Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023)

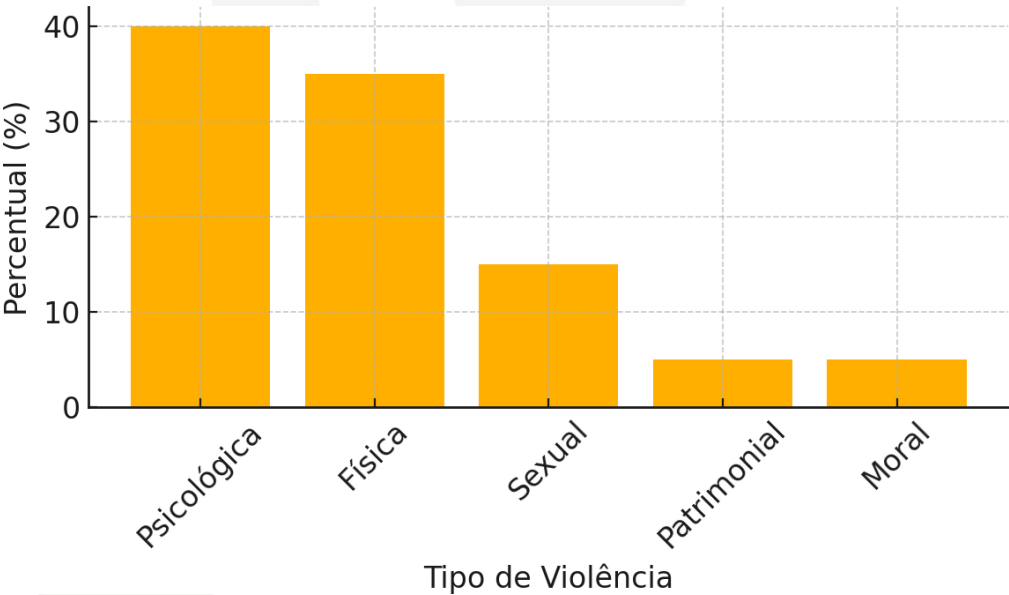


Tabela 1: Consequências físicas e psicológicas da violência doméstica (Fonte: Berber *et al.*, 2022; Mijatović-Jovanović *et al.*, 2020)

Consequências Físicas	Percentual (%)
Lesões musculoesqueléticas	55
Cefaleias frequentes	50
Distúrbios do sono	45

Tabela 2: Percentual de mulheres que buscaram apoio psicológico e jurídico após violência doméstica (Fonte: Siddiqui *et al.*, 2021)

Tipo de Apoio	Percentual (%)
Apoio psicológico	50
Assistência jurídica	30

Os gráficos evidenciam que a violência psicológica é a mais frequente, seguida da violência física. Em relação às consequências, 70% das mulheres relataram sintomas de ansiedade, 65% desenvolveram depressão e 40% apresentaram transtorno de estresse pós-traumático. Esses resultados reforçam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para garantir o tratamento integral das mulheres. Já a Tabela 2 destaca que apenas 50% das vítimas buscaram apoio psicológico e 30% procuraram assistência jurídica, evidenciando a necessidade de ampliar o acesso a esses serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica exerce impactos profundos e duradouros na saúde física e mental das mulheres, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada e humanizada. Os resultados analisados demonstram que as consequências vão desde lesões físicas e distúrbios do sono até transtornos psiquiátricos, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Nesse contexto, a assistência multidisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, assistência social e justiça, é essencial para oferecer suporte adequado às vítimas.

Além disso, é fundamental que o acesso ao apoio psicológico e jurídico seja ampliado, visando incentivar mais mulheres a buscarem ajuda. A implementação de ações educativas e preventivas, aliada ao fortalecimento das políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e livre de violência. Futuras pesquisas devem explorar novas estratégias de intervenção, promovendo a conscientização e o combate à violência de forma contínua e eficaz.

REFERÊNCIAS

- BERBER, M. A. *et al.* The Effect of Domestic Violence on Women's Health and Nursing Approach. Sağlık Akademisi Kastamonu, 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. São Paulo, 2023.
- KACHAEVA, M. *et al.* Psychological and psychiatric consequences of violence against women. European Psychiatry, 2017.
- KALOKHE, A. *et al.* Domestic violence against women in India: A systematic review of a decade of quantitative studies. Global Public Health, 2017.
- MIJATOVIĆ-JOVANOVIĆ, V. *et al.* Health consequences of domestic violence against women in Serbia. Vojnosanitetski pregled, 2020.
- SIDDIQUI, S. *et al.* Domestic Violence on Women and its Implications on their Health. 2021.

¹ Enfermeira pela FUNESO e Residência em Terapia Intensiva pela UNIFASE

² Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Estado do Pará e Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará

³ Graduando em Enfermagem pela UNIP

⁴ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁵ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁶ Graduando em Medicina pela Unifamaz

⁷ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁸ Graduanda em Medicina Cesupa

⁹ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

¹⁰ Graduação em Psicologia pela Universidade Ceuma



INOVAÇÕES NA SAÚDE COLETIVA: TELEMEDICINA E ACESSIBILIDADE EM ÁREAS REMOTAS

- ▶ Pedro Henrique De Olivera Da Silva ¹
- ▶ Márcia Camila Figueiredo Carneiro ²
- ▶ Thays Costa Jesus ³
- ▶ Samara Bezerra de Lira Silva ⁴
- ▶ Marília de Jesus da Costa Sá Pereira ⁵
- ▶ Carla Dulcirene Parente Novaes ⁶
- ▶ Luiz Teixeira Filho ⁷
- ▶ Liana Mayra Melo de Andrade ⁸
- ▶ Ciane Regina Alves Barros ⁹
- ▶ José Victor Silva Lima ¹⁰

RESUMO

Introdução: O avanço das tecnologias digitais tem promovido transformações no campo da saúde coletiva, destacando-se a telemedicina como uma estratégia para ampliar o acesso aos serviços médicos, especialmente em regiões geograficamente isoladas. **Objetivo:** Analisar os impactos da telemedicina na saúde coletiva, enfatizando seus benefícios no manejo de doenças crônicas, em situações de emergência e os desafios relacionados à infraestrutura e regulamentação. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em estudos recentes que abordam a aplicação da telemedicina em contextos diversos, incluindo populações subatendidas e áreas remotas. **Resultados:** A telemedicina contribui para a redução de custos, ampliação da cobertura de cuidados especializados e aprimoramento dos desfechos clínicos, proporcionando agilidade no diagnóstico e monitoramento contínuo de pacientes. Contudo, limitações de conectividade e a necessidade de formação profissional adequada representam desafios para sua implementação plena. **Conclusão:** A superação dos obstáculos estruturais e regulamentares é essencial para que a telemedicina se consolide como um instrumento efetivo de inclusão

social, promovendo um sistema de saúde mais equitativo e acessível, capaz de atender às necessidades das populações em áreas remotas.

PALAVRAS-CHAVES: Telemedicina; Saúde coletiva; Doenças crônicas; Emergências médicas; Acesso à saúde; Inclusão social.

INNOVATIONS IN PUBLIC HEALTH: TELEMEDICINE AND ACCESSIBILITY IN REMOTE AREAS

ABSTRACT

Introduction: The advancement of digital technologies has brought significant transformations to public health, with telemedicine emerging as a strategy to expand access to medical services, particularly in geographically isolated regions. **Objective:** To analyze the impact of telemedicine on public health, emphasizing its benefits in managing chronic diseases, emergency situations, and the challenges related to infrastructure and regulation. **Methodology:** This study is a narrative literature review based on recent studies addressing the application of telemedicine in various contexts, including underserved populations and remote areas. **Results:** Telemedicine contributes to cost reduction, increased access to specialized care, and improved clinical outcomes, providing faster diagnoses and continuous patient monitoring. However, connectivity limitations and the need for adequate professional training present challenges to its full implementation. **Conclusion:** Overcoming structural and regulatory obstacles is essential for telemedicine to become an effective tool for social inclusion, promoting a more equitable and accessible healthcare system capable of meeting the needs of populations in remote areas.

KEYWORDS: Telemedicine; Public health; Chronic diseases; Medical emergencies; Healthcare access; Social inclusion.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais tem provocado transformações significativas em diversas áreas do conhecimento, afetando de maneira direta a forma como os serviços são oferecidos e consumidos. No campo da saúde coletiva, a telemedicina surge como uma resposta à necessidade de ampliar o acesso aos cuidados médicos, sobretudo em regiões geograficamente isoladas, onde a escassez de profissionais especializados e a limitação da infraestrutura hospitalar dificultam o atendimento presencial. Segundo Palozzi *et al.* (2020), a telemedicina contribui para a ampliação da cobertura de cuidados especializados, ao mesmo tempo em que reduz os custos associados ao deslocamento de pacientes, promovendo desfechos clínicos mais satisfatórios. Tal avanço, no entanto, não se restringe à mera substituição do contato presencial, configurando-se como uma estratégia capaz de otimizar os recursos disponíveis, reduzindo custos operacionais e aprimorando a qualidade dos serviços prestados (Shah *et al.*, 2018).

Nesse contexto, o papel da telemedicina torna-se especialmente relevante no acompanhamento de doenças crônicas, cujas demandas por intervenções periódicas exigem um suporte contínuo para garantir a adesão ao tratamento e prevenir complicações. Conforme Sahu *et al.* (2024), a possibilidade de monitoramento remoto dos parâmetros fisiológicos e a orientação em tempo real fortalecem a relação entre pacientes e profissionais de saúde, criando um ambiente terapêutico que contribui para a redução das internações hospitalares e a prevenção de complicações graves.

Diante desse cenário, o presente estudo busca analisar os impactos da telemedicina no contexto da saúde coletiva, destacando seus benefícios para o acesso ao atendimento médico em áreas remotas e os desafios que ainda precisam ser superados para que essa tecnologia se consolide como uma ferramenta efetiva de inclusão social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos em bases de dados como SciELO, PubMed e Scholar Academic. Foram incluídos estudos de natureza observacional, revisões sistemáticas e estudos quantitativos, com foco nos impactos da violência doméstica na saúde física e mental das mulheres. Os critérios de inclusão envolveram artigos em português, inglês e espanhol, enquanto os de exclusão foram estudos fora do período estipulado ou que não abordassem diretamente a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A telemedicina, ao romper as barreiras geográficas que historicamente limitaram o acesso aos serviços de saúde, configura-se como uma resposta concreta às desigualdades estruturais que permeiam as

populações residentes em áreas remotas. Facilitando o atendimento de pacientes cuja localização geográfica inviabilizaria o acesso presencial, esse modelo de assistência contribui para a redução de custos e o aprimoramento dos desfechos clínicos, ao mesmo tempo em que amplia a cobertura de cuidados especializados, consolidando-se como uma estratégia capaz de mitigar os impactos da carência de infraestrutura hospitalar em regiões periféricas (Palozzi *et al.*, 2020). Ao promover o contato direto entre profissionais de saúde e pacientes por meio de plataformas digitais, elimina-se a necessidade de deslocamentos onerosos e demorados, permitindo que diagnósticos sejam realizados em tempo hábil, prevenindo o agravamento de condições clínicas que, em contextos convencionais, permaneceriam sem acompanhamento adequado (Shah *et al.*, 2018).

Ainda que os benefícios da telemedicina se evidenciem em diversos cenários, seu potencial revela-se particularmente expressivo no manejo de doenças crônicas, cujas demandas por acompanhamento contínuo e intervenções periódicas encontram, nas tecnologias digitais, um meio eficiente para garantir a adesão ao tratamento. A possibilidade de monitorar remotamente parâmetros fisiológicos, associada à orientação em tempo real, fortalece a relação entre pacientes e profissionais de saúde, criando um ambiente terapêutico no qual o suporte é mantido de forma permanente, independentemente das limitações impostas pela distância física (Sahu *et al.*, 2024). Esse modelo de assistência, ao minimizar as lacunas decorrentes da escassez de especialistas em regiões isoladas, promove a continuidade do cuidado e o aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos, reduzindo o número de internações hospitalares e prevenindo complicações que, em contextos convencionais, evoluiriam para quadros clínicos mais graves (Mohammadzadeh *et al.*, 2022).

Contudo, a eficácia da telemedicina não se restringe ao acompanhamento de patologias crônicas, evidenciando-se igualmente em situações de emergência, nas quais a rapidez da intervenção é determinante para o prognóstico do paciente. A possibilidade de realizar avaliações clínicas em tempo real, por meio da transmissão de imagens e dados vitais, permite que médicos especializados orientem equipes locais na condução dos primeiros procedimentos, otimizando o tempo de resposta e ampliando as chances de recuperação (Palozzi *et al.*, 2020). Em áreas onde a infraestrutura hospitalar é limitada, esse suporte remoto assume papel estratégico, compensando a ausência de profissionais altamente qualificados e garantindo que decisões clínicas sejam embasadas em diagnósticos precisos, reduzindo os riscos associados a intervenções tardias ou inadequadas (Shah *et al.*, 2018). Essa capacidade de intervir de forma ágil e assertiva, sem as restrições impostas pela distância física, evidencia o impacto da telemedicina na construção de sistemas de saúde mais equitativos, nos quais o acesso ao atendimento especializado não se restringe aos centros urbanos (Mohammadzadeh *et al.*, 2022).

Ainda que os avanços tecnológicos viabilizem a expansão da telemedicina em escala global, sua implementação enfrenta obstáculos que transcendem as limitações técnicas, envolvendo questões de infraestrutura, regulamentação e formação profissional. Em regiões onde a conectividade é precária, a transmissão de dados em tempo real torna-se inviável, comprometendo a qualidade do atendimento e limitando o alcance das intervenções médicas (Salvador *et al.*, 2021). Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas à integração da telemedicina nos sistemas de saúde locais dificulta a adoção desse modelo de

assistência, perpetuando as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. A formação dos profissionais, por sua vez, assume papel fundamental nesse contexto, uma vez que a eficácia do atendimento remoto depende não apenas da tecnologia disponível, mas também da capacidade dos profissionais em utilizar esses recursos de forma adequada, garantindo que o suporte oferecido à distância mantenha o mesmo nível de qualidade e precisão do atendimento presencial (Sahu *et al.*, 2024).

Nesse cenário, a superação desses desafios exige investimentos coordenados em infraestrutura tecnológica, regulamentação adequada e capacitação profissional, criando as condições necessárias para que a telemedicina se consolide como uma alternativa viável e eficiente em todas as regiões, independentemente das barreiras geográficas ou socioeconômicas (Palozzi *et al.*, 2020; Salvador *et al.*, 2021). A ampliação do acesso à internet em áreas remotas, associada à criação de plataformas seguras e intuitivas, permitirá que o atendimento remoto alcance um número crescente de pacientes, reduzindo as desigualdades no acesso à saúde e promovendo a equidade no cuidado (Shah *et al.*, 2018). Paralelamente, a definição de diretrizes claras para o uso da telemedicina garantirá que esse modelo de assistência seja integrado de forma harmoniosa aos sistemas de saúde, assegurando a qualidade e a segurança do atendimento, enquanto a formação contínua dos profissionais fortalecerá sua capacidade de utilizar esses recursos de maneira eficaz, maximizando os benefícios proporcionados pela tecnologia (Mohammadzadeh *et al.*, 2022; Sahu *et al.*, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos da telemedicina no contexto da saúde coletiva evidencia sua capacidade de ampliar o acesso aos serviços de saúde, mitigando as desigualdades históricas que afetam populações residentes em áreas remotas. Ao permitir o contato direto entre pacientes e profissionais de saúde, sem as limitações impostas pela distância geográfica, essa modalidade de atendimento promove não apenas a agilidade no diagnóstico e tratamento, mas também o acompanhamento contínuo de doenças crônicas, contribuindo para a melhoria dos desfechos clínicos e a redução da sobrecarga dos sistemas hospitalares.

Contudo, o pleno aproveitamento dos benefícios proporcionados pela telemedicina depende da superação de desafios relacionados à conectividade em áreas remotas, à regulamentação adequada desse modelo de assistência e à capacitação dos profissionais de saúde para o uso eficaz das tecnologias digitais. A criação de políticas públicas voltadas à expansão da infraestrutura tecnológica, aliada à definição de diretrizes claras para a integração da telemedicina aos sistemas de saúde, constitui um passo fundamental para garantir que o acesso ao atendimento remoto seja democratizado, alcançando populações historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS

MOHAMMADZADEH, N. *et al.* Telemedicine for patient management in remote areas and underserved populations. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, 2022.

PALOZZI, G. *et al.* Enhancing the sustainable goal of access to healthcare: findings from a literature review on telemedicine employment in rural areas. **Sustainability**, 2020.

SAHU, R. *et al.* Advancing public health: a comprehensive analysis of telemedicine in chronic disease management, access improvement, and health promotion programs. **International Journal of Health Sciences and Research**, 2024.

SALVADOR, F. *et al.* The global use of telemedicine in tropical medicine: where we are after COVID-19? **European Journal of Public Health**, 2021.

SHAH, T. K. *et al.* Health care for all: effective, community supported, healthcare with innovative use of telemedicine technology. **Journal of Pharmaceutical Policy and Practice**, 2018.

¹ Graduando em Medicina pela Universidade de Itaúna - UIT

² Fisioterapeuta pela Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba e Mestrado Completo pela Universidade Federal da Paraíba

³ Graduanda em Enfermagem pela UniFTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências

⁴ Graduanda em Nutrição pela UniFafire

⁵ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁶ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁷ Graduando em Medicina pela Unifamaz

⁸ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁹ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

¹⁰ Médico pela Unifamaz

TRANSTORNOS MENTAIS E A EDUCAÇÃO: COMO REDUZIR O ESTIGMA NAS ESCOLAS

- ▶ Lorna Cristini de Andrade Monteiro ¹
- ▶ Alana Rabelo Silva da Rocha ²
- ▶ Luan Cruz Barreto³
- ▶ Maryane Francisca Araújo de Freitas Cavalcante ⁴
- ▶ Marília de Jesus da Costa Sá Pereira⁵
- ▶ Carla Dulcirene Parente Novaes ⁶
- ▶ Luiz Teixeira Filho⁷
- ▶ Liana Mayra Melo de Andrade ⁸
- ▶ Alexssandry Lamarques Sousa ⁹
- ▶ José Victor Silva Lima¹⁰

RESUMO

Introdução: O estigma relacionado aos transtornos mentais no ambiente escolar compromete o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico dos estudantes, perpetuando atitudes discriminatórias e reforçando estereótipos negativos. **Objetivo:** Analisar os impactos do estigma associado aos transtornos mentais no contexto escolar e identificar estratégias para sua redução, destacando o papel da educação e da psicologia escolar nesse processo. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos em bases de dados como SciELO, PubMed e Scholar Academic. Foram incluídos estudos observacionais, revisões sistemáticas e quantitativos, com foco na temática do estigma e intervenções educacionais. **Resultados:** A sensibilização da comunidade escolar, a inclusão da saúde mental nos currículos e a capacitação dos educadores demonstraram-se fundamentais para a redução do estigma. Intervenções da psicologia escolar, como atividades em grupo e espaços de acolhimento, contribuem para a construção de um ambiente mais inclusivo e empático. **Conclusão:**

A superação do estigma depende de uma abordagem integrada, que combine ações educativas e suporte psicológico, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVES: Mental Disorders; Education; Stigma; School Psychology; Social Inclusion; Mental Health.



MENTAL DISORDERS AND EDUCATION: HOW TO REDUCE STIGMA IN SCHOOLS

ABSTRACT

Introduction: The stigma related to mental disorders in the school environment compromises students' emotional well-being and academic performance, perpetuating discriminatory attitudes and reinforcing negative stereotypes. **Objective:** To analyze the impacts of stigma associated with mental disorders in the school context and identify strategies for its reduction, highlighting the role of education and school psychology in this process. **Methodology:** This is a qualitative and exploratory research conducted through a bibliographic review of articles published in the last five years in databases such as SciELO, PubMed, and Scholar Academic. Observational studies, systematic reviews, and quantitative research focused on stigma and educational interventions were included. **Results:** Raising awareness within the school community, integrating mental health into curricula, and training educators proved essential for reducing stigma. School psychology interventions, such as group activities and support spaces, contribute to building a more inclusive and empathetic environment. **Conclusion:** Overcoming stigma requires an integrated approach that combines educational actions and psychological support, promoting respect for diversity and students' socio-emotional development.

KEYWORDS: Mental Disorders; Education; Stigma; School psychology; Social Inclusion; Mental Health.

INTRODUÇÃO

O estigma associado aos transtornos mentais constitui um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento educacional e social de crianças e adolescentes, manifestando-se em atitudes discriminatórias, preconceitos e exclusão, que comprometem o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico desses indivíduos. De acordo com Pereira *et al.* (2022), o estigma direcionado a pessoas com transtornos mentais é perpetuado, em grande parte, pela falta de conhecimento e compreensão acerca dessas condições, o que reforça estereótipos negativos e dificulta a integração dos indivíduos no ambiente escolar. Essa realidade evidencia a necessidade de intervenções educativas que promovam a conscientização e a empatia entre os estudantes, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora.

O ambiente escolar, ao reunir indivíduos de diferentes contextos socioculturais, exerce papel determinante na formação das percepções e atitudes em relação à saúde mental. Nesse sentido, Souza *et al.* (2024) ressaltam a importância de ações desenvolvidas pela psicologia escolar, que, ao intervir diretamente nas dinâmicas institucionais, têm o potencial de transformar a forma como os transtornos mentais são compreendidos, prevenindo comportamentos discriminatórios e promovendo a saúde emocional dos estudantes. Vieira e Delgado (2021) complementam essa perspectiva ao destacar que a ausência de informações adequadas contribui para a manutenção do estigma, evidenciando a necessidade de incluir a temática da saúde mental nos currículos escolares, a fim de proporcionar uma formação mais abrangente e humanizada.

Além das ações voltadas aos estudantes, a capacitação dos profissionais da educação emerge como fator essencial para a construção de um ambiente escolar livre de estigmas. Segundo Carneiro *et al.* (2022), a formação continuada dos educadores amplia a compreensão acerca dos transtornos mentais, permitindo que desenvolvam abordagens pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos. Ferreira e Carvalho (2020) corroboram essa ideia ao evidenciar que intervenções educativas realizadas com estudantes de enfermagem resultaram em uma redução significativa das atitudes estigmatizantes, demonstrando que o conhecimento é um elemento-chave para a desconstrução de preconceitos.

Dessa forma, compreender os fatores que perpetuam o estigma relacionado aos transtornos mentais no contexto escolar e identificar estratégias eficazes para sua redução constitui um passo fundamental para garantir o pleno desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes. Partindo desse pressuposto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do estigma no ambiente educacional e discutir as principais intervenções voltadas à promoção de uma cultura escolar mais inclusiva, enfatizando o papel da educação na desconstrução de estereótipos e na construção de relações interpessoais pautadas no respeito e na empatia.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos cinco anos em bases de dados como SciELO, PubMed e Scholar Academic. Foram incluídos estudos de natureza observacional, revisões sistemáticas e estudos quantitativos, com foco nos impactos da violência doméstica na saúde física e mental das mulheres. Os critérios de inclusão envolveram artigos em português, inglês e espanhol, enquanto os de exclusão foram estudos fora do período estipulado ou que não abordassem diretamente a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estigma relacionado aos transtornos mentais no ambiente escolar manifesta-se de diversas formas, abrangendo desde atitudes discriminatórias por parte de colegas e educadores até a autopercepção negativa desenvolvida pelos próprios estudantes diagnosticados com essas condições. Conforme destacado por Pereira *et al.* (2022), a perpetuação desse estigma decorre, em grande medida, da falta de conhecimento e compreensão acerca das particularidades dos transtornos mentais, o que contribui para a consolidação de estereótipos negativos e dificulta a integração dos indivíduos no ambiente educacional. Esse cenário evidencia a necessidade de promover ações educativas que sensibilizem a comunidade escolar, proporcionando uma compreensão mais ampla e empática sobre a saúde mental e seus impactos na vida dos estudantes.

Nesse contexto, a atuação da psicologia escolar revela-se fundamental para a construção de um ambiente inclusivo e acolhedor. Souza *et al.* (2024) enfatizam que as intervenções desenvolvidas nesse âmbito não apenas contribuem para a redução do estigma, mas também fortalecem o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, ao incentivar a construção de relações interpessoais baseadas no respeito e na compreensão mútua. A realização de atividades em grupo, oficinas temáticas e rodas de conversa tem se mostrado eficaz na desconstrução de preconceitos, permitindo que os alunos expressem suas emoções e compartilhem experiências em um espaço livre de julgamentos. Essa abordagem, ao favorecer o diálogo aberto sobre a saúde mental, contribui para a criação de uma cultura escolar mais sensível às necessidades individuais dos estudantes.

Além das ações voltadas diretamente aos alunos, a capacitação dos profissionais da educação é essencial para garantir a construção de um ambiente escolar livre de estigmas. Conforme apontado por Carneiro *et al.* (2022), a formação continuada dos educadores amplia sua compreensão acerca dos transtornos mentais, permitindo que desenvolvam abordagens pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos. Essa capacitação não apenas contribui para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, mas também fortalece a capacidade dos educadores em lidar com situações de discriminação e preconceito no cotidiano escolar. Nesse sentido, Vieira e Delgado (2021) ressaltam que a ausência de

informações adequadas pode comprometer a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes com transtornos mentais, dificultando sua integração e prejudicando seu desempenho acadêmico.

Outro aspecto relevante para a redução do estigma é a inclusão da temática da saúde mental nos currículos escolares. Ferreira e Carvalho (2020) demonstram que intervenções educativas realizadas com estudantes de enfermagem resultaram em uma redução significativa das atitudes estigmatizantes, evidenciando que o conhecimento é um fator determinante para a desconstrução de preconceitos. No contexto escolar, a abordagem dessa temática de forma transversal, por meio de disciplinas como ciências, biologia e ética, contribui para a formação de uma consciência crítica em relação aos transtornos mentais, incentivando os estudantes a questionarem os estereótipos e a desenvolver atitudes mais empáticas e solidárias.

Além disso, a criação de espaços de escuta e acolhimento dentro das escolas é essencial para garantir o bem-estar emocional dos estudantes. A oferta de serviços de apoio psicológico, aliados à promoção de atividades que estimulem o autoconhecimento e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, contribui para a construção de um ambiente escolar mais saudável e inclusivo. Conforme ressaltado por Souza *et al.* (2024), a existência de um espaço seguro para a expressão das emoções não apenas fortalece a autoestima dos alunos, mas também reduz o impacto negativo do estigma, ao proporcionar um suporte adequado para o enfrentamento das dificuldades relacionadas aos transtornos mentais.

Dessa forma, os resultados analisados evidenciam que a redução do estigma associado aos transtornos mentais no contexto escolar depende de uma abordagem integrada, que envolva tanto a formação dos profissionais da educação quanto a sensibilização dos estudantes. A promoção de ações educativas, aliada à criação de espaços de acolhimento e ao fortalecimento do diálogo sobre a saúde mental, constitui um caminho fundamental para garantir o pleno desenvolvimento emocional e acadêmico dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos do estigma relacionado aos transtornos mentais no ambiente escolar evidencia a necessidade de promover ações educativas que sensibilizem tanto os estudantes quanto os profissionais da educação, proporcionando uma compreensão mais ampla e empática acerca dessas condições. O estigma, ao perpetuar atitudes discriminatórias e reforçar estereótipos negativos, compromete não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também seu bem-estar emocional e sua integração social. Nesse sentido, a ausência de informações adequadas contribui para a manutenção desse cenário, evidenciando a importância de incluir a temática da saúde mental nos currículos escolares, de forma a estimular o diálogo aberto e a construção de relações interpessoais pautadas no respeito e na compreensão mútua.

A atuação da psicologia escolar emerge como um fator essencial nesse processo, ao possibilitar a realização de intervenções que não apenas promovam a conscientização sobre os transtornos mentais, mas também fortaleçam o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Ademais, a criação de espaços de escuta e acolhimento nas escolas, aliados à oferta de serviços de apoio psicológico, desempenha um papel

fundamental na redução do impacto negativo do estigma, proporcionando aos estudantes um ambiente seguro para expressar suas emoções e enfrentar as dificuldades relacionadas aos transtornos mentais.

Dessa forma, conclui-se que a redução do estigma relacionado aos transtornos mentais no ambiente escolar depende de uma abordagem integrada, que envolva tanto a formação dos profissionais da educação quanto a sensibilização dos estudantes. A promoção de ações educativas, o fortalecimento do diálogo sobre a saúde mental e a criação de espaços de acolhimento são elementos essenciais para garantir o pleno desenvolvimento emocional e acadêmico dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e humanizada, na qual os transtornos mentais sejam compreendidos com respeito e empatia, e não como motivo de discriminação ou exclusão.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, M. P.; VERAS, L. M.; FERNANDES, C. S. G. V.; VIEIRA, M. C. de S.; RIOS, G. B. de M.; COSTA, L. B. Avaliação de uma capacitação de profissionais da atenção primária objetivando a redução de estigma aos transtornos mentais. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 2766, 2022. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2766>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- FERREIRA, M. S.; CARVALHO, M. C. de A. Educação para o enfrentamento do estigma: uma intervenção educacional com alunos de enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem em Saúde Mental**, n. 23, p. 15-22, jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=1647-2160. Acesso em: 24 fev. 2025.
- PEREIRA, A. de A.; SILVA, E. R. da; GILBERD, L.; COSTA, A. N. da. Estigma dirigido a pessoas com transtornos mentais: uma proposta para a formação médica do século XXI. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 25, n. 2, p. 383-406, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n2p383.7>.
- SOUZA, A. D. B. de; NICÁCIO, A. K. da S.; BARROS, H. C. L.; OLIVEIRA, A. T. G. de. Intervenções à luz da psicologia escolar na universidade: uma experiência de estágio. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e253346, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-253346>.
- VIEIRA, V. B.; DELGADO, P. G. G. Estigma e saúde mental na atenção básica: lacunas na formação médica podem interferir no acesso à saúde? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 4, p. e310422, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310422>.

¹ Nutricionista Esp. em Nutrição clínica pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

² Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Estado do Pará e Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará

³ Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

⁴ Enfermeira pela Uninovafapi

⁵ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁶ Graduanda de Medicina pela Unifamaz

⁷ Graduando de Medicina pela Unifamaz

⁸ Graduanda em Medicina pela Unifamaz

⁹ Administrador, Mestrando em Ecodesenvolvimento e Gestão Ambiental pela Universidade de Taubaté - UNITAU

¹⁰ Médico pela Unifamaz

1 A DINÂMICA DAS FAKE NEWS SOBRE SAÚDE E O IMPACTO NA ADESÃO ÀS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

► **Rosangela da Silva Conceição**

Enfermeira graduada pela Faculdade de quatro Marcos -MT

► **Lucas Lorrán da Silva**

Graduando em enfermagem pela Estácio-FAPAM

► **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

► **Raimundo Nonato Nascimento dias**

Graduando em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA

► **Cinthya Carolynne de Sousa Lima**

Especialização em Terapias Integrativas, Complementares e Naturopatia pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6060-4519>

► **Horácio Custódio da Silva**

Enfermeiro pela Faculdade de quatro Marcos -MT

► **Guilherme Teodoro Martins**

Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário UniFACTHUS

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9030-4742>

► **Laura Maria Pereira Filsinger**

Graduada em enfermagem pela Unic- universidade de Cuiabá

► **Roger Ribeiro Santos**

Graduado em educação Física pela Universidade Federal do

► **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A disseminação de fake news sobre saúde tem se tornado um desafio significativo para a adesão às campanhas de vacinação, comprometendo a imunização coletiva e permitindo o ressurgimento de doenças preveníveis. A rápida propagação de informações falsas por meio das redes sociais e outras plataformas digitais gera desconfiança na população e influencia negativamente a percepção sobre a eficácia e segurança das vacinas. **OBJETIVO:** Analisar a dinâmica das fake news sobre saúde e seus impactos na adesão às campanhas de vacinação. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada na seleção de artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2018 e 2025. Foram utilizadas bases de dados como PubMed, Scielo, LILACS, Google Scholar e Web of Science, além de diretrizes de órgãos de saúde. A análise dos estudos foi qualitativa, categorizando os achados em temas centrais relacionados ao tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados indicam que a hesitação vacinal é impulsionada por fatores como a politização das campanhas de imunização, o viés cognitivo, o medo amplificado por teorias conspiratórias e a desconfiança nas instituições de saúde. A literatura também aponta que a desinformação tem sido amplificada pelos algoritmos das redes sociais, tornando-se um obstáculo para as políticas públicas de vacinação. Estratégias como a alfabetização midiática, o engajamento de profissionais de saúde e a regulação de conteúdos falsos nas plataformas digitais têm se mostrado promissoras para conter esse fenômeno. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A disseminação de fake news sobre vacinação compromete a saúde pública e exige uma abordagem multidisciplinar para mitigar seus impactos. O combate à desinformação deve envolver governos, profissionais de saúde, plataformas digitais e a sociedade civil, com ações educativas e regulatórias. A implementação de estratégias eficazes pode fortalecer a confiança nas vacinas, garantir altas coberturas vacinais e prevenir surtos de doenças imunopreveníveis, assegurando avanços sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Campanhas de Imunização; Desinformação; Hesitação vacinal; Imunização; Vacinação.

1

THE DYNAMICS OF FAKE NEWS ABOUT HEALTH AND THE IMPACT ON ADHERENCE TO VACCINATION CAMPAIGNS

ABSTRACT

INTRODUCTION: The dissemination of fake news about health has become a significant challenge for adherence to vaccination campaigns, compromising collective immunization and allowing the resurgence of preventable diseases. The rapid spread of false information through social media and other digital platforms generates distrust in the population and negatively influences the perception of the efficacy and safety of vaccines. Thus, understanding the mechanisms of dissemination of fake news and its impacts on vaccination is essential for the formulation of effective strategies to combat misinformation. **OBJECTIVE:** to analyze the dynamics of fake news about health and its impacts on adherence to vaccination campaigns. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review based on the selection of scientific articles, institutional reports, and official documents published between 2018 and 2025. Databases such as PubMed, Scielo, LILACS, Google Scholar, and Web of Science were used, in addition to guidelines from health agencies such as WHO, PAHO, and the Ministry of Health. The analysis of the studies was qualitative, categorizing the findings into central themes related to misinformation and vaccine adherence. **RESULTS AND DISCUSSION:** The results indicate that vaccine hesitancy is driven by factors such as the politicization of immunization campaigns, cognitive bias, fear amplified by conspiracy theories, and distrust in health institutions. The literature also points out that misinformation has been amplified by social media algorithms, becoming an obstacle to public vaccination policies. Strategies such as media literacy, engagement of health professionals, and regulation of false content on digital platforms have shown promise in containing this phenomenon. **FINAL CONSIDERATIONS:** The spread of fake news about vaccination jeopardizes public health and requires a multidisciplinary approach to mitigate its impacts. Combating misinformation must involve governments, health professionals, digital platforms, and civil society, with educational and regulatory actions. The implementation of effective strategies can strengthen confidence in vaccines, ensure high vaccination coverage, and prevent outbreaks of vaccine-preventable diseases, ensuring sustainable advances in public health.

KEYWORDS: Immunization Campaigns; Disinformation; Vaccine hesitancy; Immunization; Vaccination.

INTRODUÇÃO

A propagação de informações falsas, comumente referidas como *fake news*, representa um desafio considerável para a saúde pública, especialmente no que se refere à adesão às iniciativas de vacinação. Em um ambiente cada vez mais digital, as plataformas de redes sociais facilitam a rápida disseminação de conteúdos desinformativos, que frequentemente geram incertezas e hesitação entre a população. A resistência à vacina, alimentada por informações incorretas, prejudica o alcance da imunização em massa e, consequentemente, a eliminação de doenças que poderiam ser prevenidas. Assim, entender a dinâmica das *fake news* no âmbito da saúde é essencial para atenuar seus efeitos e reforçar a confiança da população nas campanhas de vacinação (Santos, 2024).

A vacinação é amplamente considerada uma das abordagens mais efetivas para controlar e erradicar doenças infecciosas. Desde a criação da vacina contra a varíola até as imunizações mais novas, como as contra a COVID-19, o ato de vacinar tem sido fundamental na proteção da saúde global. Entretanto, o engajamento nas campanhas de vacinação enfrenta obstáculos significativos, principalmente devido à propagação de informações incorretas que colocam em dúvida sua eficácia e segurança. Além disso, aspectos culturais, sociais e políticos atuam como influências nessa hesitação, contribuindo para um clima de desconfiança que pode prejudicar o êxito das iniciativas de imunização (Fernades, 2021).

As notícias falsas associadas à vacinação frequentemente aproveitam o medo e a incerteza da população, divulgando teorias da conspiração, desinformações sobre efeitos adversos e questionamentos sem fundamento acerca da eficácia das vacinas. Esses materiais, comumente amplificados por influenciadores digitais e grupos ideológicos, encontram um ambiente propício nas redes sociais, onde a rapidez na disseminação supera a verificação dos fatos. Esse fenômeno não apenas prejudica a adesão às campanhas de vacinação, mas também alimenta surtos de doenças anteriormente controladas, como sarampo e poliomielite (De Boni *et al.*, 2024).

A psicologia que envolve medo e incerteza é fundamental para a aceitação de notícias falsas relacionadas a vacinas. Fernades (2021) relata que mensagens alarmantes geram uma reação emocional mais forte do que aquelas fundamentadas em dados científicos, o que as torna mais suscetíveis a serem divulgadas. Além do mais, o viés de confirmação faz com que as pessoas se apeguem a informações que sustentem suas crenças já existentes, o que dificulta a luta contra a desinformação. Esse cenário ressalta a urgência de implementar estratégias de comunicação eficazes para dismantelar narrativas enganosas e promover a confiança na ciência (Sousa; Alcantara 2024).

A desconfiança em relação à ciência e às instituições de saúde vem se intensificando devido à politicagem em torno das campanhas de vacinação. Em vários países, discursos polarizadores vinculam a vacinação a ideologias políticas, o que leva determinados grupos a se afastarem das imunizações. Essa polarização é frequentemente manipulada por grupos que disseminam desinformação, que recorrem a argumentos pseudocientíficos para minar a credibilidade de políticas públicas de saúde. Como consequência,

os movimentos antivacina se fortalecem, dificultando a implementação de estratégias eficazes de imunização e colocando em risco populações mais vulneráveis (Fernades,2021).

Os efeitos das *fake news* sobre a vacinação vão além do impacto individual, alcançando a saúde pública de forma significativa. A diminuição nas taxas de imunização prejudica a imunidade coletiva, elevando a vulnerabilidade da população a epidemias. Doenças que haviam sido erradicadas ou estavam sob controle há muitos anos, como sarampo e coqueluche, estão ressurgindo em vários países devido à hesitação em se vacinar, fomentada pela desinformação. Essa situação alarmante na saúde pública destaca a necessidade urgente de implementar estratégias eficazes para combater a disseminação de informações falsas e promover a vacinação (Sobreira *et al.*,2024).

A influência das plataformas digitais na propagação de desinformação tem gerado discussões no campo da saúde pública. Redes sociais, aplicativos de mensagens e websites com pouca credibilidade se estabelecem como os principais veículos para a difusão de *fake news*, frequentemente alimentadas por algoritmos que favorecem conteúdos sensacionalistas. Apesar de algumas dessas plataformas terem adotado iniciativas para conter a desinformação, como avisos e exclusão de informações fraudulentas, a efetividade dessas medidas continua sendo objeto de dúvida, considerando a quantidade e a rapidez com que as informações falsas se espalham (Silva,2023).

Considerando esse contexto, várias medidas têm sido implementadas para enfrentar as notícias falsas relacionadas à vacinação. Iniciativas como campanhas educativas, parceria com influenciadores digitais de credibilidade e métodos de verificação de informações são algumas das estratégias empregadas para reduzir os efeitos da desinformação. Além disso, discute-se a adoção de políticas públicas e normas mais rigorosas sobre a propagação de informações falsas na internet como formas de frear a disseminação das fake news e manter a confiança nas campanhas de imunização (Ribeiro; Franco; Soares 2018).

A alfabetização midiática e científica se destaca como uma estratégia crucial no combate à desinformação. Preparar a população para reconhecer fontes confiáveis, analisar dados científicos e criticar informações alarmistas pode minimizar o impacto das fake news. Iniciativas educativas nas escolas, capacitações para profissionais de saúde e campanhas de conscientização são instrumentos fundamentais para fortalecer uma cultura de informação sustentada por evidências (Ribeiro; Franco; Soares 2018).

Os profissionais de saúde têm uma função vital na luta contra a desinformação e na promoção da vacinação (De Boni *et al.*, 2024). A confiança estabelecida entre médicos, enfermeiros e seus pacientes pode ser decisiva para dismantelar informações equivocadas. É essencial a adoção de estratégias de comunicação que sejam empáticas e fundamentadas em evidências para esclarecer incertezas, desmistificar conceitos errôneos e destacar a relevância das vacinas. Ademais, a capacitação contínua dos profissionais de saúde em técnicas de comunicação e no combate à desinformação é indispensável para fortalecer essa estratégia (Pinto *et al.*,2020).

É fundamental que as políticas públicas sejam aprimoradas para combater a proliferação de notícias falsas relacionadas à vacinação. A criação de campanhas nacionais de conscientização, em conjunto com colaborações entre organizações de saúde e profissionais da área, pode contribuir para estabelecer uma

narrativa coerente e confiável sobre a segurança das vacinas. Ademais, pode ser preciso implementar leis mais severas contra a disseminação intencional de informações incorretas, com o objetivo de minimizar os prejuízos à saúde pública (Frugoli *et al.*, 2021).

A cooperação internacional é fundamental no enfrentamento da desinformação a respeito da vacinação. Entidades como a Organização Mundial da Saúde (OMS) têm implementado ações globais para combater as notícias falsas e enfatizar a relevância das vacinas. O compartilhamento de experiências bem-sucedidas entre nações pode ajudar na formulação de estratégias mais efetivas, ajustadas às diversas realidades socioculturais, promovendo uma maior aceitação das campanhas de imunização (Fernandes *et al.*, 2025).

Diante do efeito das *fake news* na saúde pública, é essencial que governos, profissionais de saúde, plataformas digitais e a sociedade civil colaborem para combater a desinformação e promover a adesão às vacinas. Enfrentar o obstáculo da hesitação vacinal gerada por notícias falsas requer uma abordagem que envolva diversas disciplinas, combinando ações educativas, regulatórias e de comunicação. Apenas por meio de estratégias bem coordenadas será viável reduzir os impactos adversos da desinformação e assegurar a eficácia das campanhas de imunização (Brasil, 2024).

Dada a influência das notícias falsas na saúde pública, é fundamental que governos, profissionais da área da saúde, as plataformas digitais e a sociedade em geral unam forças para enfrentar a desinformação e incentivar a aceitação das vacinas. Combater a hesitação vacinal provocada por boatos exige uma abordagem multidisciplinar, que integre ações educativas, regulatórias e de comunicação. Somente através de estratégias bem integradas será possível minimizar os efeitos negativos da desinformação e garantir a efetividade das campanhas de imunização. Ademais, o objetivo desse estudo é analisar a dinâmica das *fake news* sobre saúde e seus impactos na adesão às campanhas de vacinação.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão consiste em uma revisão narrativa da literatura. A revisão narrativa possibilita uma análise abrangente e crítica do tema, incorporando diversas perspectivas teóricas e evidências presentes na literatura científica (Brito *et al.*, 2024). Para a escolha das fontes, foram considerados artigos científicos, relatórios institucionais, diretrizes de entidades de saúde, livros e documentos oficiais publicados nos últimos dez anos (2014-2024), englobando materiais em português, inglês e espanhol. Os critérios de inclusão abrangeram estudos que discutissem o tema proposto, estivessem disponíveis na íntegra, dentro do período selecionado e com metodologia clara

Em contrapartida, foram excluídos artigos sem relação direta com o tema, publicações que não disponibilizavam o texto completo e estudos de caráter meramente opinativo, desprovidos de fundamentação científica e duplicados. A busca pelos estudos ocorreu em bases de dados científicas relevantes, como PubMed, SciELO, e LILACS, Google Scholar, além de documentos de organizações de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Ministério da Saúde do Brasil e o Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Foram empregadas estratégias de busca com palavras-chave e operadores booleanos (*AND*, *OR* e *NOT*) para afinar os resultados. Entre os termos

pesquisados, constam: "vacinação", "Desinformação" AND "hesitação vacinal", AND "campanhas de imunização", AND "Imunização".

A análise dos artigos selecionados foi realizada de forma crítica e qualitativa, com o intuito de identificar padrões, tendências e lacunas no conhecimento acerca do impacto das fake news na adoção das campanhas de vacinação. Informações sobre os principais mecanismos de disseminação da desinformação, seus efeitos na percepção pública sobre a imunização e as estratégias implementadas para mitigar esses impactos foram extraídas. Os resultados foram organizados em categorias temáticas, permitindo uma compreensão aprofundada do fenômeno e sua relação com a saúde pública.

Relativamente às considerações éticas, é importante ressaltar que, por se tratar de uma revisão narrativa da literatura, este estudo não requer experimentação com seres humanos ou animais, dispensando a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. No entanto, todas as diretrizes de integridade científica foram rigorosamente respeitadas, assegurando que as fontes utilizadas fossem corretamente citadas e que os resultados encontrados na literatura fossem apresentados de maneira fidedigna. Desse modo, esta pesquisa visa contribuir para aprofundar a discussão sobre os desafios impostos pela desinformação na área da saúde, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes no combate às *fake news* e na promoção da adesão vacinal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura mostrou que as notícias falsas relacionadas à saúde são um fenômeno em ascensão e com grande impacto, especialmente no que diz respeito à hesitação em se vacinar. O avanço das tecnologias digitais e o crescimento das redes sociais facilitaram a rápida e ampla disseminação de informações incorretas, o que prejudica a confiança da população na ciência e na segurança das vacinas. A desinformação, frequentemente amplificada por grupos contrários à vacinação e por influenciadores com grande espaço na mídia, atrapalha os esforços das autoridades de saúde e leva a uma queda nas taxas de imunização, resultando no reaparecimento de doenças que poderiam ser evitadas (Massarani *et al.*, 2021).

Os estudos de Massarani *et al.* (2021) e Cardoso *et al.* (2021) mostram que a desinformação sobre vacinas é amplamente fundamentada em teorias da conspiração, manipulação de dados científicos e desconfiança em relação a entidades reguladoras. Alegações sem fundamento, como a falsa correlação entre a vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) e o autismo, já foram amplamente refutadas por estudos científicos, mas continuam a impactar negativamente grupos suscetíveis à desinformação. Esse enredo alimenta o medo e a hesitação em relação às vacinas, tornando mais difícil atingir as metas de cobertura vacinal e elevando o risco de surtos de doenças que antes estavam sob controle (Cardoso *et al.*, 2021).

Um ponto importante destacado na literatura é o papel do viés cognitivo e da psicologia do medo na aceitação das *fake news*. Brito (2023) que informações alarmantes e sensacionalistas provocam uma reação emocional mais intensa do que dados científicos, o que leva a um compartilhamento abrangente, muitas vezes sem a devida verificação. Ademais, a tendência das pessoas a abraçarem conteúdos que corroboram suas

crenças anteriores torna a aceitação de informações verdadeiras mais difícil, tornando a desinformação ainda mais desafiadora de ser combatida (Santos,2024).

A politicização da vacinação surgiu como um elemento que agravou a propagação de notícias falsas. Em várias situações, a aceitação das vacinas começou a ser ligada a inclinações ideológicas, o que acentuou a polarização e tornou mais difícil a aceitação das campanhas de imunização. A conexão entre desinformação e questões políticas tornou-se clara durante a pandemia de COVID-19, quando discursos negacionistas desafiaram a eficácia das vacinas criadas, resultando em uma redução da adesão em certos grupos da população (Brito,2023).

Em relação ao impacto na saúde pública, a pesquisa revisada indica que a propagação de *fake news* tem contribuído para um retrocesso nos progressos da imunização em todo o mundo. Diversos países enfrentaram surtos de doenças como sarampo, poliomielite e coqueluche devido à diminuição da cobertura vacinal. No Brasil, por exemplo, o aumento da hesitação em se vacinar nos últimos anos resultou na reemergência do sarampo, que havia sido erradicado em 2016. Esse panorama evidencia a urgência de implementar medidas eficazes para combater a desinformação e reforçar a confiança nas vacinas (Gomes; Andrade; Silva 2023).

As plataformas digitais têm um papel crucial na difusão de *fake news* relacionadas à saúde. Estudos indicam que os algoritmos das redes sociais tendem a privilegiar conteúdos enganadores em função do alto engajamento que geram, aumentando a visibilidade de publicações desinformativas. Apesar de algumas plataformas terem adotado iniciativas para mitigar a propagação de notícias falsas, como a utilização de etiquetas de verificação e a retirada de conteúdos nocivos, a efetividade dessas ações permanece restrita em face da quantidade de informações falsas que circulam diariamente (Gomes,2020).

Nesse cenário, diversas estratégias têm sido implementadas para combater a propagação de notícias falsas sobre vacinas. Uma das táticas mais efetivas, conforme apontado na literatura, é a alfabetização midiática e científica, cujo objetivo é habilitar a população a analisar criticamente as informações que recebe. Iniciativas educacionais, campanhas de conscientização e a inclusão da educação científica desde a infância podem desempenhar um papel fundamental na diminuição dos efeitos da desinformação sobre a saúde pública (Sousa; Nunes; Costa 2020).

Uma estratégia frequentemente abordada nas análises realizadas é o papel dos profissionais da saúde como combatentes da desinformação. Estudos mostram que médicos, enfermeiros e outros especialistas da área são vistos como fontes de informação extremamente confiáveis pela sociedade. Assim, a realização de treinamentos em comunicação eficaz e a aplicação de técnicas para refutar notícias falsas de forma empática podem aumentar a confiança nas vacinas e minimizar o impacto da desinformação (Souto *et al.*,2024).

As iniciativas de vacinação têm se moldado ao ambiente digital para combater a desinformação. Instituições de saúde estão utilizando mídias sociais, influenciadores credíveis e estratégias de marketing para compartilhar dados corretos sobre a relevância da imunização. Ademais, colaborações com plataformas tecnológicas foram formadas para monitorar e reduzir a propagação de informações falsas, embora persistam dificuldades na regulamentação dessas ações (Brasil,2023).

A questão da regulamentação da disseminação de fake news é um assunto em discussão, com diferentes perspectivas sendo adotadas globalmente. Alguns países implementaram legislações mais severas para sancionar a propagação intencional de informações erradas relacionadas à saúde, enquanto outros priorizam iniciativas educativas e a promoção da transparência nas informações oficiais. No Brasil, as propostas de lei destinadas a regular as *fakes news* ainda enfrentam obstáculos, principalmente no que tange ao delicado equilíbrio entre a liberdade de expressão e o combate à desinformação (Frugoli *et al.*,2021).

A cooperação internacional é essencial para combater as notícias falsas relacionadas à vacinação. Entidades como a OMS e a OPAS têm promovido campanhas globais que visam aumentar a conscientização e compartilhar estratégias eficazes entre nações. A troca de experiências entre os países pode ajudar na formulação de políticas mais sólidas, o que, por sua vez, assegura um maior engajamento nas vacinas e minimiza o efeito da desinformação (OMS, 2023).

Mesmo diante dos desafios, a literatura revisada indica que o uso integrado de diversas estratégias pode se mostrar mais eficiente do que medidas isoladas. A adoção de políticas públicas eficazes, junto à conscientização da população, à mobilização de profissionais de saúde e ao enfrentamento da desinformação nas redes sociais, poderá contribuir para transformar o quadro atual e restaurar a confiança nas vacinas (Souto *et al.*,2024).

A propagação de notícias falsas relacionadas à saúde é um dos grandes desafios do nosso tempo, necessitando de esforços integrados de vários segmentos da sociedade. Os efeitos da desinformação vão além da dúvida em relação às vacinas, afetando a saúde pública e a segurança de comunidades inteiras. Por isso, é fundamental que governos, instituições de saúde, educadores e cidadãos trabalhem juntos para reforçar a confiança na ciência e garantir a eficácia das campanhas de vacinação (Brasil,2024).

Considerando o que foi apresentado, os resultados desta revisão enfatizam a urgência de implementar estratégias integradas para enfrentar a propagação de *fake news* relacionadas à vacinação. É essencial aumentar a conscientização sobre os perigos da desinformação e incentivar a adesão às vacinas. Ações como investimentos em educação científica, a regulação da disseminação de informações errôneas e o envolvimento de profissionais da saúde são fundamentais para reduzir os impactos adversos desse fenômeno e assegurar a proteção da população contra doenças que podem ser prevenidas por imunização (Herdade; Gonçalves; Andrade 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propagação de notícias falsas relacionadas à saúde constitui um dos desafios mais prementes da contemporaneidade, especialmente na esfera da adesão às campanhas de imunização. A revisão da literatura demonstrou que a desinformação é alimentada por diversos fatores, incluindo a popularização das redes sociais, a politização da vacinação, os preconceitos cognitivos dos indivíduos e a falta de confiança nas instituições de saúde. A interação desses aspectos gera hesitação vacinal, comprometendo a cobertura imunológica da população e elevando o risco de surtos de doenças que poderiam ser evitadas, como sarampo,

poliomielite e coqueluche.

Os efeitos das *fake news* relacionadas à imunização transcendem a esfera individual, tendo um impacto direto na saúde pública e na segurança sanitária global. A erosão da confiança na ciência e nas autoridades de saúde prejudica os progressos alcançados nas últimas décadas, resultando na reemergência de doenças que já estavam controladas ou eliminadas. Ademais, a propagação de informações incorretas não se restringe às vacinas, podendo também afetar outras medidas preventivas cruciais, como o uso de medicamentos eficazes e práticas de higiene adequadas.

Diante desse panorama, a literatura sugere a necessidade de abordagens integradas para lutar contra a desinformação e aumentar a adesão à vacinação. A alfabetização midiática e científica se destaca como uma estratégia promissora, capacitando as pessoas a diferenciarem informações verídicas de conteúdos enganadores. Além disso, a participação ativa de profissionais de saúde como fontes confiáveis de informação pode ajudar a desmistificar rumores e enfatizar a importância da vacinação.

As plataformas digitais ocupam uma posição central na disseminação de *fake news* e, por isso, devem estar incluídas nas soluções para essa questão. A adoção de políticas mais rigorosas para limitar a divulgação de conteúdos desinformativos, juntamente com a promoção de informações fundamentadas em evidências científicas, pode mitigar os efeitos da desinformação e fomentar a adesão às vacinas. No entanto, a eficácia dessas ações ainda precisa ser aprimorada, pois a velocidade com que as *fakes news* se espalham continua a superar os esforços de verificação de fatos.

A colaboração entre governos, instituições científicas, organizações de saúde e a sociedade civil se mostra vital para neutralizar os impactos nocivos da desinformação. Iniciativas como a criação de campanhas educativas eficazes, a regulamentação da divulgação de informações falsas e o estímulo a um diálogo aberto e transparente sobre a segurança das vacinas podem reforçar a confiança da população na ciência. Outrossim, a implementação de leis que responsabilizem a propagação intencional de *fake news* pode ajudar a mitigar os danos causados pela desinformação.

Em conclusão, esta revisão narrativa sublinha a urgência de um esforço contínuo e interdisciplinar para enfrentar os desafios impostos pelas *fake news* na área da saúde. O combate à desinformação deve ser abordado de maneira integrada, requerendo ações coordenadas e sustentáveis a longo prazo. Somente por meio de um compromisso coletivo será viável garantir a adesão às campanhas de vacinação e proteger os avanços conquistados em saúde pública, assegurando uma sociedade mais resguardada contra doenças imunopreveníveis.

REFERÊNCIAS

BRITO, Ana Beatriz Santos. Impactos da disseminação e *fake news* no Brasil durante a pandemia de COVID-19. 2023. 45 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba**, 2023. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/33409>>.

BRASIL. Ministra da Saúde defende combate às fake news como ação para aumentar cobertura vacinal. **Ministério da Saúde**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/novembro/ministra-da-saude-defende-combate-as-fake-news-como-acao-para-aumentar-cobertura-vacinal>.

BRASIL. Saúde com Ciência: Governo Federal lança programa em defesa das vacinas e de combate à desinformação. **Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVSMS)**, 2023. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/saude-com-ciencia-governo-federal-lanca-programa-em-defesa-das-vacinas-e-de-combate-a-desinformacao>.

BRASIL. Combate à desinformação na área da saúde: uma luta de todos. **Ministério da Saúde**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/maio/combate-a-desinformacao-na-area-da-saude-uma-luta-de-todos>.

CARDOSO, Vivian Michele Vieira de Souza *et al.* Vacinas e movimentos antivacinação: origens e consequências. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 21, 2021. DOI: 10.25248/reac.e6460.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reac.e6460.2021>.

DE BONI, Adriane Fatima *et al.* Fake news, saúde e campanhas de vacinação contra o sarampo: revisão conceitual. **Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista**, v. 17, n. 49, p. 321–347, jan. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10558773. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3111>.

FRUGOLI, Alice Gomes. Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021. DOI: 10.1590/S1980-220X2020028303736. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020028303736>.

FERNANDES, Eder Gatti *et al.* Avanços na recuperação das coberturas vacinais no Brasil: estratégias e desafios para 2025. **SciELO Preprints**, 2025. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.11001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11001>.

FREIRE, Neyson Pinheiro. Divulgação científica imuniza contra desinformação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, suppl. 3, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212611.3.15012021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.15012021>.

FERNANDES, Henrique Santos. Os impactos das fake news na adesão à vacinação. 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Centro Universitário UNIFACIG**, 2021. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/3190>.

GOMES, Cristiano Fernandes; ANDRADE, Leonardo Guimarães de; SILVA, Michel Santos da. Vacinação infantil - implicações da queda na cobertura vacinal infantil em Nova Iguaçu. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, v. 9, n. 10, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11605. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.11605>.

GOMES, Cesar Augusto. Notícias falsas, vacina e os tipos de desinformação. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-3382-1633>

HERDADE, Ester Vieira; GONÇALVES, Nylza Maria Tavares; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. A cobertura vacinal no Brasil: impacto das fake news e desafios atuais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 10, n. 11, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i11.17141. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17141>.

MASSARANI, Luisa *et al.* Narrativas sobre vacinação em tempos de fake news: uma análise de conteúdo em redes sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/S0104-12902021200317. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200317>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Vacinas contra COVID-19 enviadas pela COVAX chegam a Cabo Verde. **OMS África**, 2023. Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/news/vacinas-contracovid-19-enviadas-pela-covax-chegam-cabo-verde>.

PINTO, Lucas Benício *et al.* Vacinação em tempos de fake news: um olhar sobre a literatura. **Saúde Coletiva**, v. 10, n. 59, p. 4255-4271, 2020. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2020v10i59p4255-4271. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2020v10i59p4255-4271>.

RIBEIRO, Barbara Cristina Marques dos Santos; FRANCO, Isabela de Melo; SOARES, Charlene Carvalho. Competência em informação: as fake news no contexto da vacinação. **Revista do Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação (EREBD)**, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/index>.

SOBREIRA, Eline Nogueira Santos *et al.* Desafios na implementação de programas de vacinação em saúde coletiva. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 3, p. 1866–1880, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p1866-1880. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n3p1866-1880>.

SOUSA, Tatyane Leandro de; ALCANTARA, Bruno Leonardo Batista. **Vacinação e fake news**. **Revista Foco**, v. 17, n. 4, e4860, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-062. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-062>.

SANTOS, Natasha Freires dos. A importância do calendário de vacinação e o impacto das fake news na adesão. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 13, n. 6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i6.45995>.

SILVA, Maria da Penha Soares. O papel das plataformas digitais na (não) vacinação: Como os usuários das plataformas digitais expressam seus argumentos sobre a vacina contra sarampo. 2023. **Dissertação (Mestrado em Doenças Tropicais e Saúde Internacional) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.5.2023.tde-04082023-163649>.

SOUSA, Necilma Macedo de; NUNES, Jefferson Veras; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. Fake News e Covid-19 no Brasil: estudo de revisão sistemática de literatura 2020-2022. **Revista Eccom**, v. 14, n. 28, 2023. Disponível em: <http://revistas.unifatea.edu.br:8081/seer/index.php/eccom/article/view/511>

SANTOS, Antonio Nacilio Sousa dos *et al.* Virada Vacinal – táticas e estratégias de resistência inspiradas em Michel de Certeau para combater o negacionismo na retomada das vacinas. **Cadernos de Pedagogia**, v. 21, n. 13, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-210. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-210>.

SOUTO, Ester Paiva *et al.* Hesitação vacinal infantil e COVID-19: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 3, 2024. DOI: 10.1590/0102-311XPT061523. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT061523>.

2 IMPACTO DO ISOLAMENTO DIGITAL NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS EM LONGA PERMANÊNCIA

► **Mônica Beatriz Ferreira**

Mestre em Gerontologia pela Unicamp

► **Yanca Valentina Ribeiro de Souza**

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF

► **Luan Cruz Barreto**

Graduando em Ciências Biológica

► **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

► **Cleidson Samuel Da Silva**

Graduando em Fisioterapia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco, FACESF

► **Roger Ribeiro Santos**

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Ceará

► **Flávia Ferreira Souto Maior**

Residência em Enfermagem em Terapia Intensiva pela Faculdade de Medicina de Petrópolis - FMP

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7096-0194>

► **Daiane Dalmarco**

Mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9203-5698>

► **Washington Henrique Costa Gonçalves**

Mestre em Direito Ambiental e Sustentabilidade

► **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: O envelhecimento populacional tem trazido desafios para a promoção da qualidade de vida dos idosos, especialmente aqueles residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). O isolamento digital, caracterizado pela limitação ou ausência de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pode potencializar o isolamento social, contribuindo para o declínio cognitivo, emocional e funcional dessa população. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender os impactos da exclusão digital e as estratégias para promover a inclusão tecnológica nos ambientes institucionais. **OBJETIVO:** Analisar o impacto do isolamento digital na qualidade de vida de idosos residentes em instituições de longa permanência. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada na busca de artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2018-2025) em bases de dados como PubMed, SciELO, Lilacs e Google Acadêmico. Foram utilizados descritores controlados e operadores booleanos para a seleção de estudos relevantes sobre o tema. A análise seguiu critérios de inclusão e exclusão, considerando publicações em português, inglês e espanhol, além de artigos com acesso ao texto completo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A literatura revisada aponta que o isolamento digital está associado ao aumento da solidão, depressão e perda de autonomia dos idosos institucionalizados. Por outro lado, a inclusão digital pode melhorar a socialização, estimular a cognição e favorecer o bem-estar. No entanto, barreiras como dificuldades motoras, falta de suporte profissional e ausência de infraestrutura tecnológica dificultam esse processo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a exclusão digital representa um desafio significativo para os idosos em ILPIs, mas sua superação pode proporcionar benefícios relevantes. A implementação de programas de inclusão digital deve ser priorizada, garantindo que essa população tenha acesso às oportunidades proporcionadas pelas TICs, promovendo um envelhecimento mais ativo e participativo.

PALAVRAS-CHAVES: Qualidade de vida; Instituições de longa permanência; Exclusão digital; Envelhecimento ativo; Inclusão digital.

2

IMPACT OF DIGITAL ISOLATION ON THE QUALITY OF LIFE OF ELDERLY PEOPLE IN LONG-TERM CARE

ABSTRACT

INTRODUCTION: Population aging has brought challenges to promoting the quality of life of the elderly, especially those living in Long-Term Care Facilities for the Elderly (LTCFs). Digital isolation, characterized by limited or no access to Information and Communication Technologies (ICTs), can increase social isolation, contributing to the cognitive, emotional, and functional decline of this population. Given this scenario, it is essential to understand the impacts of digital exclusion and strategies to promote technological inclusion in institutional environments. **OBJECTIVE:** to analyze the impact of digital isolation on the quality of life of elderly people living in long-term care facilities. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review, based on the search for scientific articles published in the last ten years (2018-2025) in databases such as PubMed, SciELO, Lilacs, and Google Scholar. Controlled descriptors and Boolean operators were used to select relevant studies on the topic. The analysis followed inclusion and exclusion criteria, considering publications in Portuguese, English and Spanish, as well as articles with access to the full text. **RESULTS AND DISCUSSION:** The reviewed literature indicates that digital isolation is associated with increased loneliness, depression and loss of autonomy among institutionalized elderly individuals. On the other hand, digital inclusion can improve socialization, stimulate cognition and promote well-being. However, barriers such as motor difficulties, lack of professional support and absence of technological infrastructure hinder this process. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that digital exclusion represents a significant challenge for elderly individuals in LTCFs but overcoming it can provide relevant benefits. The implementation of digital inclusion programs should be prioritized, ensuring that this population has access to the opportunities provided by ICTs, promoting more active and participatory aging.

KEYWORDS: Quality of life; Long-term care facilities; Digital exclusion; Active aging; Digital inclusion.

INTRODUÇÃO

A crescente população idosa é um fenômeno mundial que vem colocando à prova sociedades e sistemas de saúde, que precisam criar estratégias para assegurar uma boa qualidade de vida aos mais velhos. No Brasil, o notável aumento no número de idosos requer mudanças em políticas públicas e na rede de cuidados, especialmente para aqueles que vivem em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs). Nesses locais, aspectos como a dependência funcional, a diminuição da interação social e as dificuldades de acesso à tecnologia podem levar ao isolamento e prejudicar o bem-estar dos moradores (Narciso *et al.*,2024).

A exclusão digital, que se refere à restrição ou falta de acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), tem se tornado uma preocupação cada vez maior entre a população idosa, especialmente entre aqueles que estão em instituições. A pouca experiência com aparelhos eletrônicos, juntamente com limitações cognitivas e motoras, dificulta a inserção dos idosos no ambiente digital, criando obstáculos adicionais para sua socialização. Diante disso, a falta de acesso à internet e a dispositivos eletrônicos pode agravar sentimentos de solidão, ansiedade e depressão (Sousa *et al.*,2022).

A influência do isolamento digital na qualidade de vida de idosos que estão em instituições pode ser explorada sob várias perspectivas, como a saúde mental, o bem-estar emocional, a participação social e a autonomia, a utilização de tecnologias pode favorecer a comunicação com os parentes, oferecer entretenimento e incentivar atividades que estimulam a cognição, diminuindo assim o risco de perda cognitiva e fortalecendo o senso de pertencimento à comunidade (Sousa *et al.*,2022).

No entanto, diversos elementos influenciam a exclusão digital entre os idosos em ILPIs. Dentre esses elementos, podem ser mencionados a carência de acesso a dispositivos tecnológicos, a inexistência de políticas institucionais voltadas para a promoção da inclusão digital, a resistência por parte dos próprios idosos em adquirir novas competências, além da falta de profissionais qualificados para prestar assistência nesse contexto. Esses obstáculos tornam desafiadora a execução de ações que favoreçam a utilização das TICs como meio de socialização e aprimoramento da qualidade de vida (Costa *et al.*,2024).

A pandemia de COVID-19 destacou ainda mais a fragilidade dos idosos em relação ao isolamento social e digital. Durante os períodos de restrição, muitos idosos nessa condição foram impedidos de receber visitas pessoais, o que aumentou os sentimentos de solidão e desconexão. Por outro lado, instituições que adotaram chamadas de vídeo e ferramentas digitais observaram melhorias significativas na preservação dos vínculos familiares e na diminuição dos impactos psicológicos negativos decorrentes do distanciamento (Costa *et al.*,2024).

Sob a perspectiva biopsicossocial, o isolamento digital se associa ao agravamento de questões de saúde mental, como a depressão e a ansiedade, além de favorecer o sedentarismo e a diminuição da motivação para as atividades diárias. Em contraposição, a interação com o ambiente digital pode estimular um envelhecimento ativo, ao oferecer acesso a informações sobre saúde, programas de exercícios adaptados e opções de lazer (Abrantes; Silva 2021).

Em relação à inclusão digital para os idosos, uma série de iniciativas tem sido implementada com o objetivo de reduzir os efeitos adversos do isolamento digital. São criados programas de alfabetização digital, oferecidos treinamentos para a utilização de smartphones e computadores, além do aprimoramento de interfaces mais amigáveis. Essas são algumas das táticas utilizadas para tornar as tecnologias mais acessíveis a essa faixa etária. Entretanto, o sucesso dessas ações requer uma abordagem colaborativa que envolva familiares, cuidadores e gestores de instituições (Dias *et al.*,2024).

A utilização de tecnologias assistivas e plataformas interativas voltadas para a população idosa tem revelado resultados benéficos para o bem-estar e a qualidade de vida desse grupo. Aplicativos que promovem a memória, jogos de raciocínio e assistentes virtuais são recursos que podem ajudar na preservação da cognição e na promoção da autonomia dos idosos em instituições. Contudo, a aceitação dessas tecnologias ainda enfrenta obstáculos, como a ausência de políticas públicas que fomentem a acessibilidade digital nos ambientes institucionais (Dias *et al.*,2024).

Alves *et al.* (2024) ressalta que a inclusão digital pode ser fundamental para favorecer um envelhecimento saudável e combater o isolamento social. Manter contato virtual com entes queridos, engajar-se em redes sociais e acessar materiais educativos são maneiras eficazes de manter os idosos ativos e interligados. Contudo, a falta de conhecimento sobre os benefícios da tecnologia e a sensação de dificuldades para aprender continuam a ser obstáculos importantes

Um ponto importante a ser abordado na conversa sobre o isolamento digital entre os idosos em instituições de longa permanência é a importância de adaptar os ambientes dessas instituições para que as TICs sejam integradas de maneira eficaz. Isso requer não apenas a oferta de equipamentos, mas também a formação de profissionais que possam guiar e estimular o uso desses recursos no dia a dia dos idosos. A insuficiência de infraestrutura e a falta de recursos financeiros para implementar essas mudanças são desafios que aparecem com frequência em pesquisas sobre o assunto (Alves *et al.*,2024).

A promoção da inclusão digital nas(ILPIs deve ser encarada como uma estratégia fundamental para aprimorar a qualidade de vida dos idosos, atenuando os efeitos do isolamento social e emocional. Ademais, incentivar o uso da tecnologia pode facilitar o acesso a serviços de telemedicina, ampliando as oportunidades de monitoramento da saúde dos residentes de forma remota e eficaz (Neves,2018).

Diante desse panorama, é imprescindível entender os elementos que afetam o isolamento digital e os possíveis benefícios da inclusão tecnológica para os idosos que vivem em instituições. Uma análise da literatura sobre o assunto possibilitará a avaliação das principais abordagens utilizadas em diferentes contextos e a identificação de estratégias efetivas para mitigar os efeitos negativos desse fenômeno. Nesse sentido, o estudo tem com o objetivo examinar como o impacto do isolamento digital na qualidade de vida de idosos residentes em instituições de longa permanência. Serão abordadas as dificuldades que esse grupo enfrenta para acessar as tecnologias, as implicações da exclusão digital sobre seu bem-estar e as principais abordagens para incentivar a inclusão digital nos ambientes institucionais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão narrativa de literatura, dado que permite uma abordagem crítica e interpretativa de estudos já publicados, possibilitando a identificação de desafios, estratégias e lacunas na literatura sobre o tema. Para selecionar os estudos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Foram consideradas publicações em português, inglês e espanhol, lançadas no período de 2018-2025, que abordassem diretamente o impacto do isolamento digital sobre a saúde mental, social, emocional e funcional de idosos em instituições. Além disso, foram levados em conta estudos que apresentassem intervenções e estratégias voltadas para a inclusão digital desse grupo. Foram descartados artigos repetidos em diferentes bases de dados, aqueles que mencionavam o isolamento digital sem focar na população idosa institucionalizada, revisões de literatura sem uma metodologia clara, e publicações com acesso restrito e completas indisponíveis.

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados reconhecidas nas áreas de saúde e ciências sociais, como PubMed (*National Library of Medicine*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico. Para a pesquisa, foram utilizados descritores controlados (DeCS/MeSH) e palavras-chave combinadas com operadores booleanos (*AND*, *OR*, *NOT*), como, por exemplo, “qualidade de vida” *AND* “instituições de longa permanência” *AND* “exclusão digital” *AND* “envelhecimento ativo” ou “inclusão digital”.

Os artigos encontrados foram inicialmente pré-selecionados com base na leitura dos títulos e resumos, selecionando aqueles que cumpriam os critérios de inclusão. Em seguida, os estudos foram analisados em sua totalidade para a extração de informações relevantes, como objetivo do estudo, metodologia utilizada, principais achados e conclusões, além das implicações para a qualidade de vida dos idosos. Os dados extraídos foram organizados em categorias temáticas, o que possibilitou uma análise crítica das evidências encontradas.

Por ser uma revisão narrativa de literatura, este estudo não envolve a coleta de dados primários de seres humanos, dispensando a necessidade de aprovação de um Comitê de Ética. No entanto, todos os artigos selecionados foram devidamente referenciados, respeitando os princípios éticos da integridade acadêmica e científica. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a relevância das tecnologias da informação e comunicação na promoção da qualidade de vida de idosos institucionalizados, além de ressaltar a necessidade de políticas públicas e estratégias que visem à democratização do acesso digital para essa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura demonstrou que o isolamento digital entre os idosos em instituições é um fenômeno complexo, afetando de maneira significativa a qualidade de vida, incluindo questões emocionais, cognitivas e sociais. As pesquisas apontam que a carência de acesso e de familiaridade com as tecnologias digitais pode acentuar o isolamento social, a depressão e o declínio nas funções cognitivas dessa faixa etária. Ademais, a falta de interações virtuais com familiares e amigos, especialmente em períodos de restrição social,

como durante a pandemia de COVID-19, foi relacionada a um aumento nos sentimentos de solidão e desesperança (Duarte *et al.*,2020).

Dentre os principais obstáculos que os idosos encontram em instituições de longa permanência, ressaltam-se a dificuldade em se adaptar ao uso de dispositivos eletrônicos, a limitada acessibilidade à tecnologia e a carência de profissionais qualificados para oferecer apoio nesse aspecto. Muitos idosos mencionam enfrentar barreiras físicas, como limitações motoras e problemas de visão, que tornam o uso de celulares, tablets e computadores complicado. Além disso, há uma ausência de estímulo por parte dessas instituições para desenvolver programas de inclusão digital, o que favorece a continuidade dessa exclusão (Silva; Lima; Santos 2024).

Entretanto, Afonso; Fernandes; Magalhães (2020) ainda revelam que a inclusão dos idosos no ambiente digital de forma apropriada e supervisionada traz benefícios consideráveis para o seu bem-estar. Por outro lado, Duarte *et al.* (2020) mostra que a participação em redes sociais e o uso de aplicativos de mensagens diminuem a sensação de solidão, promovendo uma interação mais rica com familiares e amigos. Ademais, o contato com conteúdos audiovisuais, como vídeos educativos e de entretenimento, pode estimular a memória, favorecer o aprendizado ao longo da vida e ajudar na preservação das habilidades cognitivas.

A inclusão digital revelou-se um elemento importante para impulsionar a autonomia dos idosos. Ao se familiarizarem com dispositivos móveis e plataformas digitais, eles têm a capacidade de acessar informações sobre saúde, realizar videoconferências, participar de atividades online e até fazer compras pela internet, o que diminui a necessidade de se deslocar e proporciona uma maior sensação de independência. Contudo, a eficácia dessas iniciativas está atrelada ao nível de instrução digital disponibilizado e à disposição dos idosos em aprender (Afonso; Fernandes; Magalhães 2020).

A pandemia da COVID-19 evidenciou a relevância das tecnologias digitais para a preservação da saúde mental dos idosos em instituições. Lucena; Neto (2024) mostram que ILPIs que implementaram chamadas de vídeo e plataformas interativas durante os períodos de isolamento social notaram melhorias no humor e na estabilidade emocional dos moradores. Ademais, o uso de ferramentas como a telemedicina permitiu o monitoramento à distância da saúde desses idosos, assegurando a continuidade do atendimento médico e diminuindo os riscos relacionados ao deslocamento para consultas presenciais.

Um ponto importante identificado nas pesquisas é a conexão entre o isolamento digital e a saúde mental dos indivíduos mais velhos. Prado et al. (2022) ressalta que a falta de acesso à tecnologia está ligada ao aumento dos sintomas de depressão e ansiedade, já que a carência de interações sociais relevantes pode intensificar a solidão e a sensação de falta de propósito. Em contrapartida, os idosos que participam de atividades online mostram-se com maior autoestima e alegria de viver, destacando o papel das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como um recurso valioso para a promoção da saúde mental.

Apesar disso, os avanços proporcionados pela inclusão digital ainda não alcançam a todos. Um grande número de idosos em instituições estão inseridos em grupos socioeconômicos mais vulneráveis, enfrentando limitações no acesso à internet e a dispositivos eletrônicos. Ademais, a carência de infraestrutura nas ILPIs, como uma rede Wi-Fi de boa qualidade e equipamentos apropriados, representa um desafio significativo para

a implementação de iniciativas de inclusão digital. Isso evidencia a urgência de se criar políticas públicas que promovam a democratização do acesso às TICs em ambientes institucionais (Santos; Aquino; Galvão 2024).

A relutância dos idosos em se adaptar às novas tecnologias foi identificada na literatura como um obstáculo significativo. Muitos demonstram preocupação em cometer erros, temem danificar os aparelhos ou enfrentam dificuldades para entender o funcionamento dos sistemas digitais. Para superar esses desafios, é possível adotar estratégias didáticas que atendam às necessidades dessa população, tais como cursos práticos, utilização de interfaces intuitivas e um suporte constante de cuidadores e profissionais de ILPIs (Santos; Aquino; Galvão 2024).

Ademais, diversas pesquisas indicam que a gamificação e a utilização de aplicativos interativos podem ser abordagens eficazes para aumentar o interesse dos idosos nas TICs. Jogos digitais apropriados para a terceira idade, programas de estimulação cognitiva e redes sociais ajustadas representam opções promissoras para que a experiência digital se torne mais atrativa e acessível. Contudo, a adoção dessas estratégias requer um investimento em capacitação de profissionais e na adaptação dos dispositivos às limitações enfrentadas por esse público (Mariano; Oliveira; Costa 2022).

Outra questão discutida nas pesquisas avaliadas é o efeito benéfico da inclusão digital na preservação das relações familiares. A interação virtual com parentes, através de videochamadas e mensagens instantâneas, proporciona aos idosos uma sensação de proximidade com seus familiares, mesmo que as visitas presenciais sejam restritas. Essa ligação ajuda a mitigar a sensação de isolamento e pode favorecer um ambiente institucional mais afetuoso e acolhedor (Bastos,2020; Mariano; Oliveira; Costa 2022; Lucena; Neto 2024).

A literatura ressalta, ainda, a relevância da participação dos profissionais das ILPIs na inclusão digital dos idosos. Cuidadores e colaboradores capacitados para ajudar no manuseio das tecnologias podem ter um papel fundamental na adaptação dos residentes ao universo digital. Ademais, a atuação de mediadores tecnológicos nas instituições pode facilitar a realização de atividades interativas e educativas, promovendo um maior envolvimento dos idosos. (Bastos,2020).

Embora existam barreiras significativas para a inclusão digital nas ILPIs, a revisão da literatura evidencia que os benefícios superam os desafios. O uso das TICs pode contribuir para o envelhecimento ativo, melhorar a saúde mental, fortalecer os vínculos sociais e proporcionar maior autonomia aos idosos. Dessa forma, torna-se fundamental que instituições e gestores adotem medidas para garantir que essa população tenha acesso às ferramentas digitais de maneira adequada e inclusiva (Cosme,2022).

Com base nesses achados, pode-se concluir que o isolamento digital impacta negativamente a qualidade de vida dos idosos em instituições de longa permanência, mas que a inclusão digital pode ser uma estratégia eficaz para minimizar esses efeitos. No entanto, para que essa transformação ocorra de maneira efetiva, é necessário um esforço conjunto entre familiares, cuidadores, gestores e formuladores de políticas públicas, garantindo acesso igualitário às tecnologias e capacitação contínua para seu uso (Nascimento,2024).

Dessa forma, os estudos revisados reforçam a necessidade de uma abordagem intersetorial que contemple ações voltadas para a alfabetização digital dos idosos, o fornecimento de infraestrutura adequada nas ILPIs e o incentivo ao uso das TICs como ferramenta de promoção do bem-estar e da inclusão social. À

medida que a sociedade avança no processo de digitalização, torna-se essencial garantir que os idosos institucionalizados não sejam deixados para trás nesse movimento de transformação digital (Nascimento,2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou como o isolamento digital afeta a qualidade de vida de idosos em instituições de longa permanência, destacando que a exclusão tecnológica traz diversos desafios emocionais, cognitivos e sociais para esses indivíduos. A falta de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pode intensificar o isolamento social, elevando o risco de depressão, ansiedade e declínio cognitivo. Ademais, a falta de interações virtuais limita a participação ativa dos idosos na sociedade, restringindo suas oportunidades de lazer, aprendizado e contato com familiares.

Por outro lado, a revisão da literatura mostrou que a inclusão digital pode ser uma estratégia poderosa para atenuar os impactos do isolamento social e promover o bem-estar dos idosos institucionalizados. A utilização de dispositivos móveis, redes sociais e plataformas de comunicação digital tem se revelado vantajosa para fortalecer laços familiares, estimular a cognição e aumentar a autonomia dos residentes. Também, a introdução de recursos digitais em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) pode facilitar o acesso à informação, possibilitar a participação em atividades recreativas e permitir o monitoramento remoto da saúde através da telemedicina.

Entretanto, a implementação da inclusão digital ainda enfrenta desafios importantes. A carência de infraestrutura tecnológica nas ILPIs, a ausência de profissionais capacitados para orientar os idosos no uso das TICs, e a resistência de algumas pessoas ao aprendizado digital são barreiras que complicam a democratização do acesso às tecnologias. Além disso, dificuldades físicas e cognitivas, como limitações motoras e problemas de memória, podem dificultar a adaptação dos idosos ao ambiente digital, requerendo abordagens personalizadas para a criação de programas de alfabetização tecnológica.

A análise dos estudos indicou a necessidade de uma colaboração eficaz entre gestores de instituições, profissionais de saúde, cuidadores e familiares para garantir que os idosos em longa permanência tenham acesso às tecnologias digitais. Medidas como a capacitação de profissionais, a disponibilização de equipamentos tecnológicos adaptados e o desenvolvimento de métodos de ensino direcionados a essa população são essenciais para assegurar uma transição bem-sucedida para o ambiente digital. Além disso, políticas públicas focadas na inclusão digital de idosos institucionalizados podem ajudar a romper as barreiras existentes e a criar um ambiente mais inclusivo e conectado.

Diante do exposto, conclui-se que a exclusão digital configura um desafio significativo para a qualidade de vida de idosos em instituições, mas sua superação pode proporcionar benefícios substanciais para essa população. A implementação de iniciativas que favoreçam a inclusão digital deve ser tratada como uma prioridade na promoção de um envelhecimento ativo e saudável, assegurando que os idosos tenham acesso às oportunidades oferecidas pelos avanços tecnológicos. Assim, a sociedade deve avançar na criação de soluções

que permitam a integração digital dessa parcela da população, garantindo que o processo de envelhecimento ocorra de forma digna, participativa e alinhada com o contexto digital atual.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos; FERNANDES, Hélder; MAGALHÃES, Carlos Pires. Inclusão digital do idoso: uma agenda para tempos de COVID-19 e para o futuro. In: **V CONFERÊNCIA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DE PROJETOS EDUCATIVOS PARA SENIORES**, [5.], 2020. Livro de Actas. [S. l.: s. n.], 2020. p. 125-142. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/23742>.

ALVES, Larissa *et al.* Políticas públicas e iniciativas globais para a promoção do envelhecimento saudável: desafios e oportunidades na era da inclusão digital. **CPAQV**, v. 16, n. 3, 2024. DOI: 10.36692/V16N3-88R. Disponível em: <https://doi.org/10.36692/V16N3-88R>.

ABRANTES, Brena Raiany de Sousa; SILVA, Francisco Fábio Marques da. Promoção à saúde biopsicossocial de idosos em tempos de pandemia por meio da musicoterapia. In: **XIV ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFCG**, 2021, Cajazeiras. Anais [...]. Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/102>

BASTOS, Andréa Souza. O uso de tecnologias de estimulação cognitiva a idosos em instituição de longa permanência. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Florianópolis**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218606>.

COSTA, Debora Ellen Sousa *et al.* A influência das tecnologias na saúde mental de idosos em tempos de pandemia: uma revisão integrativa. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 10, n. 2, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12198. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12198>.

COSME, Rafael. Uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta inclusiva para idosos das cidades de Angicos e Lajes-RN. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sistemas de Informação) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/8862>.

DIAS, Adriano Valter Dornelles *et al.* DIGITAL LITERACY OF OLDER ADULTS: HYBRID METHODOLOGIES FOR INCLUSION IN THE DIGITAL AGE. **LUMEN ET VIRTUS**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 7863–7879, 2024. DOI: 10.56238/levv15n43-017. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/1930>.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira *et al.* Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID-19. 2. ed. rev. **Brasília, DF: Editora ABEn**, 2020. p. 25-29. (Série Enfermagem e Pandemias, 2). DOI: 10.51234/aben.20.e02.c04. Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.20.e02.c04>.

LUCENA, Hérika Juliana de Araújo; NETO, Alfredo Cataldo. Uso da tecnologia por parte da população idosa: uma revisão sistemática. **Cadernos de Pedagogia**, v. 21, n. 10, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-189. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-189>.

MARIANO, Maria Tereza Leite; OLIVEIRA, Larissa Rodrigues; COSTA, Iluska Pinto da. O uso de aplicativos e tecnologias digitais: ferramentas que favorecem a saúde e bem-estar do idoso. **XV Encontro de Extensão Universitária da UFCG - Saúde**, v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/231>.

NARCISO, Iasmin *et al.* O isolamento social no contexto da pandemia COVID-19 e a saúde mental: perspectivas de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 27, 2024. DOI: 10.1590/1981-22562024027.230172.pt. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562024027.230172.pt>.

NEVES, Bárbara Barbosa. Pessoas idosas e tecnologias de informação e comunicação: inclusão digital como forma de inclusão social. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 15, n. 1, 2018. DOI: 10.5335/rbceh.v15i1.8787. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rbceh.v15i1.8787>.

NASCIMENTO, Kadiny Alana Do. Cidades Inteligentes e o Desafio do Envelhecimento. **Revista GISP-Governança e Inovação no Serviço Público**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/revistagisp/article/view/2181>

PRADO, Amanda Cristina Teixeira do *et al.* Estratégias que visam a saúde mental dos idosos em isolamento social pela Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, 2022. DOI: 10.25248/reas.e9901.2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e9901.2022>.

SOUZA, Mariana Silva *et al.* Uso da tecnologia por idosos durante a pandemia: um aliado ao isolamento social. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 13, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30327>.

SILVA, Rogério Oliveira da; LIMA, Thaila Emylle da Silva; SANTOS, Jéssica Lopes dos. O uso de tecnologias assistivas em idosos na promoção da independência e a qualidade de vida: revisão integrativa da literatura. **Revista Foco**, v. 17, n. 11, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-215. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n11-215>.

SANTOS, Gabriele; AQUINO, Fabiene; GALVÃO, Marcella. Inclusão digital para idosos: um relato de experiência. **RIAGE - Revista Ibero-Americana de Gerontologia**, v. 5, 2024. DOI: 10.61415/riage.240. Disponível em: <https://doi.org/10.61415/riage.240>.

3 ENDOMETRIOSE E ACESSO AO DIAGNÓSTICO NO SUS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA INVISIBILIZADO

► **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

 <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

► **João Lucas dos Reis Cozer**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

 <https://orcid.org/0009-0003-1218-3983>

► **Raimundo Nonato Nascimento Dias**

Graduando em Enfermagem pela Universidade da Amazônia-UNAMA

► **Cleidson Samuel Da Silva**

Graduando em Fisioterapia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco, FACESF

► **Thamiris Fernandes de Oliveira**

Graduada em Direito pela Univiçosa - Centro Universitário de Vicoso

► **Vinicius Bezerra Feitosa**

Graduado em enfermagem pela Escola Superior de Saúde de Arcoverde

► **Ranielly Oliveira de Holanda**

Graduada em enfermagem pela Escola Superior de Saúde de Arcoverde

► **Flávia Ferreira Souto Maior**

Residência em Enfermagem em Terapia Intensiva pela Faculdade de Medicina de Petrópolis - FMP

 <https://orcid.org/0009-0004-7096-0194>

► **Virgínia Luiza Silva Costa**

Mestrado em saúde coletiva pela UFMT

► **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG

 <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A endometriose é uma doença ginecológica crônica que afeta milhões de mulheres em idade reprodutiva, provocando dor intensa e comprometendo a qualidade de vida. No entanto, o acesso ao diagnóstico precoce no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é um grande desafio devido a fatores como a escassez de exames especializados, a falta de capacitação profissional e a ausência de diretrizes clínicas bem estabelecidas. O longo tempo entre o início dos sintomas e a confirmação diagnóstica evidencia a invisibilização dessa condição como um problema de saúde pública, dificultando o manejo adequado da doença. **OBJETIVO:** Analisar os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso ao diagnóstico da endometriose no SUS e suas implicações para a saúde pública. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura baseada na busca de artigos científicos, diretrizes clínicas e documentos institucionais publicados entre 2018 e 2025. As fontes de dados incluíram as bases PubMed, SciELO, LILACS, BDENF e Google Scholar, utilizando descritores relacionados à endometriose, diagnóstico e saúde pública. Os estudos selecionados foram analisados e categorizados em eixos temáticos para estruturar a discussão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O diagnóstico tardio da endometriose no SUS está relacionado à falta de exames de imagem especializados, à carência de profissionais capacitados e ao viés de gênero na assistência médica, que minimiza os sintomas femininos. Estratégias como a criação de centros de referência, a capacitação da atenção primária e o uso da telemedicina são alternativas para melhorar o acesso ao diagnóstico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A endometriose deve ser reconhecida como um problema prioritário na saúde pública. A implementação de políticas eficazes, a ampliação de exames especializados e o fortalecimento da capacitação profissional são fundamentais para garantir um diagnóstico mais ágil e um tratamento adequado às mulheres acometidas.

PALAVRAS-CHAVES: Barreiras de acesso; Diagnóstico; Endometriose; Saúde pública; Sistema Único de Saúde.

3

ENDOMETRIOSIS AND ACCESS TO DIAGNOSIS IN THE SUS: AN INVISIBLE PUBLIC HEALTH PROBLEM

ABSTRACT

INTRODUCTION: Endometriosis is a chronic gynecological disease that affects millions of women of reproductive age, causing intense pain and compromising quality of life. However, access to early diagnosis in the Unified Health System (SUS) is still a major challenge due to factors such as the scarcity of specialized exams, lack of professional training and the absence of well-established clinical guidelines. The long time between the onset of symptoms and diagnostic confirmation highlights the invisibility of this condition as a public health problem, making it difficult to adequately manage the disease. **OBJECTIVE:** to analyze the challenges faced by women in accessing endometriosis diagnosis in the Unified Health System (SUS) and its implications for public health. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review based on the search for scientific articles, clinical guidelines, and institutional documents published between 2018 and 2025. The data sources included PubMed, SciELO, LILACS, BDENF, and Google Scholar, using descriptors related to endometriosis, diagnosis, and public health. The selected studies were analyzed and categorized into thematic axes to structure the discussion. **RESULTS AND DISCUSSION:** Late diagnosis of endometriosis in the SUS is related to the lack of specialized imaging exams, the shortage of trained professionals, and the gender bias in medical care, which minimizes female symptoms. Strategies such as the creation of referral centers, training in primary care, and the use of telemedicine are alternatives to improve access to diagnosis. **FINAL CONSIDERATIONS:** Endometriosis should be recognized as a priority problem in public health. The implementation of effective policies, the expansion of specialized examinations and the strengthening of professional training are essential to ensure faster diagnosis and adequate treatment for affected women.

KEYWORDS: Access barriers; Diagnosis; Endometriosis; Public health; Unified Health System.

INTRODUÇÃO

A endometriose é uma doença ginecológica crônica que afeta milhões de mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo, caracterizando-se pela presença de tecido endometrial fora do útero, o que provoca inflamação, dor pélvica intensa e, em muitos casos, infertilidade. Apesar de sua alta prevalência e impacto na qualidade de vida das pacientes, o diagnóstico ainda representa um grande desafio, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS) (Carvalho; Façanha 2024). A demora no reconhecimento dos sintomas e a falta de acesso a exames especializados contribuem para um longo período entre o início dos sintomas e a confirmação da doença, dificultando o tratamento oportuno e efetivo. Assim, compreender os entraves no diagnóstico da endometriose no contexto do SUS é essencial para o desenvolvimento de estratégias que reduzam esse intervalo e garantam assistência adequada às pacientes (Silva *et al.*,2021).

No Brasil, a endometriose ainda é subdiagnosticada e subnotificada, tornando-se uma condição muitas vezes invisibilizada no âmbito da saúde pública. A ausência de dados epidemiológicos precisos e de políticas públicas direcionadas compromete a implementação de ações que garantam um diagnóstico mais ágil e eficaz. Muitas mulheres passam anos em busca de uma explicação para suas dores, enfrentando preconceitos médicos e falta de conhecimento sobre a patologia. Essa negligência reforça o estigma em torno das queixas femininas relacionadas à dor pélvica, resultando em sofrimento prolongado e piora da qualidade de vida. Dessa forma, é fundamental discutir os desafios enfrentados pelas pacientes no SUS para obter um diagnóstico precoce e preciso (Carvalho; Façanha 2024).

O acesso ao diagnóstico da endometriose no SUS é dificultado por diversos fatores, incluindo a limitação na oferta de exames como ultrassonografia especializada e ressonância magnética, fundamentais para a detecção da doença (Barão *et al.*,2023). Além disso, a carência de profissionais capacitados para identificar a condição agrava ainda mais a situação, levando muitas pacientes a receberem diagnósticos errôneos, como síndrome do intestino irritável ou dismenorreia primária. Essa realidade impacta diretamente a efetividade das políticas públicas de atenção à saúde da mulher, que precisam ser reformuladas para garantir uma abordagem mais eficiente (Brasil,2023).

A demora no diagnóstico da endometriose tem implicações significativas não apenas na saúde física das pacientes, mas também no âmbito emocional e socioeconômico. Muitas mulheres convivem por anos com dores incapacitantes que afetam sua produtividade no trabalho e seus relacionamentos interpessoais. A falta de reconhecimento da gravidade da doença pela sociedade e pelo próprio sistema de saúde contribui para o agravamento dos sintomas e para a progressão da condição, tornando o tratamento mais complexo e oneroso. Portanto, discutir o impacto do acesso ao diagnóstico no SUS é essencial para mitigar essas consequências (Barão *et al.*,2023).

Apesar dos avanços na medicina, a endometriose ainda é tratada com negligência em muitos aspectos, principalmente no que se refere ao atendimento público. A formação médica voltada para a saúde da mulher carece de um olhar mais atento para a doença, resultando em abordagens minimizadoras dos sintomas relatados pelas pacientes. Essa lacuna no ensino e na prática médica reforça a falta de preparo para identificar

precocemente a endometriose, o que perpetua um ciclo de sofrimento e desassistência. Assim, é urgente investir em educação médica continuada e em protocolos específicos para o manejo da doença dentro do SUS (Brasil,2024).

Além dos desafios estruturais, as desigualdades regionais no Brasil impactam diretamente o acesso ao diagnóstico da endometriose. Enquanto pacientes de grandes centros urbanos possuem maior disponibilidade de serviços especializados, mulheres que vivem em regiões periféricas ou no interior do país enfrentam ainda mais dificuldades. A falta de centros de referência e a necessidade de deslocamento para grandes cidades tornam o diagnóstico e o tratamento inacessíveis para muitas mulheres, reforçando a desigualdade na atenção à saúde. Esse cenário evidencia a necessidade de descentralização do atendimento e de investimentos na capacitação de profissionais em diversas regiões do país (Pereira *et al.*,2024).

A invisibilização da endometriose no SUS reflete uma questão mais ampla da saúde pública: a desvalorização das doenças que afetam majoritariamente as mulheres. Historicamente, condições associadas ao ciclo menstrual são naturalizadas e pouco estudadas, o que dificulta o avanço de políticas públicas eficazes. Esse viés de gênero na medicina impede que doenças como a endometriose sejam encaradas com a seriedade necessária, resultando na perpetuação do sofrimento feminino sem a devida assistência. Assim, é imprescindível que o SUS reconheça a endometriose como uma questão prioritária dentro das políticas de saúde da mulher (Andrade,2024).

O impacto psicológico da endometriose também deve ser considerado no debate sobre o acesso ao diagnóstico. A convivência com dores constantes, a incerteza sobre a possibilidade de gestação e a falta de suporte adequado podem desencadear transtornos como ansiedade e depressão. O bem-estar emocional das pacientes é frequentemente negligenciado, e a ausência de um diagnóstico precoce apenas intensifica esses desafios. Portanto, a ampliação do acesso ao diagnóstico não deve ser vista apenas como uma questão clínica, mas também como um fator determinante na saúde mental das mulheres afetadas (Barão *et al.*,2023).

A falta de investimento em pesquisa e inovação no campo da endometriose também contribui para o cenário de desassistência no SUS. Embora estudos científicos avancem constantemente na compreensão da doença, a aplicação desses conhecimentos na rede pública ainda é limitada. A ausência de protocolos padronizados e a baixa disponibilidade de exames de alta precisão dificultam a transposição dos avanços científicos para a prática clínica cotidiana. Dessa forma, é necessário que as políticas de saúde incentivem a incorporação de novas tecnologias diagnósticas e tratamentos acessíveis dentro do SUS (Freitas *et al.*,2021).

Para reverter esse cenário, é essencial fortalecer políticas públicas que promovam um diagnóstico mais ágil e eficaz da endometriose. A implementação de diretrizes clínicas que padronizem a identificação da doença e a criação de centros de referência regionais podem reduzir a desigualdade no acesso ao diagnóstico. Além disso, campanhas de conscientização e capacitação de profissionais da atenção primária são medidas fundamentais para que a endometriose seja reconhecida como uma condição séria e merecedora de atenção especializada (Treis,2022).

A experiência de outros países pode servir como referência para a reformulação do atendimento à endometriose no Brasil. Em algumas nações europeias, por exemplo, foram estabelecidos protocolos que

garantem o diagnóstico precoce e o acompanhamento multidisciplinar das pacientes, reduzindo o impacto da doença na vida das mulheres. A adaptação dessas estratégias à realidade do SUS pode contribuir para a construção de um sistema mais eficiente e inclusivo. Dessa forma, o intercâmbio de conhecimentos e a incorporação de boas práticas internacionais são caminhos promissores para melhorar a assistência às pacientes brasileiras (Andrade,2024; Nunes *et al.*,2025).

A construção de uma política de saúde eficaz para a endometriose passa pela articulação entre gestores, profissionais de saúde e a sociedade civil. Movimentos de pacientes têm desempenhado um papel essencial na visibilidade da doença, pressionando por mudanças no atendimento e na formulação de diretrizes específicas. O fortalecimento dessas iniciativas, aliado ao compromisso do poder público, pode resultar em avanços significativos na detecção precoce e no tratamento da endometriose no SUS (Cunha; Meireles; Alfaya 2024).

Diante desse contexto, a presente revisão narrativa busca analisar os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso ao diagnóstico da endometriose no Sistema Único de Saúde (SUS) e suas implicações para a saúde pública. Através da revisão da literatura, pretende-se identificar as principais barreiras que dificultam o reconhecimento da doença, bem como discutir possíveis estratégias para aprimorar o atendimento no sistema público de saúde. O objetivo é analisar os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso ao diagnóstico da endometriose no Sistema Único de Saúde (SUS) e suas implicações para a saúde pública.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa de literatura, que foi escolhida por permitir uma análise abrangente e descritiva do tema, considerando diferentes abordagens e perspectivas sobre o problema. Para isso, foram selecionados artigos científicos, diretrizes clínicas, documentos institucionais e relatórios técnicos que abordam a endometriose no contexto do SUS e as dificuldades enfrentadas pelas pacientes para obter um diagnóstico precoce e adequado.

A busca por publicações foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS, BDENF e Google Scholar, utilizando descritores indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH). Os termos utilizados incluíram "endometriose", "diagnóstico", "Sistema Único de Saúde", "saúde pública", "políticas de saúde" e "barreiras de acesso", combinados por operadores booleanos ("AND" e "OR"). Foram incluídos estudos publicados entre 2018 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem o diagnóstico da endometriose e as dificuldades de acesso a exames e especialistas no SUS. Foram considerados artigos originais, revisões de literatura, diretrizes do Ministério da Saúde e relatórios de organizações internacionais.

Os critérios de exclusão envolveram estudos que não abordassem diretamente o tema do acesso ao diagnóstico da endometriose no SUS, artigos duplicados, publicações sem metodologia clara e aqueles com acesso restrito. A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: na primeira, os títulos e resumos foram analisados para identificar a relevância das publicações, e, na segunda, os artigos selecionados foram lidos na

íntegra para extração dos principais achados. Os dados extraídos foram organizados em categorias temáticas que nortearam a discussão sobre as barreiras ao diagnóstico da endometriose na rede pública de saúde.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com síntese crítica das informações coletadas e categorização dos principais desafios enfrentados pelas mulheres no SUS. Os resultados foram organizados em quatro eixos temáticos: (1) Prevalência e impacto da endometriose na saúde pública, apresentando dados epidemiológicos e seus efeitos sociais, econômicos e psicológicos; (2) Principais barreiras ao diagnóstico no SUS, discutindo a falta de protocolos específicos, a escassez de exames especializados e a capacitação insuficiente de profissionais; (3) Experiências e estratégias internacionais para o diagnóstico precoce da endometriose, analisando modelos de atendimento em outros países que podem servir como referência; e (4) Propostas para aprimoramento do acesso ao diagnóstico no Brasil, sugerindo medidas para reduzir o tempo entre o início dos sintomas e a confirmação da doença no SUS.

Por se tratar de uma revisão narrativa de literatura, o estudo não envolveu experimentação com seres humanos ou animais, dispensando a necessidade de aprovação por Comitês de Ética em Pesquisa. No entanto, todas as fontes de informação utilizadas foram devidamente referenciadas, garantindo a integridade e confiabilidade dos dados analisados. A principal limitação desta pesquisa refere-se à sua natureza narrativa, que não permite uma análise quantitativa sistemática dos achados. Além disso, a dependência de publicações de acesso aberto pode ter restringido a inclusão de alguns estudos relevantes. No entanto, a diversidade de fontes analisadas busca minimizar essa limitação e fornecer um panorama abrangente sobre os desafios enfrentados pelas mulheres com endometriose no SUS.

Dessa forma, esta revisão narrativa contribui para o debate sobre a invisibilização da endometriose como um problema de saúde pública, destacando os entraves no acesso ao diagnóstico e sugerindo estratégias para aprimorar a detecção precoce da doença no SUS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A endometriose é uma doença crônica que afeta milhões de mulheres em idade reprodutiva, com impactos físicos, emocionais e socioeconômicos significativos. No entanto, o diagnóstico precoce no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda enfrenta diversas barreiras estruturais e organizacionais. Alves; Silva; Sampaio (2022) aponta que o tempo médio entre o início dos sintomas e a confirmação da doença pode ultrapassar sete anos, evidenciando uma lacuna na assistência às pacientes. Essa demora decorre da falta de capacitação dos profissionais de saúde, da ausência de protocolos específicos para o rastreamento da doença e da escassez de exames de imagem de alta precisão na rede pública.

A subnotificação da endometriose agrava a invisibilidade da doença no contexto da saúde pública, tornando-a menos prioritária nas políticas voltadas para a saúde da mulher (Scherer *et al.*, 2025). Embora sua prevalência seja comparável a outras doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, a ausência de dados epidemiológicos concretos dificulta a alocação de recursos para diagnóstico e tratamento no SUS. Além disso, a falta de campanhas de conscientização contribui para o desconhecimento da população sobre a condição,

fazendo com que muitas mulheres normalizem os sintomas e deixem de buscar atendimento especializado (Moura; Gurgel; Chagas 2025).

A atenção primária à saúde, porta de entrada do SUS, tem papel essencial no reconhecimento precoce da endometriose, mas enfrenta limitações importantes. Profissionais da Estratégia Saúde da Família frequentemente não recebem treinamento adequado para identificar a doença, resultando na banalização das queixas de dor pélvica e na prescrição de analgésicos como única forma de manejo inicial. A ausência de fluxos bem definidos para o encaminhamento de pacientes a especialistas contribui para o prolongamento do sofrimento das mulheres, que frequentemente passam por múltiplas consultas antes de obter um diagnóstico correto (Scherer *et al.*,2025).

A realização de exames de imagem é um dos principais gargalos no diagnóstico da endometriose no SUS. A ultrassonografia transvaginal especializada e a ressonância magnética são métodos fundamentais para a identificação das lesões, mas sua disponibilidade na rede pública é reduzida. Além disso, a interpretação dos exames depende de profissionais capacitados, e a falta de especialistas em diversas regiões do país faz com que muitas pacientes precisem percorrer grandes distâncias para obter um laudo adequado. Essa desigualdade de acesso reforça disparidades regionais e socioeconômicas no cuidado à saúde da mulher (Scherer *et al.*,2025).

Outro fator relevante na dificuldade diagnóstica é o viés de gênero presente na assistência médica, que minimiza a dor feminina e contribui para a normalização do sofrimento associado à menstruação. Carvalho; Façanha (2024) indicam que muitas mulheres relatam experiências de descridibilização de suas queixas, sendo frequentemente diagnosticadas com transtornos emocionais ou outras condições inespecíficas antes de receberem a confirmação da endometriose. Essa postura leva a um ciclo de frustração, desinformação e agravamento dos sintomas, que poderiam ser tratados de forma mais eficaz se identificados precocemente.

O impacto psicológico da endometriose também é uma questão relevante, pois a dor crônica e a incerteza quanto ao diagnóstico podem desencadear ansiedade, depressão e isolamento social. Muitas mulheres relatam dificuldades em manter relações interpessoais e profissionais devido aos sintomas debilitantes da doença. A falta de suporte adequado na rede pública de saúde mental agrava esse quadro, pois o atendimento psicológico e psiquiátrico ainda é insuficiente para atender à demanda das pacientes que convivem com a endometriose (Campos; Costa 2023).

A experiência de outros países pode oferecer subsídios para a melhoria do diagnóstico no Brasil. Na França e no Reino Unido, por exemplo, foram implementados centros de referência específicos para a endometriose, garantindo atendimento multidisciplinar e acesso facilitado a exames e tratamentos. No Brasil, a criação de políticas públicas voltadas para a doença ainda é incipiente, e a descentralização do atendimento especializado poderia ser uma solução viável para reduzir o tempo de espera pelo diagnóstico. A telemedicina também surge como alternativa para otimizar o acompanhamento de pacientes e ampliar a capacitação de médicos da atenção primária (Camara Dos Deputados,2024).

A desigualdade no acesso ao diagnóstico da endometriose no SUS reflete um problema estrutural mais amplo, que envolve financiamento inadequado, falta de profissionais especializados e dificuldades logísticas

na oferta de exames. Enquanto mulheres que possuem plano de saúde podem recorrer a serviços particulares para obter diagnóstico e tratamento mais rápidos, aquelas que dependem exclusivamente do SUS enfrentam um processo longo e desgastante, o que reforça desigualdades no cuidado à saúde feminina (Rosa *et al.*,2024).

O aprimoramento das diretrizes clínicas para a endometriose no SUS é uma medida necessária para garantir um diagnóstico mais ágil e eficiente. A inclusão da doença em programas de saúde da mulher, com a definição de fluxos de atendimento e protocolos padronizados, poderia contribuir para a detecção precoce e o manejo adequado da condição. Além disso, a ampliação da oferta de exames diagnósticos e a capacitação de profissionais são estratégias fundamentais para reduzir o tempo entre o início dos sintomas e a confirmação da doença (Andrade *et al.*,2023).

A conscientização da população também desempenha papel crucial na melhoria do acesso ao diagnóstico. Campanhas educativas voltadas para adolescentes e mulheres adultas podem contribuir para o reconhecimento precoce dos sintomas e a busca por atendimento médico adequado. Além disso, o engajamento de movimentos sociais e associações de pacientes tem se mostrado uma ferramenta importante para pressionar gestores públicos a desenvolverem políticas mais inclusivas para a endometriose (Andrade *et al.*,2023).

Diante dos desafios apresentados, é evidente que o SUS precisa de reformulações para garantir que as mulheres com endometriose tenham acesso ao diagnóstico de forma mais rápida e eficiente. A implementação de centros de referência regionais, a capacitação de médicos da atenção primária e o fortalecimento das redes de apoio às pacientes são algumas das estratégias que poderiam melhorar significativamente a assistência a essas mulheres (EBSERH,2023).

Embora a endometriose ainda seja uma doença invisibilizada no âmbito da saúde pública, há avanços sendo discutidos que podem mudar esse cenário. A inclusão da endometriose na Política Nacional de Saúde da Mulher e a criação de projetos de lei para garantir atendimento especializado demonstram que há uma crescente preocupação com a questão. No entanto, para que mudanças efetivas ocorram, é necessário que essas iniciativas sejam implementadas de maneira prática e contínua, garantindo que todas as mulheres tenham acesso igualitário ao diagnóstico e tratamento (Andrade,2024).

Portanto, a endometriose deve ser encarada como um problema de saúde pública prioritário, e não apenas como uma condição ginecológica de menor relevância. A revisão da literatura demonstra que o diagnóstico tardio da doença impacta diretamente a qualidade de vida das pacientes e acentua desigualdades no acesso à saúde. Assim, a reformulação das estratégias diagnósticas no SUS é essencial para garantir que as mulheres com endometriose possam receber o cuidado necessário de forma digna e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A endometriose é uma condição ginecológica crônica que afeta milhões de mulheres em idade reprodutiva, impactando sua qualidade de vida, saúde mental e capacidade produtiva. No entanto, apesar de sua alta prevalência e severidade, o acesso ao diagnóstico precoce da doença no Sistema Único de Saúde

(SUS) ainda enfrenta barreiras estruturais, como a escassez de exames especializados, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a ausência de diretrizes bem estabelecidas para a triagem e identificação da condição. Esse cenário prolonga o tempo entre o surgimento dos primeiros sintomas e a confirmação diagnóstica, causando sofrimento significativo às pacientes e comprometendo a eficácia do tratamento.

A invisibilização da endometriose como um problema de saúde pública reflete a desvalorização das doenças que afetam predominantemente as mulheres, reforçando desigualdades no cuidado à saúde feminina. Muitas pacientes enfrentam dificuldades para terem suas queixas reconhecidas, passando por múltiplas consultas antes de obterem um diagnóstico adequado. Além disso, a carência de dados epidemiológicos sobre a doença dificulta a implementação de políticas públicas eficazes, limitando a alocação de recursos para a ampliação do diagnóstico e tratamento no SUS.

A revisão da literatura demonstrou que o aprimoramento das diretrizes clínicas para a endometriose e a capacitação de profissionais da atenção primária são medidas fundamentais para garantir um diagnóstico mais rápido e acessível. A descentralização do atendimento por meio da criação de centros de referência regionais e o uso de tecnologias como a telemedicina podem contribuir para reduzir o tempo de espera das pacientes e melhorar a qualidade da assistência prestada. Além disso, campanhas de conscientização voltadas à população e à comunidade médica são essenciais para desmistificar a doença e estimular a busca por atendimento precoce.

A experiência de outros países, que já adotaram políticas específicas para a endometriose, demonstra que é possível melhorar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento por meio da implementação de protocolos bem estruturados. No Brasil, a criação de políticas públicas voltadas para a endometriose, aliada ao fortalecimento das redes de apoio às pacientes, pode reduzir significativamente o impacto da doença e garantir que as mulheres recebam o cuidado necessário dentro do SUS.

Dessa forma, este estudo reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a endometriose no âmbito da saúde pública e implementar mudanças estruturais que garantam o diagnóstico precoce e o tratamento adequado às mulheres acometidas. A reformulação das estratégias de atenção à saúde da mulher no SUS deve incluir a endometriose como uma prioridade, promovendo maior acesso a exames especializados, capacitação profissional e suporte psicológico às pacientes. Somente com investimentos em pesquisa, políticas públicas eficazes e maior sensibilização da sociedade será possível transformar o cenário atual e assegurar um cuidado mais humanizado e eficiente às mulheres com endometriose no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Isla Kelly Alves de *et al.* Os impactos da endometriose na qualidade de vida e fertilidade: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 2302-2315, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n5p2302-2315. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5021>.

- ARAÚJO, Francy Waltília Cruz; SCHMIDT, Debora Berger. Endometriose: um problema de saúde pública: revisão de literatura. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 14, n. 18, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/989>.
- ANDRADE, Mayara Sara dos Santos. Políticas públicas de saúde: a saúde da mulher com endometriose no Estado da Paraíba. 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, Santa Rita**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26541>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cerca de 1,2 mil médicos, enfermeiros e agentes comunitários são capacitados no projeto Endometriose Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/cerca-de-1-2-mil-medicos-enfermeiros-e-agentes-comunitarios-sao-capacitados-no-projeto-endometriose-brasil>.
- ALVES, Vitória dos Santos Buzaglo; SILVA, Antônia Stefanny Costa da; SAMPAIO, Susy Mota Nascimento. Desafios para o diagnóstico precoce da endometriose e a importância do acompanhamento da equipe de enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e35501, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35501. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35501>.
- BARÃO, Francisca Sidiane Lima *et al.* sofrimento psíquico de mulheres que se encontram em tratamento da endometriose. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 10, p. 10731–10747, 11 out. 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n10-042. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1754>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Será que eu tenho endometriose? Saiba como diagnosticar e tratar a doença pelo SUS. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/sera-que-eu-tenho-endometriose-saiba-como-diagnosticar-e-tratar-a-doenca-pelo-sus>.
- CARVALHO, Maria Vitoria Diniz de; FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira. Políticas públicas de saúde e endometriose: um estudo acerca da violência institucional no acesso à saúde feminina no Brasil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e869, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-63-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/869>.
- CUNHA, Letícia Azevêdo; MEIRELES, Everson; ALFAYA, Cristiane. Atenção à saúde e qualidade de vida de mulheres com endometriose. **Revista Acadêmica GUETO**, [S. l.], v. 8, n. 17, 2024. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/gueto/article/view/5231>.
- CAMPOS, Karollyne Saulino; COSTA, Ruth Silva Lima da. Fatores psicossomáticos decorrentes da endometriose. **RECIMA21**, v. 4, n. 6, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i6.3340. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3340>.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova política nacional para prevenir e tratar endometriose. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1103673-camara-aprova-politica-nacional-para-prevenir-e-tratar-endometriose/>.
- EBSERH, EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. HU-UFMA participa de projeto que visa melhoria do tratamento da endometriose pelo SUS. **Brasília**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hu-ufma/comunicacao/noticias/hu-ufma-participa-de-projeto-que-visa-melhoria-do-tratamento-da-endometriose-pelo-sus>.
- FREITAS, Kelvin Augusto Leite *et al.* A perspectiva ecográfica do diagnóstico da endometriose profunda. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n1-590>.
- MOURA, Alessandra Isabella Santiago Silva; GURGEL, Sylvia Pereira; CHAGAS, Luccas Melo. Métodos de diagnóstico e tratamento da endometriose: uma revisão baseada em evidências científicas. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 15, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1456. Disponível em: <https://revistajrg.com.br/index.php/jrg/article/view/1456>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- NUNES, Bibiana Carneiro Monteiro *et al.* Abordagem multidisciplinar no manejo da endometriose: desafios no diagnóstico e tratamento. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 2, p. 213–222,

2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n2p213-222. Disponível em:
<https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5106>.

PEREIRA, Edgar *et al.* Endometriose: incidência nas regiões brasileiras no período de 2019 a 2024. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 10, 16 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n10-077>.

ROSA, Anna Victória de Matos Sicchieri *et al.* Endometriose no município de Cascavel-PR: análise dos indicadores epidemiológicos e de morbidade hospitalar da doença ao longo de cinco anos (2018-2023). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**, v. 10, n. 10, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i10.16378. Disponível em:
<https://revistarease.com.br/index.php/rease/article/view/16378>.

SILVA, Carla Marins *et al.* Experiências das mulheres quanto às suas trajetórias até o diagnóstico de endometriose. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 4, e20200374, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0374>.

SCHERER, Ana Alice de Araujo *et al.* Diagnóstico da Endometriose: O papel da atenção primária no município de Imperatriz - MA. **Journal of Medical and Biosciences Research**, 2(1), 323–335, 2025. DOI: 10.70164/jmbr.v2i1.474. Disponível em: <https://jmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/474>.

TREIS, Manoella. A escuta de vozes e ecos das mulheres portadoras de endometriose: sobre a falta de políticas públicas no Brasil. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv7n1-590>.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE DIFUSÃO EM ENFERMAGEM

► Gabriela Luiza Lima Matos¹
► Etiene Cavalcante Pereira Lopes²

RESUMO

INTRODUÇÃO: A extensão universitária desempenha um papel fundamental na integração entre ensino, pesquisa e comunidade, promovendo a democratização do conhecimento e contribuindo para a formação profissional dos discentes. No contexto da Enfermagem, a atuação junto à comunidade favorece a troca de saberes, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e a ampliação da conscientização em saúde pública. No entanto, observa-se uma lacuna na literatura quanto à sistematização de experiências extensionistas que correlacionam cultura local e promoção da saúde. **OBJETIVO:** Relatar a experiência do Programa de Extensão em Difusão Cultural do curso de Enfermagem na promoção da saúde e na interação entre acadêmicos e comunidade, enfatizando a valorização da cultura local regional e a disseminação de práticas educativas em saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão em Difusão Cultural do curso de Enfermagem de uma instituição de ensino superior pública. As atividades foram realizadas em parceria com instituições de saúde, escolas e associações comunitárias. As ações envolveram oficinas educativas, palestras e rodas de conversa sobre temas como epidemiologia, vigilância sanitária, bioética e comunicação em saúde. Os dados foram coletados por meio de observação participante e registros das atividades. **RESULTADOS:** A análise das atividades evidenciou impactos positivos na comunidade e nos acadêmicos envolvidos. A população demonstrou maior compreensão sobre práticas de saúde e prevenção de doenças, promovendo mudanças em hábitos cotidianos. Além disso, os acadêmicos relataram aprimoramento de competências técnicas e socioemocionais, como comunicação interpessoal e análise crítica. O projeto também demonstrou

alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à promoção da saúde e bem-estar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As atividades extensionistas desenvolvidas no Programa de Difusão Cultural proporcionaram um impacto significativo tanto na formação acadêmica quanto na promoção da saúde comunitária. O fortalecimento da interação entre ensino, serviço e comunidade reforça a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social e qualificação profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Extensão Universitária; Promoção da Saúde; Enfermagem; Comunidade; Educação em Saúde.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, I. N. M. et al. A extensão universitária na promoção à saúde. Revista Educação Popular, v. 20, n. 2, p. 1-12,

2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/68179>. Acesso em: 18/07/2022.

PPUFU ROZIN, L.; FORTE, L. T. Curricularização da extensão universitária em saúde: uma proposta com uso do diagnóstico comunitário. Espaço para a Saúde, v. 22, 2021. Disponível em:

<https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/774>. Acesso em: 20/08/2022
espacoparasaude.fpp.edu.br

SANTOS, A. P. et al. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. Educação & Realidade, v. 46, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQRDZzG4b8XB/>. Acesso em: 23/08/2022

¹ Graduanda de Enfermagem na universidade anhanguera campus Macedo

² Mestre em saúde Coletiva

SEPSE NEONATAL: FATORES DE RISCO, PROTOCOLOS DE MANEJO E DESAFIOS NA ANTIBIOTICOTERAPIA PRECOCE

- ▶ Jhennifer Reis dos Santos¹
- ▶ Jorgina Conceição Paraba Oliveira²
- ▶ Hesmaylla Carneiro Zeferino³
- ▶ Rafaella Christina de Araújo Dourado⁴
- ▶ Adriele Semprebom Ferreira Betti⁵
- ▶ Robenilza Rodrigues Baleeiro⁶
- ▶ Elizandra Aparecida de Oliveira Lopes⁷
- ▶ Sumaya Emanuelle Gomes de Araújo⁸
- ▶ Maria Nazaré Lopes Baracho⁹
- ▶ Diniz Soares Canturia¹⁰

RESUMO

Introdução: A sepse neonatal é uma das principais causas de mortalidade e morbidade entre recém-nascidos, caracterizando-se pela resposta inflamatória sistêmica a infecções bacterianas, virais ou fúngicas, especialmente em prematuros e neonatos de baixo peso. **Objetivo:** Analisar criticamente os principais fatores de risco associados à sepse neonatal, descrever os protocolos de manejo mais atualizados e discutir os entraves relacionados à antibioticoterapia precoce, visando contribuir para a qualificação da assistência e a redução dos desfechos adversos nessa população altamente vulnerável. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases SciELO, PubMed, BVS e Google Acadêmico, utilizando descritores controlados e selecionando artigos publicados entre 2018 a 2025. **Resultados:** Identificaram-se como fatores de risco a ruptura prematura das membranas, infecções maternas, prematuridade e intervenções invasivas. O manejo baseado em diagnóstico precoce, antibioticoterapia empírica e utilização de bundles de sepse demonstrou redução da mortalidade neonatal. Contudo, desafios persistem quanto ao uso racional de antibióticos e à resistência bacteriana. **Conclusão:** A sepse neonatal demanda uma abordagem integrada, envolvendo a identificação precoce dos fatores de risco, a aplicação rigorosa de protocolos de manejo e a racionalização da antibioticoterapia, visando à melhoria dos desfechos clínicos e à redução da mortalidade em unidades neonatais.

PALAVRAS-CHAVES: Fatores de risco; Mortalidade neonatal; Sepsis neonatal.

NEONATAL SEPSIS: RISK FACTORS, MANAGEMENT PROTOCOLS AND CHALLENGES IN EARLY ANTIBIOTIC THERAPY

ABSTRACT

Introduction: Neonatal sepsis is a major cause of mortality and morbidity among newborns, characterized by a systemic inflammatory response to bacterial, viral, or fungal infections, especially in premature and low-birth-weight newborns. **Objective:** To critically analyze the main risk factors associated with neonatal sepsis, describe the most up-to-date management protocols and discuss the obstacles related to early antibiotic therapy, aiming to contribute to the qualification of care and the reduction of adverse outcomes in this highly vulnerable population. **Methodology:** This is a narrative review of the literature, conducted in the SciELO, PubMed, BVS, and Google Scholar databases, using controlled descriptors and selecting articles published between 2015 and 2025. **Results:** Premature rupture of membranes, maternal infections, prematurity, and invasive interventions were identified as risk factors. Management based on early diagnosis, empirical antibiotic therapy, and use of sepsis bundles has shown a reduction in neonatal mortality. However, challenges persist regarding the rational use of antibiotics and bacterial resistance. **Conclusion:** Neonatal sepsis requires an integrated approach, involving early identification of risk factors, rigorous application of management protocols and rationalization of antibiotic therapy, aiming to improve clinical outcomes and reduce mortality in neonatal units.

KEYWORDS: Risk factors; Neonatal mortality; Neonatal sepsis.

INTRODUÇÃO

A sepse neonatal configura-se como uma condição de alta gravidade no período perinatal, sendo uma das principais causas de mortalidade e morbidade em recém-nascidos, especialmente naqueles prematuros e de baixo peso. Trata-se de uma resposta inflamatória sistêmica desencadeada por infecção bacteriana, viral ou fúngica, que se manifesta de forma precoce ou tardia. Sua evolução clínica é rápida e, muitas vezes, silenciosa, exigindo reconhecimento imediato e intervenção terapêutica eficaz (Torres *et al.*, 2024). Estima-se que a mortalidade associada à sepse varie entre 11% e 60%, sendo maior nos países em desenvolvimento. Assim, a sepse neonatal permanece como um desafio significativo para a neonatologia contemporânea, demandando estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento adequadas (Brasil, 2023).

Segundo Almeida *et al* (2025), diversos fatores de risco para a sepse neonatal foram amplamente identificados na literatura, envolvendo aspectos maternos, perinatais e neonatais. Entre os mais relevantes estão a ruptura prematura das membranas ovulares, a infecção materna não tratada, o trabalho de parto prolongado e a prematuridade extrema. Além disso, a necessidade de procedimentos invasivos, como a ventilação mecânica e a cateterização venosa, também aumenta a vulnerabilidade do recém-nascido. O conhecimento desses fatores é essencial para a detecção precoce de neonatos em situação de risco, permitindo a adoção de medidas preventivas e terapêuticas que podem modificar significativamente o prognóstico clínico (Augustin, 2019).

O manejo da sepse neonatal requer protocolos bem estabelecidos, que incluam diagnóstico precoce, antibioticoterapia empírica adequada e monitoramento contínuo. A implementação de bundles de sepse nas unidades neonatais tem se mostrado eficaz na redução da mortalidade e no aprimoramento da qualidade assistencial. Contudo, desafios persistem, como a resistência antimicrobiana crescente, a necessidade de uso racional de antibióticos e a limitação de recursos em determinados contextos. (Silva; Bisol, 2025).

Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar a análise dos fatores de risco, dos protocolos de manejo e dos desafios na antibioticoterapia precoce no contexto da sepse neonatal. Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente os principais fatores de risco associados à sepse neonatal, descrever os protocolos de manejo mais atualizados e discutir os entraves relacionados à antibioticoterapia precoce, visando contribuir para a qualificação da assistência e a redução dos desfechos adversos nessa população altamente vulnerável.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de reunir e discutir criticamente a produção científica sobre fatores de risco para sepse neonatal, protocolos de manejo e desafios da antibioticoterapia precoce. A escolha desse método permite uma análise ampla e reflexiva do tema com base em diferentes perspectivas teóricas e evidências nacionais e internacionais.

A busca foi realizada entre março e abril de 2025, nas bases SciELO, PubMed, BVS e Google Acadêmico, utilizando os descritores “sepsse neonatal”, “fatores de risco”, “protocolo de manejo” e “antibioticoterapia”, combinados com o operador booleano “AND”. Foram considerados artigos publicados entre 2018 e 2025, sem restrição de idioma. Incluíram-se artigos originais, revisões, diretrizes clínicas e protocolos institucionais que abordassem diretamente os fatores de risco, o manejo e a antibioticoterapia na sepsse neonatal. Foram excluídos estudos duplicados, indisponíveis na íntegra, voltados à sepsse em adultos ou contextos não neonatais, e artigos fora do escopo do estudo. A seleção ocorreu por triagem dos títulos, resumos e posterior leitura completa.

Os dados extraídos incluíram ano, autores, país, tipo de estudo, fatores de risco, protocolos e informações sobre antibioticoterapia. As informações foram organizadas em matriz de análise e interpretadas de forma narrativa, buscando confrontar achados, identificar consensos e divergências, e destacar implicações práticas. Por se basear em fontes públicas secundárias, o estudo dispensa aprovação ética conforme a Resolução nº 510/2016 do CNS, respeitando, contudo, os princípios de ética, fidedignidade e rigor científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Pereira (2018), a sepsse neonatal continua sendo uma importante causa de morbidade e mortalidade em recém-nascidos, principalmente entre os prematuros e de baixo peso. Dentre os principais fatores de risco identificados, destacam-se a ruptura prematura de membranas, infecções maternas não tratadas, parto prolongado e necessidade de procedimentos invasivos após o nascimento. A imaturidade do sistema imunológico dos recém-nascidos prematuros também se mostrou um aspecto determinante para a vulnerabilidade à infecção. Observou-se que a ausência de cuidados pré-natais adequados e a precariedade na assistência obstétrica aumentam significativamente a incidência da sepsse neonatal, especialmente em países em desenvolvimento (Santos; Martins, 2019).

No que se refere ao manejo clínico, os protocolos baseados em evidências ressaltam a importância do diagnóstico precoce aliado ao início imediato da antibioticoterapia empírica. A literatura aponta que a coleta de hemoculturas antes da administração dos antibióticos e o uso de biomarcadores, como a proteína C reativa e a procalcitonina, são essenciais para a confirmação do diagnóstico e monitoramento da resposta terapêutica. A implementação dos protocolos de sepsse, com medidas padronizadas de cuidado, tem demonstrado impacto positivo na redução da mortalidade e do tempo de internação neonatal. No entanto, a eficácia dos protocolos depende da estrutura hospitalar, da capacitação contínua das equipes de saúde e da adesão rigorosa às práticas estabelecidas (Martins; Silvério, 2024).

Segundo Fontes *et al* (2024), a antibioticoterapia precoce ainda representa um desafio importante no manejo da sepsse neonatal, principalmente devido ao risco de resistência bacteriana e impacto negativo na microbiota do recém-nascido. A utilização prolongada e indiscriminada de antibióticos de amplo espectro foi

associada ao surgimento de microrganismos multirresistentes e ao aumento de complicações como a enterocolite necrosante. Recomenda-se, portanto, a reavaliação criteriosa da necessidade do tratamento entre 48 e 72 horas após o início da terapia, visando suspender o uso desnecessário.

Ademais, o perfil microbiológico dos casos de sepse neonatal revelou predominância do *Streptococcus* do grupo B e da *Escherichia coli* nas infecções precoces, enquanto patógenos hospitalares como o *Staphylococcus coagulase-negativo* e a *Klebsiella pneumoniae* foram mais comuns na sepse tardia. A literatura destaca a necessidade de fortalecimento das estratégias de prevenção, como vacinação materna, triagem de infecções durante a gestação e monitoramento epidemiológico contínuo nas unidades neonatais. Dessa forma, é possível reduzir a incidência da sepse neonatal e melhorar os desfechos clínicos, exigindo ações conjuntas que integrem prevenção, diagnóstico precoce, manejo adequado e racionalização do uso de antimicrobianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sepse neonatal constitui um grave desafio para a saúde pública, especialmente nos contextos de vulnerabilidade social e assistência neonatal limitada. A análise da literatura permitiu identificar os principais fatores de risco associados à condição, ressaltando a importância da ruptura prematura de membranas, da prematuridade, das infecções maternas e das intervenções invasivas como elementos críticos na gênese da sepse. A adoção de protocolos de manejo baseados em evidências, com diagnóstico precoce, antibioticoterapia racional e implementação de protocolos de cuidados, mostrou-se fundamental para a redução da mortalidade e da morbidade neonatal. A formação continuada das equipes de saúde, o fortalecimento da assistência pré-natal e o investimento em infraestrutura hospitalar também se mostraram imprescindíveis para o enfrentamento eficaz da sepse.

Contudo, os desafios relacionados à antibioticoterapia precoce e ao controle da resistência bacteriana exigem atenção constante dos profissionais de saúde e dos gestores. O uso criterioso de antimicrobianos, a vigilância epidemiológica ativa e a educação parental emergem como estratégias complementares indispensáveis para garantir melhores desfechos clínicos. Portanto, o combate à sepse neonatal demanda ações integradas, que envolvam prevenção, diagnóstico, tratamento adequado e políticas públicas voltadas para a saúde materno-infantil. Assim, reforça-se a necessidade de práticas assistenciais seguras e qualificadas, capazes de preservar a vida e promover o desenvolvimento saudável dos recém-nascidos acometidos por essa grave condição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. G. d. *et al.* Principais fatores de risco maternos para sepse neonatal precoce: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 8, n. 2, p. e78571, 2025. DOI: [10.34119/bjhrv8n2-152](https://doi.org/10.34119/bjhrv8n2-152). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/78571>.

AUGUSTIN, Juliana Arenas de Carvalho. Análise dos riscos gravídicos e suas implicações neonatais em uma maternidade de baixo risco. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – **Universidade de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unaerp.br/handle/12345/196>.

FONTES, N. O. *et al.* Seps neonatal: abordagens diagnósticas e estratégias de tratamento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 1386–1395, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i10.16036. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i10.16036>.

MARTINS, Giovanna Eufrazio; SILVÉRIO, Nicolly Domingos. Manejo da seps em pacientes internados em um hospital do sul de Santa Catarina. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem). **Universidade do Extremo Sul Catarinense**, UNESC, Criciúma, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/11464>.

PEREIRA, Geani Marcela Lopes. Prematuridade: uma abordagem descritiva sobre as características maternas e neonatais em um hospital de referência. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem). **Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2215>.

SANTOS, Paulo Cesar Ferreira; MARTINS, Maria Joana de Lima. Infecções relacionadas à assistência à saúde na UTI neonatal: uma revisão integrativa. **Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia**, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistahtec.murialdo.edu.br/index.php/HTEC/article/view/225>.

SILVA, Daniele Peres da; BISOL, Andrea Helena Érnica. Seps pediátrica no pronto-socorro: uma revisão bibliográfica. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. e2614248188, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i2.48188. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48188>.

TORRES BRITO, L. K. *et al.* Fatores associados aos óbitos por seps precoce e tardia em unidade de terapia intensiva neonatal. **Journal of Nursing UFPE**, v. 18, n. 1, p. 305, 2024. DOI: 10.5205/1981-8963.2024.257956. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2024.257956>.

¹ Pós-graduada em Enfermagem em Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal pela Faculdade Unyleya

² Graduanda em Enfermagem pela Estácio-FAPAN

³ Graduanda em Enfermagem pela Estácio-FAPAN

⁴ Graduanda de Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda

⁵ Enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

⁶ Enfermeira graduada pela UNIVAG - Várzea Grande- MT

⁷ Mestrado em Saúde e Envelhecimento pela Universidade de Marília

⁸ Mestranda em terapia intensiva – SOBRAT pela CES - Centro de ensino em saúde

⁹ Doutoranda em odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

¹⁰ Doutor em Ciências Biológicas - Farmacologia e Terapêutica pelo Centro Universitário d Ensino Superior do Amazonas - CIESA

SÍNDROME DE HELLP EM GESTANTES ADOLESCENTES: FATORES DE RISCO E PROGNOSTICO MATERNO-FETAL

►Sarah Goes Barreto da Silva Moreira ¹
►Rafaella Christina de Araújo Dourado ²
►Luciene Roberto da Silva Caixias³
►Débora Rayane Hayashida Silva⁴
►Luís Mário Pio Borges⁵
►Lucimara Baca da Silva Cena⁶
►Thaís Ferreira Ourives⁷
►Eliane de Fátima Duarte⁸
►Laura Maria Pereira Fiilsinger⁹
►Adriele Semprebom Ferreira Betti^x

RESUMO

Introdução: A Síndrome de HELLP é uma condição obstétrica grave, associada a complicações como hemólise, elevação das enzimas hepáticas e plaquetopenia. Em gestantes adolescentes, os riscos são ampliados devido à imaturidade biológica, baixa adesão ao pré-natal e fatores socioeconômicos adversos.

Objetivo: Contribuir com subsídios teóricos que colaborem com a prática clínica e com a formulação de estratégias voltadas à saúde materno-infantil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, PubMed, BVS, LILACS e Google Acadêmico. Foram incluídos estudos publicados entre 2018 a 2025, disponíveis na íntegra e que abordassem o tema. **Resultados:** Os estudos revelaram que o início precoce da vida sexual, a ausência de pré-natal adequado e o baixo nível socioeconômico aumentam o risco da síndrome. Observou-se alto índice de complicações maternas e neonatais, como prematuridade, sofrimento fetal e óbito. **Conclusão:** A detecção precoce e o acompanhamento qualificado são essenciais para melhorar o prognóstico de adolescentes com HELLP. Políticas públicas específicas e a educação em saúde são fundamentais para reduzir os desfechos adversos materno-infantis.

PALAVRAS-CHAVES: Complicações na Gravidez; Fatores de Risco; Gestação na Adolescência.

HELLP SYNDROME IN PREGNANT ADOLESCENT WOMEN: RISK FACTORS AND MATERNAL-FETAL PROGNOSIS

ABSTRACT

Introduction: HELLP Syndrome is a serious obstetric condition associated with complications such as hemolysis, elevated liver enzymes, and thrombocytopenia. In pregnant adolescents, the risks are increased due to biological immaturity, low adherence to prenatal care, and adverse socioeconomic factors. **Objective:** Contribute with theoretical subsidies that collaborate with clinical practice and with the formulation of strategies aimed at maternal and child health. **Methodology:** This is a narrative review of the literature, with a qualitative approach. The research was carried out in the SciELO, PubMed, BVS, LILACS, and Google Scholar databases. Studies published between 2018 and 2025, available in full, and that addressed the topic in adolescents were included. **Results:** Studies have shown that early sexual initiation, lack of adequate prenatal care, and low socioeconomic status increase the risk of the syndrome. A high rate of maternal and neonatal complications, such as prematurity, fetal distress, and death, was observed. **Conclusion:** Early detection and qualified monitoring are essential to improve the prognosis of adolescents with HELLP. Specific public policies and health education are essential to reduce adverse maternal and child outcomes.

KEYWORDS: Pregnancy Complications; Risk Factors; Adolescent Pregnancy.

INTRODUÇÃO

Segundo Moura *et al.* (2018) a Síndrome de HELLP é uma condição obstétrica grave, caracterizada por hemólise, elevação das enzimas hepáticas e plaquetopenia, sendo considerada uma complicação potencialmente fatal da pré-eclâmpsia. Essa síndrome apresenta evolução rápida e imprevisível, especialmente durante o terceiro trimestre gestacional, exigindo diagnóstico precoce e intervenção imediata. Em adolescentes gestantes, essa condição se mostra ainda mais preocupante, devido à maior vulnerabilidade biológica, emocional e social desse grupo populacional. A combinação entre imaturidade fisiológica e fatores socioeconômicos desfavoráveis contribui para um cenário de risco ampliado. Portanto, investigar os aspectos clínicos e epidemiológicos da Síndrome de HELLP em gestantes adolescentes é fundamental para nortear intervenções mais eficazes (Silva *et al.*, 2021).

Desse modo a incidência entre adolescentes, embora não tão frequente quanto em mulheres adultas, acarreta desfechos maternos e fetais severos quando não diagnosticada e manejada adequadamente. Segundo Trombetta *et al.* (2022) entre os fatores de risco associados estão o histórico familiar de hipertensão, a presença de doenças autoimunes, o início precoce da vida sexual e a inadequação do pré-natal. A fragilidade no acompanhamento gestacional entre adolescentes, muitas vezes associada à negação da gravidez ou à falta de apoio familiar, favorece o diagnóstico tardio da síndrome. Tais fatores elevam a chance de complicações como insuficiência hepática, descolamento prematuro de placenta e sofrimento fetal (Ferreira *et al.*, 2021).

Além disso, o prognóstico materno-fetal em casos de HELLP em adolescentes está intimamente ligado à precocidade do diagnóstico e à qualidade do cuidado obstétrico. A literatura revela que o manejo intensivo e multidisciplinar pode reduzir significativamente os riscos de óbito e de sequelas permanentes. No entanto, a realidade brasileira ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente em regiões com acesso limitado a serviços de saúde especializados. Assim, compreender os impactos dessa condição em adolescentes gestantes contribui para a construção de políticas públicas mais equitativas e estratégias de educação em saúde direcionadas (Ferreira *et al.*, 2021).

Diante disso, este estudo tem como finalidade analisar os fatores de risco associados à Síndrome de HELLP em gestantes adolescentes, bem como seu prognóstico materno-fetal. A relevância do tema está atrelada à necessidade de ampliar o conhecimento sobre uma condição grave e relativamente subnotificada nesse grupo populacional. A pesquisa também se justifica pela importância de fortalecer a assistência pré-natal qualificada, promovendo ações que possibilitem a detecção precoce e a intervenção oportuna. O objetivo é contribuir com subsídios teóricos que colaborem com a prática clínica e com a formulação de estratégias voltadas à saúde materno-infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi contribuir com subsídios teóricos que colaborem com a prática clínica e com a formulação de estratégias voltadas à saúde materno-infantil. Este tipo de revisão foi escolhido por possibilitar uma análise ampla e reflexiva do tema, considerando diferentes enfoques teóricos e clínicos, bem como as contribuições das pesquisas mais relevantes sobre o assunto.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Utilizaram-se os seguintes descritores, extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (*DeCS/MeSH*): “Síndrome de HELLP”, “Gestação na Adolescência”, “Prognóstico”, “Fatores de Risco” e “Complicações na Gravidez”, combinados entre si com o operador booleano *AND*.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados entre os anos de 2018 a 2025, em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente a temática, disponíveis na íntegra e com metodologia clara. Foram excluídos estudos duplicados, artigos de opinião, editoriais, resumos sem texto completo, fora do período selecionado e que não estivessem relação com o tema. A análise dos dados foi feita por meio da leitura crítica dos textos selecionados, buscando-se identificar os principais fatores de risco descritos, as abordagens diagnósticas e terapêuticas, bem como os desfechos maternos e neonatais relatados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura permitiu identificar que, embora a Síndrome de HELLP seja considerada uma condição rara em adolescentes gestantes, sua ocorrência está relacionada a fatores de risco específicos e contextuais que agravam o prognóstico materno-fetal (Siqueira, 2020). Isso nos mostra que a imaturidade biológica e os fatores socioeconômicos, como baixa escolaridade, falta de suporte familiar e início precoce da vida sexual, contribuem para uma maior vulnerabilidade a complicações hipertensivas da gestação, incluindo a HELLP. Além disso, a carência de acompanhamento pré-natal adequado em adolescentes é um fator determinante para o diagnóstico tardio da síndrome, elevando o risco de morbimortalidade (Santos, 2020).

Quanto aos desfechos maternos, observou-se que as adolescentes acometidas pela Síndrome de HELLP apresentam maior propensão a complicações graves, como insuficiência hepática aguda, hemorragias, distúrbios da coagulação e necessidade de cuidados intensivos (Santos, 2020). A literatura também destaca que a abordagem multidisciplinar e a realização de exames laboratoriais periódicos durante o pré-natal são estratégias eficazes para a detecção precoce da síndrome, favorecendo intervenções oportunas. No entanto, a realidade dos serviços de saúde, principalmente nas regiões mais vulneráveis do Brasil, ainda carece de estrutura e de capacitação específica para lidar com esses casos de alto risco (Siqueira, 2020).

Segundo Cunte (2022) em relação ao prognóstico fetal, taxas elevadas de prematuridade, restrição de crescimento intrauterino, sofrimento fetal agudo e mortalidade perinatal associadas à Síndrome de HELLP em adolescentes. Esses desfechos estão, em grande parte, ligados à gravidade do quadro clínico materno e à necessidade de interrupção precoce da gestação para preservar a vida da mãe. A ausência de diagnóstico precoce e o manejo inadequado são apontados como fatores decisivos para os desfechos desfavoráveis, o que reforça a importância da vigilância obstétrica intensiva durante toda a gestação (Árabe; Santos, 2023).

Diante desse panorama, fica evidente que a Síndrome de HELLP em adolescentes exige atenção especial por parte dos profissionais de saúde, com ênfase na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado. A promoção de políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, aliada à qualificação do pré-natal de alto risco, são medidas urgentes e necessárias. Além disso, os achados desta revisão reforçam a importância da educação em saúde como instrumento para empoderar jovens gestantes, permitindo-lhes reconhecer sinais de alerta e buscar apoio profissional em tempo hábil, contribuindo assim para a redução dos impactos negativos da síndrome sobre a saúde materna e neonatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de HELLP representa uma das mais graves complicações hipertensivas da gestação, exigindo atenção especial quando acomete adolescentes, grupo que já apresenta maior vulnerabilidade física, emocional e social. Esta revisão narrativa evidenciou que os fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome em gestantes adolescentes estão fortemente associados à ausência de pré-natal adequado, início precoce da vida reprodutiva, baixa escolaridade e limitações no acesso aos serviços de saúde especializados. A identificação precoce desses fatores e o monitoramento contínuo durante a gestação são essenciais para a redução dos riscos à saúde materno-fetal.

O prognóstico desfavorável relacionado à HELLP em adolescentes, incluindo altos índices de prematuridade, sofrimento fetal e complicações maternas graves, reforça a necessidade de intervenções específicas voltadas à prevenção e ao manejo adequado dessa síndrome. A articulação de uma rede de atenção obstétrica qualificada, com enfoque multidisciplinar e humanizado, pode contribuir significativamente para a detecção precoce e tratamento oportuno, minimizando os riscos de mortalidade e sequelas permanentes.

Portanto, os achados desta revisão destacam a urgência em fortalecer políticas públicas de saúde que garantam acesso universal, integral e equitativo ao pré-natal de qualidade, especialmente para adolescentes. Investimentos em educação sexual, capacitação dos profissionais e criação de estratégias de acompanhamento mais eficazes para gestantes em situação de risco são fundamentais para promover a segurança da mãe e do bebê.

REFERÊNCIAS

ÁRABE, Samar Sami; SANTOS, Amanda Heloise Lacoski. Pré-eclâmpsia: aumento do sentimento da pressão na gestação. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 24758–24770, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n5-518. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/63881>.

CUNTE, Ana Antonio. Gravidez na adolescência e seus riscos: uma revisão integrativa da literatura. Redenção-CE: **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4443>.

FERREIRA, J. P. N. *et al.* Síndromes hipertensivas específicas da gestação em adolescentes e suas repercussões maternas e perinatais: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 32204–32217, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-779>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29417>.

MOURA FERNANDES, J. P. d. *et al.* Complicações hipertensivas na gravidez: a Síndrome HELLP e sua correlação clínica com a Pré-Eclâmpsia. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 8, p. 1991–2018, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n8p1991-2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n8p1991-2018>.

SANTOS, Elisângela Luzia dos. Caracterização das síndromes hipertensivas gestacionais e suas repercussões neonatais: uma revisão integrativa da literatura. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – **Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3157>.

SILVA, J. A. da *et al.* Avaliação da cobertura vacinal no Brasil antes e durante a pandemia de COVID-19. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/rem/2458>.

SIQUEIRA, Lorena Saavedra. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária à saúde sobre síndromes hipertensivas específicas da gestação. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – **Universidade Federal do Pará**, Instituto de Ciências da Saúde, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15338>.

TROMBETTA, T. C. *et al.* Identificação de condições maternas e fatores de risco para gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, e47311629498, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29498>.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Biociências PPGENFBIO/UNIRIO

² Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda

³ Graduanda em enfermagem pela Estácio-Fapan

⁴ Graduanda em enfermagem pela Estácio-Fapan

⁵ Graduando em enfermagem pela Estácio-Fapan

⁶ Graduanda em enfermagem pela Estácio-Fapan

⁷ Graduanda em enfermagem pela Estácio-Fapan

⁸ Graduada em Enfermagem pela Faculdade Estácio do Pantanal

⁹ Graduada em Enfermagem pela Universidade de Cuiabá

^{*} Pós-Graduada em Enfermagem em UTI Adulto pelo Instituto FACUMINAS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE EM PESSOAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

- ▶ Laura de Nazaré Mendes Rodrigues¹
- ▶ Faustina Vitória Trindade dos Santos²
- ▶ Thayane e Silva Silva³
- ▶ Willy da Silva Tavares⁴
- ▶ Ester de Jesus da Silva Pimentel⁵
- ▶ Luciana Duarte Moreira Brito⁶
- ▶ Jessyca Monteiro da Costa⁷
- ▶ Glayce Maria Carneiro Filgueira⁸
- ▶ Tayse Alves da Costa⁹
- ▶ Jaqueline de Aguiar Braga¹⁰

RESUMO

Introdução: A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde pública, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social, usuários de substâncias psicoativas, população carcerária e comunidades em extrema pobreza. **Objetivo:** Objetivou-se revisar os desafios e as perspectivas no tratamento da tuberculose em populações em situação de vulnerabilidade social. **Metodologia:** A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, com a coleta de dados em bases como SciELO e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão abrangeram estudos que abordam barreiras sociais no enfrentamento da doença. Foram excluídos artigos com foco exclusivo em aspectos laboratoriais ou farmacológicos. **Resultados:** Os resultados evidenciam que fatores como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o estigma social e a baixa adesão ao tratamento dificultam o controle da doença. Apesar disso, estratégias como o fortalecimento da atenção primária, o acompanhamento com equipes multiprofissionais, o uso do tratamento diretamente observado (TDO) mostram-se promissoras para melhorar os índices de cura. **Conclusão:** Conclui-se que o enfrentamento da tuberculose exige o

PALAVRAS-CHAVES: Determinantes Sociais; Saúde Pública; Tuberculose.

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE TREATMENT OF TUBERCULOSIS IN SOCIALLY VULNERABLE PEOPLE

ABSTRACT

Introduction: Tuberculosis remains a serious public health problem, especially among socially vulnerable populations, users of psychoactive substances, the prison population, and communities in extreme poverty.

Objective: The objective was to review the challenges and perspectives in the treatment of tuberculosis in socially vulnerable populations. **Methodology:** The methodology adopted was a literature review, with data collection from databases such as SciELO and Google Scholar. The inclusion criteria included studies that addressed social barriers in coping with the disease. Articles that focused exclusively on laboratory or pharmacological aspects were excluded.

Results: The results show that factors such as difficulty in accessing health services, social stigma, and low adherence to treatment hinder disease control. Despite this, strategies such as strengthening primary care, monitoring by multidisciplinary teams, and the use of directly observed treatment (DOT) show promise for improving cure rates. **Conclusion:** It is concluded that combating tuberculosis requires strengthening public policies that promote equity and access to basic social rights.

KEYWORDS: Public Health; Social Determinants; Tuberculosis;

INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) continua sendo um grave problema de saúde pública, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, população carcerária e comunidades em extrema pobreza. Nessas populações, fatores como a precariedade das condições de moradia, a má nutrição, o estigma social e as barreiras no acesso aos serviços de saúde contribuem para o aumento da incidência da doença e dificultam o seu tratamento adequado (Bertolozzi et al., 2019).

Um dos principais desafios enfrentados nesses contextos é a baixa adesão ao tratamento, muitas vezes associada à falta de informação, à instabilidade de moradia e à ausência de acompanhamento contínuo. Além disso, o diagnóstico tardio e a interrupção do tratamento favorecem o surgimento de formas resistentes da doença, comprometendo a eficácia das estratégias de controle (Ballesterio et al., 2018).

Nesse cenário, as perspectivas para melhorar o tratamento da TB entre pessoas em situação de vulnerabilidade envolvem a adoção de abordagens intersetoriais, com foco na atenção básica, no fortalecimento de políticas públicas e na implementação de estratégias como o Tratamento Diretamente Observado (TDO). A atuação de equipes multiprofissionais, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e a promoção da equidade são fundamentais para enfrentar os impactos sociais e sanitários da doença (Carmo, 2022).

Portanto, o enfrentamento da TB em grupos vulneráveis exige não apenas intervenções clínicas, mas também ações sociais articuladas, voltadas à garantia de direitos, à redução das desigualdades e à promoção de um cuidado integral e humanizado. Desta forma, objetivou-se revisar os desafios e as perspectivas no tratamento da tuberculose em populações em situação de vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada na análise de publicações científicas que abordam os desafios e as perspectivas no tratamento da tuberculose em populações em situação de vulnerabilidade social. As fontes de pesquisa incluíram artigos disponíveis nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, assegurando a relevância e atualidade das informações coletadas. Os critérios de inclusão consideraram publicações dos últimos dez anos, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que discutissem fatores sociais, barreiras de acesso aos serviços de saúde, estratégias de adesão ao tratamento e políticas públicas voltadas a esses grupos. Foram excluídos estudos com foco exclusivo em aspectos laboratoriais ou farmacológicos, bem como trabalhos sem acesso ao texto completo. A análise dos dados envolveu a leitura, seleção e organização das informações em categorias temáticas, destacando os determinantes sociais da

doença, os obstáculos ao tratamento e as possíveis intervenções para melhorar os índices de controle e cura da TB em contextos de vulnerabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento da tuberculose em pessoas em situação de vulnerabilidade social apresenta múltiplos entraves que impactam diretamente os índices de adesão e cura da doença. Fatores como a precariedade das condições de moradia, a insegurança alimentar, o uso abusivo de substâncias, a ausência de vínculos familiares e o estigma associado à doença contribuem para o agravamento do quadro clínico e a descontinuidade do tratamento. Nessas populações, é comum o diagnóstico tardio, o que favorece a transmissão ativa e dificulta o controle da doença (Silva, 2023).

A literatura destaca a importância da articulação entre os serviços de saúde e as políticas de assistência social como forma de promover a adesão ao tratamento e garantir o acompanhamento integral dos pacientes. Estratégias como o Tratamento Diretamente Observado (TDO), a oferta de incentivos sociais (alimentação, transporte, moradia temporária), e o acompanhamento por equipes multiprofissionais mostram-se eficazes na promoção da continuidade terapêutica e na redução da taxa de abandono (BVSMS, 2016).

A capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento humanizado e sensível às especificidades sociais dos grupos vulneráveis é fundamental. O fortalecimento da atenção primária, aliado ao uso de tecnologias sociais e de informação, pode ampliar o acesso e facilitar a identificação precoce de casos. A educação em saúde, tanto para os pacientes quanto para a comunidade, também se destaca como ferramenta essencial na quebra de estigmas e na conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento adequados (Carmo, 2022).

Os estigmas sociais e concepções negativas interferem na adesão ao tratamento e impactam a vida social e laboral dos pacientes (Teixeira et al., 2023). Apesar dos avanços em políticas públicas de controle, ainda persistem desafios relacionados à falta de investimento contínuo, à sobrecarga dos serviços de saúde e à fragilidade de ações intersetoriais. Superar essas barreiras exige uma abordagem que vá além do aspecto biomédico, considerando os determinantes sociais da saúde e promovendo a equidade no acesso ao cuidado (Barros, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento da tuberculose (TB) em populações em situação de vulnerabilidade social representa um grande desafio para os sistemas de saúde, exigindo a adoção de estratégias eficazes e integradas para garantir a melhoria da qualidade de vida desses grupos. A revisão evidenciou que fatores como o estigma, a insegurança

habitacional, a baixa adesão ao tratamento e o difícil acesso aos serviços de saúde são barreiras significativas no enfrentamento da TB. A implementação de ações como o fortalecimento da atenção básica, o uso do Tratamento Diretamente Observado (TDO), a atuação de equipes multiprofissionais e o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais são fundamentais para melhorar os índices de adesão e cura.

Entre os principais desafios observados, destacam-se o preconceito social e a falta de articulação entre os serviços de saúde e assistência social. Essas limitações dificultam a criação de estratégias personalizadas e efetivas, especialmente em contextos de extrema pobreza. Portanto, é essencial que os programas de combate à tuberculose sejam orientados por uma abordagem humanizada, centrada no usuário e baseada em evidências.

As limitações deste estudo incluem a utilização exclusiva de fontes secundárias e a ausência de dados quantitativos sobre a efetividade das intervenções analisadas. Além disso, a revisão restringiu-se a publicações dos últimos dez anos, o que pode limitar a incorporação de abordagens mais recentes e inovadoras. Pesquisas futuras devem explorar de forma mais aprofundada o impacto das ações intersetoriais e o uso de tecnologias sociais na melhoria do tratamento da doença em contextos de vulnerabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de diretrizes mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARROS. John. Vulnerabilidade e estratégias de adesão ao tratamento da tuberculose: discurso dos enfermeiros da atenção primária. UFSM. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/62654/html>

BALLESTERO, J. G. DE A. et al. Estratégias de controle e atenção à tuberculose multirresistente: uma revisão da literature. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 43, p. 1, 15 mar. 2018.

BERTOLOZZI, M. R. et al. A ocorrência da tuberculose e sua relação com as desigualdades sociais: Estudo de revisão Integrativa na Base PubMed. Escola Anna Nery, v. 24, p. e20180367, 28 nov. 2019.

CARMO. Isabella. Os desafios para o controle da Tuberculose no Brasil. BRAZILIANJOURNAULS. 2022. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/55197/40685>

SILVA. Vitória. Desafios na assistência ao paciente com tuberculose na atenção básica. Research, Society and Development. 2023. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/42974/34663/454135>

Síntese de evidências para políticas de saúde Adesão ao tratamento de tuberculose pela população em situação de rua. BVSMS. 2016. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_adexao_tuberculose.pdf

TEIXEIRA, L. M. et al. Concepções sobre tratamento e diagnóstico da tuberculose pulmonar para quem a vivencia. Escola Anna Nery, v. 27, 2023.

- ¹Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
²Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
³Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
⁴Graduando em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
⁵Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
⁶Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).
⁷Graduada em Farmácia, Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ).
⁸Graduada em Fisioterapia, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).
⁹Graduada em Farmácia, Universidade Federal do Pará (UFPA).
¹⁰Graduada em Farmácia, Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).



EPIDEMIOLOGIA DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DEVIDO USO DE ÁLCOOL NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL ENTRE 2019 E 2025

- ▶ Aaron Vinicius Yamaoto¹
- ▶ Anésia Bezerra da Fonsêca²
- ▶ Laura Gabriela Mota Lage Domingues Teixeira³
- ▶ Anderson dos Santos Goulart⁴
- ▶ Adriana Martins Monteiro de Castro⁵
- ▶ Daniel Neves Almeida⁶
- ▶ Guilherme Bennett Volpato⁷
- ▶ Keila Souza⁸
- ▶ Ayana Heloise Yamaoto⁹

RESUMO

Introdução: O consumo de álcool é culturalmente comum, mas seu uso nocivo representa um grave problema de saúde pública, segundo a OMS. Está relacionado a mais de 200 doenças e transtornos mentais, incluindo dependência e alterações comportamentais. No Brasil, é uma das principais causas de internações psiquiátricas no SUS, agravando quadros como depressão e ansiedade. A iniciação precoce entre jovens aumenta o risco de dependência, influenciado por fatores diversos. O tratamento exige estratégias integradas e contínuas, dada a alta prevalência de transtornos ligados ao álcool. **Objetivo:** Avaliar o aspecto epidemiológico dos pacientes acometidos com essa doença nos estados da Região Sudeste do Brasil entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025. **Metodologia:** Estudo epidemiológico quantitativo, descritivo e transversal, desenvolvido a partir de dados obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS). **Resultados:** A região Sudeste registrou 66.054 internações por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool. São Paulo liderou com 37.369 internações. **Conclusão:** O estudo

PALAVRAS-CHAVES: Brasil; Transtornos Relacionados ao Uso de Álcool; Epidemiologia; Hospitalização.

destaca a gravidade dos transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool na região Sudeste do Brasil. Assim, reforça a importância de ações preventivas, educação em saúde e mapeamento contínuo dos casos.

EPIDEMIOLOGY OF MENTAL AND BEHAVIORAL DISORDERS DUE TO ALCOHOL USE IN THE SOUTHEAST REGION OF BRAZIL BETWEEN 2019 AND 2025

ABSTRACT

Introduction: Alcohol consumption is culturally common, but its harmful use represents a serious public health problem, according to the WHO. It is related to more than 200 mental illnesses and disorders, including dependence and behavioral changes. In Brazil, it is one of the main causes of psychiatric hospitalizations in the SUS, aggravating conditions such as depression and anxiety. Early initiation among young people increases the risk of dependence, influenced by several factors. Treatment requires integrated and continuous strategies, given the high prevalence of alcohol-related disorders. **Objective:** To evaluate the epidemiological aspect of patients with this disease in the states of the Southeast Region of Brazil between January 2019 and January 2025. **Methodology:** Quantitative, descriptive and cross-sectional epidemiological study, developed from data obtained from the Department of Information Technology of the Unified Health System of the Ministry of Health (DATASUS/MS). **Results:** The Southeast region recorded 66,054 hospitalizations for mental and behavioral disorders due to alcohol use. São Paulo led with 37,369 hospitalizations. **Conclusion:** The study highlights the severity of mental and behavioral disorders due to alcohol use in the Southeast region of Brazil. Thus, it reinforces the importance of preventive actions, health education and continuous mapping of cases.

KEYWORDS: Brazil; Alcohol Use Disorders; Epidemiology; Hospitalization.

INTRODUÇÃO

O consumo de bebidas alcoólicas é comum em diversas culturas, ligado a rituais sociais e tradições.

No entanto, segundo a OMS (2018), o uso nocivo do álcool figura entre os principais fatores de risco para doenças globais, estando relacionado a mais de 200 condições, como transtornos mentais e comportamentais.

Esses transtornos são descritos na CID-10 e no DSM-5, abrangendo desde uso nocivo até dependência, abstinência, psicose e alterações de humor (APA, 2014). Tais condições afetam o bem-estar psíquico e geram impactos socioeconômicos, como conflitos familiares, baixa produtividade, criminalidade e violência (Babor et al., 2010).

No Brasil, o consumo abusivo de álcool é uma das principais causas de internações psiquiátricas no SUS, agravando quadros como depressão, ansiedade e comportamento suicida (Brasil, 2020). A iniciação precoce, sobretudo entre jovens, aumenta o risco de dependência, influenciada por fatores genéticos, sociais e psicológicos (Laranjeira & Mitsuhiro, 2012).

Estudos indicam forte relação entre uso crônico de álcool e transtornos psiquiátricos, exigindo cuidados integrados e contínuos (Balbinot et al., 2020). A prevalência desses transtornos é alta no Brasil, sendo uma causa significativa de morbidade mental (Machado et al., 2018).

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico dos pacientes internados por transtornos relacionados ao álcool na Região Sudeste do Brasil entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025.

METODOLOGIA

O presente estudo é transversal, descritivo, quantitativo e possui caráter epidemiológico, utilizando dados secundários obtidos por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/MS), Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). As variáveis consideradas foram: Internações, média de dias de permanência hospitalar, taxa de mortalidade, custo, unidade federativa (UF), anos e óbitos. Foram incluídos dados referentes ao período de janeiro de 2019 a janeiro de 2025, dos estados de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). A análise foi realizada com o auxílio do software Microsoft Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, a região Sudeste do país registrou 66.054 internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool, e 677 pacientes evoluíram para óbito, no período de 2019 a 2025, com o estado do São Paulo liderando os registros com 37.369 internações e 307 óbitos. Em oposição, com menos registros de internações foi o estado de Rio de Janeiro, que apresentou 2.520 internações e 54 óbitos. A maior concentração desses casos no estado de São Paulo pode ser atribuída à sua maior população, comparada às demais unidades federativas, com 44.420.459 pessoas no último censo demográfico realizado em 2022 (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Dados epidemiológicos das internações por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool por unidade federativa e ano.

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
MG	3.927	3.579	3.359	3.831	3.911	3.980	393	22.980
ES	508	430	499	528	598	579	43	3.185
RJ	640	363	314	421	373	371	38	2.520
SP	7.426	6.123	5.778	5.731	5.898	5.866	547	37.369
Total	12.501	10.495	9.950	10.511	10.780	10.796	1.021	66.054

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2025

Tabela 2 – Dados epidemiológicos dos óbitos por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool por unidade federativa e ano.

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
MG	45	56	55	53	40	46	1	296
ES	6	2	3	3	2	4	0	20
RJ	9	4	9	11	9	12	0	54
SP	48	47	62	64	38	44	4	307
Total	108	109	129	131	89	106	5	677

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2025

De acordo com a tabela 3, foi avaliado o tempo médio de permanência hospitalar (em dias) por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool, sendo que a média total dos anos analisados é de 17,1 dias. A maior média de permanência é do ano de 2019, com 18 dias, já a menor média anual é em 2024, com 16,3 dias.

Tabela 3 – Dados epidemiológicos da permanência média hospitalar em dias por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool por unidade federativa e ano.

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
MG	8,2	7,9	7,7	9	9,4	9	8,5	8,6
ES	9,6	9,5	11,2	7,6	8,3	10,4	9,4	9,4
RJ	22	26,2	18	13,3	11,9	8,3	5,6	16,9
SP	23,4	22,1	23,8	24,2	22,9	22,2	20,6	23,1
Total	18	16,9	17,6	17,4	16,8	16,3	14,9	17,1

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2025

Como analisado na tabela 4, o maior gasto foi registrado no ano de 2019, totalizando 11.461.769,19 reais, enquanto em 2020 teve maior valor, com 9.197.807,87 reais. A redução dos custos hospitalares, especialmente em 2020, pode estar relacionada às restrições da pandemia de COVID-19, que limitaram internações e reorganizaram os serviços de saúde mental. Houve ênfase em atendimentos extra-hospitalares e ações comunitárias, o que pode ter contribuído para essa queda nos gastos (BRASIL, 2021).

Tabela 4 – Dados epidemiológicos do valor do serviço hospitalar por transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool por unidade federativa e ano.

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
MG	884.684,77	781.563,25	788.821,03	1.424.271,63	1.651.043,32	1.692.639,28	138.616,96	7.361.640,24
ES	210.810,34	162.786,22	244.377,24	158.773,26	188.225,61	246.565,32	26.976,79	1.238.514,78
RJ	602.570,86	399.095,39	244.016,76	285.419,81	283.871,56	220.658,01	7.935,56	2.043.567,95
SP	9.763.703,22	7.854.363,01	8.111.207,35	8.210.454,47	8.096.498,36	7.682.333,97	650.134,95	50.368.695,33
Total	11.461.769,19	9.197.807,87	9.388.422,38	10.078.919,17	10.219.638,85	9.842.196,58	823.664,26	61.012.418,30

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto epidemiológico dos transtornos mentais e comportamentais devido uso de álcool explorado neste estudo evidencia a gravidade que essa condição representa, assim como o impacto nos gastos públicos da população na região Sudeste do Brasil. Assim, ações preventivas e estratégias de promoção da educação em saúde mostram-se indispensáveis. Por fim, a continuidade do mapeamento da incidência por estado surge como uma ferramenta ímpar no auxílio à tomada de decisões na saúde pública.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BABOR, T. F. et al. **Álcool: questões de uma saúde pública global**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BALBINOT, A. D. et al. **Transtornos psiquiátricos e uso de álcool: revisão narrativa sobre o impacto na saúde mental**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados – Informativo do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados – 5ª edição – abril de 2021: informações sobre a Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LARANJEIRA, R.; MITSUHIRO, S. S. **Álcool e transtornos mentais: uma revisão de literatura**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. S144-S151, 2012.

MACHADO, D. B. et al. **Transtornos mentais e uso de substâncias no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 21, supl. 1, e180002, 2018.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Cesumar.

² Graduada em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco.

³ Graduada em Medicina, Uniderp.

⁴ Graduado em Medicina, Universidad Adventista Del Plata.

⁵ Graduada em Medicina, Centro Universitário do Espírito Santo.

⁶ Graduado em Medicina, Faculdade de Tecnologia e Ciências.

⁷ Graduado em Medicina, Centro Universitário de Adamantina.

⁸ Graduada em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

⁹ Graduada em Medicina, Universidade Cesumar.

EPIDEMIOLOGIA DAS INTERNAÇÕES POR ENDOMETRIOSE NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 2019 E 2025

► Aaron Vinicius Yamaoto¹
► Patrícia Santana Rocha² Pedro Henrique Bandeira Ramos³ Cristine Ramos Esperidião⁴ Marcos
► Vinicius Ribeiro Lobato⁵ Isabela Saraiva Silva⁶ Keila Souza⁷
► Ayana Heloise Yamaoto⁸

RESUMO

Introdução: Os miomas uterinos são tumores benignos do útero que acometem até 70% das mulheres em idade fértil. Embora muitas sejam assintomáticas, os miomas podem causar sangramentos, dor pélvica, infertilidade e impacto na qualidade de vida. A localização anatômica influencia os sintomas, e fatores hormonais, genéticos e ambientais contribuem para sua origem. O diagnóstico é feito por exames de imagem, principalmente a ultrassonografia. O tratamento varia conforme o caso, podendo incluir medicamentos, cirurgia ou métodos minimamente invasivos. **Objetivo:** Avaliar o aspecto epidemiológico dos pacientes acometidos com essa doença nos estados da Região Nordeste do Brasil entre janeiro de 2019 e janeiro de 2025. **Metodologia:** Estudo epidemiológico quantitativo, descritivo e transversal, desenvolvido a partir de dados obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (DATASUS/MS). **Resultados:** A região Nordeste registrou 19.310 internações por endometriose. Ceará liderou com 3.869 internações. Mulheres de 40 a 49 anos são as mais acometidas e principalmente da cor parda. **Conclusão:** O estudo destaca a gravidade da endometriose na região Nordeste do Brasil. Assim, reforça a importância de ações preventivas, educação em saúde e mapeamento contínuo dos casos.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil; Endometriose; Epidemiologia; Hospitalização.

EPIDEMIOLOGY OF HOSPITALIZATIONS FOR ENDOMETRIOSIS IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL BETWEEN 2019 AND 2025

ABSTRACT

Introduction: Uterine fibroids are benign tumors of the uterus that affect up to 70% of women of childbearing age. Although many are asymptomatic, fibroids can cause bleeding, pelvic pain, infertility, and impact quality of life. Anatomical location influences symptoms, and hormonal, genetic, and environmental factors contribute to their origin. Diagnosis is made by imaging tests, mainly ultrasound. Treatment varies according to the case and may include medication, surgery, or minimally invasive methods. **Objective:** To evaluate the epidemiological aspect of patients affected by this disease in the states of the Northeast Region of Brazil between January 2019 and January 2025. **Methodology:** Quantitative, descriptive, and cross-sectional epidemiological study, developed from data obtained from the Department of Information Technology of the Unified Health System of the Ministry of Health (DATASUS/MS). **Results:** The Northeast region recorded 19,310 hospitalizations due to endometriosis. Ceará led with 3,869 hospitalizations. Women aged 40 to 49 are the most affected, and mainly of mixed race. **Conclusion:** The study highlights the severity of endometriosis in the Northeast region of Brazil. Thus, it reinforces the importance of preventive actions, health education and continuous mapping of cases.

KEYWORDS: Brazil; Endometriosis; Epidemiology; Hospitalization.

INTRODUÇÃO

Os miomas uterinos, ou leiomiomas, são tumores benignos originados do miométrio e representam a neoplasia benigna mais comum do trato genital feminino, acometendo até 70% das mulheres em idade reprodutiva (STEWART, 2015). Embora muitas pacientes sejam assintomáticas, os miomas podem causar sangramentos uterinos anormais, dor pélvica, sintomas compressivos, infertilidade e abortos de repetição (BULUN, 2013).

A classificação anatômica em suberosos, intramurais e submucosos influencia diretamente nos sintomas (PRACTICE COMMITTEE..., 2017). A qualidade de vida pode ser significativamente afetada.

A etiologia é multifatorial, envolvendo hormônios (estrogênio e progesterona), fatores genéticos e ambientais; a raça negra associa-se a maior incidência e gravidade (BAIRD et al., 2003).

O diagnóstico é clínico e por imagem, com a ultrassonografia transvaginal como exame inicial e a ressonância magnética em casos complexos (LUMSDEN et al., 2015). O tratamento é individualizado, podendo incluir observação, medicamentos, cirurgia ou procedimentos minimamente invasivos como embolização (MORONI et al., 2015).

Apesar do foco nos miomas, o artigo propõe analisar a epidemiologia da endometriose na Região Nordeste do Brasil entre 2019 e 2025.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza transversal, com abordagem descritiva e quantitativa de caráter epidemiológico. Utilizou dados secundários do DATASUS, por meio do SIH/SUS, analisados com estatística descritiva no Excel 2016. As variáveis incluíram internações, UF, idade, sexo, cor/raça, ano e óbitos. A pesquisa abrangeu o período de janeiro de 2019 a janeiro de 2025, contemplando nove estados do Nordeste brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a tabela 1, os indivíduos da faixa etária de 40 a 49 anos apresentam maior incidência de endometriose, com 8.666 casos de internações, já as pessoas menos acometidas têm 1 a 4 anos, registrando 1 das internações. Além disso, conforme a tabela 3, a cor/raça dos indivíduos internados por endometriose demonstrou predominância da cor parda, com 14.119 dos casos. Alegando esse dado, observou-se que a região Nordeste apresentar proporção de 59,6% das pessoas autodeclaradas pardas, número compatível com o acometimento da doença na região (IBGE, 2022). Em contrapartida, os indivíduos menos acometidos são de indígenas, com apenas 6 casos registrados.

Tabela 1 – Dados epidemiológicos das internações devido endometriose por unidade federativa e idade.

UF	Menor 1 ano	1 a 4 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
MA	3	0	10	48	279	1.079	1.597	366	158	71	12	3.623
PI	0	0	3	4	79	456	810	259	63	21	2	1.697
CE	0	0	7	28	269	915	1.652	590	262	124	22	3.869
RN	0	0	0	12	98	296	610	232	97	54	13	1.412
PB	0	0	1	20	177	604	1.293	384	70	36	4	2.589
PE	0	0	2	24	135	379	656	220	80	29	10	1.535
AL	0	0	0	8	70	252	364	99	39	17	2	851
SE	0	0	0	3	35	133	191	35	21	11	2	431
BA	0	1	3	17	216	895	1.493	408	170	89	11	3.303
Total	3	1	26	164	1.358	5.009	8.666	2.593	960	452	78	19.310

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Tabela 2 – Dados epidemiológicos das internações devido endometriose por unidade federativa e cor/raça.

UF	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Sem informa	Total
MA	140	86	2.355	129	2	911	3.623
PI	84	36	1.466	36	0	75	1.697
CE	218	48	2.768	128	2	705	3.869
RN	200	23	748	94	0	347	1.412
PB	161	20	2.321	19	0	68	2.589
PE	135	23	874	25	1	477	1.535
AL	34	6	757	6	0	48	851
SE	13	6	333	4	0	75	431
BA	187	221	2.497	87	1	310	3.303
Total	1.172	469	14.119	528	6	3.016	19.310

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Segundo os dados apresentados na tabela 3, a região Nordeste do país registrou 19.310 internações hospitalares por endometriose, no recorte de 2019 a 2025, com o estado do Ceará liderando os registros de internações com 3.869 casos. Com menos casos registrados, Sergipe apresentou 431 internações. Apesar da maior concentração populacional por estado da região Nordeste estar na Bahia, a maior número de registro hospitalar por endometriose é no estado do Ceará. Esse dado pode ser atribuído à dificuldade nas regiões interioranas da Bahia ao acesso à ginecologistas, exames e transporte, o que reduz o diagnóstico e internação (IBGE, 2020).

Tabela 3 – Dados epidemiológicos das internações devido endometriose por unidade federativa e ano.

UF	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
MA	414	292	494	652	704	992	75	3.623
PI	180	131	285	309	445	319	28	1.697
CE	652	512	469	635	724	816	61	3.869
RN	310	140	145	263	199	327	28	1.412
PB	231	141	231	1.004	519	438	25	2.589
PE	394	201	173	191	247	311	18	1.535
AL	186	88	91	154	146	180	6	851
SE	32	25	48	57	77	164	28	431
BA	601	424	390	604	646	597	41	3.303
Total	3.000	1.954	2.326	3.869	3.707	4.144	310	19.310

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epidemiologia da endometriose explorado neste estudo evidencia o peso que essa condição representa para a saúde da população na região Nordeste do Brasil. Assim, ações preventivas e estratégias de promoção de educação em saúde mostram-se indispensáveis. Por fim, a continuidade do mapeamento da

incidência por estado surge como uma ferramenta ímpar no auxílio para tomada de decisões na saúde pública, sugerindo assim, adoção de abordagens metodológicas mais aprofundadas em estudos futuros, como investigações qualitativas sobre o impacto da doença na vida das mulheres ou análises relacionadas aos custos das internações para o sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

BAIRD, D. D. et al. **High cumulative incidence of uterine leiomyoma in black and white women: ultrasound evidence.** American Journal of Obstetrics and Gynecology, v. 188, n. 1, p. 100–107, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS.** Tabnet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.

BULUN, S. E. **Uterine fibroids.** New England Journal of Medicine, v. 369, n. 14, p. 1344–1355, 2013. <https://doi.org/10.1056/NEJMra1209993>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LUMSDEN, M. A. et al. **Fibroids: diagnosis and management.** BMJ, v. 351, p. h4887, 2015.

MORONI, R. M. et al. **Pharmacological treatment of uterine fibroids.** Annals of Medicine, v. 46, n. 6, p. 389–404, 2015. <https://doi.org/10.3109/07853890.2014.942002>.

PRACTICE COMMITTEE OF THE AMERICAN SOCIETY FOR REPRODUCTIVE MEDICINE. **Myomas and reproductive function.** Fertility and Sterility, v. 108, n. 3, p. 393–402, 2017.

STEWART, E. A. **Uterine fibroids.** The Lancet, v. 387, n. 10010, p. 293–304, 2015.

¹ Graduando em Medicina, Universidade Cesumar.

² Graduada em Medicina, Faculdade de Medicina de Barbacena.

³ Graduado em Medicina, Universidade Nove de Julho.

⁴ Graduada em Medicina, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁵ Graduando em medicina, Universidade Federal do Pará.

⁶ Graduada em Medicina, Faculdade de Medicina do ABC.

⁷ Graduada em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

⁸ Graduada em Medicina, Universidade Cesumar.

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA PROMOVER O AUMENTO DA IMUNIZAÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS NO BRASIL

- ▶ Laura de Nazaré Mendes Rodrigues¹
- ▶ Luciane Margalho de Araújo²
- ▶ Thiago Matheus Barbosa Rodrigues³
- ▶ Larissa Malcher das Neves⁴
- ▶ Tainah Cristina Freitas Valente⁵
- ▶ Silvia Cristina da Silva Pereira Monteiro⁶
- ▶ Evanilda Silva Bispo⁷

RESUMO

Introdução: A imunização infantil é uma das estratégias mais eficazes de saúde pública, no entanto, o Brasil tem registrado uma preocupante queda nos índices de cobertura vacinal, especialmente entre crianças menores de 10 anos. **Objetivo:** Analisar as estratégias de comunicação utilizadas para aumentar a cobertura vacinal com foco nas percepções e desafios enfrentados por famílias e profissionais de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Foram utilizados artigos científicos, publicações institucionais e documentos técnicos disponíveis em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. **Resultados:** A análise dos estudos revelou estratégias de comunicação utilizadas nas campanhas de vacinação, como o uso de mídias tradicionais e digitais, ações em unidades básicas de saúde e envolvimento comunitário. Também se busca identificar os principais entraves relatados na literatura, como a circulação de fake news. **Conclusão:** A revisão da literatura permitiu compreender como a comunicação em saúde pode ser fortalecida para contribuir com o aumento da cobertura vacinal infantil. Além disso, fornecerá subsídios para o aprimoramento das campanhas públicas, considerando as necessidades e percepções dos públicos envolvidos. Com base nas evidências levantadas, será possível sugerir melhorias nas estratégias comunicacionais voltadas à imunização de crianças no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação em saúde; Imunização infantil; Política de saúde; Saúde pública; Vacinação

STRATEGIC COMMUNICATION TO PROMOTE INCREASED IMMUNIZATION IN CHILDREN UNDER 10 YEARS OF AGE IN BRAZIL

ABSTRACT

Introduction: Childhood immunization is one of the most effective public health strategies. However, Brazil has seen a worrying decline in vaccination coverage rates, especially among children under 10 years of age.

Objective: To analyze the communication strategies used to increase vaccination coverage, focusing on the perceptions and challenges faced by families and health professionals.

Methodology: This is a qualitative literature review with an exploratory approach. Scientific articles, institutional publications, and technical documents available in databases such as SciELO and Google Scholar were used.

Results: The analysis of the studies revealed communication strategies used in vaccination campaigns, such as the use of traditional and digital media, actions in basic health units, and community involvement. It also seeks to identify the main obstacles reported in the literature, such as the circulation of fake news.

Conclusion: The literature review allowed us to understand how health communication can be strengthened to contribute to increasing childhood vaccination coverage. In addition, it will provide support for improving public campaigns, considering the needs and perceptions of the audiences involved. Based on the evidence gathered, it will be possible to suggest improvements in communication strategies aimed at immunizing children in Brazil.

KEYWORDS: Health communication; Child immunization; Health policy; Public health; Vaccination

INTRODUÇÃO

A imunização infantil é uma das estratégias mais eficazes para a prevenção de doenças infecciosas e para a promoção da saúde pública em qualquer sociedade. No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem sido um dos maiores sucessos na história da saúde pública, alcançando uma cobertura vacinal ampla em diversas faixas etárias. No entanto, apesar dos avanços, a cobertura de imunização em crianças menores de 10 anos tem apresentado lacunas, principalmente nas áreas mais remotas e em populações vulneráveis. O aumento dessas lacunas pode colocar em risco a erradicação de doenças que, há poucos anos, estavam praticamente controladas no país (Cavalcanti, 2015).

Diversos fatores têm contribuído para esse cenário, incluindo a disseminação de desinformação sobre vacinas, a hesitação vacinal por parte de pais e responsáveis, além de dificuldades logísticas e falhas na comunicação entre os serviços de saúde e a população. Nesse contexto, torna-se essencial compreender as estratégias de comunicação adotadas para promover a adesão às campanhas de imunização infantil. A análise da produção científica permite identificar quais abordagens têm se mostrado mais eficazes, bem como os desafios enfrentados por profissionais de saúde e famílias no processo de conscientização vacinal. Dessa forma, reforça-se a importância do fortalecimento da comunicação em saúde como ferramenta fundamental para o aumento da cobertura vacinal e a proteção coletiva da infância brasileira (Paes, 2018).

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, as estratégias de comunicação adotadas no Brasil para aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 10 anos, com ênfase na identificação de práticas bem-sucedidas descritas na produção científica e na proposição de alternativas inovadoras para alcançar as famílias em diferentes contextos regionais e socioeconômicos. Busca-se, a partir das evidências encontradas nos estudos revisados, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no campo da imunização infantil, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso às vacinas essenciais para sua proteção individual e para a promoção da saúde coletiva.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura com abordagem qualitativa e natureza exploratória. O objetivo é compreender, com base em publicações científicas, as estratégias de comunicação utilizadas para aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 10 anos no Brasil. A análise enfoca como as campanhas de vacinação são recebidas pelas famílias e pelos profissionais de saúde, identificando os principais fatores que influenciam a adesão às vacinas.

A seleção dos artigos foi realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO priorizando os publicados nos últimos dez anos que abordem temas como campanhas de imunização, comunicação em saúde, percepção social sobre vacinas e desafios enfrentados na prática profissional.

As variáveis consideradas na análise dos estudos incluem: conhecimento (nível de informação da população sobre vacinas), atitudes (percepções sobre a importância da vacinação), práticas (comportamentos relacionados à imunização infantil), canais de comunicação (meios utilizados na divulgação das campanhas) e desafios (obstáculos enfrentados por famílias e profissionais para garantir a cobertura vacinal). A interpretação do conteúdo será conduzida por meio de análise temática, buscando identificar padrões, recorrências e lacunas apontadas na literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é mundialmente reconhecido pelos avanços na área da saúde pública, com a vacinação sendo uma das suas maiores conquistas. Entretanto, nos últimos anos, a cobertura vacinal tem mostrado uma queda nas taxas de adesão, o que é preocupante, pois isso compromete a proteção coletiva contra doenças como poliomielite, sarampo e difteria. Entre os principais desafios enfrentados, destaca-se a desinformação que circula, especialmente nas redes sociais, sobre os efeitos adversos das vacinas, o que gera receios e aumenta a resistência vacinal entre as famílias (CMN, 2024).

A propagação de notícias falsas e teorias conspiratórias tem sido um dos maiores obstáculos na luta pela imunização. Além disso, em muitas áreas rurais e periféricas, as famílias não têm acesso a informações claras e adequadas sobre as vacinas, o que contribui para a adesão hesitante e, em alguns casos, para o abandono das campanhas (Silva, 2018).

Uma das estratégias mais adotadas pelo Ministério da Saúde para enfrentar esses desafios tem sido a intensificação das campanhas de conscientização. Tais campanhas têm o objetivo de esclarecer a população sobre a importância da vacinação e sobre os riscos das doenças que podem ser prevenidas por vacinas. Elas são divulgadas por meio de diferentes canais de comunicação, como televisão, rádio, internet, redes sociais e até mesmo em eventos comunitários. A utilização de celebridades e influenciadores digitais para promover campanhas de vacinação tem se mostrado eficaz, principalmente entre pais mais jovens, que costumam acompanhar essas figuras públicas (Fiocruz, 2019).

Além das campanhas de conscientização, outra estratégia que tem ganhado destaque é o uso de tecnologias móveis para melhorar o acompanhamento das vacinas. Aplicativos como o *Vacina Já* permitem que os pais agendem a vacinação de seus filhos, recebam lembretes sobre as datas e ainda tenham acesso a informações detalhadas sobre cada vacina. O uso de plataformas digitais tem facilitado o acesso à informação e contribuído para a redução de faltas às consultas de vacinação. A presença de informações claras e acessíveis

na internet também é essencial para combater os mitos e as desinformações que circulam sobre as vacinas (Fiocruz, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de literatura teve como objetivo analisar as estratégias de comunicação adotadas no Brasil para ampliar a cobertura de imunização em crianças menores de 10 anos. A partir da análise de publicações científicas e institucionais, foi possível constatar que campanhas de conscientização, uso de tecnologias digitais, capacitação de profissionais de saúde e ações de educação comunitária figuram entre as principais práticas comunicacionais voltadas à promoção da vacinação infantil. Os estudos analisados indicam que a comunicação eficaz desempenha papel essencial na adesão às campanhas vacinais, contribuindo para o enfrentamento da hesitação vacinal e para o fortalecimento da confiança nas vacinas. No entanto, a literatura também aponta desafios persistentes, como a disseminação de informações falsas, a escassez de conteúdos adaptados às realidades locais e a limitada presença de estratégias em áreas de difícil acesso. Com base nas evidências levantadas, conclui-se que, embora avanços tenham sido registrados, há necessidade de aprimorar e expandir as ações de comunicação em saúde, principalmente em regiões mais vulneráveis. As estratégias analisadas, quando bem estruturadas e contextualizadas, mostram-se eficazes para ampliar a cobertura vacinal e contribuir para a saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI. Marília. Aspectos Intervenientes da criança, da família e dos serviços de saúde na imunização infantil. Journal Sobep. 2015. Disponível em: https://journal.sobep.org.br/wp-content/uploads/articles_xml/2238-202X-sobep-15-01-0031/2238-202X-sobep-15-01-0031.x86388.pdf

ESTUDO FALTA VACINA PARA PROTEGER AS CRIANÇAS BRASILEIRAS. CMN. 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202409_ET_SAU_Falta_vacina_proteger_crianças_brasileira.pdf?t=1726236417.

IDEIASUS. Uso de tecnologias da comunicação no aumento da cobertura vacinal. Ideias na Saúde - Fiocruz. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/uso-de-tecnologias-da-comunicacao-no-aumento-da-cobertura-vacinal>. Acesso em: 9 maio 2025.

PAES. Nsce. A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES EM FACE DA AUTONOMIA DOS PAIS NO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR. UNIVERSIDADE FUMEC. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7871706.pdf>

SILVA. Francilena. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. Scielo. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rffgtWkzw7ndPSwHzVftsz/?format=pdf>

¹Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

²Graduanda em Farmácia, Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ).

³Graduando em Farmácia, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁴Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁵Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁶Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁷Graduada em Enfermagem, Faculdade Tecnologia Ciências (FTC).

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA PROMOVER O AUMENTO DA IMUNIZAÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS NO BRASIL

- ▶ Laura de Nazaré Mendes Rodrigues¹
- ▶ Luciane Margalho de Araújo²
- ▶ Thiago Matheus Barbosa Rodrigues³
- ▶ Larissa Malcher das Neves⁴
- ▶ Tainah Cristina Freitas Valente⁵
- ▶ Silvia Cristina da Silva Pereira Monteiro⁶
- ▶ Evanilda Silva Bispo⁷

RESUMO

Introdução: A imunização infantil é uma das estratégias mais eficazes de saúde pública, no entanto, o Brasil tem registrado uma preocupante queda nos índices de cobertura vacinal, especialmente entre crianças menores de 10 anos. **Objetivo:** Analisar as estratégias de comunicação utilizadas para aumentar a cobertura vacinal com foco nas percepções e desafios enfrentados por famílias e profissionais de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Foram utilizados artigos científicos, publicações institucionais e documentos técnicos disponíveis em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. **Resultados:** A análise dos estudos revelou estratégias de comunicação utilizadas nas campanhas de vacinação, como o uso de mídias tradicionais e digitais, ações em unidades básicas de saúde e envolvimento comunitário. Também se busca identificar os principais entraves relatados na literatura, como a circulação de fake news. **Conclusão:** A revisão da literatura permitiu compreender como a comunicação em saúde pode ser fortalecida para contribuir com o aumento da cobertura vacinal infantil. Além disso, fornecerá subsídios para o aprimoramento das campanhas públicas, considerando as necessidades e percepções dos públicos envolvidos. Com base nas evidências levantadas, será possível sugerir melhorias nas estratégias comunicacionais voltadas à imunização de crianças no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação em saúde; Imunização infantil; Política de saúde; Saúde pública; Vacinação

STRATEGIC COMMUNICATION TO PROMOTE INCREASED IMMUNIZATION IN CHILDREN UNDER 10 YEARS OF AGE IN BRAZIL

ABSTRACT

Introduction: Childhood immunization is one of the most effective public health strategies. However, Brazil has seen a worrying decline in vaccination coverage rates, especially among children under 10 years of age.

Objective: To analyze the communication strategies used to increase vaccination coverage, focusing on the perceptions and challenges faced by families and health professionals.

Methodology: This is a qualitative literature review with an exploratory approach. Scientific articles, institutional publications, and technical documents available in databases such as SciELO and Google Scholar were used.

Results: The analysis of the studies revealed communication strategies used in vaccination campaigns, such as the use of traditional and digital media, actions in basic health units, and community involvement. It also seeks to identify the main obstacles reported in the literature, such as the circulation of fake news.

Conclusion: The literature review allowed us to understand how health communication can be strengthened to contribute to increasing childhood vaccination coverage. In addition, it will provide support for improving public campaigns, considering the needs and perceptions of the audiences involved. Based on the evidence gathered, it will be possible to suggest improvements in communication strategies aimed at immunizing children in Brazil.

KEYWORDS: Health communication; Child immunization; Health policy; Public health; Vaccination

INTRODUÇÃO

A imunização infantil é uma das estratégias mais eficazes para a prevenção de doenças infecciosas e para a promoção da saúde pública em qualquer sociedade. No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem sido um dos maiores sucessos na história da saúde pública, alcançando uma cobertura vacinal ampla em diversas faixas etárias. No entanto, apesar dos avanços, a cobertura de imunização em crianças menores de 10 anos tem apresentado lacunas, principalmente nas áreas mais remotas e em populações vulneráveis. O aumento dessas lacunas pode colocar em risco a erradicação de doenças que, há poucos anos, estavam praticamente controladas no país (Cavalcanti, 2015).

Diversos fatores têm contribuído para esse cenário, incluindo a disseminação de desinformação sobre vacinas, a hesitação vacinal por parte de pais e responsáveis, além de dificuldades logísticas e falhas na comunicação entre os serviços de saúde e a população. Nesse contexto, torna-se essencial compreender as estratégias de comunicação adotadas para promover a adesão às campanhas de imunização infantil. A análise da produção científica permite identificar quais abordagens têm se mostrado mais eficazes, bem como os desafios enfrentados por profissionais de saúde e famílias no processo de conscientização vacinal. Dessa forma, reforça-se a importância do fortalecimento da comunicação em saúde como ferramenta fundamental para o aumento da cobertura vacinal e a proteção coletiva da infância brasileira (Paes, 2018).

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, as estratégias de comunicação adotadas no Brasil para aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 10 anos, com ênfase na identificação de práticas bem-sucedidas descritas na produção científica e na proposição de alternativas inovadoras para alcançar as famílias em diferentes contextos regionais e socioeconômicos. Busca-se, a partir das evidências encontradas nos estudos revisados, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no campo da imunização infantil, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua localização ou condição social, tenham acesso às vacinas essenciais para sua proteção individual e para a promoção da saúde coletiva.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura com abordagem qualitativa e natureza exploratória. O objetivo é compreender, com base em publicações científicas, as estratégias de comunicação utilizadas para aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 10 anos no Brasil. A análise enfoca como as campanhas de vacinação são recebidas pelas famílias e pelos profissionais de saúde, identificando os principais fatores que influenciam a adesão às vacinas.

A seleção dos artigos foi realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO priorizando os publicados nos últimos dez anos que abordem temas como campanhas de imunização, comunicação em saúde, percepção social sobre vacinas e desafios enfrentados na prática profissional.

As variáveis consideradas na análise dos estudos incluem: conhecimento (nível de informação da população sobre vacinas), atitudes (percepções sobre a importância da vacinação), práticas (comportamentos relacionados à imunização infantil), canais de comunicação (meios utilizados na divulgação das campanhas) e desafios (obstáculos enfrentados por famílias e profissionais para garantir a cobertura vacinal). A interpretação do conteúdo será conduzida por meio de análise temática, buscando identificar padrões, recorrências e lacunas apontadas na literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é mundialmente reconhecido pelos avanços na área da saúde pública, com a vacinação sendo uma das suas maiores conquistas. Entretanto, nos últimos anos, a cobertura vacinal tem mostrado uma queda nas taxas de adesão, o que é preocupante, pois isso compromete a proteção coletiva contra doenças como poliomielite, sarampo e difteria. Entre os principais desafios enfrentados, destaca-se a desinformação que circula, especialmente nas redes sociais, sobre os efeitos adversos das vacinas, o que gera receios e aumenta a resistência vacinal entre as famílias (CMN, 2024).

A propagação de notícias falsas e teorias conspiratórias tem sido um dos maiores obstáculos na luta pela imunização. Além disso, em muitas áreas rurais e periféricas, as famílias não têm acesso a informações claras e adequadas sobre as vacinas, o que contribui para a adesão hesitante e, em alguns casos, para o abandono das campanhas (Silva, 2018).

Uma das estratégias mais adotadas pelo Ministério da Saúde para enfrentar esses desafios tem sido a intensificação das campanhas de conscientização. Tais campanhas têm o objetivo de esclarecer a população sobre a importância da vacinação e sobre os riscos das doenças que podem ser prevenidas por vacinas. Elas são divulgadas por meio de diferentes canais de comunicação, como televisão, rádio, internet, redes sociais e até mesmo em eventos comunitários. A utilização de celebridades e influenciadores digitais para promover campanhas de vacinação tem se mostrado eficaz, principalmente entre pais mais jovens, que costumam acompanhar essas figuras públicas (Fiocruz, 2019).

Além das campanhas de conscientização, outra estratégia que tem ganhado destaque é o uso de tecnologias móveis para melhorar o acompanhamento das vacinas. Aplicativos como o *Vacina Já* permitem que os pais agendem a vacinação de seus filhos, recebam lembretes sobre as datas e ainda tenham acesso a informações detalhadas sobre cada vacina. O uso de plataformas digitais tem facilitado o acesso à informação e contribuído para a redução de faltas às consultas de vacinação. A presença de informações claras e acessíveis

na internet também é essencial para combater os mitos e as desinformações que circulam sobre as vacinas (Fiocruz, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de literatura teve como objetivo analisar as estratégias de comunicação adotadas no Brasil para ampliar a cobertura de imunização em crianças menores de 10 anos. A partir da análise de publicações científicas e institucionais, foi possível constatar que campanhas de conscientização, uso de tecnologias digitais, capacitação de profissionais de saúde e ações de educação comunitária figuram entre as principais práticas comunicacionais voltadas à promoção da vacinação infantil. Os estudos analisados indicam que a comunicação eficaz desempenha papel essencial na adesão às campanhas vacinais, contribuindo para o enfrentamento da hesitação vacinal e para o fortalecimento da confiança nas vacinas. No entanto, a literatura também aponta desafios persistentes, como a disseminação de informações falsas, a escassez de conteúdos adaptados às realidades locais e a limitada presença de estratégias em áreas de difícil acesso. Com base nas evidências levantadas, conclui-se que, embora avanços tenham sido registrados, há necessidade de aprimorar e expandir as ações de comunicação em saúde, principalmente em regiões mais vulneráveis. As estratégias analisadas, quando bem estruturadas e contextualizadas, mostram-se eficazes para ampliar a cobertura vacinal e contribuir para a saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI. Marília. Aspectos Intervenientes da criança, da família e dos serviços de saúde na imunização infantil. Journal Sobep. 2015. Disponível em: https://journal.sobep.org.br/wp-content/uploads/articles_xml/2238-202X-sobep-15-01-0031/2238-202X-sobep-15-01-0031.x86388.pdf

ESTUDO FALTA VACINA PARA PROTEGER AS CRIANÇAS BRASILEIRAS. CMN. 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202409_ET_SAU_Falta_vacina_proteger_crianças_brasileira.pdf?t=1726236417.

IDEIASUS. Uso de tecnologias da comunicação no aumento da cobertura vacinal. Ideias na Saúde - Fiocruz. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/uso-de-tecnologias-da-comunicacao-no-aumento-da-cobertura-vacinal>. Acesso em: 9 maio 2025.

PAES. Nsce. A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES EM FACE DA AUTONOMIA DOS PAIS NO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR. UNIVERSIDADE FUMEC. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7871706.pdf>

SILVA. Francilena. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. Scielo. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rffgtWkzw7ndPSwHzVftsz/?format=pdf>

¹Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

²Graduanda em Farmácia, Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ).

³Graduando em Farmácia, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁴Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁵Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁶Graduanda em Enfermagem, Universidade da Amazônia (UNAMA).



ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL INFANTIL EM CONTEXTOS ESCOLARES

- ▶ Gabriela Pacheco ¹
- ▶ Elberto Teles Ribeiro ²
- ▶ Itaene Duarte Costa³
- Estéfane Borges de Matos ⁴
- Roger Ribeiro Santos ⁵
- Deusilene Borges da Silva ⁶
- Valéria Silva de Moraes ⁷
- Luan Oliveira Marques ⁸
- Tiago Meirelles Lourenço Ragauskas ⁹
- Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: O aumento dos indicadores de sofrimento psíquico entre crianças em idade escolar evidencia uma urgência na reformulação das práticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental. No cenário educacional brasileiro, questões como ansiedade, agressividade, isolamento e dificuldades de aprendizagem

¹ Graduanda em Medicina pelo centro universitário campo real

² Mestrando em ciências da educação pela ITS Florida, EUA, Professor da rede estadual de ensino de MS

³ Pedagogia pela UERN, Esp. em Neuropsicopedagoga pela FAVENI, Técnica de enfermagem pela UNP

⁴ Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade de Brasília - UnB

⁵ Esp. em Psicomotricidade pela UECE

⁶ Graduando em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁷ Graduanda em enfermagem pela Universidade Nilton Lins

⁸ Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Facid Wyden

⁹ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação Must - USA

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

vêm sendo cada vez mais recorrentes, exigindo uma abordagem ampliada e interdisciplinar que supere os modelos clínicos tradicionais e integre ações preventivas, pedagógicas e comunitárias. **Objetivo:** Analisar estratégias interdisciplinares de promoção da saúde mental infantil em contextos escolares, destacando os principais desafios enfrentados por profissionais da educação e da saúde e identificando práticas exitosas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão integrativa da literatura, com levantamento bibliográfico realizado nas bases SciELO, LILACS e BVS, utilizando os descritores “saúde mental infantil”, “escola” e “interdisciplinaridade”. Foram selecionados 14 artigos publicados entre 2019 e 2024, a partir de critérios de atualidade, relevância temática e rigor metodológico. A análise seguiu os princípios da leitura crítica, com organização dos achados em categorias temáticas. **Resultados:** Os estudos apontam que a atuação interdisciplinar entre psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros e outros profissionais tem se mostrado fundamental para a detecção precoce de sinais de sofrimento psíquico e para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos. Os principais obstáculos identificados dizem respeito à ausência de psicólogos escolares nas equipes permanentes, à sobrecarga docente, à fragilidade das políticas públicas voltadas à infância e à desvalorização das dimensões subjetivas no ambiente escolar. **Considerações finais:** A promoção da saúde mental infantil em contextos escolares requer o fortalecimento de práticas coletivas, integradas e intersetoriais, que priorizem o cuidado em rede, o acolhimento das singularidades infantis e a formação ética e empática dos profissionais envolvidos. Superar os desafios atuais implica em repensar a função social da escola como espaço de cuidado, vínculo e pertencimento, promovendo uma educação que seja, simultaneamente, inclusiva, protetiva e promotora de bem-estar psíquico.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Equipe de Assistência ao Paciente; Promoção da Saúde; Psicologia; Saúde da Criança

REFERÊNCIAS

- CID, Maria Fernanda Barboza et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-Posições**, v. 30, e20170093, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/x46ycvnxT3msphKhJm4WyjF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- LEMONS, Renata Louise Ferreira et al. Promoção de saúde mental no ambiente escolar: desafios e estratégias em duas realidades brasileiras. **Revista Semiárido De Visu**, v. 13, n. 1, p. 136–151, abr. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390531639_Promocao_de_saude_mental_no_ambiente_escolar_d_esafios_e_estrategias_em_duas_realidades_brasileiras. Acesso em: 6 jun. 2025
- LIMA, Maysa dos Santos de. **Psicologia escolar: a promoção da saúde mental na escola**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/203435>. Acesso em: 6 jun. 2025

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Wanessa de Souza Kenner Azevedo ¹

Ana Beatriz Bezerra Rocha ²

Gabriela Pacheco ³

Eidra katia de Sousa Barbosa ⁴

Izis Vanescla Alves Bacelar ⁵

Luanna Gomes de Almeida ⁶

Amanda Vieira Nobre ⁷

Deusilene Borges da Silva ⁸

Ana Carla Pimentel de Amorim ⁹

Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: A saúde da mulher, enquanto eixo prioritário da atenção básica e da formulação de políticas públicas no Brasil, abrange um conjunto de ações que visam contemplar as especificidades do corpo, da subjetividade e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em diferentes ciclos de vida. Apesar dos avanços normativos conquistados nas últimas décadas, o cuidado integral ainda enfrenta entraves ligados à

¹ Bacharel em assistente Social pela Uniderp Anhanguera

² Graduanda em Psicologia pela UNIFG Guanambi

³ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁴ Graduanda em Nutrição pela Iesb - centro universitário de Brasília

⁵ Enfermeira pela Fip-Moc e Esp. Em Saúde Pública c ênfase em saúde da Família; Enfermagem do Trabalho; Enfermagem em Saúde da Mulher

⁶ Pós-graduada em Promoção da Saúde (UFCA) e Enfermeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA)

Servidora Efetiva da ESF de Brejo Santo/CE

⁷ Enfermeira pela Faculdade Maurício de Nassau, Pós-Graduação em Enfermagem em Centro cirúrgico e Central de Material - Faculdade Aphaville

⁸ Graduando em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁹ Dentista Mestre em Ciências Odontológicas pela Universidade Federal do Amazonas

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

desigualdade de acesso, à descontinuidade das ações assistenciais, à violência institucional e à carência de serviços humanizados, principalmente nas regiões periféricas e para populações em situação de vulnerabilidade social. **Objetivo:** Analisar os principais desafios enfrentados para a consolidação do cuidado integral à saúde da mulher no contexto brasileiro contemporâneo, discutindo estratégias assistenciais, interprofissionais e intersetoriais que contribuam para a efetividade e equidade desse cuidado. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica narrativa, com levantamento realizado entre março e abril de 2025, utilizando as bases SciELO, BVS e LILACS. Foram empregados os descritores “saúde da mulher”, “atenção integral” e “políticas públicas”, resultando em 15 artigos publicados entre 2020 e 2024, selecionados com base nos critérios de relevância, atualidade e rigor metodológico. **Resultados:** A análise do material revela a persistência de uma fragmentação nos serviços ofertados às mulheres, associada a limitações operacionais dos sistemas locais de saúde, ausência de integração em rede e invisibilidade das demandas específicas de grupos como mulheres negras, indígenas, lésbicas, em privação de liberdade ou em situação de rua. As ações de prevenção e promoção ainda são pouco valorizadas frente ao modelo centrado no atendimento reprodutivo. Por outro lado, experiências exitosas indicam que práticas baseadas na escuta qualificada, na formação em gênero das equipes e no fortalecimento do vínculo comunitário promovem avanços significativos no cuidado. Iniciativas como rodas de conversa, acolhimento multiprofissional e articulação com redes sociais de apoio têm demonstrado efeitos positivos na adesão aos serviços. **Considerações finais:** Conclui-se que o fortalecimento do cuidado integral à saúde da mulher exige mais que normativas legais – requer a transformação do modelo biomédico, o financiamento adequado das políticas públicas, a valorização das práticas humanizadas e o protagonismo das mulheres na construção de seus percursos de cuidado. A atuação dos profissionais de saúde, nesse processo, deve ser pautada por uma abordagem ética, interseccional e comprometida com a superação das desigualdades estruturais de gênero. **Palavras-chave:** Atenção primária. Cuidado integral. Equidade de gênero. Políticas públicas. Saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

ALMEIDA, Amanda Naiara Barbon de; BATISTA, Sueli Alves Nascimento. Políticas públicas em saúde da mulher: avanços e desafios no cenário brasileiro. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 29, n. 6, p. 55-59, 2024. Disponível em: <https://iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue6/Ser-2/G2906025559.pdf>

SOUZA, Camila Silva; SOUSA, Thamirys Regina Marinho. Desafios na organização do cuidado às mulheres em situação de rua: um relato de experiência. **Revista Saúde Coletiva**, 2025. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14096>

GONÇALVES, Natália de Fátima; AMÂNCIO, Mônica. Avanços e desafios das políticas públicas relacionadas à saúde da mulher no Brasil nos últimos 20 anos: uma revisão de literatura. **Research, Society**

and Development, v. 12, n. 2, e2812239847, 2023. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/39847/32995/432422>

SANTANA, Ana Paula et al. Avanços e desafios da concretização da Política Nacional da Saúde da Mulher: uma revisão de literatura. **Revista de Ciências da Saúde**, v. 18, n. 2, p. 123-130, 2023



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RECONHECIMENTO, PREVENÇÃO E ATUAÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE

Fernanda Aguiar Silvestre Roriz ¹

Gabriela Pacheco ²

Kamylle Beatriz Sampaio da Silva ³

Izis Vanescla Alves Bacelar ⁴

Amanda Vieira Nobre ⁵

Ludymila Pereira Costa ⁶

Cristiane bisognin morlin ⁷

Luan Oliveira Marques ⁸

Erica Nataly Lima Teixeira da Silva ⁹

Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: A violência obstétrica constitui uma forma de violação dos direitos humanos e sexuais e reprodutivos, afetando mulheres durante a gestação, parto e puerpério, por meio de práticas abusivas,

¹ Graduanda em Medicina Pela Uninassau

² Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

³ Graduanda em enfermagem pela FCMA

⁴ Enfermeira pela Fip-Moc e Esp. Em Saúde Pública c ênfase em saude da Família; Enfermagem do Trabalho, Enfermagem em Saúde da Mulher

⁵ Enfermeira- Faculdade Maurício de Nassau, Pós-Graduação em Enfermagem em Centro cirúrgico e Central de Material - Faculdade Aphaville

⁶ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

⁷ Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria, Esp. pela escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca Fiocruz

⁸ Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Facid Wyden

⁹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Campus Grajaú

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

negligentes ou desrespeitosas. No Brasil, a persistência dessa violência se relaciona a fatores estruturais como a hierarquia médico-centrada, o racismo institucional, a medicalização excessiva do parto e a desinformação das usuárias quanto aos seus direitos. **Objetivo:** Analisar os mecanismos de reconhecimento e prevenção da violência obstétrica, com ênfase na atuação das equipes de saúde e nos dispositivos legais e institucionais que orientam o cuidado humanizado. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, de natureza qualitativa, com levantamento bibliográfico realizado entre abril e maio de 2025 nas bases **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **LILACS** (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e **BVS** (Biblioteca Virtual em Saúde), reconhecidas por sua abrangência na divulgação científica em saúde pública. Utilizaram-se os descritores “violência obstétrica”, “parto humanizado”, “direitos das mulheres” e “atenção ao parto”. **Critérios de inclusão:** artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em texto completo, em português, que abordassem diretamente a temática da violência obstétrica em serviços de saúde. **Critérios de exclusão:** artigos duplicados, sem revisão por pares, com foco em áreas não obstétricas ou sem abordagem crítica da atuação das equipes de saúde. A amostra final foi composta por 10 estudos. **Resultados:** A análise revelou que, apesar do avanço nas normativas e diretrizes de humanização do parto, como a Política Nacional de Atenção Humanizada ao Parto e Nascimento, a prática cotidiana nos serviços de saúde ainda é marcada por violações que vão desde a recusa de analgesia, episiotomias sem consentimento, impedimento de acompanhante até agressões verbais. A invisibilização da violência obstétrica, muitas vezes naturalizada como “rotina hospitalar”, compromete a saúde física e mental das mulheres e enfraquece a confiança nos serviços. Estratégias eficazes de enfrentamento incluem a formação crítica e interseccional das equipes, a garantia de ouvidorias ativas, acolhimento das denúncias e articulação com movimentos sociais. **Considerações finais:** O enfrentamento da violência obstétrica demanda ações interdisciplinares e estruturais, pautadas na ética, no respeito à autonomia da mulher e na desconstrução de práticas autoritárias. Reconhecer a mulher como sujeito de direitos e assegurar um cuidado baseado no diálogo, consentimento e empatia são passos fundamentais para construir ambientes de parto respeitosos, seguros e humanizados.

PALAVRAS-CHAVES: Direitos Humanos; Equipe de Assistência ao Paciente; Parto Humanizado; Saúde da Mulher; Violência contra a Mulher

REFERÊNCIAS

- FLORES, Carolina Aita; NETTO, Vitor de Mello. “É para o seu bem”: a “violência perfeita” na assistência obstétrica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/GmrkrNpcpkspmMPG6JF7T7J/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- SILVA, Jéssica C. de O. et al. Uma revisão sistemática da prevalência e dos tipos da violência obstétrica na saúde e bem-estar das mulheres no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/XcWjHdk8kftbCMRYCyL48ss/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- MARCHIORI, Giovanna et al. Percepção de enfermeiras obstétricas sobre a violência obstétrica no cotidiano do parto e nascimento. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 98, n. 1, 2024.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO PRÉ-NATAL: INTERVENÇÕES EDUCATIVAS E INTERPROFISSIONAIS

Jamilly Bezerra de Medeiros e Albuquerque ¹

Elberto Teles Ribeiro ²

Jarlene Xavier da Conceição³

Gabriela Pacheco ⁴

Izis Vanescla Alves Bacelar ⁵

Luanna Gomes de Almeida ⁶

Valéria Silva de Moraes ⁷

Ana Carla Pimentel de Amorim ⁸

Gislleny Vidal ⁹

Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: O período pré-natal é uma janela privilegiada para a promoção da saúde materno-infantil, sendo determinante para a redução da morbimortalidade e para o fortalecimento do vínculo entre gestante, família e

¹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nova Esperança - FACENE/RN

² Mestrando em ciências da educação pela ITS Florida, EUA, Professor da rede estadual de ensino de MS

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão

⁴ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁵ Enfermeira pela Fip-Moc e Esp. Em Saúde Pública c ênfase em saude da Família, Enfermagem do Trabalho, Enfermagem em Saúde da Mulher

⁶ Pós-graduada em Promoção da Saúde (UFCA), Enfermeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Servidora Efetiva da ESF de Brejo Santo/CE

⁷ Graduanda em enfermagem pela Universidade Nilton Lins

⁸ Dentista, Mestre em Ciências Odontológicas pela Universidade Federal do Amazonas

⁹ Enfermeira pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc, Especialista em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

serviços de saúde. Intervenções educativas e interprofissionais no pré-natal contribuem para o empoderamento da mulher, ampliação do acesso às informações sobre o ciclo gravídico-puerperal, prevenção de agravos e humanização do cuidado. **Objetivo:** Analisar a efetividade das ações educativas e interprofissionais na promoção da saúde durante o pré-natal, com foco na atuação em equipe da Estratégia Saúde da Família. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de abordagem qualitativa, realizada entre abril e maio de 2025, com buscas nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), amplamente reconhecidas por indexarem publicações científicas revisadas por pares e de acesso aberto. Foram utilizados os descritores “assistência pré-natal”, “educação em saúde”, “promoção da saúde” e “atenção primária à saúde”. Critérios de inclusão- artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, com texto completo disponível e que abordassem intervenções educativas e/ou interprofissionais no cuidado pré-natal. **Critérios de exclusão:** estudos duplicados, sem revisão por pares, com foco exclusivo em aspectos clínicos sem interface com promoção da saúde. Foram selecionados 12 artigos. **Resultados:** Os estudos analisados demonstram que ações interprofissionais – como rodas de conversa, visitas domiciliares, atividades de educação em grupo e acompanhamento nutricional e psicológico – favorecem a adesão das gestantes ao pré-natal e ampliam sua autonomia frente às decisões sobre parto e cuidados com o bebê. A presença de enfermeiros, agentes comunitários, psicólogos, nutricionistas e médicos trabalhando de forma articulada contribui para o fortalecimento do vínculo e para a detecção precoce de vulnerabilidades sociais e de saúde. No entanto, foram apontadas barreiras como a rotatividade de profissionais, falta de capacitação específica em educação em saúde e dificuldades de articulação entre as categorias profissionais. **Considerações finais:** A promoção da saúde no pré-natal exige o fortalecimento das equipes multiprofissionais, investimento em educação permanente e planejamento de ações integradas e participativas. Reconhecer a gestante como sujeito ativo e valorizá-la como protagonista do seu processo reprodutivo são fundamentos indispensáveis para um cuidado mais ético, sensível e transformador.

PALAVRAS-CHAVES: *Palavras-chave:* Assistência Pré-Natal; Educação em Saúde; Equipe de Assistência ao Paciente; Estratégia Saúde da Família; Promoção da Saúde

REFERÊNCIAS

LACERDA, Maria Luiza Silva; MATTOS, Millene Mercadante Mendonça de; QUITETE, Jane Baptista; MELO, Bruna Costa Pereira de; DANTAS, Victória Soares Sales; FERREIRA, Amanda da Cruz; HERDY, Sarah Azevedo; PAIXÃO, Thayná Oliveira; PERES, Fernanda Barreto. Educação permanente em atenção pré-natal: reflexões sobre ações extensionistas na atenção primária à saúde. **UFF & Sociedade**, v. 4, n. 5, e040509, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uffsociedade/article/download/63580/38090/233759>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTOS, Stephany da Silva; FRANÇA, Raissa Pascaly Nunes; ARAÚJO, Kleane Maria da Fonseca Azevedo; FONSECA, Emanuel Nildivan Rodrigues da; LIMA, Victória Karoline Alves de; BRANDÃO, Gisetti Corina Gomes. Gestar, parir e amamentar: ações de educação em saúde. **Revista Eletrônica Acervo**

Saúde, v. 24, n. 12, e17009, 2024. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/17009/9671/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

VEIGA, Andressa Caetano da; MEDEIROS, Leandro da Silva; BACKES, Dirce Stein; SOUSA, Francisca Georgina Macêdo de. Qualificação interprofissional da atenção pré-natal no contexto da atenção primária à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 993–1002, abr. 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/gbmfpnwBNVQfp9FRqmBfg8P/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO EM ONCOLOGIA: PRÁTICAS, BARREIRAS E PERSPECTIVAS

Laís Bertoldo Fonseca¹
Gabriela Pacheco²
Yasmim de Oliveira Vasconcelos³
Estéfane Borges de Matos⁴
Henrique Mazzo Tavares⁵
Maria Edilene Rodrigues dos Santos⁶
Valéria Silva de Moraes⁷
Ana Carla Pimentel de Amorim⁸
Luan Oliveira Marques⁹
Bárbara Monique Alves Desidério¹⁰

RESUMO

Introdução: A atenção oncológica exige intervenções que transcendam a dimensão técnica, exigindo sensibilidade, empatia e reconhecimento da integralidade da pessoa em sofrimento. A Política Nacional de Humanização (PNH), implementada pelo Ministério da Saúde, visa reorganizar práticas assistenciais com base no acolhimento e no vínculo, especialmente em contextos de alta complexidade como a oncologia. Contudo,

¹ Nutricionista pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Esp. Nutrição em oncologia e nutrição clínica

² Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

³ Farmacêutica pela UniFavip Wyden, Pós-graduanda em farmácia oncológica e hospitalar pela INCAF

⁴ Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade de Brasília - UnB

⁵ Graduando em Medicina pela Unicentro (Guarapuava-PR)

⁶ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista (UNIP)

⁷ Graduanda em enfermagem pela Universidade Nilton Lins

⁸ Dentista, Mestre em Ciências Odontológicas pela Universidade Federal do Amazonas

⁹ Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Facid Wyden

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

observa-se que condutas biomédicas ainda predominam nos serviços, tornando o cuidado fragmentado e impessoal. **Objetivo:** Analisar práticas de humanização no cuidado oncológico, identificando obstáculos e estratégias que favoreçam uma abordagem ética, afetiva e integral. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa, com levantamento realizado entre março e maio de 2025 nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), reconhecidas por disponibilizarem produção científica qualificada e de acesso aberto. Utilizaram-se os descritores “humanização da assistência”, “neoplasias”, “cuidados paliativos” e “relação profissional-paciente”. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em texto completo, em português, inglês ou espanhol, indexados nas bases referidas, com abordagem direta sobre oncologia e humanização. Foram excluídos artigos duplicados, sem revisão por pares, com acesso restrito ou foco em outras especialidades médicas. Após triagem, 12 estudos compuseram o corpus final. **Resultados:** As evidências apontam barreiras recorrentes à efetivação da humanização, como sobrecarga das equipes, ausência de formação em escuta empática e rigidez dos protocolos institucionais. Por outro lado, experiências positivas incluem grupos terapêuticos, abordagens interdisciplinares, atuação integrada com psicologia e cuidados paliativos, além da valorização da espiritualidade e da escuta do sofrimento. A presença ativa da família, o acolhimento da dor emocional e a comunicação compassiva demonstraram impactos significativos na qualidade de vida dos pacientes. **Considerações finais:** Humanizar o cuidado em oncologia é um desafio estrutural e ético que requer reformulações institucionais, capacitação dos profissionais e centralidade no sujeito. Trata-se de superar o paradigma tecnocrático, reconhecendo o câncer como experiência existencial que demanda não só controle de sintomas, mas também cuidado com o sentido da vida, com os vínculos e com o direito ao sofrimento digno. Investir em práticas humanizadas fortalece não só a adesão ao tratamento, mas ressignifica a própria relação entre profissional e paciente.

PALAVRAS-CHAVES: Cuidados Paliativos; Humanização da Assistência; Neoplasias; Relações Profissional-Família; Serviço Hospitalar de Oncologia

REFERÊNCIAS

- MARQUES, P. A. O. et al. Humanização do cuidado de enfermagem oncológica. **Cogitare Enfermagem**, v. 29, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/V36q37ZV3wcXNF4t7msnKYs/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- ROCHA, D. R. L. et al. Impacto psicológico do diagnóstico do câncer e o papel do enfermeiro. **Revista UniLS Acadêmica**, v. 3, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.unils.edu.br/index.php/files/article/download/134/63/378>. Acesso em: 6 jun. 2025
- SANTOS, W. M. S. S. et al. Cuidado ao paciente oncológico na perspectiva da oncologia integrativa. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 69, n. 2, 2023. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/3431>. Acesso em: 6 jun. 2025

SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: DESIGUALDADES, DETERMINANTES SOCIAIS E O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Edielson Xavier Ferreira ¹
Mariana Nunes Letieri ²
Gabriela Pacheco ³
Roger Ribeiro Santos ⁴
Ludymila Pereira Costa ⁵
Thainar Kecia Nascimento Santos ⁶
Gislleny Vidal ⁷
Gabryela Cardoso Moraes ⁸
Mariana dos Santos Machado ⁹
Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: A população negra no Brasil enfrenta desigualdades significativas em saúde, refletidas em indicadores como maior mortalidade materna e infantil, prevalência de doenças crônicas e acesso limitado aos serviços de saúde. Essas disparidades são influenciadas por determinantes sociais, incluindo o racismo

¹ Graduando em Odontologia pela Universidade Federal de Sergipe

² Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Salgado de Oliveira – Centro Universo Goiânia

³ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁴ Esp. em Psicomotricidade pela UECE

⁵ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

⁶ Assistente social, formada pela faculdade Alencarina - Fal, especialista em direito da criança, juventude e idosos

⁷ Enfermeira pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc, Especialista em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

⁸ Graduanda em Enfermagem pela UNIESAMAZ

⁹ Biomédica pela Universidade Federal de Pernambuco

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

estrutural e institucional, que impactam negativamente a qualidade e a equidade no atendimento à saúde.

Objetivo: Analisar as desigualdades em saúde enfrentadas pela população negra no Brasil, destacando os determinantes sociais envolvidos e o papel dos profissionais de saúde na promoção da equidade. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), entre março e maio de 2025. Utilizaram-se os descritores “população negra”, “determinantes sociais da saúde”, “equidade em saúde” e “racismo institucional”. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, com texto completo disponível, que abordassem diretamente as desigualdades em saúde da população negra no Brasil. Excluíram-se artigos duplicados, sem revisão por pares ou que não tratassem especificamente da temática proposta. Foram selecionados 12 estudos para análise. **Resultados:** Os estudos evidenciam que o racismo institucional é um determinante social crítico que perpetua as desigualdades em saúde da população negra. A falta de formação dos profissionais de saúde sobre questões étnico-raciais contribui para a reprodução de práticas discriminatórias e para a invisibilidade das necessidades específicas dessa população. Iniciativas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) têm sido implementadas para enfrentar essas desigualdades, mas enfrentam desafios na sua efetivação, incluindo a resistência institucional e a falta de recursos. **Considerações finais:** A promoção da equidade em saúde para a população negra requer ações intersetoriais que enfrentem os determinantes sociais das desigualdades, com ênfase na formação antirracista dos profissionais de saúde e na implementação efetiva de políticas públicas específicas. O reconhecimento do racismo como um determinante social da saúde é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVES: Determinantes Sociais da Saúde; Equidade em Saúde; População Negra; Racismo Institucional; Saúde Pública

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.
- COELHO, Rony; CAMPOS, Gisele. O campo de estudos sobre saúde da população negra no Brasil: uma revisão sistemática das últimas três décadas. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 1, e220754pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pMhnXhr54br9hWSrbTm6FcJ/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- SANTOS, Monnik Emyle Lima et al. A influência das redes sociais na saúde dos seus usuários: uma revisão narrativa. **RECIMA21**, v. 3, n. 7, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361928246>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO SUS: AVANÇOS E RETROCESSOS

- Wanessa de Souza Kenner Azevedo ¹
- Mariana Nunes Letieri ²
- Gabriela Pacheco ³
- Yasmim de Oliveira Vasconcelos ⁴
- Izis Vanescla Alves Bacelar ⁵
- Luanna Gomes de Almeida ⁶
- Amanda Vieira Nobre ⁷
- Maria Edilene Rodrigues dos Santos ⁸
- Thainar Kécia Nascimento Santos ⁹
- Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como eixo estruturante do Sistema Único de

¹ Assistente Social pós-graduada - Uniderp Anhanguera

² Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Salgado de Oliveira – Centro Universo Goiânia

³ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁴ Farmacêutica pela UniFavip Wyden, Pós-graduada em farmácia oncológica e hospitalar pela INCAF

⁵ Enfermeira pela Fip-Moc e Esp. Em Saúde Pública c ênfase em saude da Família; Enfermagem do Trabalho, Enfermagem em Saúde da Mulher

⁶ Pós-graduada em Promoção da Saúde (UFCA), Enfermeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Servidora Efetiva da ESF de Brejo Santo/CE

⁷ Enfermeira pela Faculdade Maurício de Nassau, Pós-Graduação em Enfermagem em Centro cirúrgico e Central de Material - Faculdade Aphaville

⁸ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista (UNIP)

⁹ assistente social, formada pela faculdade Alencarina - Fal, especialista em direito da criança, juventude e idosos

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

Saúde (SUS), sendo fundamental para garantir o acesso universal, a coordenação do cuidado e a equidade em saúde. Apesar de sua importância estratégica, a APS tem enfrentado desafios relacionados ao financiamento, à gestão, à valorização profissional e à descontinuidade de políticas públicas. O cenário recente é marcado por tensões entre avanços históricos, como a consolidação da Estratégia Saúde da Família (ESF), e retrocessos impostos por reformas administrativas, cortes orçamentários e fragmentação dos serviços. **Objetivo:** Analisar os avanços e retrocessos da APS como estratégia de fortalecimento do SUS, com ênfase nas transformações político-institucionais ocorridas entre 2020 e 2024. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, realizada entre abril e maio de 2025 nas bases **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **LILACS** (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e **BVS** (Biblioteca Virtual em Saúde), reconhecidas pela indexação de artigos revisados por pares, de acesso aberto e relevância para a saúde pública latino-americana. Os descritores utilizados foram “atenção primária à saúde”, “estratégia saúde da família”, “políticas públicas de saúde” e “SUS”. **Crítérios de inclusão:** artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em português, com texto completo e foco em políticas de APS no Brasil. **Crítérios de exclusão:** artigos duplicados, sem revisão por pares ou com foco exclusivamente clínico. Foram selecionados 13 estudos. **Resultados:** Os estudos evidenciam que a ampliação da cobertura da ESF, o fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional e a implantação de tecnologias de informação configuram avanços importantes. Contudo, a extinção do programa Mais Médicos, os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos) e a desvalorização da APS em programas de financiamento federal têm comprometido sua sustentabilidade. Relatos apontam aumento da rotatividade profissional, precarização do trabalho, queda na cobertura vacinal e redução no acompanhamento de doenças crônicas. Iniciativas locais com apoio de universidades e movimentos sociais têm buscado contornar esses retrocessos com estratégias comunitárias e planejamento territorial. **Considerações finais:** A consolidação da APS como estratégia de fortalecimento do SUS exige a retomada de investimentos públicos, valorização das equipes de saúde da família, ampliação da participação social e reconfiguração das políticas de financiamento. A defesa da APS é

PALAVRAS-CHAVES: **Palavras-chave:** Atenção Primária à Saúde; Equidade em Saúde; Estratégia Saúde da Família; Políticas Públicas de Saúde; Sistema Único de Saúde

a defesa de um SUS forte, universal e comprometido com a justiça social e o cuidado integral

REFERÊNCIAS

- FACCHINI, Luiz Augusto; TOMASI, Elaine; DILÉLIO, Alitéia Santiago. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, v. 48, n. spe2, p. 5–20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TmzJ4T4MkCxFxbpxTFXJsd/>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- MOROSINI, Márcia Valéria G. C.; FONSECA, Andréia de Freitas; LIMA, Luciana Dias de. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 11–24, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7PPB5Bj8W46G3s95GFctzJx/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SOUZA, Cláudia Travassos de; LIMA, Luciana Dias de; LOPES, Luciana Leite. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Brasil: o programa Previnde Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 6, p. 2047–2056, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YXgJT56kHyPXDtW4TqVLFMg/>. Acesso em: 6 jun. 2025. scielo.br



PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS: UMA PERSPECTIVA MULTIPROFISSIONAL

- **Renata de Melo Rodrigues** ¹
- **Mariana Nunes Letieri** ²
- **Gabriela Pacheco** ³
- Yasmim de Oliveira Vasconcelos** ⁴
- Deusilene Borges da Silva** ⁵
- Cristiane bisognin morlin** ⁶
- Karen Cristine da Silva Gonçalves** ⁷
- Gislenny Vidal** ⁸
- Ann Caroline Nascimento Cruz** ⁹
- Bárbara Monique Alves Desidério** ¹⁰

RESUMO

Introdução: As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como hipertensão arterial sistêmica, diabetes

¹ Graduanda em Medicina no Paraguay faculdade Unades (universidade del sol)

² Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Salgado de Oliveira – Centro Universo Goiânia

³ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁴ Farmacêutica pela UniFavip Wyden, Pós-graduada em farmácia oncológica e hospitalar pela INCAF

⁵ Graduando em Farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁶ Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria, Esp. pela escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca Fiocruz

⁷ Graduanda em Enfermagem pela UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos, Campus Governador Valadares

⁸ Enfermeira pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc, Especialista em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

⁹ Bacharel em Enfermagem e Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Nilton Lins

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

mellitus tipo 2, obesidade e dislipidemias, representam atualmente uma das maiores causas de adoecimento e morte no Brasil, impactando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos e sobrecarregando os serviços públicos de saúde. A natureza multifatorial das DCNT evidencia que sua prevenção eficaz requer ações articuladas entre diversos profissionais, superando o modelo biomédico tradicional e promovendo abordagens integradas e interdisciplinares. Ao reconhecer a complexidade desses agravos e os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que os influenciam, torna-se essencial compreender como equipes multiprofissionais têm atuado na Atenção Primária à Saúde (APS), espaço privilegiado para intervenções precoces e promoção do autocuidado. **Objetivo:** Analisar a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis sob uma abordagem multiprofissional, discutindo estratégias interdisciplinares eficazes, desafios enfrentados e potencialidades observadas na atuação em saúde coletiva. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa, realizada nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), entre março e maio de 2025. Foram utilizados os descritores: “doença crônica não transmissível”, “atenção primária à saúde”, “promoção da saúde” e “equipe multiprofissional”, em português. Os critérios de inclusão englobaram artigos completos, em português, publicados entre 2020 e 2024, disponíveis gratuitamente e que abordassem ações preventivas de DCNT no contexto da APS. Foram excluídos artigos duplicados, anteriores a 2020, ou que não apresentassem abordagem multiprofissional de forma explícita. Após triagem por título, resumo e leitura integral, 14 artigos foram selecionados. **Resultados:** As evidências indicam que estratégias baseadas na interdisciplinaridade – como educação em saúde, grupos de apoio, visitas domiciliares, plano terapêutico singular e ações intersetoriais – contribuem significativamente para o controle das DCNT e promoção do autocuidado. A atuação articulada entre médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos e agentes comunitários fortalece o vínculo com os usuários, melhora a adesão ao tratamento e amplia o alcance das ações preventivas. Contudo, persistem entraves como a fragmentação do cuidado, a desvalorização das ações educativas, a carência de formação específica e a limitação de recursos humanos e financeiros. **Considerações finais:** Conclui-se que a prevenção efetiva das DCNT exige a consolidação de práticas multiprofissionais contínuas, com formação permanente das equipes, financiamento adequado e integração entre os níveis de atenção. A atuação colaborativa deve ser orientada pela promoção da equidade, da autonomia dos sujeitos e da corresponsabilização no processo saúde-doença.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Doença Crônica; Equipe Multiprofissional; Prevenção de Doenças; Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS

FAUST, Alvim João; SILVEIRA, Rodrigo Eurípedes da; GOMES, Livia Maria da Silva; FACHINI, Mérlim. Abordagem multiprofissional no manejo de doenças crônicas não transmissíveis em pacientes pediátricos com diabetes e hipertensão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 5, e12695, 2023.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/371143420>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTOS, Erick Max Correia; SOUSA, Maria Clara Oliveira Campos; GONÇALVES, Douglas Maciel de Jesus; COSTA, Karla Leticia Santos da Silva; BEZERRA, Lucas Paulo. O papel da Estratégia Saúde da Família na promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas no Brasil. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, v. 2, n. 2, p. 19–32, 2025. Disponível em:

<https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/55>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PONTES-PEREIRA, Priscila Silva; ANTONINI, Marcela. Prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em pessoas vivendo com HIV. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NgZVbTqNpB65D8dBypNCrKv/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

IMPACTOS SOCIAIS E SANITÁRIOS DO ACESSO À INFORMAÇÃO EM SAÚDE: A ERA DAS REDES SOCIAIS

Mariana Nunes Letieri ¹
Elberto Teles Ribeiro ²
Gabriela Pacheco ³
Sami Abreu Silva Viana ⁴
Yasmim de Oliveira Vasconcelos ⁵
Roger Ribeiro Santos ⁶
Sure Rocha Bezerra ⁷
Ludymila Pereira Costa ⁸
Thainar Kecia Nascimento Santos ⁹
Bárbara Monique Alves Desidério ¹⁰

RESUMO

Introdução: A ascensão das redes sociais digitais nas últimas duas décadas redefiniu a forma como informações em saúde são produzidas, difundidas e consumidas pela população. Essa ampliação do acesso à informação, embora promissora, também se converteu em desafio para a saúde pública, à medida que conteúdo não verificados, imprecisos ou enganosos passaram a circular em grande escala, influenciando negativamente

¹ Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Salgado de Oliveira – Centro Universo Goiânia

² Mestrando em ciências da educação pela ITS Florida, EUA, Professor da rede estadual de ensino de MS

³ Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

⁴ Bacharel em Medicina Veterinária pela Unifametro

⁵ Farmacêutica pela UniFavip Wyden, Pós-graduada em farmácia oncológica e hospitalar pela INCAF

⁶ Esp. em Psicomotricidade pela UECE

⁷ Graduanda em Ciência da Computação - Centro Universitário da Grande Fortaleza

⁸ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

⁹ Assistente social, formada pela faculdade Alencarina - Fal, especialista em direito da criança, juventude e idosos

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

a percepção de risco, o comportamento em saúde e a confiança nas instituições. **Objetivo:** Analisar os impactos sociais e sanitários decorrentes do acesso à informação em saúde nas redes sociais, avaliando seus efeitos sobre a saúde coletiva, a comunicação institucional e o enfrentamento à desinformação. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão narrativa da literatura, com buscas realizadas entre abril e maio de 2025 nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) – biblioteca científica digital com periódicos revisados por pares; LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) – principal indexador regional de literatura técnico-científica em saúde; e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) – sistema de integração de dados e fontes de informação da América Latina e Caribe. Foram utilizadas os descritores “acesso à informação”, “redes sociais”, “comunicação em saúde” e “desinformação”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, com texto completo disponível e foco na relação entre redes sociais e informação em saúde. Já os critérios de exclusão foram artigos duplicados, sem revisão por pares, com acesso restrito ou que tratassem marginalmente da temática. Após aplicação dos critérios, 11 estudos compuseram o corpus final. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que as redes sociais desempenham papel ambíguo. Por um lado, facilitam ações de educação em saúde e engajamento comunitário, quando utilizadas por instituições e profissionais capacitados; por outro, tornam-se meios de propagação de desinformação, sobretudo em períodos de crise sanitária, como a pandemia de COVID-19. A baixa literacia digital, o consumo passivo de conteúdo e a ausência de checagem crítica contribuem para a hesitação vacinal, automedicação e descrédito na ciência. Estratégias eficazes para enfrentamento incluem campanhas interativas com linguagem acessível, engajamento de influenciadores com responsabilidade técnica, regulação algorítmica e formação crítica da população. **Considerações finais:** O acesso à informação em saúde nas redes sociais é uma realidade irreversível que exige respostas intersetoriais e éticas. Para que esse acesso seja um direito e não um risco, é imprescindível articular políticas públicas de comunicação, saúde e educação, fortalecendo a confiança nas instituições, a qualidade do conteúdo circulado e a autonomia dos sujeitos frente às decisões em saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Acesso à Informação; Comunicação em Saúde; Desinformação; Redes Sociais; Saúde Pública

REFERÊNCIAS

FACHIN, Juliana; ARAÚJO, Nelma Camelo; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. Fake News e desinformação em saúde no Brasil. *Asklepion*, v. 4, n. 1, 2025. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/108>. Acesso em: 6 jun. 2025.

GOMES, LÍlian et al. Redes sociais virtuais e tecnologias em saúde no cotidiano de usuários e famílias: cuidado e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 8, p. 2193–2202, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TYyRtXjjPnMMdLQGzPFJwfv/>. Acesso em: 6 jun. 2025

SANTOS, Monnik Emyle Lima et al. A influência das redes sociais na saúde dos seus usuários: uma revisão narrativa. **RECIMA21**, v. 3, n. 7, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/361928246>. Acesso em: 6 jun. 2025



CUIDADOS PALIATIVOS EM PACIENTES ONCOLÓGICOS PEDIÁTRICOS: DESAFIOS ÉTICOS E HUMANIZAÇÃO

Laís Bertoldo Fonseca¹

Gabriela Pacheco²

Yasmim de Oliveira Vasconcelos³

Estéfane Borges de Matos⁴

Izis Vanescla Alves Bacelar⁵

Maria Edilene Rodrigues dos Santos⁶

Waleska Alice Freitas Maia⁷

Cristiane bisognin morlin⁸

Roniel Figueredo Neves⁹

Bárbara Monique Alves Desidério¹⁰

RESUMO

Introdução: Os cuidados paliativos em oncologia pediátrica envolvem uma abordagem voltada ao alívio do sofrimento e à promoção da qualidade de vida da criança e de sua família, integrando aspectos físicos,

¹ Nutricionista pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Esp. Nutrição em oncologia e nutrição clínica

² Graduanda em medicina pelo centro universitário campo real

³ Farmacêutica pela UniFavip Wyden, Pós-graduada em farmácia oncológica e hospitalar pela INCAF

⁴ Graduanda em terapia ocupacional pela Universidade de Brasília - UnB

⁵ Enfermeira pela Fip-Moc e Esp. Em Saúde Pública c ênfase em saudade da Família; Enfermagem do Trabalho, Enfermagem em Saúde da Mulher

⁶ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista (UNIP)

⁷ Enfermeira pela UNP

⁸ Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria, Esp. pela escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca fiocruz

⁹ Graduando em ENFERMAGEM pela UNIFSA

¹⁰ Psicóloga e Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Esp. em Neuropsicologia pela Universidade Potiguar

emocionais, sociais e espirituais. No entanto, a terminalidade da vida em crianças é um tema carregado de significados sociais, afetivos e morais que impõem desafios éticos complexos para os profissionais envolvidos, sobretudo em contextos marcados por limitações estruturais e resistência institucional à humanização do cuidado. **Objetivo:** Analisar os principais desafios éticos e práticos na implementação dos cuidados paliativos em oncologia pediátrica, com ênfase nas estratégias de humanização da assistência. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, realizada entre abril e maio de 2025. As buscas foram feitas nas bases **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **LILACS** (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e **BVS** (Biblioteca Virtual em Saúde), reconhecidas por sua ampla indexação de literatura científica em saúde pública e clínica. Utilizaram-se os descritores “cuidados paliativos”, “neoplasias”, “pediatria” e “humanização da assistência”. **Critérios de inclusão:** artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis em português, com texto completo, que tratassem diretamente de cuidados paliativos oncológicos em crianças. **Critérios de exclusão:** estudos duplicados, sem revisão por pares ou que abordassem exclusivamente adultos ou doenças não oncológicas. Foram selecionados 10 artigos. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam a carência de equipes capacitadas e de protocolos específicos para cuidados paliativos pediátricos no Brasil. Além disso, os profissionais relatam dificuldades na comunicação com as famílias, falta de preparo emocional para lidar com a morte infantil e resistência institucional à integração precoce dos cuidados paliativos. Em contrapartida, iniciativas que valorizam a escuta ativa, o protagonismo familiar, o suporte psicossocial e a interdisciplinaridade mostraram impacto positivo na experiência do cuidado, minimizando o sofrimento da criança e promovendo um ambiente mais acolhedor. **Considerações finais:** A ampliação e qualificação dos cuidados paliativos em oncologia pediátrica exigem não apenas mudanças estruturais no sistema de saúde, mas também formação ética e emocional das equipes. Humanizar o cuidado em fim de vida infantil implica reconhecer a criança como sujeito de direitos e considerar sua dor como legítima, ressignificando a assistência para além da cura, com base no respeito, no vínculo e na compaixão.

PALAVRAS-CHAVES: Bioética; Cuidados Paliativos; Humanização da Assistência; Neoplasias; Pediatria

REFERÊNCIAS

MCNEIL, Michael J.; GODFREY, Alyssa; BAKER, Justin N. et al. Physician perceptions of and barriers to pediatric palliative care for children with cancer in Brazil. **JCO Global Oncology**, v. 9, e2300057, 2023.

MIRANDA, Vitória Torquato Silva; RODRIGUES, Daniel Mota de Araújo; AZEVEDO, Ayla Yagnes Del Rei; NEVES, Keila do Carmo. A realidade do enfermeiro no cuidado paliativo em oncologia pediátrica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.

ROCHA, Anderson de Almeida et al. Pediatric palliative medicine in Brazil: an ethical reflection of medical practice. **Acta Bioethica**, Santiago (Chile), v. 29, n. 1, p. 39-48, jun. 2023



SETOR MADEIREIRO E SAÚDE DO TRABALHADOR: RELAÇÃO ENTRE PROCESSO PRODUTIVO E AGRAVOS À SAÚDE

RESUMO

Introdução: A indústria madeireira representa uma importante atividade econômica no Brasil, mas envolve risco ocupacional com potenciais impactos negativos à saúde dos/as trabalhadores/as. **Objetivo:** Analisar a relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro, visando subsidiar estratégias de atuação na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Metodologia:** Estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Foram analisadas publicações científicas, documentos oficiais e literatura cinzenta, com base nos descritores "indústria madeireira", "riscos ocupacionais", "doenças ocupacionais" e "saúde do trabalhador", no período de 2014 a 2024. A interpretação seguiu os princípios da análise de conteúdo temática. **Resultados:** Evidenciou-se a associação entre a exposição ocupacional à poeira de madeira e o desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas, além da recorrência de acidentes com máquinas desprotegidas, resultando em lesões como cortes, lacerações e fraturas. Observou-se escassez de estudos voltados à realidade regional, especialmente no Centro-Oeste, o que dificulta a atuação preventiva. **Conclusão:** A atuação integrada da atenção básica e vigilância é essencial para identificar precocemente os riscos ocupacionais, orientar medidas de prevenção e promover ambientes de trabalho mais seguros. Investigações regionais são fundamentais para o planejamento de ações contextualizadas e efetivas.

PALAVRAS-CHAVES: Doenças Ocupacionais; Indústria da Madeira; Riscos Ocupacionais; Saúde do Trabalhador; Vigilância em Saúde do Trabalhador.

UMBER INDUSTRY AND WORKERS' HEALTH: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE PRODUCTION PROCESS AND HEALTH IMPACTS

ABSTRACT

Introduction: The lumber industry is an important economic activity in Brazil but involves occupational risks with potential adverse effects on workers' health. **Objective:** To analyze the relationship between occupational diseases and the production process in the lumber sector, aiming to support strategies within Primary Health Care and Workers' Health Surveillance. **Methodology:** This is a bibliographic and documentary study with a qualitative, exploratory-descriptive approach. Scientific publications, official documents, and gray literature were analyzed based on the descriptors "lumber industry," "occupational risks," "occupational diseases," and "workers' health," covering the period from 2014 to 2024. The data were interpreted using thematic content analysis. **Results:** The findings indicate an association between occupational exposure to wood dust and the development of nasal and nasopharyngeal neoplasms, in addition to recurrent accidents involving unguarded machinery, leading to injuries such as cuts, lacerations, and fractures. A lack of region-specific studies, particularly in the Midwest, was identified, which hampers preventive action. **Conclusion:** Integrated action between primary care and health surveillance is essential to identify occupational risks early, guide preventive measures, and promote safer work environments. Regional investigations are necessary for the planning of context-specific and effective interventions.

KEYWORDS: Lumber Industry; Occupational Diseases; Occupational Health; Occupational Risks; Surveillance of the Workers Health.



INTRODUÇÃO

A indústria madeireira desempenha um papel significativo na economia nacional, com 49 mil empresas atuantes no setor de madeira sólida, representando 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2021, o setor gerou aproximadamente 159 mil empregos diretos, número que se eleva para 334 mil quando incluída a indústria moveleira, e para 613 mil ao considerar todo o setor de base florestal, que engloba também a silvicultura e os segmentos de papel e celulose (ABIMCI, 2022).

O setor madeireiro tem impacto não apenas na economia, mas também na saúde e qualidade de vida do trabalhador. As atividades laborais nesse setor envolvem a exposição a diferentes fatores ocupacionais de risco, incluindo físicos (ruído, vibrações, temperatura inadequada), químicos (vapores, poeiras), biológicos e ergonômicos (posturas inadequadas, movimentos repetitivos). Essa exposição, presente desde a extração até o beneficiamento da madeira, contribui para que a atividade madeireira seja considerada de alto grau de risco, com histórico de acidentes (Baumgart et al., 2023; Duarte, 2019).

Considerando a relevância da indústria madeireira para a economia do país, seu significativo número de empresas e trabalhadores/as, além do possível impacto negativo sobre a saúde do/a trabalhador/a devido aos riscos ocupacionais, a realização de estudos nesta área mostra-se relevante para fornecer subsídios à discussão sobre o tema. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro, visando subsidiar estratégias de APS e Visat.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e descritivos. Adotou-se o método exploratório-descritivo (Gil, 2010), com a recuperação de publicações científicas indexadas nos termos “indústria madeireira”, “riscos ocupacionais”, “doenças ocupacionais” e “saúde do trabalhador” nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, BIREME - OPAS/OMS), no período de 2014 a 2024. Para a identificação de dissertações e teses, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A fim de ampliar a recuperação de documentos, a literatura cinzenta foi buscada por meio do Google Acadêmico. Complementarmente, documentos oficiais e boletins disponíveis em sites especializados do setor madeireiro foram analisados, seguindo os princípios da análise qualitativa de Minayo (2012), e interpretados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As regiões com o maior número de empresas do setor madeireiro são Sul e Sudeste, seguidas pelo Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No Centro-Oeste, os estados com maior concentração de empresas madeireiras são Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal (IBGE, 2023).

Martinsen et al. (2017), em estudo de caso-controle com homens de países nórdicos, observaram maior ocorrência de adenocarcinoma nasal (raro na população geral) em trabalhadores moveleiros expostos à poeira de madeira. Os autores verificaram forte associação entre baixa exposição cumulativa a poeiras mistas (principalmente madeira macia) e esse câncer (Hazard Ratio de 16,5 para maior exposição), mas não com outros cânceres nasais/nasofaríngeos, o que levanta questionamentos sobre o potencial carcinogênico seletivo de poeiras de diferentes tipos de madeira.

Estudos epidemiológicos também apontam para riscos oncológicos associados à exposição à poeira de madeira. Uma revisão sistemática e meta-análise conduzida por Beigzadeh et al. (2019) identificou uma associação significativa entre essa exposição e o aumento do risco de carcinoma nasofaríngeo não queratinizante, com um odds ratio (OR) de 1,68 (IC95%: 1,03–2,74). Esses achados reforçam a necessidade de estratégias de vigilância em saúde do trabalhador que considerem os riscos carcinogênicos associados à poeira de madeira.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) (Brasil, 2021) relata que a exposição ocupacional ocorre durante o uso de máquinas ou ferramentas para cortar ou moldar a madeira, processo no qual o pó inalado é depositado nas vias respiratórias, como nariz e garganta. A deposição está relacionada ao tamanho, forma e densidade das partículas e ao fluxo de ar, onde partículas inspiráveis (diâmetro $> 5 \mu\text{m}$) são depositadas principalmente no nariz e as partículas respiráveis (diâmetro entre 0,5 a $5 \mu\text{m}$), nas vias aéreas inferiores. Segundo o documento (Brasil, 2021), há evidências suficientes de que a poeira de madeira é carcinogênica para seres humanos, estando associada ao desenvolvimento de cânceres na cavidade nasal, nos seios paranasais e na nasofaringe.

Quanto aos acidentes que ocorrem na indústria madeireira, são causados principalmente por máquinas e equipamentos sem proteção. As partes do corpo mais atingidas são dedos, mãos e membros superiores, sendo as lesões mais comuns cortes, lacerações (33%), fraturas e luxações (30%) (Brasil, 2022).

Apesar das evidências que apontam para a associação entre a exposição ocupacional no setor madeireiro e agravos na saúde, em particular, a exposição à poeira de madeira e o desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas, e da relevância do setor madeireiro na região Centro-Oeste, observa-se uma limitada disponibilidade de estudos que abordem as condições de trabalho e os agravos à saúde dos/as trabalhadores/as. Essa lacuna pode comprometer a efetividade das ações de Visat na APS, dificultando a identificação precoce de riscos e a implementação de medidas preventivas adequadas. Assim, é recomendável incentivar investigações que levem em conta as especificidades regionais, com o intuito de apoiar o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro evidenciou que, entre outras, a exposição ocupacional à poeira de madeira representa um risco significativo à saúde dos/as trabalhadores/as desse setor, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas. A escassez de estudos específicos sobre as condições de trabalho e os agravos à saúde desses trabalhadores/as, particularmente na região Centro-Oeste, evidencia a necessidade de ações mais direcionadas.

A APS desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Ela oferece um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de Visat, como a educação em saúde, identificação precoce de agravos e o monitoramento das condições de saúde da população, além da articulação com outros níveis de atenção.

Nesse cenário, a anamnese ocupacional é reconhecida como uma ferramenta essencial na APS, permitindo a identificação precoce de riscos relacionados às atividades ocupacionais e contribuindo para a implementação de medidas preventivas. A atuação integrada da atenção básica e vigilância é essencial na redução de agravos ocupacionais, por meio de estratégias de promoção em saúde e implementação de medidas preventivas que visam reduzir a exposição aos riscos no setor madeireiro e promover ambientes de trabalho mais seguros. Assim, é recomendável incentivar investigações que levem em conta as especificidades regionais, como por exemplo as condições climáticas, com o intuito de apoiar o desenvolvimento de estratégias de intervenção contextualizadas e efetivas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE (ABIMCI). **Estudo setorial 2022**. Ano base 2021. Disponível em: <https://abimci.com.br/abimci-lanca-estudo-setorial-2022/#>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BAUMGART, A. R. et al. Qualidade de vida e segurança do trabalho em serrarias. In: ZUFFO, A. M.; AGUILERA, J. G. (org.). **Pesquisas agrárias e ambientais – Volume XVI**. Nova Xavantina-MT: Pantanal Editora, 2023. p. 6–13. Disponível em: <https://editorapantanal.com.br/ebooks/2023/pesquisas-agrarias-e-ambientais-volume-xvi/ebook.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BEIGZADEH, Zahra; POURHASSAN, B.; KALANTARY, S.; GOLBABAEI, F. Occupational exposure to wood dust and risk of nasopharyngeal cancer: a systematic review and meta-analysis. **Environmental**

Research, v. 171, p. 170–176, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envres.2018.12.022>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30677637/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios**. Rio de Janeiro: INCA, 2021. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1179334/ambiente_trabalho_e_cancer_-_aspectos_epidemiologicos_toxicolo_6sBSmac.pdf. Acesso em: 20 abr 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Ação Especial Setorial na Indústria da Madeira, Proteção das máquinas para trabalhar madeira**. [2022]. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/srts_aes_nes/srt-sp/aesmadeira#:~:text=Este%20setor%20emprega%20atualmente%20mais,gravidade%20de%20acidentes%20de%20trabalho. Acesso em: 20 abr 2025.

DUARTE, B. de J. L. **Exposição ocupacional a poeiras de madeira**. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123557/2/363307.pdf>. Acesso em: 20 abr 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de madeira em tora. In: **Anuário Estatístico do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://anuario.ibge.gov.br/2023/territorio/recursos-naturais-e-meio-ambiente/aeb-2023-tabelas-recursos-naturais-e-meio-ambiente/22281-producao-de-madeira-em-tora.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINSEN, J.I.; KJAERHEIM, K.; SPARÉN, P.; TRYGGVADOTTIR, L.; WEIDERPASS, E.; PUKKALA, E. Occupational exposure to wood dust and risk of nasal and nasopharyngeal cancer: A case-control study among men in four nordic countries—With an emphasis on nasal adenocarcinoma. **International Journal of Cancer**, v. 141, p. 2430-2436, 2017. Doi.org/10.1002/ijc.31015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28840594/>. Acesso em: 20 abr 2025.

MINAYO, M. C. de S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

TELEREABILITAÇÃO COMO RECURSO DA FISIOTERAPIA DURANTE E PÓS COVID-19

► Fernanda Maria Ferreira Leitão¹
► Anny Karollyne Da Silva Lima Machado Moraes²
► Claudia Maria de Souza³

RESUMO

INTRODUÇÃO: O SARS-CoV2 (COVID-19), é um vírus respiratório que afeta os seres humanos e apresenta alta transmissibilidade, elevando o número de casos e alta mortalidade representando um desafio a saúde pública. Para desacelerar a propagação da COVID-19, foram estabelecidas medidas de distanciamento social que incluíram o funcionamento apenas de serviços essenciais. Diante disso, estratégias como o distanciamento social e atividades como o tele monitoramento foram implementadas como alternativa para prevenir, promover saúde e proporcionar continuidade do processo de reabilitação. A telereabilitação é uma modalidade de atendimento realizado à distância que foi considerada um recurso fundamental durante a pandemia da COVID-19. Sendo um termo empregado para se referir a intervenções administradas à distância por fisioterapeutas e outros profissionais de reabilitação para continuar prestando cuidados terapêuticos essenciais de forma segura. **OBJETIVO:** Analisar as evidências científicas sobre o uso da telereabilitação na fisioterapia durante e após a pandemia de COVID-19. **METODOLOGIA:** O presente estudo abordou uma revisão de literatura com a seleção de artigos científicos nas bases de dados Scielo, Google Scholar, PubMed e LILACS. Foram utilizados os descritores: COVID-19; FISIOTERAPIA e TELEREABILITAÇÃO como critérios de busca. Foram incluídos artigos publicados nos idiomas português, espanhol e inglês, que se enquadrassem nas categorias de ensaios clínicos randomizados, revisão sistemática, relato de caso e meta-análise. A seleção temporal foi definida no período de 2020 a 2025, a fim de garantir a atualidade e pertinência dos dados analisados. Os critérios de exclusão abrangeram artigos publicados antes de 2020 e aqueles

indisponíveis nos idiomas previamente mencionados. A busca inicial resultou na identificação de 67 artigos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados apenas 5 artigos que atendiam integralmente aos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** A fisioterapia com telereabilitação contribuíram significativamente para a melhora da capacidade funcional e qualidade de vida de pacientes acometidos pela doença. Além disso, mostrou-se eficaz na redução de sintomas como dispneia e fadiga, promovendo a recuperação física e emocional dos pacientes. Contudo, desafios como a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada, familiaridade dos pacientes com ferramentas digitais e suporte contínuo dos profissionais de saúde foram identificados como barreiras da telereabilitação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A telereabilitação consolidou-se como uma ferramenta valiosa na fisioterapia, especialmente em contextos de restrição de contato presencial. Seus benefícios incluem a continuidade do tratamento, acessibilidade ampliada e resultados positivos na recuperação de pacientes durante e pós COVID-19. No entanto, para maximizar seu potencial, é essencial investir em infraestrutura tecnológica, capacitação de profissionais e estratégias que garantam o engajamento dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVES: COVID-19; Fisioterapia; Telereabilitação.

REFERÊNCIAS

1. Abreu, L. C. De; Cavalcante, A. M. S.; Oliveira, A. C. de. Abordagem fisioterapêutica em telereabilitação pós-COVID-19: uma revisão de literatura. Proceedings of the CICS 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/cics-2023/trabalhos/abordagem-fisioterapeutica-em-telereabilitacao-pos-covid-19-uma-revisao-de-liter-2?lang=pt-br>>. Acesso em: 20 out. 2023.
2. Almeida, R. M. De; Silva, J. A. Da; Souza, M. A. de. Efeitos da fisioterapia na recuperação de pacientes pós-COVID-19: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Saúde e Pesquisa, v. 12, n. 1, p. 45-56, 2023. DOI: 10.5935/1679-4508.20230001. Disponível em:
- ¹ Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Educacional Três Marias- fernanda.fe2lunna@gmail.com
² Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Educacional Três Marias - anny.machadok@gmail.com/
³ Docente em Fisioterapia pelo Centro Educacional Três Marias- claudms73@gmail.com
<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/30114/23714>>.
Acesso em: 20 out. 2023.
3. Cavalcante, A. M. S.; Oliveira, A. C. De; Abreu, L. C. de. Telereabilitação e a fisioterapia no contexto da pandemia de COVID-19. Revista de Fisioterapia, v. 10, n. 2, p. 123-130, 2023. DOI: 10.5935/1679-4508.20230002. Disponível em: <<https://journals.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/download/4907/4866>>. Acesso em: 20 out. 2023.
4. Gonçalves, A. C.; Pereira, M. A.; Santos, R. M. dos. Efeitos da COVID-19 na saúde pública: uma revisão. Salud Pública de México, v. 65, n. 1, p. 1-10, 2023. DOI: 10.21149/13160. Disponível em: <<https://www.saludpublica.mx/index.php/spm/article/view/13160>>. Acesso em: 20 out. 2023.

5. Mendes, R. S. A.; Lima, T. S.; Souza, L. A. Efeitos da telereabilitação na recuperação de pacientes pós-COVID-19. *Journal of Physiotherapy*, v. 69, n. 2, p. 100-110, 2024. DOI: 10.1016/j.jphys.2024.01.001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1836955324000560?via%3Dihub>>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹ Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

² Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

³ Docente, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

► Fernanda Maria Ferreira Leitão¹
► Anny Karollyne Da Silva Lima Machado Moraes²
► Ana Isabele Andrade Neves³

RESUMO

INTRODUÇÃO: As quedas em idosos ocorrem por múltiplos fatores, que podem ser extrínsecos (relacionados ao ambiente) ou intrínsecos (ligados ao indivíduo), abrangendo aspectos biológicos, comportamentais, ambientais e socioeconômicos. Entre os fatores de risco que influenciam a ocorrência de quedas em idosos, destacam-se, idade avançada, sexo feminino, sedentarismo, autopercepção de saúde ruim, polifarmácia, uso de benzodiazepínicos, quedas anteriores, deficiência visual, limitações funcionais e tontura. Essa mudança sistêmica se reflete no aumento da predisposição a quedas em idosos. Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a queda foi a maior causa de hospitalização entre a população idosa, principalmente em indivíduos com 70 anos ou mais, atingindo 57,53 para cada 10.000 residentes no Brasil. Na velhice, é comum a redução da agilidade, força muscular, equilíbrio e capacidade funcional, além de alterações na marcha, que passa de um controle automático para um controle mais consciente e compensatório. A fisioterapia tem papel importante nesse processo, auxiliando na prevenção de quedas e atuando no decorrer do envelhecimento. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO)10 N° 476, de 20 de dezembro de 2016 – Art. 3º, V – é competência do fisioterapeuta planejar e executar medidas de prevenção e redução de risco, medidas de promoção de saúde, manutenção da capacidade funcional, prevenção de doenças/agravos próprios do processo de envelhecimento, para recuperação das funções e limitação das deficiências, buscando o estado de máxima funcionalidade. **OBJETIVO:** Analisar as evidências científicas sobre a atuação da fisioterapia na prevenção

de quedas em idosos no contexto comunitário. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão da literatura com busca de artigos nas bases Scielo, PubMed e LILACS, utilizando os descritores “FISIOTERAPIA”, “QUEDAS” e “IDOSOS”. Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, em português e inglês, que se enquadrassem como ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas, relatos de caso ou meta-análises. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, restaram 4 artigos para análise. **RESULTADOS:** Ao envelhecer, nosso corpo passa por alterações que, mesmo não relacionadas a nenhum processo patológico, resultam na degradação progressiva do organismo, gerando uma diminuição na capacidade individual de executar determinadas tarefas da vida diária. Os estudos mostram resultados significativos em relação ao efeito do uso das seguintes intervenções fisioterapêuticas: recursos tecnológicos, exercícios estáticos e dinâmicos, alterações de multi superfície e treinamento de imagem motora e psicomotora para a redução dos riscos de quedas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De acordo com o levantamento de dados, o resultado dessa revisão mostra que existem recursos fisioterapêuticos que são capazes de prevenir quedas em idosos. O fisioterapeuta tem conhecimento das alterações do envelhecimento, contribuindo na prevenção de quedas e no tratamento das consequências, devolvendo ao paciente a qualidade de vida e autonomia.

PALAVRAS-CHAVES: Fisioterapia; Idosos; Quedas

REFERÊNCIAS

1. Costa, Viviane Miranda. *Fisioterapia vestibular na prevenção de quedas de idosos: uma revisão sistemática*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Fisioterapia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3685>. Acesso em: 20 de maio de 2025.
2. Oliveria, Deise Cristina de; Silveira Neta, Angélica Rodrigues da; Alves, Ana Luisa Pessim Policarpo; Oliveira, Ana Karla Cardozo de; Chagas, Giselle Saldanha; Costa, Kelly Aline Rodrigues. Intervenções fisioterapêuticas na prevenção de quedas em idosos: uma revisão sistemática. *Revista Fisioterapia em Movimento*, v. 28, n. 139, p. 1–10, out. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/intervencoes-fisioterapeuticas-na-prevencao-de-quedas-em-idosos-uma-revisao-sistemica/>. Acesso em: 22 maio 2025.

3. Silva, Christye Ramos da et al. *Efeitos da fisioterapia aquática versus fisioterapia convencional no risco de queda em idosos: ensaio clínico*. Fisioterapia Brasil, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 253–264, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/fb.v21i3.3459>. Acesso em: 29 maio 2025.
4. Silva, M. A. da; Oliveira, J. P. de; Santos, R. T. dos. Efeito da estimulação auditiva rítmica associada à fisioterapia na mobilidade funcional de idosos sedentários: um ensaio clínico randomizado. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 123–130, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/191892/183522>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

¹ Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

² Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

³ Docente, Faculdade Três Marias – FTM, Paraíba, Brasil

PREVENÇÃO DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS NA INFÂNCIA: LIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO CONTRA A COQUELUCHE

Gislleny Vidal¹

RESUMO

Introdução: A coqueluche é uma infecção respiratória bacteriana altamente contagiosa, causada pela *Bordetella pertussis*, que representa risco elevado para crianças menores de dois anos. Em 2024, diante do aumento expressivo de casos no Brasil e no Espírito Santo, foi necessário intensificar ações de controle no âmbito da Atenção Básica. **Objetivo:** Descrever a experiência intersetorial implementada no município de Colatina/ES voltada à ampliação da cobertura vacinal e vigilância da coqueluche. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva, baseado em dados da Vigilância Epidemiológica Municipal e ações realizadas entre abril e novembro de 2024. As estratégias incluíram busca ativa de crianças com esquemas vacinais incompletos, vacinação em horários estendidos, ações extramuros, capacitação das equipes e campanhas educativas em escolas. **Resultados:** A atuação conjunta entre os setores de saúde e educação contribuiu para alcançar 95% de cobertura da vacina pentavalente. Observou-se redução no número de casos confirmados e ausência de surtos entre profissionais da saúde. A educação permanente e o acolhimento qualificado fortaleceram a adesão da população. **Conclusão:** A integração entre vacinação, vigilância e educação em saúde mostrou-se eficaz no controle da coqueluche e representa uma estratégia replicável em outros territórios.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde Cobertura Vacinal; Educação em Saúde; Vigilância Epidemiológica.

PREVENTION OF VACCINE-PREVENTABLE DISEASES IN CHILDHOOD: LESSONS FROM A SUCCESSFUL EXPERIENCE AGAINST WHOOPING COUGH

ABSTRACT

Introduction: Pertussis is a highly contagious bacterial respiratory infection caused by *Bordetella pertussis*, which poses a high risk to children under two years of age. In 2024, given the significant increase in cases in Brazil and Espírito Santo, it was necessary to intensify control actions within the scope of Primary Care. **Objective:** To describe the intersectoral experience implemented in the municipality of Colatina/ES aimed at expanding vaccination coverage and surveillance of pertussis. **Methodology:** This is an experience report with a descriptive approach, based on data from the Municipal Epidemiological Surveillance and actions carried out between April and November 2024. The strategies included active search for children with incomplete vaccination schedules, vaccination at extended hours, extramural actions, team training, and educational campaigns in schools. **Results:** Joint action between the health and education sectors contributed to achieving 95% coverage of the pentavalent vaccine. A reduction in the number of confirmed cases and an absence of outbreaks among health professionals were observed. Continuing education and qualified support strengthened the population's adherence. **Conclusion:** The integration between vaccination, surveillance and health education proved to be effective in controlling whooping cough and represents a strategy that can be replicated in other territories.

KEYWORDS: Primary Health Care Vaccination Coverage; Health Education; Epidemiological Surveillance.

INTRODUÇÃO

A coqueluche, também conhecida como tosse comprida, é uma doença infecciosa aguda do trato respiratório superior causada pela *Bordetella pertussis*, com elevada taxa de transmissibilidade, especialmente em ambientes com aglomeração e baixa cobertura vacinal. A infecção manifesta-se inicialmente com sintomas inespecíficos, semelhantes aos de um resfriado comum, evoluindo para crises intensas de tosse paroxística, que podem causar vômitos, cianose e episódios de apneia — especialmente em lactentes. Sua gravidade está diretamente associada à faixa etária, sendo os menores de dois anos os mais suscetíveis às formas graves e complicações, como pneumonia, encefalopatia hipóxico-isquêmica e óbito (PAIXÃO et al., 2021).

Embora seja uma doença imunoprevenível, surtos de coqueluche continuam a ocorrer em escala global, inclusive em países com sistemas de saúde consolidados. O ressurgimento tem sido atribuído a múltiplos fatores: queda da imunidade conferida pelas vacinas ao longo do tempo, falhas na cobertura vacinal, alterações no perfil epidemiológico da doença e ampliação da vigilância e capacidade diagnóstica (CARVALHO et al., 2021; WHO, 2022). No Brasil, após um período de redução, o ano de 2024 apresentou aumento expressivo nas notificações, ultrapassando 7 mil casos. No Espírito Santo, foram registradas 857 notificações, com 150 casos confirmados — números que revelam tanto a circulação ativa do agente etiológico quanto as fragilidades na adesão ao calendário vacinal, sobretudo entre crianças (BRASIL, 2024).

Nesse cenário, o fortalecimento das ações de imunização na Atenção Primária à Saúde (APS) mostra-se essencial para a contenção da doença. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), reconhecido internacionalmente, estabelece a meta mínima de 95% de cobertura vacinal como estratégia para alcançar a imunidade coletiva e proteger os grupos mais vulneráveis (BRASIL, 2023). Manter esse índice exige ações articuladas de gestão, mobilização comunitária, educação em saúde, qualificação profissional e estratégias adaptadas ao contexto territorial (LIMA; SOUZA, 2020).

Diante do aumento de casos e da importância da prevenção, o município de Colatina/ES implementou, em 2024, um conjunto de ações intersetoriais voltadas à ampliação da cobertura vacinal contra a coqueluche, vigilância ativa de casos suspeitos, capacitação das equipes e mobilização das escolas. Este relato de experiência objetiva descrever as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados, com foco na proteção das crianças menores de dois anos e na promoção da saúde coletiva no território.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no município de Colatina, localizado na região Noroeste do Espírito Santo, com população estimada em 123 mil habitantes, conforme dados do IBGE. A ação foi conduzida entre os meses de janeiro e maio de 2024, no contexto do aumento das notificações de

coqueluche no estado. O recorte populacional abrangeu crianças menores de dois anos, profissionais da saúde e da educação infantil, conforme diretrizes da Nota Técnica nº 26/2024 da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. A partir do monitoramento sistemático dos dados extraídos dos sistemas de informação e-SUS VS e Vacina e Confia, foram identificadas áreas com baixa cobertura vacinal, o que motivou a elaboração de um plano de ação articulado entre a Coordenação Municipal de Imunização, a Vigilância Epidemiológica, a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Secretaria Municipal de Educação. As ações incluíram intensificação das visitas domiciliares pelas equipes de Saúde da Família, busca ativa de não vacinados, conferência de cadernetas, orientações sobre sinais e sintomas da coqueluche, funcionamento das salas de vacina em horário estendido, realização de estratégias extramuros em áreas de difícil acesso e vacinação em unidades escolares com atendimento a crianças menores de quatro anos. Também foi ofertada imunização para profissionais em hospitais públicos e privados. A Coordenação de Imunização promoveu capacitações técnicas para os profissionais envolvidos, com foco na melhoria do acolhimento e na qualidade da abordagem em sala de vacina. Paralelamente, a Secretaria de Educação mobilizou pais, responsáveis e educadores em creches e berçários, fortalecendo a articulação intersetorial e o engajamento comunitário na prevenção da doença. Por se tratar de uma ação institucional baseada em dados públicos e de livre acesso, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações intersetoriais desenvolvidas no município de Colatina/ES resultaram em impactos positivos na ampliação da cobertura vacinal e na contenção da transmissão da coqueluche. A cobertura da vacina pentavalente, que era de 67,38% em 2022, aumentou para 86,26% em 2023 e atingiu 95,28% em 2024 — superando a meta preconizada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), que estabelece 95% como parâmetro mínimo de cobertura para garantir a imunidade coletiva (BRASIL, 2023). Esse avanço reflete a efetividade das estratégias adotadas, especialmente no que se refere ao fortalecimento da vigilância vacinal e à articulação com o território. Estudos recentes apontam que o alcance de altas coberturas vacinais é fundamental para interromper cadeias de transmissão da coqueluche e reduzir a mortalidade infantil (SANTOS et al., 2022; PAIXÃO et al., 2021).

A busca ativa de crianças com esquemas vacinais incompletos foi uma das ações mais eficazes da experiência. Por meio de visitas domiciliares, as equipes de Saúde da Família puderam identificar casos de atraso vacinal, estabelecer vínculo com as famílias e garantir o acesso oportuno à imunização. Essa abordagem demonstra o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) como ordenadora do cuidado, ampliando o acesso, a equidade e o acompanhamento contínuo da população. A literatura corrobora essa abordagem, destacando que

ações territoriais com foco em busca ativa e escuta qualificada têm se mostrado efetivas na superação da hesitação vacinal (CARVALHO et al., 2021).

Outro fator determinante foi o investimento na qualificação profissional. As capacitações promovidas pela Coordenação de Imunização contribuíram para o aprimoramento técnico das equipes de vacinação, com atualização sobre o calendário vacinal, manejo de reações adversas e estratégias de abordagem à população. Segundo Lima e Souza (2020), a formação continuada dos profissionais é um dos pilares para garantir qualidade no acolhimento, segurança na indicação vacinal e adesão da comunidade às campanhas. Profissionais preparados, confiantes e informados exercem papel estratégico na mediação entre conhecimento técnico e cultura local.

Em relação à vigilância epidemiológica, a estratégia de notificação oportuna e monitoramento constante permitiu respostas rápidas e eficazes. Em 2024, foram registradas 29 notificações de casos suspeitos, com apenas três confirmações e nenhuma ocorrência de surtos entre profissionais da saúde, educação ou cuidadores. Esses dados evidenciam o impacto das ações preventivas, especialmente a vacinação in loco em unidades escolares e hospitais, contribuindo para ambientes mais seguros e protegidos. Até o momento, em 2025, não houve casos confirmados, mantendo-se as estratégias de vigilância ativa e educação permanente.

Além dos aspectos técnicos, destaca-se o papel estruturante da educação em saúde como eixo mobilizador da adesão vacinal. As campanhas educativas realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação possibilitaram a aproximação com famílias, cuidadores e profissionais da rede escolar, por meio de linguagem acessível e materiais informativos baseados em evidências científicas. Essa estratégia mostrou-se essencial no enfrentamento da hesitação vacinal, promovendo maior compreensão sobre a doença, a importância da imunização e os riscos da não adesão ao esquema vacinal. Revisões recentes reafirmam que a comunicação clara e empática é decisiva para a superação de barreiras culturais, logísticas e informacionais (ALMEIDA et al., 2020; WHO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no município de Colatina/ES evidenciou que a articulação intersetorial e a atuação coordenada entre vigilância epidemiológica, Atenção Primária à Saúde (APS) e rede educacional foram determinantes para o enfrentamento da coqueluche. A intensificação da busca ativa, a ampliação dos horários de funcionamento das salas de vacina, a realização de ações extramuros e o envolvimento direto das instituições de ensino foram estratégias decisivas para ampliar o acesso à vacinação, contribuindo para o alcance da meta preconizada de 95% de cobertura vacinal com a vacina pentavalente.

O fortalecimento da vigilância ativa e a detecção precoce de casos possibilitaram intervenções oportunas, evitando a ocorrência de surtos e agravamentos. A qualificação técnica das equipes, por meio de educação permanente, somada ao acolhimento humanizado, demonstrou-se essencial para a adesão da

população e o fortalecimento da confiança nos serviços públicos. Essa experiência reforça o papel central da APS na coordenação do cuidado, vigilância territorial e promoção da saúde coletiva.

Como contribuição para a prática em saúde, destaca-se o potencial replicável das estratégias em contextos similares, especialmente em municípios que enfrentam desafios relacionados à cobertura vacinal e hesitação da população. Do ponto de vista acadêmico, o relato amplia a discussão sobre o papel da intersetorialidade na resposta a agravos imunopreveníveis e oferece subsídios para formulação de políticas públicas mais eficazes. Contudo, a limitação do estudo reside na ausência de análise qualitativa sobre a percepção da comunidade e dos profissionais envolvidos, o que poderia aprofundar o entendimento sobre as barreiras enfrentadas.

Recomenda-se, para futuras investigações, a inclusão de metodologias participativas que envolvam usuários, trabalhadores e gestores na avaliação das estratégias. A sustentabilidade das ações implantadas dependerá do compromisso contínuo com a capacitação das equipes, da institucionalização das práticas exitosas e do fortalecimento dos sistemas de informação em saúde. Por fim, o êxito dessa experiência reflete não apenas indicadores quantitativos, mas a construção coletiva de uma resposta efetiva a um desafio de saúde pública, baseada nos princípios do Sistema Único de Saúde: equidade, integralidade e participação social. Na conclusão, deve-se retomar a questão de pesquisa, apresentar respostas claras e refletir sobre a contribuição dos resultados para a sociedade e a academia. Além disso, é importante mencionar as limitações do estudo e sugerir recomendações para futuras pesquisas, mantendo a seção concisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. F. et al. Comunicação em saúde e hesitação vacinal: desafios para o SUS. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 73, supl. 6, e20200476, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coberturas vacinais no Brasil: painel de indicadores do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://pni.datasus.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume único. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 26/2024/SESA/ES: Ampliação da vacinação contra coqueluche para trabalhadores da educação infantil e saúde. Vitória: SESA, 2024.

CARVALHO, C. M. C. et al. Estratégias para enfrentamento da hesitação vacinal na Atenção Primária à Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 129, p. 1019–1030, 2021.

LIMA, T. R.; SOUZA, M. L. Educação permanente em saúde e imunização: o papel da capacitação na ampliação da cobertura vacinal. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 44, e3964, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Doenças diarreicas e respiratórias: estratégias de vigilância e resposta. Washington, D.C.: OPAS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PAIXÃO, E. S. et al. Avaliação da efetividade da vacinação contra coqueluche em menores de um ano. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 6, e00264520, 2021.

SANTOS, A. P. R. et al. Desafios para o alcance da meta vacinal contra coqueluche: uma revisão integrativa. Revista Saúde e Desenvolvimento, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 83–93, 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLATINA. Relatório de Cobertura Vacinal e Notificações de Coqueluche – Sistema e-SUS VS e Vacina e Confia. Colatina, ES, 2024.

¹ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário do Espírito Santo, Especialização em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Saúde de Colatina.

QUALIDADE DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA: UM IMPORTANTE INDICADOR DE SAÚDE E BEM-ESTAR

► Fabíola Belkiss Santos de Oliveira¹
► Marinilza Soares Mota Sales²
► Andréa Maria Eleutério de Barros Lima Martins³

RESUMO

INTRODUÇÃO: A qualidade de vida na adolescência tem ganhado atenção crescente como um importante indicador de saúde e bem-estar, pois envolve dimensões físicas, emocionais, sociais e ambientais. Durante essa fase, marcada por profundas transformações biológicas, psicológicas e sociais, os adolescentes tornam-se particularmente vulneráveis a condições que podem comprometer sua percepção de bem-estar (Martins *et al.*, 2015). O ambiente escolar desempenha papel central no desenvolvimento desses jovens, uma vez que representam um dos contextos mais influentes na vida diária deles (Kiuru *et al.*, 2020). Evidências indicam que um clima escolar positivo, caracterizado por apoio de professores, segurança e pertencimento, está significativamente associado à melhora do bem-estar emocional, da autoestima e da motivação acadêmica. Esse entendimento sustenta a necessidade de estudos que avaliem a qualidade de vida de adolescentes, particularmente em ambientes escolares. A análise da percepção dos próprios jovens sobre seu bem-estar pode oferecer subsídios valiosos para a formulação de políticas e estratégias de promoção da saúde mais assertivas e eficazes (Martins *et al.*, 2015; Nunes *et al.*, 2016; Kiuru *et al.*, 2020). **OBJETIVO:** Avaliar a qualidade de vida entre adolescentes escolares. **METODOLOGIA:** Este estudo foi realizado em adolescentes escolares da rede pública, na zona urbana de uma cidade no norte de Minas Gerais, nos anos de 2019/2020. Foi delineada uma amostragem probabilística aleatória simples por conglomerados, estratificada pelas idades de 12 e 15 anos. Para o cálculo amostral, foram utilizados os seguintes parâmetros: $p = 0,5$; $1-p = 0,5$; $Z = 1,96$; $e = 0,05$; $TNR = 0,10$; $deff = 1,40$; $N = 4036$ para 12 anos e $N = 4118$ para 15 anos. Foram aplicados instrumentos para

avaliação socioeconômica e demográfica, e o questionário KIDSCREEN, voltado à Proteção e Promoção da Qualidade de Vida Relacionada à Saúde em Crianças e Adolescentes. Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) parecer n.º 2.483.638. **RESULTADOS:** Dos 653 adolescentes convidados, 640 participaram do estudo (taxa de resposta de 98%). A maioria era do sexo feminino e se autodeclarava parda. Observou-se predominância de percepções positivas quanto à qualidade de vida na maioria das dimensões avaliadas. A maior parte dos adolescentes avaliou de maneira positiva o ambiente escolar e o processo de aprendizagem em sua rotina. Contudo, menos da metade relatou boa forma física e prática regular de atividade física. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A maioria dos adolescentes apresentou indicadores favoráveis de bem-estar subjetivo. Destaca-se a importância da continuidade do apoio por parte de familiares, educadores e da comunidade escolar, bem como da implementação de estratégias que previnam o agravamento de fatores negativos associados à qualidade de vida dessa população.

PALAVRAS-CHAVES: Adolescentes; Qualidade de vida; Satisfação pessoal..

REFERÊNCIAS

- KIURU, N. *et al.* Associações entre relacionamentos interpessoais de adolescentes, bem-estar escolar e desempenho acadêmico durante transições educacionais. *Journal of Youth and Adolescence*.v.49, n.5, p.1057–1072, 2020. doi: 10.1007/s10964-019-01184-y.
- NUNES, C. *et al.* Qualidade de vida de adolescentes portugueses e espanhóis. Um estudo comparativo entre nativos e imigrantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.21, p.1137–1144, 2016. doi: 10.1590/1413-81232015214.09992015.
- MARTINS, Rosa *et al.* Subjective health associated with the quality of life of adolescents. *European Proceedings of Social and Behavioural Sciences*, v. 48, 2018.

¹ Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Montes Claros, MG

² Doutoranda em Ciências Odontológicas pelo Centro de Pós Graduação São Leopoldo Mandic, Campinas, SP

³ Doutora em Saúde Pública (Epidemiologia) pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG

A INFLUÊNCIA DO TIKTOK E INSTAGRAM NA PERCEPÇÃO DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE ENTRE JOVENS BRASILEIROS: UMA REVISÃO NARRATIVA

► Gustavo Francisco Santos da Silva¹

► João Miguel Fernandes Wouters²; Rafael da Silva Franchini²; Anaflávia Levindo Pereira²

► Maria Aparecida Salci³

RESUMO

Introdução: O uso intenso das redes sociais entre jovens tem gerado impactos significativos na maneira como os transtornos de saúde mental são percebidos. TikTok e Instagram, como plataformas predominantes, apresentam conteúdos sobre ansiedade que variam entre o informativo e o banalizado.

Objetivo: Analisar, por meio de uma revisão narrativa, de que forma TikTok e Instagram influenciam a percepção dos transtornos de ansiedade entre jovens brasileiros.

Metodologia: Realizou-se uma revisão narrativa com buscas nas bases SciELO, PubMed, BVS e Google Acadêmico, entre março e maio de 2025. Utilizaram-se os descritores: “ansiedade”, “adolescentes”, “redes sociais online”, “saúde mental” e “tecnologia da informação”, com critérios de inclusão voltados a publicações entre 2013 e 2024, disponíveis em português, inglês ou espanhol.

Resultados: Os estudos analisados revelam que as redes sociais têm papel ambíguo. Enquanto promovem acesso à informação e desestigmatização da ansiedade, também favorecem o autodiagnóstico e a banalização dos sintomas, especialmente quando mediados por influenciadores digitais.

Conclusão: As redes sociais podem tanto auxiliar quanto prejudicar a compreensão da ansiedade entre jovens. A promoção de estratégias de educação midiática em saúde torna-se essencial nesse cenário.

PALAVRAS-CHAVES: Ansiedade; Adolescentes; Redes Sociais Online; Saúde Mental; Tecnologia da Informação.

THE INFLUENCE OF TIKTOK AND INSTAGRAM ON THE PERCEPTION OF ANXIETY DISORDERS AMONG BRAZILIAN YOUTH: A NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT

Introduction: The intensive use of social media among young people has significantly impacted how mental health disorders are perceived. TikTok and Instagram, as predominant platforms, present content on anxiety that ranges from informative to trivializing.

Objective: To analyze, through a narrative review, how TikTok and Instagram influence the perception of anxiety disorders among Brazilian youth.

Methodology: A narrative review was conducted through searches on SciELO, PubMed, BVS, and Google Scholar between March and May 2025. The descriptors used were: “adolescent”, “anxiety”, “information technology”, “mental health” and “online social networking”. Inclusion criteria focused on publications between 2013 and 2024, available in Portuguese, English, or Spanish.

Results: The reviewed studies reveal that social media plays an ambiguous role. While it promotes access to information and the destigmatization of anxiety, it also encourages self-diagnosis and the trivialization of symptoms, especially when content is mediated by digital influencers.

Conclusion: Social media can both support and hinder youth understanding of anxiety. Promoting media literacy strategies in the context of mental health is essential to ensure more critical and informed content consumption.

KEYWORDS: Adolescent; Anxiety; Information Technology; Mental health; Online Social Networking.

INTRODUÇÃO

A expansão das redes sociais digitais tem transformado profundamente as relações sociais e a maneira como os jovens constroem sua identidade e percepção sobre temas de saúde, especialmente saúde mental (CASTELLS, 2003; TURKLE, 2011). Nesse contexto, TikTok e Instagram destacam-se como espaços centrais de produção e circulação de conteúdos relacionados a transtornos como a ansiedade, que, segundo a Organização Mundial da Saúde (2017), afeta aproximadamente 9,3% da população brasileira.

Autores como Reinhardt e Souza (2021) e Martins e Silva (2023) ressaltam que essas plataformas funcionam como espaços de socialização e compartilhamento de experiências, mas também promovem fenômenos de banalização dos sintomas e de autodiagnóstico, muitas vezes impulsionados por conteúdos produzidos por influenciadores sem formação em saúde. Tal fenômeno se agrava pela linguagem simplificada, emocional e pela estética atrativa dos vídeos curtos, características que intensificam o alcance desses conteúdos entre adolescentes e jovens adultos.

Por outro lado, estudos apontam que as redes sociais, quando utilizadas de forma responsável e com conteúdos embasados cientificamente, podem contribuir para a redução do estigma em torno dos transtornos de ansiedade e ampliar o acesso a informações qualificadas sobre saúde mental (SILVA; AMARAL, 2023).

Autores como Vasconcelos e Lima (2021) e Marques e Mello (2018) reforçam a importância de compreender o ambiente digital não apenas como um espaço de risco, mas também como potencial ferramenta educativa, sobretudo considerando o atual contexto de alta conectividade e vulnerabilidade emocional entre jovens brasileiros.

Diante disso, este estudo propõe analisar, por meio de uma revisão narrativa, como TikTok e Instagram influenciam a percepção dos transtornos de ansiedade entre jovens brasileiros, considerando tanto os potenciais benefícios quanto os riscos associados ao consumo de conteúdos sobre saúde mental nessas plataformas.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar como TikTok e Instagram influenciam a percepção da ansiedade entre adolescentes e jovens adultos, com ênfase na realidade brasileira. A busca foi realizada entre março e maio de 2025 nas bases SciELO, BVS, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores como “ansiedade”, “adolescentes”,

“redes sociais online”, “saúde mental” e “tecnologia da informação”, além de termos livres como “TikTok” e “Instagram” para refinar os resultados. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem a relação entre saúde mental e redes sociais entre adolescentes e jovens adultos, com recorte prioritário para a população brasileira. Excluíram-se estudos com enfoque quantitativo estrito ou intervenções clínicas experimentais, por não se alinharem ao propósito qualitativo da revisão. A amostra final foi composta por 23 artigos. As variáveis analisadas envolveram a representação da ansiedade, o papel de influenciadores, o uso de linguagem emocional e o incentivo ao autodiagnóstico. Por se tratar de pesquisa baseada em dados secundários e públicos, não houve necessidade de aprovação ética, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 23 artigos selecionados revelou que o TikTok e o Instagram vêm exercendo papel crescente na forma como jovens brasileiros percebem e interpretam os transtornos de ansiedade. Essa influência ocorre tanto pelo volume e velocidade de disseminação das informações quanto pela natureza estética e emocional dos conteúdos compartilhados nessas plataformas.

Observou-se que, especialmente após a pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na presença de conteúdos relacionados à saúde mental nessas redes. Em muitos casos, usuários jovens relataram identificação com vídeos que descreviam sintomas de ansiedade, frequentemente apresentados de maneira informal e com apelo emocional. Essa identificação, embora promova acolhimento, também acarreta riscos importantes, como o incentivo ao autodiagnóstico e a banalização do transtorno, conforme apontado por Reinhardt e Souza (2021) e Martins e Silva (2023).

Outro ponto recorrente nos estudos analisados é o papel dos influenciadores digitais. Muitos conteúdos sobre ansiedade são produzidos por criadores sem formação na área da saúde, o que pode favorecer a disseminação de informações imprecisas. Frases como “minha ansiedade é só timidez” ou vídeos que romantizam o sofrimento psíquico tornam-se populares e reforçam percepções equivocadas entre os seguidores (Santiago; Faria, 2022).

Apesar disso, os resultados também destacam um movimento positivo: a atuação de profissionais da saúde nessas plataformas, promovendo conteúdos educativos, baseados em evidências, com linguagem acessível e alto engajamento. Essas ações contribuem para a redução do estigma, a valorização do cuidado em saúde mental e a maior conscientização sobre os transtornos de ansiedade (Silva; Amaral, 2023).

A literatura aponta, portanto, que TikTok e Instagram apresentam um duplo papel: ao mesmo tempo em que democratizam o acesso à informação, também potencializam riscos relacionados à compreensão rasa ou equivocada da ansiedade. A necessidade de estratégias públicas de letramento digital e educação em saúde mental torna-se urgente, especialmente considerando o perfil de vulnerabilidade e plasticidade emocional característico da juventude (Marques; Mello, 2018; OMS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como questão central compreender como TikTok e Instagram influenciam a percepção dos transtornos de ansiedade entre jovens brasileiros. A análise da literatura permitiu concluir que essas plataformas exercem uma influência significativa e ambígua: ao mesmo tempo em que promovem o acesso à informação e o debate sobre saúde mental, também favorecem a banalização dos sintomas e práticas de autodiagnóstico, especialmente quando os conteúdos não possuem embasamento técnico-científico.

A principal contribuição desta revisão reside na sistematização crítica de evidências sobre o impacto das redes sociais na saúde mental juvenil, fornecendo subsídios tanto para a atuação profissional em contextos clínicos e educativos quanto para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação digital e psicoeducação.

Como limitação, destaca-se a natureza narrativa da revisão, que não permite análise quantitativa nem avaliação do impacto direto sobre usuários. Além disso, a rápida mutabilidade dos algoritmos e do comportamento digital pode limitar a durabilidade das conclusões.

Recomenda-se que futuras pesquisas explorem métodos mistos e envolvam jovens usuários das plataformas, visando compreender percepções subjetivas e impactos a longo prazo. Investigações com foco em estratégias eficazes de letramento digital também se mostram promissoras no enfrentamento dos desafios apontados.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DATAREPORTAL. Digital 2024: Brazil. 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

MARQUES, L. P.; MELLO, F. S. Juventude e saúde mental: desafios da era digital. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 52, n. 3, p. 305–312, 2018.

MARTINS, G. R.; SILVA, T. C. Representações da ansiedade em vídeos do TikTok: uma análise crítica. *Revista Digital de Psicologia e Comunicação*, v. 12, n. 1, p. 78–92, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Depression and other common mental disorders: global health estimates. Geneva: WHO, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Adolescent mental health. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>. Acesso em: 20 jun. 2025.

REINHARDT, A.; SOUZA, L. A influência das redes sociais na percepção da ansiedade entre jovens. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2021.

SANTIAGO, M. R.; FARIA, D. L. Romantização da ansiedade no Instagram: o papel dos influenciadores digitais. *Revista de Estudos de Mídia e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 22–38, 2022.

SILVA, B. F.; AMARAL, C. M. Conteúdos digitais como ferramenta de psicoeducação: análise da atuação de psicólogos no Instagram. *Revista de Psicologia Aplicada*, v. 18, n. 4, p. 201–214, 2023.

TURKLE, S. Alone together: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

VASCONCELOS, E. M.; LIMA, L. D. Saúde mental na contemporaneidade: desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4075–4082, 2021.

¹ Gustavo Francisco Santos da Silva – Graduando em Medicina, 2º ano – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² João Miguel Fernandes Wouters – Graduando em Medicina, 2º ano – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Rafael da Silva Franchini – Graduando em Medicina, 2º ano – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Anaflávia Levindo Pereira – Graduanda em Medicina, 2º ano – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

³ Maria Aparecida Salci – Doutora em Enfermagem e Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

REPRESENTAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS GOIANAS: UMA ANÁLISE DE SUA VISIBILIDADE

► Vinícius Fernandes Silva e Macedo¹
► Sirlane Alves da Silva²
► Ana Laura Nunes Urbano³
► Eliana Napoleão Cozendey da Silva⁴

RESUMO

INTRODUÇÃO: As comunidades quilombolas constituem-se como grupos étnico-raciais autodefinidos, com vínculos históricos ao território, à ancestralidade e às práticas culturais (INCRA, 2020). Em Goiás, segundo o Censo 2022, há 30.387 quilombolas distribuídos em 82 comunidades (IBGE, 2024). No contexto contemporâneo, as redes digitais têm se consolidado como espaços de expressão cultural de distintos grupos sociais, incluindo populações tradicionais (Borges, 2019; Radomsky, 2007). Nesse sentido, a representação das mulheres quilombolas nesses espaços pode revelar aspectos de identidade e de resistência. **OBJETIVO:** Analisar como as mulheres quilombolas do Estado de Goiás são representadas nas redes digitais, identificando as formas de visibilidade e os conteúdos associados à sua imagem. **METODOLOGIA:** Estudo qualitativo, de caráter descritivo, com base em dados públicos disponíveis em plataformas digitais — Instagram, YouTube, Facebook, TikTok e Flickr. Foram identificadas e analisadas 38 páginas e perfis em redes sociais que fazem referência a mulheres quilombolas no estado de Goiás. Os dados foram sistematizados em planilha Excel, categorizando o nome da página, link, tipo de mídia e descrição do conteúdo. A análise do material considerou elementos de visibilidade, autoria e conteúdo, com base na análise temática (Minayo 2012). Por se tratar de dados públicos, a pesquisa foi dispensada de apreciação pelo sistema CEP/Conep. **RESULTADOS:** Ao todo, foram selecionadas 38 páginas em redes sociais e sites de mídia. Dentre elas, observou-se a seguinte distribuição: Instagram (15), YouTube (13), Facebook (5), TikTok (3) e Flickr (2). Quanto ao tipo de postagem, predominavam imagens e vídeos com conteúdos variados, como relatos sobre

histórias de vida das mulheres e de suas comunidades, divulgação de festas e eventos culturais, registros de elementos da natureza local, manifestações políticas e compartilhamento de práticas culturais próprias — especialmente culinária e artesanato. Outro aspecto observado foi o uso das redes sociais pelas próprias mulheres quilombolas como estratégia de divulgação comercial de produtos e serviços, tais como roupas típicas da cultura quilombola, alimentos tradicionais e itens naturais produzidos localmente. Notou-se, ainda, que muitas páginas utilizavam termos como “quilombola” ou o nome do grupo étnico ao qual pertencem — a exemplo dos “Kalungas” — em seus nomes de usuário ou descrições, como forma de afirmação identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os achados desta análise evidenciam que as mulheres quilombolas goianas são representadas nas redes digitais por meio de produções que articulam conteúdos culturais, políticos, econômicos e identitários. Ao responder ao objetivo proposto, o estudo mostra que tais representações contribuem para a visibilidade dessas mulheres, ao mesmo tempo em que reforçam formas contemporâneas de resistência, pertencimento e valorização de saberes tradicionais. A presença ativa dessas mulheres nas mídias sociais revela estratégias de afirmação identitária e de construção de narrativas próprias, mediadas tecnologicamente, o que amplia as possibilidades de expressão e articulação de populações historicamente marginalizadas. Compreender essas dinâmicas é relevante para o campo da saúde coletiva, na medida em que aproxima o olhar acadêmico das práticas comunicativas, simbólicas e políticas das comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVES: Mulheres; População Negra; Quilombolas; Uso das Redes Sociais.

REFERÊNCIAS

BORGES, G. P.; GUISSO, L. F. O uso das redes sociais para o fortalecimento dos movimentos culturais. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 22, p. e587, 7 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2022: População quilombola é mais jovem do que população total do país. *Agência de Notícias*, 3 maio 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39933-censo-2022-populacao-quilombola-e-mais-jovem-do-que-populacao-total-do-pais>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

INCRA. **Comunidades quilombolas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas#:~:text=As%20comunidades%20quilombolas%20s%C3%A3o%20grupos,trad%C3%A7%C3%B5es%20e%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20pr%C3%B3prias>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S.. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, p. 249–284, 2007.

¹ Estudante do curso de Bacharelado em Medicina, bolsista do projeto “**Perspectiva em cooperação científica:** Identificação e caracterização sociocultural de população de mulheres quilombolas goianas quebradeiras de coco babaçu” (UFCAT-PROIP-2024-2025), Instituto de Biotecnologia, Universidade Federal de Catalão - Goiás.

² Estudante do curso de Bacharelado em Medicina, bolsista Pibic-AF CNPq (Processo 148981/2024-0), Instituto de Biotecnologia, Universidade Federal de Catalão - Goiás.

³ Estudante do curso de Bacharelado em Medicina, bolsista Pibit (UFCAT-PROIP-2024-2025), Instituto de Biotecnologia, Universidade Federal de Catalão - Goiás.

⁴ Doutora, Professora do curso de Bacharelado em Medicina, coordenadora do projeto “**Perspectiva em cooperação científica:** Identificação e caracterização sociocultural de população de mulheres quilombolas goianas quebradeiras de coco babaçu”, Instituto de Biotecnologia, Universidade Federal de Catalão - Goiás.

SETOR MADEIREIRO E SAÚDE DO TRABALHADOR: RELAÇÃO ENTRE PROCESSO PRODUTIVO E AGRAVOS À SAÚDE

- ▶ Izabella Praxedes Batista da Silva¹
- ▶ Guilhermy Augusto de Almeida¹
- ▶ Thiago Soares Pimenta¹
- ▶ Isadora Gregorio Borges da Silva¹
- ▶ Helena de Castro Ralize Augusto¹
- ▶ Eliana Napoleão Cozendey da Silva²

RESUMO

Introdução: A indústria madeireira representa uma importante atividade econômica no Brasil, mas envolve risco ocupacional com potenciais impactos negativos à saúde dos/as trabalhadores/as. **Objetivo:** Analisar a relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro, visando subsidiar estratégias de atuação na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Metodologia:** Estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descriptivo. Foram analisadas publicações científicas, documentos oficiais e literatura cinzenta, com base nos descritores "indústria madeireira", "riscos ocupacionais", "doenças ocupacionais" e "saúde do trabalhador", no período de 2014 a 2024. A interpretação seguiu os princípios da análise de conteúdo temática. **Resultados:** Evidenciou-se a associação entre a exposição ocupacional à poeira de madeira e o desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas, além da recorrência de acidentes com máquinas desprotegidas, resultando em lesões como cortes, lacerações e fraturas. Observou-se escassez de estudos voltados à realidade regional, especialmente no Centro-Oeste, o que dificulta a atuação preventiva. **Conclusão:** A atuação integrada da atenção básica e vigilância é essencial para identificar precocemente

os riscos ocupacionais, orientar medidas de prevenção e promover ambientes de trabalho mais seguros. Investigações regionais são fundamentais para o planejamento de ações contextualizadas e efetivas.

PALAVRAS-CHAVES: Doenças Ocupacionais; Indústria da Madeira; Riscos Ocupacionais; Saúde do Trabalhador; Vigilância em Saúde do Trabalhador.

UMBER INDUSTRY AND WORKERS' HEALTH: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE PRODUCTION PROCESS AND HEALTH IMPACTS

ABSTRACT

Introduction: The lumber industry is an important economic activity in Brazil but involves occupational risks with potential adverse effects on workers' health. **Objective:** To analyze the relationship between occupational diseases and the production process in the lumber sector, aiming to support strategies within Primary Health Care and Workers' Health Surveillance. **Methodology:** This is a bibliographic and documentary study with a qualitative, exploratory-descriptive approach. Scientific publications, official documents, and gray literature were analyzed based on the descriptors "lumber industry," "occupational risks," "occupational diseases," and "workers' health," covering the period from 2014 to 2024. The data were interpreted using thematic content analysis. **Results:** The findings indicate an association between occupational exposure to wood dust and the development of nasal and nasopharyngeal neoplasms, in addition to recurrent accidents involving unguarded machinery, leading to injuries such as cuts, lacerations, and fractures. A lack of region-specific studies, particularly in the Midwest, was identified, which hampers preventive action. **Conclusion:** Integrated action between primary care and health surveillance is essential to identify occupational risks early, guide preventive

measures, and promote safer work environments. Regional investigations are necessary for the planning of context-specific and effective interventions.

KEYWORDS: Lumber Industry; Occupational Diseases; Occupational Health; Occupational Risks; Surveillance of the Workers Health.

INTRODUÇÃO

A indústria madeireira desempenha um papel significativo na economia nacional, com 49 mil empresas atuantes no setor de madeira sólida, representando 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2021, o setor gerou aproximadamente 159 mil empregos diretos, número que se eleva para 334 mil quando incluída a indústria moveleira, e para 613 mil ao considerar todo o setor de base florestal, que engloba também a silvicultura e os segmentos de papel e celulose (ABIMCI, 2022).

O setor madeireiro tem impacto não apenas na economia, mas também na saúde e qualidade de vida do trabalhador. As atividades laborais nesse setor envolvem a exposição a diferentes fatores ocupacionais de risco, incluindo físicos (ruído, vibrações, temperatura inadequada), químicos (vapores, poeiras), biológicos e ergonômicos (posturas inadequadas, movimentos repetitivos). Essa exposição, presente desde a extração até o beneficiamento da madeira, contribui para que a atividade madeireira seja considerada de alto grau de risco, com histórico de acidentes (Baumgart et al., 2023; Duarte, 2019).

Considerando a relevância da indústria madeireira para a economia do país, seu significativo número de empresas e trabalhadores/as, além do possível impacto negativo sobre a saúde do/a trabalhador/a devido aos riscos ocupacionais, a realização de estudos nesta área mostra-se relevante para fornecer subsídios à discussão sobre o tema. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro, visando subsidiar estratégias de APS e Visat.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e descritivos. Adotou-se o método exploratório-descritivo (Gil, 2010), com a recuperação de publicações científicas indexadas nos termos “indústria madeireira”, “riscos ocupacionais”, “doenças ocupacionais” e “saúde do trabalhador” nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, BIREME - OPAS/OMS), no período de 2014 a 2024. Para a identificação de dissertações e teses, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A fim de ampliar a recuperação de documentos, a literatura cinzenta foi buscada por meio do Google Acadêmico. Complementarmente, documentos oficiais e boletins disponíveis em sites especializados do setor madeireiro foram analisados, seguindo os princípios da análise qualitativa de Minayo (2012), e interpretados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As regiões com o maior número de empresas do setor madeireiro são Sul e Sudeste, seguidas pelo Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No Centro-Oeste, os estados com maior concentração de empresas madeireiras são Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal (IBGE, 2023).

Martinsen et al. (2017), em estudo de caso-controle com homens de países nórdicos, observaram maior ocorrência de adenocarcinoma nasal (raro na população geral) em trabalhadores moveleiros expostos à poeira de madeira. Os autores verificaram forte associação entre baixa exposição cumulativa a poeiras mistas (principalmente madeira macia) e esse câncer (Hazard Ratio de 16,5 para maior exposição), mas não com outros cânceres nasais/nasofaríngeos, o que levanta questionamentos sobre o potencial carcinogênico seletivo de poeiras de diferentes tipos de madeira.

Estudos epidemiológicos também apontam para riscos oncológicos associados à exposição à poeira de madeira. Uma revisão sistemática e meta-análise conduzida por Beigzadeh et al. (2019) identificou uma associação significativa entre essa exposição e o aumento do risco de carcinoma nasofaríngeo não queratinizante, com um odds ratio (OR) de 1,68 (IC95%: 1,03–2,74). Esses achados reforçam a necessidade de estratégias de vigilância em saúde do trabalhador que considerem os riscos carcinogênicos associados à poeira de madeira.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) (Brasil, 2021) relata que a exposição ocupacional ocorre durante o uso de máquinas ou ferramentas para cortar ou moldar a madeira, processo no qual o pó inalado é depositado nas vias respiratórias, como nariz e garganta. A deposição está relacionada ao tamanho, forma e densidade das partículas e ao fluxo de ar, onde partículas inspiráveis (diâmetro $> 5 \mu\text{m}$) são depositadas principalmente no nariz e as partículas respiráveis (diâmetro entre 0,5 a $5 \mu\text{m}$), nas vias aéreas inferiores. Segundo o documento (Brasil, 2021), há evidências suficientes de que a poeira de madeira é carcinogênica para seres humanos, estando associada ao desenvolvimento de cânceres na cavidade nasal, nos seios paranasais e na nasofaringe.

Quanto aos acidentes que ocorrem na indústria madeireira, são causados principalmente por máquinas e equipamentos sem proteção. As partes do corpo mais atingidas são dedos, mãos e membros superiores, sendo as lesões mais comuns cortes, lacerações (33%), fraturas e luxações (30%) (Brasil, 2022).

Apesar das evidências que apontam para a associação entre a exposição ocupacional no setor madeireiro e agravos na saúde, em particular, a exposição à poeira de madeira e o desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas, e da relevância do setor madeireiro na região Centro-Oeste, observa-se uma limitada disponibilidade de estudos que abordem as condições de trabalho e os agravos à saúde dos/as trabalhadores/as. Essa lacuna pode comprometer a efetividade das ações de Visat na APS, dificultando a identificação precoce de riscos e a implementação de medidas preventivas adequadas. Assim, é recomendável incentivar investigações que levem em conta as especificidades regionais, com o intuito de apoiar o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre doenças ocupacionais e o processo produtivo no setor madeireiro evidenciou que, entre outras, a exposição ocupacional à poeira de madeira representa um risco significativo à saúde dos/as trabalhadores/as desse setor, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de neoplasias nasais e nasofaríngeas. A escassez de estudos específicos sobre as condições de trabalho e os agravos à saúde desses trabalhadores/as, particularmente na região Centro-Oeste, evidencia a necessidade de ações mais direcionadas.

A APS desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e na prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Ela oferece um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de Visat, como a educação em saúde, identificação precoce de agravos e o monitoramento das condições de saúde da população, além da articulação com outros níveis de atenção.

Nesse cenário, a anamnese ocupacional é reconhecida como uma ferramenta essencial na APS, permitindo a identificação precoce de riscos relacionados às atividades ocupacionais e contribuindo para a implementação de medidas preventivas. A atuação integrada da atenção básica e vigilância é essencial na redução de agravos ocupacionais, por meio de estratégias de promoção em saúde e implementação de medidas preventivas que visam reduzir a exposição aos riscos no setor madeireiro e promover ambientes de trabalho mais seguros. Assim, é recomendável incentivar investigações que levem em conta as especificidades regionais, como por exemplo as condições climáticas, com o intuito de apoiar o desenvolvimento de estratégias de intervenção contextualizadas e efetivas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE (ABIMCI). **Estudo setorial 2022**. Ano base 2021. Disponível em: <https://abimci.com.br/abimci-lanca-estudo-setorial-2022/#>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BAUMGART, A. R. et al. Qualidade de vida e segurança do trabalho em serrarias. In: ZUFFO, A. M.; AGUILERA, J. G. (org.). **Pesquisas agrárias e ambientais – Volume XVI**. Nova Xavantina-MT: Pantanal Editora, 2023. p. 6–13. Disponível em: <https://editorapantanal.com.br/ebooks/2023/pesquisas-agrarias-e-ambientais-volume-xvi/ebook.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BEIGZADEH, Zahra; POURHASSAN, B.; KALANTARY, S.; GOLBABAEI, F. Occupational exposure to wood dust and risk of nasopharyngeal cancer: a systematic review and meta-analysis. **Environmental**

Research, v. 171, p. 170–176, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envres.2018.12.022>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30677637/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios**. Rio de Janeiro: INCA, 2021. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1179334/ambiente_trabalho_e_cancer_-_aspectos_epidemiologicos_toxicolo_6sBSmac.pdf. Acesso em: 20 abr 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Ação Especial Setorial na Indústria da Madeira, Proteção das máquinas para trabalhar madeira**. [2022]. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/srts_aes_nes/srt-sp/aesmadeira#:~:text=Este%20setor%20emprega%20atualmente%20mais,gravidade%20de%20acidentes%20de%20trabalho. Acesso em: 20 abr 2025.

DUARTE, B. de J. L. **Exposição ocupacional a poeiras de madeira**. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123557/2/363307.pdf>. Acesso em: 20 abr 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de madeira em tora. In: **Anuário Estatístico do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://anuario.ibge.gov.br/2023/territorio/recursos-naturais-e-meio-ambiente/aeb-2023-tabelas-recursos-naturais-e-meio-ambiente/22281-producao-de-madeira-em-tora.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINSEN, J.I.; KJAERHEIM, K.; SPARÉN, P.; TRYGGVADOTTIR, L.; WEIDERPASS, E.; PUKKALA, E. Occupational exposure to wood dust and risk of nasal and nasopharyngeal cancer: A case-control study among men in four nordic countries—With an emphasis on nasal adenocarcinoma. **International Journal of Cancer**, v. 141, p. 2430-2436, 2017. Doi.org/10.1002/ijc.31015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28840594/>. Acesso em: 20 abr 2025.

MINAYO, M. C. de S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

¹ Discente do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

² Doutorado em Saúde Pública e Meio Ambiente, Ensp/Fiocruz. Professora do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

MINERAÇÃO A CÉU ABERTO E SAÚDE DO TRABALHADOR: DOENÇAS OCUPACIONAIS E DESAFIOS NA ATENÇÃO BÁSICA

►Pietra Victoria Carlos Maia

Estudante do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0007-7279-3483>

►Luiz Claudio Teixeira Costa

Estudante do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1019-3609>

►Kadichari Ferreira Moessa

Estudante do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3522-6821>

►Ana Laura Nunes Urbano

Estudante do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8296-5748>

►Pedro Augusto Portela de Moura e Souza

Estudante do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9028-2700>

►Eliana Napoleão Cozendey da Silva

Doutorado em Saúde Pública e Meio Ambiente, Ensp/Fiocruz. Professora do curso de bacharelado em Medicina, Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Catalão, IBiotec/UFCAT. Catalão, Goiás, Brasil.

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4093-4732>

RESUMO

INTRODUÇÃO: Apesar de sua relevância econômica para o Brasil, a mineração a céu aberto está associada a impactos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as, especialmente em áreas com presença significativa da atividade extrativa, a exemplo do Sudeste Goiano. A exposição ocupacional a poeiras minerais, ruído, vibração e esforços físicos repetitivos pode levar ao desenvolvimento de agravos que se manifestam nos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), espaço estratégico para a detecção precoce, notificação e cuidado integral. **OBJETIVO:** Analisar a relação entre os agravos relacionados ao trabalho na lavra a céu aberto e os desafios enfrentados pelos serviços de APS na atuação voltada à Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) no Sudeste Goiano. **METODOLOGIA:** Estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas publicações científicas indexadas nas bases SciELO, BVS e Google Acadêmico, além de teses, dissertações e documentos oficiais do setor minerador, publicados entre 2015 e 2025. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise apontou a presença de riscos ocupacionais diversos na mineração a céu aberto, associados ao desenvolvimento de doenças respiratórias (como silicose), osteomusculares, dermatológicas, auditivas e transtornos mentais. Apesar da relevância desses agravos, observa-se que estudos voltados à realidade do Sudeste Goiano ainda são escassos, o que pode limitar a qualificação das ações de Visat nos serviços da APS. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Fortalecer a Visat na APS do Sudeste Goiano é fundamental para enfrentar os impactos da mineração sobre a saúde dos/as trabalhadores/as. Recomendam-se estratégias como a inclusão da história ocupacional nas consultas, uso de biomarcadores e implantação de um Cerest regional, promovendo a equidade e a efetividade das políticas públicas de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Atenção Primária à Saúde; Mineração; Riscos Ocupacionais; Saúde Ocupacional; Saúde do Trabalhador; Vigilância em Saúde do Trabalhador.

1

OPEN-PIT MINING AND OCCUPATIONAL HEALTH: OCCUPATIONAL DISEASES AND CHALLENGES IN PRIMARY HEALTH CARE

ABSTRACT

INTRODUCTION: Despite its economic relevance for Brazil, open-pit mining is associated with health impacts on workers, particularly in areas with significant extractive activity, such as the Southeast region of Goiás. Occupational exposure to mineral dust, noise, vibration, and repetitive physical exertion can lead to health conditions that often manifest in Primary Health Care (PHC) services, a strategic setting for early detection, disease reporting, and comprehensive care. **OBJECTIVE:** To analyze the relationship between work-related illnesses in open-pit mining and the challenges faced by PHC services in carrying out Occupational Health Surveillance (Visat) in Southeast Goiás. **METHODOLOGY:** This is a qualitative study, exploratory and descriptive in nature, based on a bibliographic and documentary review. Scientific publications indexed in the SciELO, BVS, and Google Scholar databases were analyzed, in addition to theses, dissertations, and official documents from the mining sector, published between 2015 and 2025. **RESULTS AND DISCUSSION:** The analysis revealed the presence of various occupational hazards in open-pit mining, associated with the development of respiratory diseases (such as silicosis), musculoskeletal disorders, dermatological conditions, hearing loss, and mental health issues. Despite the relevance of these conditions, studies specifically addressing the context of Southeast Goiás remain limited, which may hinder the effectiveness of Visat actions in PHC services. **FINAL CONSIDERATIONS:** Strengthening Visat in the PHC network of Southeast Goiás is essential to address the health impacts of mining on workers. Recommended strategies include systematically incorporating occupational history into clinical consultations, using exposure biomarkers, and establishing a regional Workers' Health Reference Center (Cerest), thereby promoting equity and the effectiveness of public health policies.

KEYWORDS: Mining; Occupational Health; Occupational Risks; Primary Health Care; Surveillance of the Workers Health.

INTRODUÇÃO

A mineração é uma atividade econômica estratégica para o desenvolvimento do país, responsável por significativa contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) e à geração de empregos diretos. Em 2024, o setor respondeu por aproximadamente 5% do PIB nacional, 20% das exportações e mais de 221 mil postos formais de trabalho (IBRAM, 2024). Contudo, apesar da relevância econômica, os impactos ambientais e à saúde gerados pelas atividades mineradoras, especialmente aquelas realizadas por lavra a céu aberto, constituem importantes desafios para a saúde pública.

A lavra a céu aberto, caracterizada pela remoção de solo e rochas para acesso a minerais na superfície, é amplamente empregada no Brasil. Estudos já indicavam, desde o final da década de 1990, que essa atividade gera emissões de materiais particulados (MP), óxidos de enxofre (SOx) e de nitrogênio (NOx) (Almeida, 1999), por exemplo. Além das emissões atmosféricas, o estudo (1999) já destacava que os processos de perfuração, desmonte com explosivos, carregamento e transporte de minério contribuem para a dispersão de poeiras finas, com partículas inaláveis capazes de alcançar o trato respiratório inferior. Essas partículas, ao permanecerem em suspensão no ar, afetam não apenas a população trabalhadora envolvida nas atividades operacionais, mas também as comunidades do entorno.

No Sudeste Goiano, municípios como Catalão e Ouvidor concentram expressiva produção de nióbio, metal cuja exploração se destaca mundialmente, com o Brasil respondendo por cerca de 91% da produção global (IBRAM, 2025). Nessas regiões, a extração de minério a céu aberto — que envolve etapas como britagem, moagem, separação magnética para obtenção da concentração desejada no produto final, além do transporte para beneficiamento em Ouvidor — expõe a população trabalhadora a fatores ocupacionais de risco que podem levar ao desenvolvimento de doenças e/ou agravos à saúde, como doenças respiratórias, osteomusculares, dermatológicas e transtornos mentais (Duarte, 2018).

Entretanto, ainda são escassos os estudos que abordam essa problemática a partir da interface com os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), espaço estratégico para ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat), notificação de doenças e atenção integral à população exposta. Nesse contexto, o presente resumo aborda essa interface, com foco na relação entre o processo produtivo minerador, os agravos relacionados ao trabalho e os desafios enfrentados pela APS na região do Sudeste Goiano.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em fontes bibliográficas e documentais. Adotou-se o método exploratório-descritivo

(Gil, 2010), com a recuperação de publicações científicas indexadas nos termos “mineração”, “riscos ocupacionais” e “saúde do trabalhador” nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, BIREME - OPAS/OMS), no período de 2015 a 2025.

Para a identificação de dissertações e teses, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A fim de ampliar a recuperação de literatura cinzenta, utilizou-se o Google Acadêmico. Complementarmente, documentos oficiais e boletins disponíveis em sites especializados do setor minerador foram analisados e interpretados.

A análise dos materiais coletados seguiu os princípios da análise qualitativa proposta por Minayo (2012), permitindo a identificação de categorias relacionadas aos riscos ocupacionais, agravos à saúde e possíveis ações de Visat no contexto da mineração a céu aberto. Os dados foram organizados de forma sistemática, com ênfase na compreensão e caracterização dos principais riscos identificados, dos tipos de agravos mais frequentes e das estratégias de atuação da APS no enfrentamento desses desafios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A indústria extrativa está entre os setores econômicos com maior incidência de acidentes de trabalho e figura entre os primeiros em registros de mortalidade ocupacional (Campos et al., 2020; Vaz et al., 2023). A análise da literatura e de fontes documentais indica relação entre a atividade de lavra a céu aberto e diferentes fatores de risco ocupacional — químicos, físicos, ergonômicos, mecânicos e biológicos — que podem contribuir para o adoecimento de trabalhadores/as envolvidos/as nesse tipo de atividade produtiva.

Campos et al. (2020) destacam a elevada taxa de acidentalidade na indústria extrativa brasileira, associada à complexidade dos processos produtivos e à exposição contínua a fatores de risco, ressaltando a necessidade de estratégias de vigilância e prevenção. De forma complementar, Vaz et al. (2023) apontam lacunas na fiscalização e na implementação de medidas protetivas eficazes, especialmente em municípios com intensa atividade mineradora, sugerindo a importância de fortalecer as ações de saúde do trabalhador.

A exposição contínua de trabalhadores a essas substâncias tem sido associada ao desenvolvimento de pneumopatias ocupacionais, tais como a silicose, além de bronquites crônicas, asma e, em casos mais graves, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) (Souza; Quemelo, 2015). Segundo os autores, a gravidade desses agravos está relacionada não apenas à intensidade e à duração da exposição, mas também à ausência de medidas eficazes de controle ambiental e à fragilidade das ações de Visat. Destacam ainda que a detecção precoce desses agravos na APS é essencial para a prevenção de complicações, reforçando a necessidade de capacitação das equipes e de protocolos clínicos sensíveis à realidade dos territórios com atividade mineradora. Além disso, enfatizam a importância da detecção precoce desses agravos pela atenção

básica, ressaltando a necessidade de capacitação das equipes de saúde e da implementação de protocolos clínicos adaptados às realidades locais, especialmente em regiões com atividades mineradoras intensas.

A literatura sugere que essa exposição pode estar relacionada ao aumento de queixas respiratórias observadas nos serviços de atenção básica em regiões mineradoras, sendo a APS um espaço estratégico para prevenção de agravos, escuta qualificada e ações educativas voltadas à saúde do trabalhador/a (Bastos; Pinheiro, 2020).

Bastos; Pinheiro (2020) ressaltam que a APS possui papel fundamental na identificação precoce dos efeitos adversos à saúde relacionados ao trabalho, sobretudo quando há integração entre as equipes de saúde da APS e os serviços de referência em saúde do trabalhador e de Visat. Além disso, apontam para a importância da territorialização e do vínculo com a comunidade como elementos que potencializam a construção de ações intersetoriais, fortalecendo a abordagem integral e longitudinal no cuidado à população trabalhadora exposta a condições laborais insalubres.

Além dos agravos respiratórios, também foram identificadas doenças osteomusculares associadas ao uso contínuo de maquinário pesado e às condições ergonômicas desfavoráveis, assim como manifestações dermatológicas e transtornos mentais, que podem estar relacionados a fatores como pressão por metas e jornadas extensas (Duarte, 2018; Vaz et al., 2023).

Estudo realizado na mina Boa Vista, em Catalão (GO), evidenciou condições laborais adversas e riscos ocupacionais associados à mineração a céu aberto, reforçando a necessidade de ações de atenção integral à saúde da população trabalhadora e de vigilância em saúde do trabalhador (Gonçalves; Santhomé; Castro, 2020). A pesquisa identificou que os trabalhadores estão expostos a uma combinação de fatores de risco, como poeira, sílica, ruídos, calor intenso, uso de explosivos e jornadas de trabalho excessivas e repetitivas. Essas condições contribuem para o desgaste físico e mental dos/as trabalhadores/as, caracterizando o ambiente da mina como um espaço marcado por precarização das condições de trabalho. Os autores destacam que esse modelo de mineração, centrado na exaustão dos recursos e na maximização da produção, resulta em impactos significativos na saúde de trabalhadores e nas comunidades do entorno.

Dentre os agravos com relevância para a prática clínica, destacam-se as pneumoconioses, sobretudo a silicose (decorrente da exposição à sílica), bronquite crônica, DPOC e, potencialmente, câncer de pulmão. Também são mencionadas a perda auditiva induzida por ruído (Pair), lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/Dort), além de possíveis manifestações dermatológicas e transtornos psíquicos (Pandey; Agarwal, 2012; Souza; Quemelo, 2015; Duarte, 2018; Vaz, 2022).

Com base no estudo de Pandey e Agarwal (2012), é possível ampliar a compreensão sobre estratégias de diagnóstico precoce da silicose, especialmente em contextos de mineração a céu aberto. Os autores destacam que a silicose é uma doença pulmonar fibrosante irreversível e incurável, resultante da exposição prolongada à poeira respirável contendo sílica. Nesse cenário, os biomarcadores surgem como ferramentas

promissoras para a detecção precoce da doença, permitindo intervenções antes que os sintomas clínicos se manifestem ou que alterações radiográficas sejam detectáveis. Entre os biomarcadores mencionados incluem-se a enzima conversora de angiotensina (ECA), o cobre (Cu) e a ceruloplasmina, cujos níveis séricos podem se alterar com a deposição de poeira nos pulmões e o início da fibrose pulmonar.

Esses biomarcadores podem ser particularmente relevantes em regiões mineradoras, como Catalão e Ovidor, onde a exposição à sílica pode representar um fator de atenção para a saúde de trabalhadores/as e da população local. Ressalta-se que a implementação de programas de monitoramento que incluam a avaliação desses biomarcadores pode contribuir para a identificação precoce de trabalhadores/as em risco, possibilitando a adoção de medidas preventivas e/ou a redução da progressão da doença.

Embora existam evidências da associação entre a atividade mineradora e esses agravos (Vaz, 2023), observa-se que estudos voltados à realidade do Sudeste Goiano ainda são escassos, o que pode limitar a qualificação de estratégias da APS e de Visat.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar a relação entre os agravos relacionados ao trabalho na lavra a céu aberto e os desafios enfrentados pelos serviços de APS na atuação voltada à vigilância no Sudeste Goiano. A partir da análise dos dados, foi possível observar que os agravos respiratórios ocupacionais se somam a outras condições, como perda auditiva induzida por ruído, lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomusculares, dermatoses e transtornos mentais como importantes problemas de saúde relacionados ao trabalho na mineração. Dessa forma, compondo um quadro complexo de impactos à saúde da população trabalhadora.

Esse cenário evidencia a necessidade de uma reflexão crítica acerca do papel da APS, enquanto porta de entrada do sistema de saúde, coordenadora do cuidado no território e de articuladora de ações de vigilância, haja vista que tais agravos ocupacionais podem se manifestar de forma insidiosa nos serviços de atenção básica por meio de queixas clínicas frequentes, como dores musculoesqueléticas, sofrimento psíquico e sintomas respiratórios, o que torna ainda mais desafiadora a atuação da APS.

Nesse contexto, torna-se estratégico o fortalecimento da atuação da APS, assim como das ações de vigilância no âmbito da APS do Sudeste Goiano, tais como a adoção de medidas como a inclusão sistemática da anamnese ocupacional nas consultas, o monitoramento da saúde da população trabalhadora exposta a múltiplos riscos, bem como o uso de ferramentas, como os biomarcadores de exposição — a exemplo dos indicados por Panday e Agarwal (2012) — para avaliar, por exemplo, a exposição prolongada à poeira mineral respirável contendo sílica livre, além de subsidiar o diagnóstico ou a detecção precoce da silicose e realizar a vigilância dos/as expostos/as. Aponta-se também a necessidade de articulação regional para a implantação de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), com sede em Catalão e

abrangência sobre os demais 17 municípios da Região Estrada de Ferro, como forma de ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde às demandas do território.

A qualificação do cuidado, com identificação precoce, notificação adequada e encaminhamento oportuno para serviços especializados, contribui para reduzir os impactos da atividade mineradora sobre a saúde da população trabalhadora e do território, reforçando o papel da APS na promoção da equidade e na efetividade das políticas públicas de saúde.

Nesse sentido, os achados deste estudo podem subsidiar a formulação de estratégias e ações em nível local e regional, bem como fomentar novos esforços acadêmicos voltados à compreensão das inter-relações entre saúde, trabalho e ambiente, contribuindo para a promoção da equidade e o fortalecimento das práticas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. T. **A poluição atmosférica por material particulado na mineração a céu aberto**. 1999. 194 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3134/tde-31012002-170628/publico/ita.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BASTOS, M. O.; PINHEIRO, A. C. **Prevenção de acidentes de trabalho em empresas de mineração na cidade de Antônio Almeida-PI**. ARES, Acervo de Recursos Educacionais em Saúde. UNASUS, 2020. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/18645>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CAMPOS, P. H. A. et al. Health and safety in Brazilian mines: a statistical analysis. In: TOPAL, E. (ed.). **Proceedings of the 28th International Symposium on Mine Planning and Equipment Selection – MPES 2019**. Cham: Springer, 2020. (Springer Series in Geomechanics and Geoengineering). DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-33954-8_47. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-33954-8_47. Acesso em: 18 abr. 2025.

DUARTE, J. A. **Condições de trabalho na mineradora X em Catalão (GO): uma análise da saúde dos trabalhadores da produção mineral em 2016 e 2017**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufcat.edu.br/server/api/core/bitstreams/d1b26bcf-c940-4196-b973-3d03e1dfec50/content>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, R. J. de A. F.; SANTHOMÉ, L. D. O.; CASTRO, D. D. No fundo da cova: deterioração do trabalho no setor extrativo mineral em Goiás, Brasil. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 196-212, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/52000>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Recorde histórico da CMOC Brasil na produção de nióbio confirma sua posição de destaque global**. Mineração do Brasil, 29 jan. 2025. Disponível em:

<https://ibram.org.br/noticia/recorde-historico-da-cmoc-brasil-na-producao-de-niobio-confirma-sua-posicao-de-destaque-global/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Setor mineral melhora resultados no 3º trimestre e impulsiona empregos e investimentos**. Mineração do Brasil, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.ibram.org.br/release/setor-mineral-melhora-resultados-no-3o-trimestre-e-impulsiona-empregos-e-investimentos/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MINAYO, M. C. de S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

PANDEY, J. K.; AGARWAL, D. Biomarkers: a potential prognostic tool for silicosis. **Indian Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 16, n. 3, p. 101-107, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4103/0019-5278.111746>. Disponível em: https://journals.lww.com/ijoe/fulltext/2012/16030/biomarkers_a_potential_prognostic_tool_for.3.aspx. Acesso em: 18 abr. 2025.

SOUZA, M. N. A.; QUEMELO, P. R. V. Saúde do trabalhador e riscos ocupacionais na mineração. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 17, n. 2, p. 111-121, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/13195>. Acesso em: 18 abr. 2025.

VAZ, G. L. R. **Análise de acidentes de trabalho na mineração**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Minas) – Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2022. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/710/o/GABRIELLA_LORRANY_RODRIGUES_VAZ.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

VAZ, G. L. R. et al. Análise dos acidentes de trabalho no setor de mineração brasileiro. **Revista Cereus**, v. 15, n. 4, p. 226-237, 2023. Disponível em: <https://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/4434>. Acesso em: 18 abr. 2025.